

História e Política:

**Pensamentos
constitutivos
e críticos**



2

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2022

História e Política:

Pensamentos
constitutivos
e críticos



2

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



História e política: pensamentos constitutivos e críticos 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História e política: pensamentos constitutivos e críticos 2 / Organizadoras Denise Pereira, Karen Fernanda Bortoloti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-952-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.520221802>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Bortoloti, Karen Fernanda (Organizadora). III. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Ao olhar ingênuo a aproximação entre história e política pode parecer tácita, uma vez que é comum dizermos “história política” de um país, por exemplo, todavia não o é. Ao longo do tempo existiram momentos de aproximação, em busca de explicações e apoio, mas também períodos de estranhamento. Alguns pensadores chegaram mesmo a referendar, a partir da História das Ideias, que o pensamento político compunha um mundo à parte, no qual os filósofos debateriam entre si, mesmo distantes no tempo e no espaço.

A distinção entre história, como disciplina e método, e histórico, como característica de processos e práticas que acontecem no tempo e no espaço, não é apenas um recurso para ressaltar extensão da articulação entre história e política. Para além da separação proposta por Weber entre singularidade e generalização, que diferencia analiticamente a causalidade histórica da sociológica, forjou-se um vocabulário que contaminou certos segmentos da ciência política como, por exemplo, tempo, conjuntura, contexto, evento e sequência.

Nos últimos tempos observamos, no Brasil, a aproximação entre História e Política têm recebido uma expressiva revitalização. Observamos, e a obra que temos em mãos é um bom exemplo, um diálogo interdisciplinar mais amplo nos trabalhos específicos da área.






A necessidade deste diálogo para a formação dos pesquisadores das duas áreas e, porque não, para o público em geral, é importante para a compreensão da realidade que nos circunda. Não podemos esquecer que toda a ação política ocorre em um espaço de experiências, construindo e interferindo nas memórias, nas formas de pensar, nas instituições que constituem as comunidades.








Como nos ensinou Hannah Arendt, a política é uma necessidade imperiosa para a vida humana e, ainda maior para a sociedade, sendo, portanto, uma das funções da política garantir a vida dos indivíduos. Como necessidade dos indivíduos, a política interfere na existência e na convivência, cabendo a história elucidar como instituições, partidos, processos eleitorais, já que a nossa democracia é representativa, foram pensados e tornados possíveis em determinadas condições de tempo e espaço.


Assim, é de suma importância que a relação dialogal entre a História e a Política sejam mantidas e aprimoradas de forma prospectiva para a melhor compreensão da sociedade sobre ela mesma, para o entendimento das transformações sócio-históricas, das formas de pensamento.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“EMISSÁRIOS E SEUS VERTIGINOSOS PLANOS”: A AÇÃO DE LIBERAIS REPUBLICANOS NA REVOLTA DOS MATUTOS (PERNAMBUCO – 1838)	
Manoel Nunes Cavalcanti Junior	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218021	
CAPÍTULO 2	11
A ARTICULAÇÃO ENTRE CIDADE E SUBJETIVIDADE NA LITERATURA URBANA PÓS-MODERNA	
Felipe Dias Ramos Loureiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218022	
CAPÍTULO 3	25
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE: ESTADO, INTERVENÇÃO LEGISLATIVA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE (1928 – 1930)	
Roberto Jorge Chaves Araújo Jean Carlo de Carvalho Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218023	
CAPÍTULO 4	46
A CONCEPÇÃO DA DOCTRINA REFORMISTA DA IGREJA MEDIEVAL A PARTIR DE ARNALDO DE VILANOVA (SÉCULO XIV)	
Nabio Vanutt da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218024	
CAPÍTULO 5	56
A COOPERATIVIZAÇÃO SOB O REGIME DO KHMER VERMELHO (1973-1979)	
Jorge Arbage	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218025	
CAPÍTULO 6	67
ANÁLISES DE EXPERIÊNCIAS NA PRÁTICA DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA ENTRE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	
Fabiano Brito Dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218026	
CAPÍTULO 7	80
CONFISSÕES DA MADONNA: A HISTÓRIA DE UMA VÊNUS FEITA ARTE EM WILLENDORF	
Carlos Velázquez Alessandra C. Alcântara	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218027	


CAPÍTULO 8	93
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AO RECONHECIMENTO JURÍDICO E ACESSO CARTORIAL AO CASAMENTO GAY: CAMINHOS E DESCAMINHOS	
Paulo Sérgio da Silva Ana Paula da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218028	
CAPÍTULO 9	104
ECOS DE MEMÓRIA DE UMA ESCOLA CENTENÁRIA	
Tânia Regina da Rocha Unglaub Cleia Demétrio Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5202218029	
CAPÍTULO 10	117
HISTÓRIAS SOBRE JOVENS, REPRESSÃO E CONSUMO DE DROGAS NO BRASIL	
Ana Maria Cardachevski	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180210	
CAPÍTULO 11	134
ÍNDIOS PANKARÁ: ENTRE A SERRA E O RIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE	
Alberto Reani	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180211	
CAPÍTULO 12	147
MEMÓRIA E EFEITO DE SENTIDO DA FILIAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE 1934 E 1988	
Flávia David Vieira Edvania Gomes da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180212	
CAPÍTULO 13	167
NO VÁCUO DO TEMPO PRESENTE: O PASSADO DO BRASIL ENTRE NARRATIVAS	
Arthur Henrique Lux Lobo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180213	
CAPÍTULO 14	182
O BANCO MEDICI NA ERA DE COSIMO, O VELHO, COMO INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DO PODER POLÍTICO-ECONÔMICO: A PERSPECTIVA DE MAQUIAVEL E GUICCIARDINI	
Bianca Coradin Benedeti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180214	
CAPÍTULO 15	189
O TRABALHISMO VARGUISTA ENTRE AS TRINCHEIRAS DA OPOSIÇÃO (1943-1945)	
Juliana Martins Alves	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180215>

CAPÍTULO 16.....201

OS PENSAMENTOS POLÍTICOS DE MICHEL FOUCAULT E NORBERTO BOBBIO
ACERCA DA FUNÇÃO SOCIAL DOS INTELLECTUAIS

Rodrigo Davi Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180216>


CAPÍTULO 17.....212

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E AVALIAÇÃO: POLÍTICAS DE ESTADO OU
POLÍTICAS DE GOVERNO?

Rafael Ângelo Bunhi Pinto

Silvana Maria Gabaldo Xavier

Giane Aparecida Sales da Silva Mota

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180217>


CAPÍTULO 18.....226

RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA NA PRESERVAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE ACERVOS:
OS ACERVOS TEATRAIS ALOCADOS NA SALA ANTÔNIO MANOEL DE SOUZA
GUERRA CEDOC/UFSJ

Berilo Luigi Deiró Nosella

Fabiana Siqueira Fontana

Isabela Francisconi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180218>

CAPÍTULO 19.....234

TEKOHA: LUGAR DE MEMÓRIA E VIDA


Raul Claudio Lima Falcão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180219>

CAPÍTULO 20.....247

UMA ANÁLISE SOBRE A (NÃO) PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE
TOMBAMENTO

Priscila Angelo Tarabossi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52022180220>

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....259

ÍNDICE REMISSIVO.....260

CAPÍTULO 1

“EMISSÁRIOS E SEUS VERTIGINOSOS PLANOS”: A AÇÃO DE LIBERAIS REPUBLICANOS NA REVOLTA DOS MATUTOS (PERNAMBUCO – 1838)

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 02/11/2021

Manoel Nunes Cavalcanti Junior

Instituto Federal da Bahia

Vitória da Conquista – BA

<http://lattes.cnpq.br/7674035429478145>

RESUMO: No início do ano de 1838 ocorreu uma revolta no interior da província de Pernambuco fomentada por falsas notícias a respeito de escravização de homens livres. A região encontrava-se em fase de recrutamento para a formação de tropas que iriam combater a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e a Sabinada, na capital baiana. Em meio às insatisfações e medos que o recrutamento normalmente gerava entre homens livres pobres, um novo ingrediente foi posto neste caldeirão. A interpretação de parte de uma lei difundiu o boato de que o governo estaria capturando pessoas com o intuito de torná-las escravas e assim angariar dinheiro com suas vendas. Nas revoltas que se seguiram em diferentes comarcas, percebe-se a presença de elementos republicanos por trás daqueles eventos. Este trabalho procura abordar a Revolta dos Matutos a partir da ótica desta ação de liberais republicanos pernambucanos, procurando entender como eles agiram durante os eventos, suas estratégias e ligações com as facções políticas que se digladiavam em torno do poder provincial.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil Império –

Pernambuco – Regência – Cultura Política.

“EMISSARIES AND THEIR VERTIGINOUS
PLANS”: THE ACTION OF LIBERAL
REPUBLICANS IN THE MATUTOS
REVOLT (PERNAMBUCO - 1838)

ABSTRACT: At the beginning of 1838 there was a revolt inside the province of Pernambuco fomented by false news about the enslavement of free men. The region was in the recruitment phase for the establishment of troops that would fight the Farroupilha Revolution in Rio Grande do Sul, and Sabinada in the capital of Bahia. Amid the dissatisfaction and fears that recruitment normally produced among poor free men a new element was added into this cauldron. The interpretation of part of a law spread the rumor that the government was capturing people in order to make them slaves and raise money from their sales. On the revolts that followed in different counties it is noticed the presence of republican elements behind those events. This work seeks to address the Matutos' Revolt from the perspective of this action of liberal republicans from Pernambuco, seeking to understand how they acted during the events, their strategies and links with the political factions that were fighting around the provincial power.

KEYWORDS: Brazilian Empire – Pernambuco – Regency – Political Culture.

1 | INTRODUÇÃO

No dia 1º de março de 1838 o presidente da província de Pernambuco, Francisco do Rego Barros, fazia o seu discurso de abertura dos

trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial apresentando aos deputados um relatório sobre o estado da província. Bem no início, no ponto relativo à Tranquilidade Pública, fez referência a movimentos sediciosos ocorridos na comarca de Bonito, no interior da província. Teria sido realizado por “astutos intrigantes inimigos do sossego dos Cidadãos, para que pudessem incutir falsas ideias no povo ignorante daquela Comarca.” (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838; *Diário de Pernambuco*, 8 de março de 1838) Rego Barros estava falando do que chamo de Revolta dos Matutos, ocorrida entre os meses de janeiro e março daquele ano.

Os eventos desta crise ocorreram na região que hoje conhecemos como o agreste pernambucano. Tida como uma região intermediária, possui áreas mais úmidas e outras mais secas, à medida em que se aproxima do sertão. Sua ocupação foi mais tardia, com um povoamento mais intenso a partir do fim do governo holandês na primeira metade do século XVII. Inicialmente com predomínio da pecuária, sua economia foi alavancada com o desenvolvimento da cultura do algodão em meados do século XVIII (ANDRADE, 2005). Na década de 1830 a região ficava naquilo que os contemporâneos chamavam de *centro da província*. As outras partes do território eram o sertão, mais a oeste, e a *mata*, no litoral.

O que separava a região da mata do interior da província era o planalto da Borborema. Era como dois “países” totalmente diferentes, no dizer de José Bernardo Fernandes Gama. Segundo ele, se um viajante que estivesse vindo do litoral e atravessasse aquela barreira natural, acharia que foi “arrebataado por um braço invisível, [...] de improviso foi transportado para outro país inteiramente novo, diferente em clima, vegetação, enfim em tudo diverso daquele, que a duas horas pisava”. (GAMA, 1844, p. 3-4) Eram como que duas civilizações distintas. Havia, portanto, o *litoral* e o *interior*. E a visão que se tinha deste último, para muitos, não era das melhores. O *interior* seria sinônimo de ignorância, brutalidade e incivilidade. Foi por esta ótica que o editor do Diário de Pernambuco classificou a região (*Diário de Pernambuco*, 24 de dezembro de 1835). Do ponto de vista da instrução, segundo o escritor, o litoral das principais províncias (Rio, Bahia, Pernambuco e Minas) ainda possuía “algumas luzes” trazidas pelo comércio externo. O restante dos povos, principalmente “os do interior”, encontravam-se “em um estado tão grosseiro, brutal, e montezinho, que apenas se extrema da vida nômade dos selvagens”. Este interior pernambucano era o lar dos chamados *matutos*, termo com certo sentido depreciativo pelo qual os moradores da capital se referiam aos seus habitantes.

Foi nesta região que, em janeiro de 1838, se espalhou um rumor a respeito da perda de liberdade por parte de homens livres. Como a província passava por um período de recrutamento para tropas de 1ª Linha, dizia-se que homens livres estariam sendo presos como recrutas pelos prefeitos das comarcas, além de guardas nacionais que fossem considerados inaptos para o serviço. Suas cabeças eram raspadas, seus rostos marcados com ferro ou suas cabeças com um carimbo e, finalmente, trocados por africanos ou embarcados para a Inglaterra (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO

EMERENCIANO, 1838; *Diário de Pernambuco*, 6 de fevereiro de 1838). A área por onde o boato se espalhou provocando revoltas abrangeu o agreste pernambucano e parte da zona da mata, chegando ao que na época eram os municípios do Brejo, Cimbres, Garanhuns, Bonito, Limoeiro, Santo Antônio, Nazaré, Pau d'Alho e Rio Formoso.

2 | A REVOLTA DOS MATUTOS

Os eventos começaram a partir da interpretação de um artigo da Lei nº 109, de 11 de outubro de 1837. Esta lei regulamentava o modo como deveria se proceder a amortização do papel moeda, desde a criação até à aplicação dos impostos para sua concretização. Um trecho do seu artigo 12 dizia: “Na seguinte sessão, e nas subseqüentes, o Governo apresentará uma circunstanciada relação dos Próprios Nacionais que forem desnecessários ao serviço, e que convenha serem vendidos para ser aplicado o produto deles à amortização do papel moeda.” (BRASIL, 1837) A dúvida pairava no significado da expressão “Próprios Nacionais”. Interpretou-se que ela dizia respeito a homens livres que seriam vendidos como escravos a fim do governo levantar o dinheiro necessário à amortização prevista na lei.

O epicentro da Revolta dos Matutos se localizou na comarca de Bonito. O boato teria surgido na região a partir da chegada da notícia da Lei da Amortização, divulgada por um edital da Tesouraria da Província que fora publicado em 23 de dezembro de 1837. Em janeiro do ano seguinte cópias deste edital foram enviadas a todas as comarcas para divulgação em vilas e povoações. Foi quando os acontecimentos eclodiram. Segundo relato do subprefeito da povoação de Caruaru, major João Guilherme de Azevedo, falsas notícias sobre escravização de pessoas livres pobres estavam circulando pela região.¹ Para ele, os boatos se originaram de uma interpretação dada por Henrique Félix de Dacia, então juiz de direito do cível na comarca, ao texto do edital da Tesouraria da Província. A dúvida em torno da expressão “Próprios Nacionais” do artigo 12 teria sido interpretada pelo juiz como fazendo referência a pessoas, o que disseminou o medo no povo da região. Em defesa do juiz Henrique de Dacia saiu o tenente coronel comandante do Batalhão da Guarda Nacional do município, José Moreira Alves da Silva. Ele teria testemunhado a ação do juiz no dia 21 de janeiro para convencer muitos habitantes da vila que o procuraram a fim de saber o que significava o dúbio artigo da nova lei. Henrique de Dácia teria esclarecido que o texto se referia aos bens nacionais desnecessários ao serviço e que deveriam ser vendidos para o seu produto fosse aplicado na amortização do papel moeda (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838).

Neste clima de desavenças e acusações mútuas entre autoridades, o prefeito da

1 A organização policial e judiciária na província de Pernambuco foi reformulada pela Lei Provincial nº 13, de 16 de abril de 1836. Muitos dos poderes que o Código de Processo de 1832 havia dado aos juizes de paz foram retirados e repassados aos prefeitos, que passavam a ser a principal autoridade policial em cada comarca. Nomeado pelo presidente da província, o prefeito de comarca era auxiliado em seus trabalhos pelos subprefeitos de cada freguesia (CAVALCANTI NUNIOR, 2015, p. 257-301; SILVA, 2014).

comarca, Antônio José Vitoriano Borges de Almeida e Albuquerque, pensou em mandar elaborar um outro edital e publicá-lo em todas as povoações da comarca para desmentir aquelas falsas notícias. No entanto, como o subprefeito de Caruaru lhe garantiu que tudo estava tranquilo, temeu que esta sua ação acabasse por avivar na população uma ideia que parecia ter se dissipado e decidiu por não agir. Quando menos esperava, foi surpreendido pela notícia dos acontecimentos do dia 27 de janeiro ocorridos em Caruaru, os mesmos que envolveram a escolta de policiais do Brejo que por ali passava e era comandada pelo cabo João da Silveira.

Imaginando que os eventos de Caruaru foram isolados e não se repetiriam, as autoridades novamente foram surpreendidas. Por conta de um problema de saúde, o prefeito Vitoriano Borges foi para Recife e deixou interinamente no cargo Miguel Primo Villar de Oliveira Barbosa, irmão do juiz Henrique de Dácia. No dia 1º de fevereiro chegaram à povoação de Caruaru dezesseis presos, sendo quinze recrutas e um preso de justiça, remetidos pelo prefeito de Garanhuns para a capital. Foi dado um toque de alarme das vizinhanças da povoação e surgiu um ajuntamento de cinquenta indivíduos armados dispostos a soltarem os presos. Somente com a interferência de autoridades e pessoas bem quistas da localidade foi que, a muito custo, os amotinados se convenceram a mudar seu intento. A escolta continuou seu trajeto e desta vez foi por Rio Formoso, se desviando de Santo Antônio para garantir maior segurança. Também na povoação de Gravatá outro fato ocorreu no mesmo dia. Um grupo de sessenta homens armados se apresentou na porta do notário exigindo o edital com a Lei de 11 de outubro de 1837. A saída encontrada pelo notário foi inventar a história de que aquele edital não mais valia. Desta forma o grupo saiu dando vivas ao seu nome e sem provocar maiores distúrbios.

Para completar o quadro de dificuldades em Bonito, o prefeito interino ficou sabendo de alguns “sujeitos desprezíveis” da povoação de Caruaru que se dirigiram a Panelas de Miranda, distante 7 léguas da vila e pertencente à comarca de Garanhuns. O objetivo seria o de seduzir os cabanos para que participassem de suas ações. Estes remanescentes da Guerra dos Cabanos já andavam desconfiados de um censo que o presidente Francisco do Rego Barros ordenara fazer por meio dos prefeitos das diferentes comarcas. Os cabanos simplesmente se recusavam a dar informações, alegando ser aquilo um meio do governo conhecer quais eram as suas forças a fim de poder lhes fazer nova guerra. A tensão aumentou com a notícia de que os cabanos compraram bastante pólvora e se recusavam a ir à feira na povoação. O pesadelo de um novo conflito armado voltava a rondar a mente das autoridades da região. Ainda mais quando um outro personagem daquela guerra voltou à tona: o antigo capitão-mor Domingos Lourenço Torres Galindo. A presidência da província havia levantado a possibilidade de nomeá-lo para liderar a tropa que combateria os sediciosos. Tal notícia se espalhou pela região e causou assombro, pois temia-se que ele se aproveitasse para perseguir os seus desafetos. Parece que o presidente da província, Francisco do Rego Barros, atendeu à sugestão de Miguel Villar e não deu qualquer poder

a Torres Galindo.

Eventos semelhantes aos ocorridos em Bonito se repetiram em outras comarcas vizinhas, alcançando regiões mais próximas da zona da mata. Para combater a desordem provocada pelo boato de escravização, os prefeitos e subprefeitos tinham à sua disposição a Força Policial e a Guarda Nacional. No entanto, em nenhuma das comarcas mais afetadas estas forças repressivas do Estado tinham estrutura ou capacidade de dar conta do cumprimento da tarefa de controlar os distúrbios que iam se espalhando. A saída foi apelar para a presidência da província a fim de que enviasse uma força militar.

A resposta do governo provincial foi o envio de uma tropa composta por soldados do Corpo Policial da capital. No dia 3 de fevereiro marcharam cem praças em direção à comarca de Bonito. No dia seguinte marchou o restante do Corpo. Para que Recife não ficasse desguarnecida, o 2º Batalhão da 1ª Legião da Guarda Nacional do município foi aquartelado a fim de fazer as tarefas de polícia. Formada por infantaria e cavalaria, a tropa era comandada pelo major Pedro Alexandrino de Barros Cavalcante e chegava a um número de trezentos soldados (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838).

A presença daquela força militar ajudou a conter os ânimos. A ideia inicial era deixar uma parte da tropa estacionada na povoação de Caruaru, origem dos distúrbios, outra permaneceria na vila de Bonito e uma terceira seria enviada para o Brejo. Uma vez pacificadas as comarcas de Bonito e do Brejo, boa parte dos soldados precisou ser deslocada para Limoeiro com a missão de fazer frente à tensão que aumentava na freguesia de Taquaritinga. Ao mesmo tempo o governo provincial suspendeu o recrutamento, justamente um dos elementos centrais das notícias da escravização. Isso ajudaria a diminuir a tensão entre os habitantes. As exceções ficariam para vadios, desordeiros e propaladores de “ideias anárquicas”, os quais continuariam sendo detidos.

A Força Policial permaneceu na região por mais de um mês, começando sua retirada de volta à capital no início do mês de março. Parte da tropa, no entanto, permaneceu em Bonito, no Brejo e em Limoeiro para precaver qualquer nova quebra da ordem. E era mesmo preciso, pois as autoridades tinham consciência de que o medo e a desconfiança dos habitantes de suas comarcas não haviam se extinguido por completo. Como dizia o prefeito do Brejo, ao relatar a pacificação promovida no lugar de Olho d’Água, o povo não estava limpo de coração, mas se mostrava na aparência. A sua comarca encontrava-se em paz; quando não no todo, pelo menos na maior parte.

3 | O ENVOLVIMENTO DE LIBERAIS REPUBLICANOS

Para os contemporâneos, uma questão que se impunha dizia respeito aos responsáveis pela revolta. No referido discurso do presidente da província na abertura dos trabalhos da Assembleia Provincial, foram citados “astutos intrigantes inimigos do sossego dos Cidadãos”. Segundo parte da imprensa da capital, os mentores por trás dos

acontecimentos no centro da província eram os republicanos. Segundo o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, eram eles os principais beneficiários da revolta e deveriam por isso serem responsabilizados (*O Carapuceiro*, 3 e 10 de março de 1838). O jornal *O Echo da Religião e do Império* reclamava do silêncio do governo provincial sobre os responsáveis pela revolta, apontando-os como elementos republicanos da província (*O Echo da Religião e do Império*, 9 de fevereiro de 1838).

Segundo Basile, o pensamento republicano naquele momento da Regência estava inserido principalmente entre os chamados liberais exaltados. No campo das ideias, eles estavam à esquerda dos liberais moderados, sendo inspirados pelo pensamento de Rousseau, Montesquieu e Paine. Procuravam mesclar o liberalismo clássico com ideais da democracia. Defendiam reformas políticas e sociais, tais como a instalação de uma república federativa, ampliação da cidadania política e civil aos segmentos livres da sociedade, abolição gradual da escravidão e uma relativa igualdade social. Destaque também para o fato de seus líderes usarem um discurso de chamamento das camadas pobres a que participassem da vida pública, denunciando a opressão econômica, social e étnica (2009, p. 60-61).

Em Pernambuco os liberais exaltados tinham sua origem nos liberais federalistas envolvidos na Revolução de 1817 e na Confederação do Equador de 1824. Consideravam-se os verdadeiros herdeiros daqueles movimentos, se autointitulando “Patriotas”. Seu forte discurso em defesa do federalismo fez com que criassem no início do período regencial a Sociedade Federal, um contraponto à Sociedade Harmonizadora dos liberais moderados que passaram a controlar o poder na província após a queda de Pedro I. Entre seus principais líderes estavam o padre João Barbosa Cordeiro, editor do jornal *Bússola da Liberdade*, e os irmãos Antônio e Francisco Carneiro Machado Rios. Os exaltados estiveram envolvidos na maioria dos movimentos que mexeram com a luta política na província nos primeiros anos da Regência, desde a Novembrada de 1831 até as Carneiradas de 1834 e 1835 (CAVALCANTI JUNIOR, 2015, p. 61-110).

O interior da província era uma tradicional região de acolhimento de ideias liberais mais radicais. Muitos líderes e participantes dos movimentos de 1817 e 1824 foram para lá se refugiar da repressão oficial. Ideias políticas perigosas do ponto de vista das autoridades circulavam com intensidade por ali. O prefeito da comarca do Limoeiro, João Maurício Cavalcanti da Rocha Wanderley, dizia que indivíduos rebeldes “formigam pelo centro desta província e da Paraíba”, aguardando apenas uma oportunidade para se reunirem e colocar em prática seus planos. Ele chegou a acusar o padre Francisco José Correia de Albuquerque de andar influenciando do seu púlpito na Paraíba tanto os povos de lá como o da sua comarca com pregações onde misturava as doutrinas do Evangelho com “algumas ideias repugnantes” (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838). Isso tudo tornava a região com um forte potencial para revoltas.

A conjuntura política da época também aumentava a preocupação com as

consequências de uma revolta onde republicanos estivessem envolvidos. A nova regência do pernambucano Araújo Lima, que representou a chegada ao poder do movimento do Regresso, tinha apenas 4 meses. Em Pernambuco, a presidência de Rego Barros tinha pouco mais de 30 dias quando começaram os eventos no interior. Para completar o quadro, o governo regencial enfrentava duas revoltas de caráter republicano: uma no distante Rio Grande do Sul, com a Guerra Farrroupilha; a outra na vizinha província da Bahia, com a Sabinada.

Uma terceira revolta no interior de Pernambuco teria agravado ainda mais a situação para o governo regencial. O temor tinha seus fundamentos, haja vista a articulação de pessoas em Pernambuco com lideranças das revoltas tanto gaúcha quanto baiana. Em discurso na Câmara dos Deputados, o deputado pela província da Bahia, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma (Visconde de Jequitinhonha), revelou correspondência do líder gaúcho Bento Gonçalves onde ele dizia ter cartas endereçadas a pessoas de Pernambuco para serem usadas no caso de ser transferido preso àquela província (ANNAES, 1886, p. 187). Por sua vez, os prisioneiros da Sabinada que estiveram presos no Recife receberam ajuda e auxílio de diversas pessoas. Um indivíduo em particular promoveu uma subscrição para levantar dinheiro que ajudasse os presos baianos em suas necessidades. Antes de partirem para o presídio de Fernando de Noronha, eles se despediram e agradeceram através da imprensa a este senhor e a todos os que assinaram a subscrição. Nenhum nome foi citado (*Diário de Pernambuco*, 11 de agosto de 1838).

Algumas prisões realizadas pelas autoridades dão base para a real participação de republicanos na Revolta dos Matutos. Um de seus principais alvos na repressão eram os responsáveis em propalar o boato e instigar a população a se engajar nos eventos. O governo provincial tinha informações sobre pessoas enviadas para diversas comarcas, a quem chamavam de *Emissários*, com o “danado e miserável intento” de seduzir os habitantes, a fim destes perpetrarem desordens e crimes sob “miseráveis pretextos”. assim conseguiriam executar seus “anárquicos e vertiginosos planos” (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838).

Na comarca de Nazaré foi preso Manoel Pedro do Nascimento por ser desertor e andar “propalando a seita que apareceu no Bonito”. Na região da freguesia de Laranjeiras foi detido Francisco Ignacio. Estava vindo da Baía da Traição, na Paraíba, em direção a Bonito, onde dizia ter um irmão. Não possuía passaporte e acabou dando motivos para a suspeita de ser um dos colaboradores da desordem em Bonito e Limoeiro. Além do mais, Francisco nem Francisco era. O prefeito de Nazaré tinha certeza de que ele se chamava na verdade Miguel Pereira dos Anjos, desertor de um Destacamento de Alagoas. No interrogatório o incógnito cidadão confessou ter sido da 6ª Companhia do 7º Batalhão de Caçadores da 1ª Linha em Recife, mas que havia dado baixa. Em Limoeiro, João de Barros Rego, branco e solteiro, foi preso acusado de andar aliciando pessoas para a revolta baseando-se nos boatos que corriam pela comarca. Também foram detidos Manoel Vicente

de Santa Ana e José Francisco Florêncio, ambos brancos e casados. A acusação era de andarem “apregoando por esta Comarca ideias de cativoiro”.

Dois indivíduos, em especial, dão mostras da participação de liberais republicanos com os eventos da Revolta dos Matutos. O primeiro foi Florêncio José de Albuquerque Junior. Por ter apresentado um passaporte com data muito antiga, foi preso em Pau d’Alho, freguesia da comarca de Nazaré. Indivíduo branco e casado, não deu respostas coerentes a respeito de sua moradia e nem do seu destino. Levado à presença do prefeito e por ele interrogado, foi solto logo em seguida. Parecia ser um indivíduo de boa conversa, pois se aproveitou do fato do prefeito conhecê-lo desde pequeno e ao seu pai e o enganou quando perguntado sobre o sistema político que adotava. Só no dia seguinte o subprefeito de Pau d’Alho alertou ao prefeito que o Florêncio era um republicano. Isso ele mesmo confessara ainda em Pau d’Alho, durante uma ceia na casa do vigário, onde também dormiu. Confessara ainda que apoiou os movimentos rebeldes de Bonito, dizendo que o governo imperial deveria perder as esperanças de reivindicar a capital da Bahia, uma vez que o partido republicano ali era “inconquistável”. Segundo o Florêncio, a prova disso eram as derrotas sofridas pelas tropas da legalidade, que, na última delas, haviam perdido mais de 170 homens, além dos feridos. Informado de que Florêncio havia seguido para Limoeiro, solicitou a sua prisão ao prefeito de lá. Sua justificativa era a suspeita de ser o Florêncio um dos *Emissários* e enviado para propagar pelas comarcas ideias subversivas, sustentando entre a “gente ignorante” a revolta aparecida em Bonito. A resposta do prefeito de Limoeiro foi de que o sujeito já estava preso por ter, com outro comparsa, divulgado as mesmas ideias, “apresentando escandalosamente a República” (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838).

O segundo foi o 2º tenente reformado do 4º Corpo de Artilharia João Machado de Magalhães. Detido pelo prefeito de Limoeiro, tinha “todos os indícios de ser Mensageiro encarregado pelos Anarquistas, atento o estado de desconfiança com que se apresentou, e de denúncias, que do mesmo me foram dados.” Escoltado pelos soldados da Força Policial que retornavam para a capital, o preso seguia “com toda a segurança” para ser entregue ao presidente Rego Barros. (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838).

O tenente João Machado era conhecido por sua participação em revoltas políticas da província. Em 1829 esteve entre os homens que marcharam junto com João Roma na tentativa de iniciar um movimento classificado na época como de caráter republicano e que ficou conhecido como *A República dos Afogados*. Tentando promover uma revolta, João Roma e seus companheiros tiveram que marchar de Recife em direção ao centro da província. O então alferes João Machado foi preso na região de Bonito. Afastado do serviço militar, só retornaria ao seu posto após a abdicação de Pedro I, quando os liberais ligados à Confederação do Equador ressurgiram e retomaram postos-chaves no aparato da administração provincial. Por determinação da presidência da província, João Machado

estava na lista dos militares que seriam reabilitados para exercerem seus postos nas tropas de 1ª Linha. Já como 2º tenente, ele foi um dos que ajudaram a combater os soldados amotinados no Recife durante a chamada *Setembrizada* de 1831. Meses depois, estourou também em Recife um movimento sob a direção de liberais exaltados que tomou o Forte das Cinco Pontas a fim de fazer reivindicações ao governo. Era a *Novembrada*. Dois oficiais estavam à frente do movimento: o capitão Antônio Affonso Vianna e o próprio tenente João Machado de Magalhães. O tenente chegou a assinar um ofício encaminhado ao presidente da província identificando-se como “Comandante Interino da Fortaleza”. Controlado este motim, João Machado enfrentou uma prisão em condições difíceis no Brigue Barca. Seu relato pedindo providências junto ao governo provincial e sua defesa foram feitos no periódico *Bússola da Liberdade*, editado pelo padre João Barbosa Cordeiro, conhecido líder dos liberais exaltados pernambucanos. Agora já reformado, reaparecia nos eventos ligados à Revolta dos Matutos (*Diário de Pernambuco*, 19 de fevereiro de 1829; 13 de agosto de 1831; 26 de setembro de 1831; 23 de novembro de 1831; 29 de novembro de 1831; *Bússola da Liberdade*, 28 de janeiro de 1832).

A Revolta dos Matutos não teve consequências mais graves para a vida da província. O poder coercitivo das forças militares do governo provincial foi suficiente para apaziguar os ânimos dos habitantes do centro da província. Politicamente, o evento dava mostras de que os liberais exaltados, embora enfraquecidos nas suas demandas devido ao avanço das ideias do movimento regressista, ainda assim eles tinham significativa capacidade de mobilização entre setores da população pernambucana. Souberam captar as insatisfações dessas camadas e utilizar a resistência em favor de suas lutas políticas.

REFERÊNCIAS

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO – Câmara dos Srs. Deputados – Primeiro Ano da Quarta Legislatura – Sessão de 1838. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia de Viúva Pinto & Filhos, 1886. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca digital, seção periódicos, s. endereço eletrônico.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO. **Prefeitos de Comarca**, vol. 5, p. 69-71, 20 de fevereiro de 1838; p. 83-84, 15 de março de 1838; p. 95-96, 31 de março de 1838; p. 377, 1º de fevereiro de 1838; p. 382, 8 de fevereiro de 1838; p. 400-401, 23 de fevereiro de 1838; p. 402, 26 de fevereiro de 1838; p. 510, 3 de fevereiro de 1838; p. 512, 16 de fevereiro de 1838.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO. **Prefeitos de Comarca**, vol. 6, p. 130, 27 de fevereiro de 1838; p. 153, 1º de setembro de 1838; p. 190-191, 30 de janeiro de 1838; p. 192-193, 31 de janeiro de 1838; p. 194-197, 3 de fevereiro de 1838; p. 200-204, 7 de março de 1838; p. 211, 20 de março de 1838; p. 287, 28 de janeiro de 1838; p. 291, 5 de fevereiro de 1838; p. 292-293, 30 de janeiro de 1838; p. 296-297, 6 de fevereiro de 1838; p. 300-302, 12 de fevereiro de 1838; p. 303, 13 de fevereiro de 1838; p. 319, 4 de março de 1838; p. 322, 11 de março de 1838; p. 329, 22 de março de 1838; p. 334, 1º de abril de 1838; p. 355, 5 de fevereiro de 1838; p. 358, 11 de fevereiro de 1838; p. 359, 12 de fevereiro de 1838; p. 361, 21 de fevereiro de 1838; p. 366, 18 de fevereiro de 1838; p. 369, 25 de fevereiro de 1838; p. 370, 22 de fevereiro de 1838; p. 372-373, 26 de fevereiro de 1838; p. 377, 4 de março de 1838; p. 401, 5 de abril de 1838.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO. **Registros de Ofício**, vol. 4/1, p. 35-37, 7 de fevereiro de 1838.

BASILE, Marcello. O laboratório da Nação: a era regencial (1831 - 1840). In. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial, v.II: 1831 – 1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BRASIL, Lei nº 109 de 11 de outubro de 1837, criando e aplicando imposto para amortização do papel moeda; regulando o modo porque se deve proceder a esta operação; e marcando o prazo, dentro do qual deve cessar o troco da moeda de cobre.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. **“O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido”: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-1837)**. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2015.

GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias históricas da província de Pernambuco**. Tomo I. Pernambuco: Tipografia de M. F. de Faria, 1844.

Jornal **Bússola da Liberdade**, Recife, Pernambuco, 28 de janeiro de 1832. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca digital, seção periódicos, s. endereço eletrônico.

Jornal **Diário de Pernambuco**, Recife, Pernambuco, 19 de fevereiro de 1829; 13 de agosto de 1831; 26 de setembro de 1831; 23 de novembro de 1831; 29 de novembro de 1831; 24 de dezembro de 1835; 6 de fevereiro de 1838; 3 de março de 1838; 8 de março de 1838; 10 de março de 1838; 11 de agosto de 1838. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca digital, seção periódicos, s. endereço eletrônico.

Jornal **O Carapuceiro**, Recife, Pernambuco, 3 de março de 1838; 10 de março de 1838. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca digital, seção periódicos, s. endereço eletrônico.

Jornal **O Echo da Religião e do Império**, Recife, Pernambuco, 9 de fevereiro de 1838. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca digital, seção periódicos, s. endereço eletrônico.

CAPÍTULO 2

A ARTICULAÇÃO ENTRE CIDADE E SUBJETIVIDADE NA LITERATURA URBANA PÓS- MODERNA

Data de aceite: 01/02/2022

Felipe Dias Ramos Loureiro

Universidade de Coimbra

Rio de Janeiro

<http://lattes.cnpq.br/6888844784581933>

RESUMO: A cidade é mais que um lugar, é uma experiência social construtora de uma condição humana particular. Por isso, é interessante analisar como a condição urbana atravessa a condição humana, engendrando não apenas maneiras de habitar e produzir, também modos de ser, sentir e desejar. Dentro dessa perspectiva, serão analisados certos indícios encontrados na literatura urbana brasileira que revelam os efeitos dos discursos que circulam pela cidade sobre os indivíduos, permitindo a formação de novas formas de ser na cidade. Por meio da metodologia proposta por Carlo Ginzburg em sua obra "Mitos, Emblemas e Sinais" publicada em 1989, denominada "Paradigma Indiciário", serão seguidos rastros e indícios revelados pela literatura. À maneira dos detetives, buscar-se-á discutir alguns impactos das transformações no discurso da cidade sobre os sujeitos urbanos. A fonte para se encontrar tais pistas que ajudem a identificar os dispositivos urbanos de regulamentação corporal será a literatura urbana produzida no Brasil na passagem da modernidade para a pós-modernidade. Nesse sentido, cabe ressaltar que, em *Laços de Família* (1960), Clarice Lispector já revelava um grande desconforto dos sujeitos com os papéis pré-

determinados pela cidade moderna, sobretudo em seus contos *Amor e Feliz Aniversário*. No fim do século, no conto "A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro" (1992), Rubem Fonseca destacava uma cidade fragmentada, subjugada aos interesses econômicos e a uma cidadania reduzida ao viés individualista. Tal perspectiva é explorada sob outro ponto de vista em *Pornopopeia* (2011), a obra Reinaldo Moraes revela uma cidade reduzida a um percurso erótico de um sujeito tiranizado por seus desejos. A cidade e suas invenções que historicamente vinham incidindo sobre os indivíduos, produzindo um conjunto de características e desejos tem passado por mudanças, gerando novas formas de ser e sentir na cidade que, não transformam apenas os cidadãos, mas afetam o próprio sentido da cidade. Palavras-chave: Cidade, Subjetividade, Literatura.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade, cultura, sociabilidade, literatura.

THE ARTICULATION BETWEEN CITY AND SUBJECTIVITY IN POSTMODERN URBAN LITERATURE

ABSTRACT: The city is more than a place, it is a social experience that builds a particular human condition. Therefore, it is interesting to analyze how the urban condition crosses the human condition, engendering not only ways of living and producing, but also ways of being, feeling and desiring. Within this perspective, certain indications found in the Brazilian urban literature will be analyzed that reveal the effects of the discourses that circulate in the city on individuals, allowing the formation of new ways of being in

the city. Through the methodology proposed by Carlo Ginzburg in his work "Myths, Emblems and Signs" published in 1989, called "Indiciary Paradigm", traces and clues revealed by the literature will be followed. Like detectives, we will seek to discuss some impacts of the transformations in the city's discourse on urban subjects. The source to find such clues that help to identify the urban devices of body regulation will be the urban literature produced in Brazil in the passage from modernity to post-modernity. In this sense, it is noteworthy that, in *Ties de Família* (1960), Clarice Lispector already revealed the subjects' great discomfort with the roles pre-determined by the modern city, especially in her short stories *Amor e Feliz Aniversário*. At the end of the century, in the short story "The art of walking in the streets of Rio de Janeiro" (1992), Rubem Fonseca highlighted a fragmented city, subjugated to economic interests and a citizenship reduced to an individualistic bias. Such perspective is explored from another point of view in *Pornopopeia* (2011), the work Reinaldo Moraes reveals a city reduced to an erotic journey of a subject tyrannized by his desires. The city and its inventions that have historically focused on individuals, producing a set of characteristics and desires, have undergone changes, generating new ways of being and feeling in the city that not only transform citizens, but affect the very meaning of the city.

KEYWORDS: Cidade, cultura, sociabilidade, literatura.

A CIDADE HIPERMODERNA

Gostaria de iniciar este artigo com uma assertiva que diz muito sobre os debates que serão desenvolvidos adiante: a cidade que tão bem conhecíamos mudou. (Bresciani, 2004, p. 09) Com essa frase tão direta, a historiadora Maria Stella Bresciani inicia seu artigo "A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada". De acordo com a mesma autora: é comum a lembrança de avós, pais e tias, nos recordando saudosos outra cidade, a mesma, que de tão transformada lhes escapa. (Bresciani, 2004, p. 09) Tal fala revela uma impressão de que a cidade do agora está em crise, mas, a atualidade dessa constatação e/ou sensação parece repor-se há duzentos anos pelo menos. (Bresciani, 2004, p. 09) Dessa maneira, pode-se compreender que desde sua gênese a cidade moderna é vista como se estivesse vivendo uma grande em crise. Nesse sentido, tal percepção teria relação com todas as expectativas de civilização não cumpridas e hábitos de civilidade não observados na realidade cotidiana.

Dentro dessa perspectiva, Bresciani identifica um descompasso entre a cidade imaginada, inscrita no subconsciente e, a cidade experimentada pelos indivíduos, a que se vê diante dos olhos. Nesse sentido, cabe ressaltar que o espaço urbano se agigantou de tal maneira que, até para quem nela vive há muito tempo, tornou-se incompreensível. Por isso, foi feita a opção por focar na literatura urbana contemporânea, posto que, essa apresenta grande capacidade de oferecer indícios que ajudem a compreender melhor as transformações percebidas no tecido urbano.

A cidade que, no passado, era o lugar fechado e seguro por antonomásia, o seio materno, torna-se o lugar da insegurança, da inevitável luta pela sobrevivência, do medo, da angústia, do desespero. Se a cidade não se

tivesse tornado a megalópole industrial, as filosofias da angústia existencial e da alienação teriam bem pouco sentido e não seriam – como, no entanto, são – a interpretação de uma condição objetiva da existência humana. (Argan, 1993, p. 212. Apud. Bresciani, 2004, p. 10)

A fala de Giulio Argan trazida por Bresciani, destaca que a reconfiguração do significado da cidade; essa que fora um lugar seguro, um espaço para a experiência da sociabilidade, tornou-se um lugar ameaçador. Dentro dessa perspectiva, apesar de a autora ter destacado que a sensação de “crise da cidade” não é nova, a novidade observada nas décadas finais do século XX foi que tal crise invadiu as portas e janelas das casas. Inserindo-se assim nos temas e problemas que afetam os processos de subjetivação. Desse modo, neste artigo, é dada uma atenção especial a esse processo de inserção efetiva da intimidade nas questões éticas e estéticas de uma cidade que se destradicionaliza e muda em uma velocidade desconcertante. Dessa maneira, percebe-se que para melhor compreender tal processo é útil abordar o conceito de *destradicionalização*.

A destradicionalização é um processo social pelo qual as cidades e as sociedades se modernizam, a sujeitar anteriores valores, significados e ações a uma nova lógica interpretativa e de interação. Esta destradicionalização é movida pela necessidade de cada cidade revalorizar seus recursos, reais ou potenciais, como forma de se reposicionar no mercado da concorrência inter-cidades é um efeito derivado da descentralização política e da desconcentração de funções que se acentuam na medida em que as sociedades se democratizam. (Fortuna, 1997, p. 04)

O conceito de “Destradicionalização” pode ser compreendido numa perspectiva relacionada à abordagem do que David Harvey (1996) nomeia como “Empresariamento Urbano”. Essa prática, visa destacar atrativos característicos da cidade, sejam eles turísticos, econômicos ou identitários, reconhecendo que, determinadas marcas históricas ou recursos presentes em um espaço urbano particular, constituiriam elementos capazes de tornar tal cidade mais atrativa, dinamizando a economia local.

Nessa perspectiva, o que está em jogo é a recodificação das cidades, que espremidas entre a competição e a destradicionalização, misturam tradição e inovação através de estratégias de promoção de sua própria imagem urbana. Entretanto, tal processo acaba por retirar da cidade parte de sua territorialidade e, um pouco da capacidade de circunscrever os indivíduos que vivenciam tal espaço urbano cotidianamente. Posto que, a própria cidade é, de acordo com Harvey: produto e condição de processos sociais de transformação vigentes na fase mais recente do desenvolvimento capitalista. (Harvey, 1996, p. 48)

Dentro dessa perspectiva, a segunda metade do século XX é marcada por uma série de transformações políticas, econômicas e sociais, essas, todavia, nunca estiveram restritas às ruas, acabaram por entrar nas casas criando tensões e embates com os quais sujeitos familiares não estavam aptos ou disposto a lidar. Nesse sentido, a partir do conceito de destradicionalização das cidades serão analisados os impactos daquele na vida privada

a partir dos contos “Feliz Aniversário” de Clarice Lispector, componente do livro “Laços de Família” publicado em 1960. Tal como, “A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro” de Rubem Fonseca, publicado em 1992 no livro “Romance Negro e outras histórias”. Por fim, o romance “Pornopoieia”, de Reinaldo Moraes, publicado em 2011.

PRIMEIRAS PERCEPÇÕES DE UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

O conto “Feliz Aniversário”, de Clarice Lispector, retrata a festa de aniversário em comemoração aos 89 anos de Dona Anita. Nesse evento, a família já espalhada pela cidade do Rio de Janeiro se encontra para celebrar a matriarca. Entretanto, o que se vê não é uma tradicional festa familiar repleta de encontros e alegrias, o que se nota é que, tal como a cidade, a família se projetou territorialmente para além de seu próprio espaço. Nesse sentido, os laços familiares, tal como o laço social na cidade moderna foi se esgarçando até perder a resiliência. Dessa maneira, começando pelo fim, as despedidas no fim da festa marcadas por frases como: “até o ano que vem”, o que demonstra uma nova percepção acerca da família, que, não se apresenta como o espaço afetivo fundamental, mas como uma, entre tantas outras, obrigações formais.

No conto de Clarice, a cidade aparece como um dos personagens, surgindo no texto antes de quaisquer outros, o que se pode perceber com clareza pelo fato de que os bairros onde vivem os personagens servem como suportes de suas personalidades, oferecendo a esses outro significado identitário.

A família foi pouco a pouco chegando. Os que vieram de Olaria estavam muito bem vestidos porque a visita significava ao mesmo tempo um passeio a Copacabana. A nora de Olaria apareceu de azul-marinho, com enfeite de paetês e um drapeado disfarçando a barriga sem cinta. O marido não veio por razões óbvias: não queria ver os irmãos. (Lispector, 1998, p. 54)

A destradicionalização da cidade afeta a esfera familiar, ao passo que, observa-se que o deslocamento da família pelo espaço urbano carioca emerge como fator causador de problemas. Nessa perspectiva, a família pequeno burguesa de Copacabana inferioriza o irmão que foi morar no subúrbio, esse, por sua vez, rompe com a família e designa sua esposa e filhos como representantes diplomáticos, embora o cumprimento dessa missão não vise restaurar o laço afetivo rompido, mas simplesmente evitar problemas maiores. Além desse ponto de vista, a performance da nora de Olaria, que não tem nome mas que está muito preocupada na imagem que representa, é marcante pois, a experiência urbana na área nobre da cidade parece exigir dela e de seus filhos o figurino perfeito, que denote toda a dignidade de sua família (nuclear) desprovida de riqueza, mas não de honradez.

O que tal personagem revela sobre a cidade é que ela é uma experiência estética, marcada por um grande impacto visual. Há uma percepção, nessa perspectiva, de que a cidade grande é visualmente apreendida. Nesse sentido, de acordo com Benjamin, as relações entre os seres humanos na cidade grande... são caracterizadas por uma

preponderância marcada na atividade da visão sobre a da audição. (Benjamin, 1989, p. 207) Desse modo, embora tal personagem reconheça sua “minoridade” econômica, demonstra reconhecer os códigos de conduta e as boas maneiras da cidade. Demonstrando inclusive, a compreensão de que a cidade é visualmente absorvida, o que se destaca na representação estética de sua família nuclear, através de roupas e maneiras de se comportar. Portanto, pode-se concluir através dessa cena do conto que as memórias sobre a cidade tal como a própria experiência urbana são permeadas por uma espécie de coletânea de imagens registradas pelo cidadão ao longo de sua vida.

Depois veio a nora de Ipanema com dois netos e a babá. O marido viria depois. E como Zilda - a única mulher entre os seis irmãos homens e a única que, estava decidido já havia anos, tinha espaço e tempo para alojar a aniversariante - e como Zilda estava na cozinha a ultimar com a empregada os croquetes e sanduíches, ficaram: a nora de Olaria empertigada com seus filhos de coração inquieto ao lado; a nora de Ipanema na fila oposta das cadeiras fingindo ocupar-se com o bebê para não encarar a concunhada de Olaria; a babá ociosa e uniformizada, com a boca aberta. (Lispector, 1998, p. 54)

No trecho acima se percebe um contraponto entre quem prosperou e quem fracassou em termos sociais e de localização espacial. Nesse sentido, embora se trate de membros de um mesmo campo íntimo, suas famílias nucleares, seus projetos pessoais, suas distintas capacidades de consumo, suas distintas ‘cidades’, criam um abismo relacional que se destaca no texto por meio de um grande desconforto onde deveria predominar o afeto. Além da diferença econômica, percebe-se também uma certa distância temporal. Dentro dessa perspectiva, enquanto a nora de Olaria representa uma mãe tradicional, buscando respeitar os códigos e marcar uma imagem austera de si e de seus filhos, a nora de Ipanema já denota uma maternidade e experiência familiar destradicionalizada, os filhos vestidos de maneira despretensiosa em público, a empregada cumprindo papéis que tradicionalmente seriam da mãe.

Em meio a essas duas possibilidades contrastantes de modo de subjetivação, Zilda é marcada pela coexistência entre esses dois tempos históricos. Por um lado, uma mulher sozinha e independente; por outro lado, o simples fato de ser mulher faz com que ela seja responsabilizada por manter viva a tradição familiar e a própria matriarca. Cabe destacar, nesse sentido, que Zilda é a primeira personagem a ser nomeada, responsável por cuidar da matriarca, pois “tinha espaço e tempo para alojar a aniversariante”, (Lispector, 1998, p. 54) revelando dessa maneira a manutenção de uma tradição, a imposição de funções familiares às mulheres. Enquanto Zilda é a mulher que abre mão de si mesma para cuidar da mãe e ainda tentar manter algum tipo de coesão familiar, a nora de Olaria é responsável por cumprir um papel familiar que não é necessariamente seu, afinal seu marido era o filho da aniversariante.

A aniversariante, Dona Anita, é uma personagem que cresce ao longo do conto.

Inicia sua trajetória objetificada por seus filhos e netos, que, vêem na sua existência e na experiência familiar, a que a matriarca remete, um passado desconfortável. Aquela vivência não era confortável para as duas noras que lutavam por suas posições urbanas, não era para Zilda que, como a mãe, só tinha relevância anualmente, não era para José, filho homem sempre à sombra do falecido Zonga, tampouco para Manuel, irmão mais novo e sócio de José, sempre em busca de afeto e aprovação. O que se destaca nas primeiras frases de Clarice é um desencanto com a família enquanto instituição e experiência, mesmo que os filhos formem novas famílias, isso se dá sobre outras bases. Desse modo, os códigos sociais são muito bem observados, pontuados por uma mistura de desconforto e de má vontade, entretanto, o que não se observa mesmo é o amor.

A PERDA DE SENTIDO DA CIDADE

A cidade observada por Clarice Lispector nos anos 1960, passou por consideráveis mudanças. Desse modo, na década final do século XX, já na pós-modernidade propriamente dita e conceituada, a literatura passou a revelar outra perspectiva sobre o amor na cidade. Na verdade, o discurso afetivo que sustentava a família unida, sob a responsabilidade da mãe, já não circunscrevia tanto os cidadãos. A individualidade se libertara definitivamente e a experiência urbana passou a ser tematizada de maneira bastante distinta pela literatura desse fim de século.

Em 1992, Rubem Fonseca publicou seu livro “Romance negro e outras histórias”, onde o conto de abertura tem como título, “A arte de andar nas ruas do Rio de Janeiro”. Nesse conto o autor apresenta uma narrativa sobre Augusto (ou Epifânio) que utilizando-se da máxima *Solvitur Ambulandu*¹ pretendia escrever um guia sobre suas perambulações na cidade. No entanto, não seria uma obra escrita ao acaso, teria um fim específico, explicado dessa maneira no conto:

Augusto volta a escrever sobre a arte de andar nas ruas do Rio. Como anda a pé, vê coisas diferentes de quem anda de carro, ônibus, trem, lancha, helicóptero ou qualquer outro veículo. Ele pretende evitar que seu livro seja uma espécie de guia de turismo para viajantes em busca do exótico, do prazer, do místico, do horror, do crime e da miséria, como é do interesse de muitos cidadãos de recursos, estrangeiro principalmente; seu livro também não será um desses ridículos manuais que associam o andar à saúde, ao bem-estar físico e às noções de higiene. [...] Nem será um guia arquitetônico do Rio antigo ou compêndio de arquitetura urbana; Augusto quer encontrar uma arte e uma filosofia peripatéticas que o ajudem a estabelecer uma melhor comunhão com a cidade. (Fonseca, 1994, p. 600).

A experiência “deambulante” de Augusto permitiria a ele pensar melhor e encontrar

¹ A noção de *Solvitur Ambulando* advém das práticas filosóficas de grandes pensadores atenienses, tal como Sócrates, Platão e Aristóteles, discípulos do último conhecidos também por *Peripatéticos*, organizaram a prática de pensar ao ar livre. Esses, acreditavam que “Caminhar resolve”, posto que no exercício da caminhada, os problemas cotidianos, que poderiam ser solucionados, numa perspectiva de harmonização do corpo e do espírito.

soluções para problemas objetivos. Entretanto, tal conto diz muito mais sobre a cidade do que sobre o próprio protagonista. A ação de estar em público para se orientar e encontrar respostas já revela um desejo de comunhão entre aquele cidadão e sua cidade, ressaltada no conto de Fonseca como algo normalmente ausente nas pessoas. Nesse texto, a noção de “destradiconalização” das cidades, emerge em diversos momentos. A cidade segura, espaço da comunhão entre os cidadãos, da cidadania e da sociabilidade imaginada pelo personagem principal não é a que ele observa nas suas caminhadas. Pelo contrário, ele esbarra o tempo todo com o vício e a ignorância, tratada por ele como malefícios cotidianos. Dessa maneira, observa-se que na perspectiva do *Solvitur Ambulando*, ver a cidade é a única forma de veracidade. Desse modo, Augusto não espera o espaço urbano de cima para baixo, através de mapas ou técnicas de gestão, ele pisa o chão da metrópole, vivendo-a, tocando-a, entrando numa conexão com o que dela ratifica sua memória. Dessa maneira, o personagem ainda consegue perceber um pouco da identidade fragmentada pelas transformações urbanas e pela destradiconalização do Rio de Janeiro. Entretanto, uma questão se interpõe entre o protagonista e seu objeto de desejo, o gigantismo da cidade. Motivo pelo qual ainda não fora capaz de ir além da região central.

Em suas perambulações Augusto ainda não saiu do centro da cidade, nem sairá tão cedo. O resto da cidade, o imenso resto que somente o satanás da Igreja de Jesus Salvador das Almas conhece inteiramente, será percorrido no momento oportuno. (Fonseca 1994, p. 597)

O processo de esvaziamento do centro da cidade acaba por ser uma metonímia da fragilização da identidade urbana que outrora existira nesse lugar. O deslocamento populacional para regiões mais residenciais e, por sua vez, melhor protegida de ameaças e interações inevitáveis no centro, dificultava a Augusto “ver a cidade”, ao passo que, emergia uma identidade heterogênea incapaz de dar sentido à cidadania e a sociabilidade. A sanha utilitária do capitalismo internacionalizado não poupava o centro, posto que, oferecia serviços, apesar de não oferecer significados aos cidadãos. Tal transformação tirava do centro e, por conseguinte da cidade, suas virtudes, enquanto inculcava novos vícios.

No que concerne à interação com as prostitutas, típicas habitantes da região central, o protagonista tinha por hábito ensiná-las a ler, pagava a elas não para que prestassem seu serviço sexual habitual, mas para que ficassem à sua disposição para serem alfabetizadas. Dentro dessa perspectiva, duas questões saltam aos olhos: a primeira é a busca por interagir e conviver com quem vive, trabalha, sente e sofre com a vida no espaço público; a segunda é a crença no saber que Augusto possui e compartilha. O conhecimento seria, nesse sentido, a válvula de escape para qualquer perspectiva de reconstrução da cidade enquanto espaço de comunhão afetiva.

Dentro dessa perspectiva, é interessante perceber que Rubem Fonseca constrói um personagem que experimenta algo semelhante ao que Maria Stella Bresciani sugere em seu texto. Ambos leem as cidades com os olhos da memória, posto que, de acordo com a

historiadora:

Foi a São Paulo de hoje que me incentivou a indagar como historiadora sobre esse processo de um século de duração que leva os que por aqui viajam a se verem frequentemente submetidos ao impacto negativo da imagem atual da cidade. Foi a condição de cidadã que me colocou a questão de como se vive em São Paulo: esse descompasso entre intenções bem-intencionadas (na maioria das vezes, quero crer) das autoridades e o resultado pouco animador; a surpresa de que iniciativas individuais podem mostrar que a cidade pertence e pode ser edificada pelo cidadão. Devaneio? Pode ser... (Bresciani, 2004, p. 16)

A descrença nos urbanistas e governantes aproxima uma historiadora real e um personagem fictício, ao passo que, ambos observam os descompassos entre a cidade imagina e a que se vê, observam traços cidade que as autoridades acima ignoram ou tentam estetizar de modo a se tornar palatável. Ambos percebem que o gigantismo do espaço urbano é um entrave para reestruturação da cidadania. De acordo com Bresciani: A cidade não cresce, incha, espalha-se como mancha de óleo no mapa, sem possibilidade de prover trabalho, habitação, saúde e escola para toda a população. (Bresciani, 2004, p. 19) Dentro dessa perspectiva, de acordo com Harvey:

Por um lado, presenciamos uma maior fragmentação do espaço social urbano em bairros, comunidades e uma variedade de "grupos de esquina" e, por outro lado, a ligação eletrônica casa-trabalho e o transporte rápido tornam sem sentido o conceito de cidade enquanto unidade física rigidamente delimitada ou mesmo um domínio administrativo coerentemente organizado. (Harvey, 1996, p.51)

A cidade agigantada e fragmentada proporciona processos de subjetivação individuais sem conexões sólidas com algum significado comum bem delimitado. Nesse sentido, na falta de um discurso comum se observa um espaço aberto para a produção de narrativas individualizantes que podem ser tão instáveis quando a própria economia capitalista.

A CIDADE VIGE É NOS SUJEITOS URBANOS

Não é difícil observar diferenças entre os sujeitos da pós-modernidade e seus antecessores. Entretanto, existem alguns pontos comuns que foram intensificados e, que, por isso se destacam na experiência real da vida urbana. Dentro dessa perspectiva, cabe ressaltar que um desses pontos centrais, embora externo, residem na quantidade de imagens e sons com os quais os indivíduos interagem, que aumentaram exponencialmente, não apenas em número, mas em intensidade e impacto. Nesse sentido, a impeniência da sociedade da informação acaba por produzir processos de subjetivação fragmentados, em que os sujeitos são liberados dos discursos de outrora, sem que consigam entender qual seu papel no mundo, como devem agir ou como devem viver. A discussão introdutória acima

parece descrever sutilmente a personalidade de Zeca, personagem principal do romance “Pornopopeia” publicado em 2009, escrito por Reinaldo Moraes. Através de uma narrativa intensa, quase um monólogo com breves interrupções em que o protagonista dialoga com o leitor, Moraes vai contando a história de um cineasta “alternativo” em franca decadência.

Certos temas que estavam em emergência nos textos de Clarice Lispector, como o sexo e a violência, que apareciam sob forma de tensão e desconforto, em Rubem Fonseca já eram tematizados com total abertura. Na Pós-modernidade, através do texto de Reinaldo Moraes, observa-se uma articulação escancarada e bem-humorada desses assuntos com a temática do uso de drogas. Trata-se da epopeia de Zeca na cidade de São Paulo, estimulada por álcool e drogas que acompanham o personagem em sua contínua busca por gozar na cidade. A cidade, diga-se de passagem, é parte-integrante do romance, posto que é a personagem que abre ou não as possibilidades de gozo ao protagonista, surge no texto como espaço aberto à caçada pulsional empreendida pelo protagonista e, até mesmo participa de alguns diálogos. No entanto, a conversa entre Zeca e São Paulo não ajuda o personagem a se orientar ou a encontrar algum grau de estabilidade interior. Dessa maneira, observa-se que a cidade, enquanto espaço do desejo e das trocas, exerce importante poder sobre aquele narrador, o de provocá-lo, não o de dar-lhe referências com as quais ele possa entender melhor como agir no mundo.

Esse homem desorientado, vivendo seus prazeres às custas de outras pessoas, é também um sujeito do mercado. Ao passo que orienta sua vida em direção à busca por realizar suas pulsões e não se constrange em transcender quaisquer limites (lei, bom-senso, vínculos afetivos, saúde, estética, ética) sempre que algum desses se interpõe entre ele e seu objeto pulsional. Esse sujeito cheio de si e, em outro sentido, cheio dos outros, costumeiramente interrompe suas longas digressões para falar ao leitor, tais falas são geralmente repletas de ironia e maliciosos jogos de palavra. Nesse sentido, diversas frases satíricas presentes no texto vão além das risadas, oferecendo certos indícios sobre a própria subjetividade pós-moderna, presente de maneira hiperbólica no personagem do texto.

Dentro da perspectiva de George Minois, em sua obra “História do riso e do escárnio” (2003), há uma “dimensão defensiva do humor”. (Minois, 2003, p. 559) Nesse sentido, de acordo com Sílvia Telarolli (2018), o humor seria como que uma arma protetora contra a angústia. (Telarolli, 2018, p. 65) Entretanto, embora a tentativa de narrar a própria história com ironia divirta o leitor, revela, no entanto, um certo desespero, uma incapacidade de reconhecer algum sentido para a vida.

O mundo ri, porque esgotou todas as certezas e tem medo; reação compreensível, pois rindo de uma situação temos a impressão de tê-la dominado, rindo das próprias desgraças, torna-se mais fácil suportá-las (MINOIS, 2003, p. 555)

Em Pornopopeia, Reinaldo Moraes acentua o caráter defensivo do humor, posto

que, a experiência narrada dá ao leitor pistas sobre o próprio personagem. Dentro dessa perspectiva é possível notar que com todas as variáveis de sua vida (trabalho, família, vícios, sexo e futuro) fora de controle, sendo seguidamente tiranizado pelos seus desejos, resta a Zeca rir. Dessa maneira, a possibilidade de inventar uma narrativa divertida para algum fato desagradável ou banal, oferece ao personagem alguma sensação de controle sobre si mesmo. Nesse sentido, é possível observar o uso do poder da escrita e da gramática para transformar sentimentos em objetos. A escrita irônica de Reinaldo Moraes revela um indivíduo que busca se defender do caráter fluido e autoreflexivo da condição humana e urbana na pós-modernidade, que transforma a interpretação sobre sua própria experiência a partir de uma torrente de palavras, formando um conjunto de objetos observáveis e manipuláveis.

A necessidade de dar algum sentido utilitário à sua vida está atrelada ao desejo de viabilizar seu projeto libidinal. O sentido da vida enxergado por Zeca está umbilicalmente associado à realização de seus prazeres, prioridade central da sua vida. Entretanto, tal percepção normalmente seria típica de um vilão perverso, mas na verdade o que Reinaldo Moraes constroi é um anti-herói totalmente desorientado que tenta ironizar sua desgraça visando administrar o caos.

No livro de Reinaldo Moraes, *Pornopopeia*, o amor é sumariamente reduzido à sua dimensão corpórea e sexual. Entretanto, o sexo não emerge em seu viés comunicacional e tampouco em uma perspectiva dialógica. A individualização aprofundou-se de tal maneira que, nem mesmo o semelhante é alvo de afetos. É importante destacar que, regressando brevemente a Rubem Fonseca, o afeto ainda era possível de ser observado entre os semelhantes e a cidade ainda permitia alguma possibilidade de encontro amoroso entre os diferentes. Os personagens de Fonseca vivem os impasses criados pelo imaginário social das sociedades modernas. Na obra de Moraes, nem isso se observa. Nessa perspectiva, qualquer memória do discurso afetivo (romântico) típico da modernidade é triturada pela avalanche pulsional vivenciada por Zeca, seu narrador-personagem. O discurso burguês sobre o amor, que falava em fidelidade, eternidade, casa, família, paternidade entre outros imperativos, parece incapaz de afetar um corpo construído na lógica da individualização.

Devia avisar a Lia que não vou dormir em casa hoje, como também não dormi – nem avisei – ontem. Mas ela também não me ligou até agora, então foda-se. Quer dizer, ligou sim. Deixou um recado na secretaria de madrugada. (Moraes, 2011, p. 46)

Nessa perspectiva, a relação com a família se destaca enquanto uma obrigação formal que Zeca não consegue mais cumprir. Entretanto, isso não se dá na mesma perspectiva apresentada por Clarice Lispector nos contos anteriormente discutidos. Nessa autora, observa-se traços iniciais do processo de destradicionalização, posto que o discurso romântico burguês ainda se destaca na mediação das relações entre indivíduo e cidade e, a família ainda é buscada como espaço afetivo que poderia garantir alguma estabilidade

emocional. Em Fonseca, nota-se a ascensão do sexo na mediação das relações entre os indivíduos e como a cidade surge, como uma experiência mais corpórea que política, ao passo que, identifica-se na experiência urbana uma abertura para as realizações pulsionais, sejam da ordem sexual ou da ordem da violência. Nessa perspectiva, a obra de Moraes revela uma cidade limitada ao seu viés utilitário (circulação de produtos, desejos e pessoas), habitada por sujeitos incapazes de se comunicar, sem nenhuma transcendência a quem recorrer. Desse modo, acerca de sua esposa e de seu “chefe”, Zeca enuncia e anuncia: que se foda a Lia, o motoqueiro e o Zuba – e eu também, que já estou mais ou menos acostumado a me foder. (Moraes, 2011, p. 46)

Porra Lia, cê quer discutir isso agora? Tô trabalhando.

Trabalhando

Lógico. Quê mais você acha que venho fazer aqui na produtora?

A patroa caiu na gargalhada. Tive que me contorcer pra não fazer a mesma coisa. Quando me senti sob controle, mandei: “Lia, pode parecer estranho, mas é o que mais faço aqui: trabalhar.”

Mais risadas. Dessa vez, não me aguentei e ri também. Quando pude sossegar o diafragma continuei: “Agora, por exemplo, tô mergulhado no roteiro dos embutidos, vou ficar até a hora que for.”

Ficou um silêncio. Daí, ela retomou nossa suposta conversação: “não

(Moraes, 2011, p. 47)

A conversa denota impaciência e uma certa desconexão, termina inclusive com uma ameaça feita por Lia de qualquer hora trair Zeca. A possibilidade de quebra do paradigma da fidelidade, sobretudo por parte da mulher, que era algo devastador na narrativa romântica, não parece afetar o personagem. Este, inclusive, relata que já ocorreu tal fato, que não sofreu, ao contrário, sentiu desejo.

Não seria a primeira vez, de fato, como a própria patroa me confessou, depois de duas garrafas de vinho e uma bomba compartilhadas, numa noite sem pedrinho nem empregada. Fiz o número do corno magoado mais conformado. É o que a mulherada prefere. Na real me deu foi um puta tesão por ela. Cai matando a veia. Ela ter dado pra outro cara reinstalou a sacanagem na parada. (Moraes, 2011, p. 50)

“que graça tem ser corno e não saber na hora?” (Moraes, 2011, p. 50)

Enunciados centrais do discurso romântico, a monogamia e a indissolubilidade do matrimônio não afetam nenhum pouco o personagem. Vide sua reação à traição da esposa, tal como à consciência dela das traições recorrentes do marido. Os papéis de gênero também não são desempenhados conforme a narrativa moderna. É Lia quem cuida do filho, mas é ela que tem uma carreira sólida e garante a subsistência da carreira do marido, através de seu irmão.

O fato de ser pai é demarcado em poucos instantes, nem mesmo um filho aproxima

o casal, também não supera a incapacidade afetiva do narrador-personagem. Nesse sentido, o único momento mais terno, no tocando família, é permeado pelo efeito de um ácido e pela força da libido. Posto que, ao chegar no local onde ocorreria uma cerimônia religiosa-sensual, a qual o protagonista denominou: Surubrãmene, ocorre uma cena em que finalmente Zeca demonstra algum afeto por seu filho. No contexto em que se descreve o cortiço onde irá ocorrer o evento, destaca-se a seguinte cena:

Uma gaiola pendurada na parede, sem passarinho. Um vira-lata lambendo o saco. Um barrigudinho duns 3 anos, pelado, tomando banho, assessorado por uma pirralha como no máximo o dobro da sua idade. Me ocorreu o quanto o Pedrinho ia adorar um banho de mangueira e bacia num fim de tarde de verão como aquele. (Moraes, 2011, p. 89)

Em meio à narrativa da surubramene, Zeca retorna a falar da casa e de Lia. Ressalta que já deveria ter terminado o casamento, talvez depois da primeira trepada. A Lia veio outro dia com o papo que eu só continuo casado com ela por motivos materiais: boa cama, boa comida, roupa lavada e passada, boa ducha, tudo do bom e do melhor. (Moraes, 2011, p. 125) Só esqueceu de outro laço de igual importância que nos une: o irmão dela, que sairia na mesma hora da sociedade na produtora e me expulsaria daqui. (Moraes, 2011, p. 125) O utilitarismo está presente nos vínculos mais sutis, reduzindo a família ao papel de viabilizadora de seus gozos e não da estabilidade interior e da própria identidade, invertendo, nesse sentido, o significado predominante acerca de tal instituição social.

Se ela não me enchesse tanto o saco com cobranças e recriminações de ordem prática, além de outras sentimentais, a gente treparia bem mais e melhor. Mas você conhece alguma mulher capaz de fazer tal simples cálculo de custo-benefício desses? (Moraes, 2011, p. 126)

De forma sutil, Moraes revela indícios sobre a transição do modo de subjetivação típico da sociedade moderna, através de uma descrição do pai de Zeca, para a pós-moderna, vivenciada intensamente por esse. Nesse sentido, ressalta as diferenças entre a perspectiva afetiva e identitária da modernidade e da pós-modernidade, demarcando a vida do seu pai como anacrônica, logo, uma existência inviável na cidade marcada pela individualização.

O velho, quando eu nasci, tinha a mesma idade que eu tenho hoje: 42. Casou tarde, aos 39, mas só uma vez, pra vida toda. Seu primeiro emprego foi no Banco do Brasil, onde entrou por concurso e de onde nunca mais saiu até se aposentar. Uma só mulher, um só emprego. A vida toda. Largava no banco no fim da tarde e ia direto pra casa. (Moraes, 2011, p. 127)

Eu via meu pai, sempre rancoroso com a vida, minha mãe pragmática e triste, meu irmão suicidado dentro do quarto, gritos nos confins da noite, vizinha de camisola vindo ajudar, mil sombras de vultos inexplicáveis, uma boca de fogão acesa ardendo no ponto de fuga de um longo corredor vazio, a ambulância de porta traseira aberta na frente de casa. (Moraes, 2011, p. 122)

A sufocante família moderna, da qual os personagens construídos por Clarice

começavam a querer se libertar, a qual o protagonista de Rubem Fonseca poderia restaurar através do resgate memorial da cidade, para Zeca foi o espaço de sua própria destradicionalização e individualização. No seio de sua parentalidade o personagem intelectualizou seus sentimentos e vivenciou seu próprio processo de subjetivação deveras fragmentado.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. *O caos totalmente normal do amor*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BECK, Ulrich. "A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva." In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRESCIANI, Maria Stella. "A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 6, núm. 2, 2004.

CORDEIRO GOMES, Renato (2008) "Literatura e resíduos utópicos: heterogeneidade cultural e representações da cidade." In: Krieger, O.; Schollhamer, K. E. *Literatura e Cultura*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2008

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. *Os crimes do texto. Rubem Fonseca e a ficção contemporânea*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

FONSECA, Rubem. *Contos Reunidos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

FORTUNA, Carlos. Évora: um caso de destradicionalização da imagem da cidade. *Coimbra, CES*, n.91, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, David. "Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio", In: *Espaço & Debates*, N. 39, 1996.

ILLOUZ, Eva. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LISPECTOR, Clarice. *Laços de Família*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LUCHETTI BINGEMER, Maria Clara. "Iniciação e paixão a tensão dialética entre Eros e Agape em dois romances de Clarice Lispector". *Teoliterária* V.2, N.4, 2012.

MORAES, Reinaldo. *Pornopopeia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PECHMAN, Robert M; KUSTER, Eliana. *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade*. Minas Gerais: Editora UFMG, 2014.

TELAROLLI, Sylvia. "Pornopopeia: entre o riso e a solidão." *Revista Alêre*, v.18, n.2, 2018.

CAPÍTULO 3

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE: ESTADO, INTERVENÇÃO LEGISLATIVA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE (1928 – 1930)

Data de aceite: 01/02/2022

Roberto Jorge Chaves Araújo

Jean Carlo de Carvalho Costa

RESUMO: O tema desse estudo de História política renovada é a atuação dos deputados da Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte, de 1928 a 1930. Esse período corresponde à última legislatura da chamada República Liberal de 1889 a 1930. A questão que se busca responder é qual o significado histórico da atuação parlamentar estadual referida. Optou-se por analisar a ação estatal legislativa estadual à legislação tributária de exportação e importação aprovada em 14 novembro de 1928. Os parlamentares são compreendidos como membros de uma categoria particular de intelectuais, os políticos, com função social diretiva, organizativa e educacional. A atividade parlamentar é considerada um acontecimento que se relacionada com estruturas estabelecidas secularmente desde pelo menos a segunda metade do século XIX. Assim, a legislação tributária aprovada em 1928 ao incidir sobre o comércio de importação e exportação estaduais e sobre a formação de preços mercadorias induziu e requereu desdobramentos diversos, municipais, estaduais, interestadual e nacionais, expressando e contribuindo de forma decisiva para a reestruturação das fronteiras internas do estado da Parahyba do Norte no estado nacional brasileiro e para a superação de padrões coloniais remanescentes, ampliando o estado-nação

criado em 1822/24. Por fim, entende-se que os políticos instauraram um padrão intervencionista nas relações entre estado, economia e sociedade cujo sucesso se deveu à transmissão cultural-educativa e não somente à coerção.

PALAVRAS-CHAVE: História, política, legislação, educação, sociedade.

THE LEGISLATIVE ASSEMBLY OF THE NORTH PARAHYBA: STATE, LEGISLATIVE INTERVENTION, EDUCATION AND SOCIETY (1928 – 1930)

ABSTRACT: The theme of this study of Renewed Political History is the political action of the deputies of the Legislative Assembly of the State of North Parahyba, from 1928 to 1930. This period corresponds to the last legislature of the so-called Liberal Republic from 1889 to 1930. The question we seek to answer is what is the historical meaning of the referred state parliamentary action. It was decided to analyze the state legislative action to the tax legislation for export and import approved on November 14, 1928. Parliamentarians are understood as members of a particular category of intellectuals, politicians, with a social directive, organizational and educational function. Parliamentary activity is considered an event that is related to structures established for centuries since at least the second half of the nineteenth century. Thus, the tax legislation approved in 1928, when it focused on state import and export trade and on the formation of prices for goods, induced and required several developments, municipal, state, interstate and national, expressing and decisively contributing to the restructuring of borders

the state of North Parahyba in the Brazilian national state and to overcome the remaining colonial patterns, expanding the nation-state created in 1822/24. Finally, it is understood that politicians established an interventionist pattern in the relations between state, economy and society, whose success was related to political action of cultural-educational transmission and not just coercion.

KEYWORDS: History, policy, legislation, education, society.

INTRODUÇÃO

Esse é o resultado final da pesquisa¹ sobre a ação parlamentar estadual paraibana que resultou na aprovação da legislação tributária aprovada pelos parlamentares estaduais da Parahyba do Norte no ano de 1928. A periodização desse estudo foi delimitada a partir de dois fatos, quais sejam, a instalação da legislatura em 1º de março de 1928 (ASSEMBLÉA...1 de março de 1928, p. 2) e a sua extinção juntamente com a Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba, bem como de todos os demais órgãos legislativos e deliberativos em todas as instâncias da administração pública em 11 de novembro de 1930 (CÂMARA...11 de novembro de 1930).

É importante delimitar o estudo no período dos dois anos mencionados porque fatos subsequentes à aprovação são reveladores das contradições existentes à época e também porque para a legislação ter eficácia, além de se recorrer a ações coercitivas teve que ser ter reconhecimento social sobre sua importância (GALIZA, 1993, p. 126-129; REALE, 2002, p. 114).

A escolha da lei n.º 672, sancionada em 17 de novembro de 1928 (ASSEMBLÉA...p. 135) se deu por três motivos, quais sejam, a disponibilidade de informações factuais sobre o comércio paraibano; sua amplitude que, ao incidir sobre o comércio de exportação importação, induziu alterações em relações sociais secularmente estabelecidas (OLIVEIRA, 1985); e sua aplicação por meios coercitivos e educacionais que efetivamente criou um situação original, intervencionista, quando instalou **“uma única porta de acesso e saída [para o comércio do estado] – o Porto de Cabedelo”** (GALIZA, 1993, p. 126, grifo nosso).

Quanto à abordagem da atuação dos políticos estaduais paraibanos foi desenvolvida a partir da renovação eficiente da História política liderada por R. Rémond (BOURDÉ; MARTIN, 1992, p. 251 -268), constituindo-se como “uma etapa nova no desenvolvimento da reflexão que a história faz sobre si mesma [e através da qual se pode] reintegrar os fatos políticos ao campo de observação [histórica]” (RÉMOND, 1996, p. 22).

J. Julliard (1986, p. 193), por sua vez, atualizou a pertinência do estudo do ícone da história tradicional, o acontecimento, considerando a relação desse com as mudanças estruturais e P. Burke (1992, p. 346-347) mencionou a ideia de M. Sahlins sobre “um

1 O desenvolvimento da pesquisa ocorreu através de um de projeto de pesquisa aprovado para estágio pós-doutoral pelo colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. Outras versões completas desse texto foram apresentadas e aprovadas para serem publicadas nos anais do 31º da ANPUH, Rio de Janeiro, RJ e do V Congresso Internacional História, regiões e fronteiras, Passo Fundo, RS, ambos em 2021.

relacionamento dialético entre os acontecimentos [tomando-a como fundamento para criticar a] famosa justaposição dos acontecimentos e das estruturas de Braudel [e desfazendo] a oposição binária entre essas duas categorias”.²

No que se refere ainda à abordagem de um acontecimento – a aprovação de uma legislação tributária em 1928 – enfatiza-se, portanto, que se procurou romper com a mencionada oposição dicotômica entre acontecimentos e estruturas (BURKE, 1993, p. 347) desenvolvendo a sua análise dentro do processo mais geral de “descolonização” (BURKE, 1992, p. 20; JANCSON, 1997, p. 387 – 437; COSTA, 1987, p. 67-80) brasileira e noutro processo histórico de natureza semelhante, tomado nesse estudo de forma mais específica, denominado de “descolonização interior” (NORA, 1993, p. 8).

Esse processo histórico mais específico de descolonização foi caracterizado por variados fatores que vão desde o controle da circulação mercantil e do incremento da arrecadação paraibanas e das ações do poder executivo estadual paraibano até o fortalecimento das fronteiras e desenvolvimento de limites internos do estado nacional brasileiro (GALIZA, 1993, 126-129; MARTINS, 1990, p. 60; OLIVEIRA, 1985, p. 121; FERRARI, 2014).

Do ponto da legitimidade social considerou-se relevantes para desenvolver o presente estudo de história política a existência histórica de reivindicação por uma ação estatal dessa natureza da parte de proprietários organizados em associação desde 1914, pelo menos (GALIZA, 1993, p. 109; 137), o próprio fato de que a legislação tributária aprovada e sancionada incidu diretamente sobre relações socioeconômicas centrais para o conjunto da sociedade paraibana com desdobramentos interestaduais e nacionais (GALIZA, 1993, p. 87 -137; MELLO, 2000, p.170-183).

Os amplos ataques recentes e estruturados à democracia e à política em várias sociedades (LEVITSKY; ZIBLAT, 2018) - o que não é exatamente uma novidade histórico - são fatos reais e não devem ser menosprezados pelos estudos históricos no sentido de desenvolver de História política e, por último, a constatação de que “que não há possibilidade de se explicar o desempenho das sociedades sem levar em conta a relação entre ambas as esferas [no caso, entre política e sociedade]” (NORTH *apud* BOSCHI; GAITÁN, 2008, p. 311).

A metodologia incluiu a consideração de **informações factuais**³ de obras já publicadas, a consulta de fontes históricas jornalísticas disponíveis *on line* no Arquivo digital - A União – Jornal, Editora e Gráfica (A UNIÃO...s/d)⁴ e, por fim, a consulta de conjunto

2 Nesse mesmo sentido é possível dizer que M. Sahlins tenha possibilitado criticar legitimamente Ferdinand Saussure e sua antropologia estrutural que elaborou a possibilidade de se estudar acontecimentos pela eliminação da cognoscibilidade do tempo (FREHSE, 2001, p. 135).

3 A expressão **informações factuais** consta no texto sobre mídia de Jean-Noël Jeanneney (1996, p. 214) sem um desenvolvimento como categoria teórico-metodológica.

4 Registre-se que o próprio estabelecimento dessa metodologia foi se desenvolvendo à medida que as condições de pesquisa e a própria pesquisa foram ocorrendo.

específico de atas de sessões legislativas específicas⁵.

Quanto às condições históricas propriamente contextuais que estimularam a ação política legislativa e executiva tributária de 1928 considera-se, sem redução a esses fatores, que merecem destaque a expansão da produção e do comércio do algodão paraibano para atender, principalmente, o mercado interno brasileiro desde meados da década de 1910; a existência secular de dependência para o escoamento da sua produção por regiões vizinhas desde o século XIX remontando ao século XVIII, bem como os posicionamentos críticos a essa dependência (OLIVEIRA, 1985); a organização e atuação de setores da sociedade paraibana através da Associação do Comércio da Parahyba associada à finalização e aprimoramento da construção de um sistema de transporte terrestre e marítimo na região paraibana interligando o litoral com áreas interioranas na década de 1920 (GALIZA, 1993, p. 87-137).

No que diz respeito a abordagem dos parlamentares estaduais paraibanos considerou-se que eram um grupo de **intelectuais** com “função diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual” (GRAMSCI, 2001, p. 25), tanto por terem atividade político-partidária e elaboração de leis, por exemplo, como também pelo fato de terem atuado na transmissão ou socialização de saberes (CARDOSO, 2012, p. 42) fazendo da legislação tributária uma “norma de cultura” (REALE, 2001, p. 109) e conferindo-lhe, assim, a positividade necessária⁶, vale dizer, contribuindo para que se tornasse um direito positivo (ABAGNANO, 2007, p. 278).

Quanto aos conceitos de **Direito**, **legislação** e de **educação**, optou-se por fazer uso de **informações secundárias** (MEDEIROS, 2021, p. 83) na forma de definições presentes num léxico de Filosofia por esse tipo de obra oferecer abstrações genéricas e fundamentadas sem prejuízo da precisão analítica. Nesse sentido, por **Direito**, entende-se o conjunto de regras jurídicas “que têm por objeto o comportamento intersubjetivo, ou seja, o comportamento dos homens entre si” (ABAGNANO, 2007, p. 289). Já a **legislação**, é compreendida como **regra jurídicas** às quais são “submetidas certa multiplicidade” (ABAGNANO, 2007, p. 840) ou relações sociais realmente existentes e com similitudes que, justamente, permitem reuni-las para organizá-las.

Em termos estritamente técnicos do Direito, considera-se que a legislação tributária ou Lei n.º 672 de 17 de novembro de 1928 (ASSEMBLÉA...9 de novembro de 1928, p. 133) que instituiu um sistema tributário enquadrando todas as variadas atividades comerciais estaduais de importação e exportação é justamente uma legislação tal qual foi definido e, ao mesmo tempo, um **direito positivo** que vem a ser o “conjunto dos D. que as várias

5 O acervo arquivístico mencionado só pode ser consultado duas vezes e porque esse pesquisador é servidor efetivo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba o que proporcionou acesso à documentação somente em três dias diferentes e somente num período de cinco horas devido ao fato do dito acervo continuar interditado a maior parte do tempo.

6 Importa esclarecer que essa é a compreensão de Rodolf Stammler, alemão e filósofo do Direito, numa certa oposição às ideias do Hans Kelsen (REALE, 2001, p. 109).

sociedades humanas reconhecem” (ABAGNANO, 2007, p. 278).⁷

Já sobre a definição moderna de **educação** entende-se como sendo

a transmissão e o aprendizado das técnicas culturais, que são as técnicas de uso, produção e comportamento, mediante as quais **um grupo de homens é capaz de satisfazer suas necessidades** [...] de modo mais ou menos ordenado e pacífico (ABAGNANO, 2007, p. 305, grifos nossos).

A par dessa definição resta saber em que medida os políticos atuaram para transmitir buscando o reconhecimento de uma “técnica social” (ABGNANO, 2007, p. 278), e seu estabelecimento “norma de cultura” (REALE, 2001, p. 109) cumprindo, assim, objetivos organizativos e diretivos, ou seja, intelectuais, ou seja, educativos (GRAMSCI, 2001, p. 25).

Finalizando essa introdução importa mencionar que outros aspectos contextuais muito gerais da ação dos políticos paraibanos, quais sejam, que sua atuação se deu numa unidade federada brasileira agroexportadora e no período de transição que foi a da década de 1920 (CANO, 2012; GALIZA, 1993, 99; 108; 128).

No que diz respeito ao sistema de representação política e da organização do estado nacional seus traços eram a realização de eleições pelo voto universal aberto exercido por um eleitorado masculino e letrado que elegia somente homens, bem como que a chamada Primeira República era um estado formalmente liberal, presidencialista, federativo e republicano (ARRUDA, 2007, p. 161-188; PORFÍRIO, s/d; NICOLAU, 2012, p. 46-72), que se mostrava autoritário na prática mas, ao mesmo tempo, “aglutinador” (PAIM, 2018, p. 156), ou seja, a participação popular reduzia-se às eleições ou se pretendia que assim o fosse.

A seguir, começa-se a propriamente desenvolver o texto tecendo considerações sobre um ponto central nas relações estado e sociedade, qual seja, o intervencionismo estatal.

CONSIDERAÇÕES BREVES SOBRE INTERVENCIONISMO ESTATAL: DO INTERVENCIONISMO MERCANTILISTA AO ESTADO REGULADOR

É necessário compreender o significado de **intervencionismo estatal** porque a criação da lei tributária estadual paraibana estatal em 1928 explicitou uma mudança na relação entre estado, economia e sociedade, que passou do apoio à ingerência na atividade econômica regida pela livre iniciativa. Note-se que essa atitude, atípica, devido ao liberalismo proclamado já havia ocorrido, por exemplo, desde 1906 relativamente à cafeicultura (RIBEIRO, 2011, p. 75-93).

Primeiramente, importa compreender que “A relação entre Estado e mercado,

⁷ Sobre a concepção de Direito importa acrescentar, como uma exigência mesmo da relação que se pretender desenvolver entre lei e educação, que é além de ser definido **modernamente** como uma “uma técnica racional de coexistência”, essa técnica é validada como um dever-ser (ou seja, “aquilo que é bom que aconteça ou que se pode prever ou exigir com base em uma norma”), como coerção organizada por meios políticos e como “técnica social” (ABAGNANO, 2007, p. 267; 278).

entre política e atores econômicos, assume características particulares em cada momento histórico” (BOSCHI; GAITÁN, 2008, p. 307). Sabe-se que as formas intervencionistas **estatais e não-municipais** surgiram na Inglaterra do século XIII à medida que transcendeu-se o localismo de normas municipais e constituiu-se o **mercantilismo** do século XV ao XVIII, na Europa ocidental, que estruturou com especificidades a atuação das diversas monarquias nacionais absolutistas e a própria ascensão da burguesia mercantil (FALCON, 1982, p. 48-51) através do uso de “legislação e práticas exclusivistas” (FRITSCH, 1996, p. 15).

Depois, do final do século XVIII em diante, a **instituição do livre iniciativa** fez oposição crescente e eficiente ao mercantilismo, passando a ser uma espécie de dogma relacionado ao desenvolvimento econômico capitalista, à ascensão política e social das burguesias de cada estado nacional o que “acabaria por reduzir a ruínas o ordenamento jurídico da antiga ordem econômica internacional [mercantilista]” (FRITSCH, 1996, p. 16). No Brasil, o intervencionismo estatal mercantilista se fez plenamente presente desde o período colonial (WEHLIN; WEHLING, 1994, p. 196 – 216), começando a ser extinto paulatinamente, mas não por completo, a partir de 1808 por D. João VI através de legislação de natureza liberal (COSTA, 1987, p. 75-80).

Foi-se organizando uma ordem liberal com exceções e, depois da crise de 1929, o intervencionismo estatal, econômico, se fez presente (CANO, 2015, p. 444 - 446) passando a integrar o próprio ordenamento jurídico constitucional federal na década de 1930, particularmente a partir da Constituição Federal de 1937, existindo até nossos dias de maneira **transformada** e respaldado no art. 21 da Constituição Federal de 1988 que previu a criação de **agências estatais reguladoras econômicas** como a ANATEL, ANCINE e várias outras (OLIVEIRA, 2015).

O neointervencionismo estatal não prevê para o estado o papel de “interventor direto na órbita da produção” (BOSCHI; GAITÁN, 2008, p. 308). Outro ponto sobre esse neointervencionismo é que mesmo quando se proclama iniciativas liberais como as privatizações de empresas estatais, por exemplo, ocorridas ao longo do século XX observou-se, na verdade, “a formação de coalisões interessadas na construção de uma nova institucionalidade regulatória – um novo projeto de Estado – **para garantir os benefícios das privatizações em longo prazo**” (SCHAMIS *apud* BOSCHI; GAITÁN, 2008, p. 307-308, grifo nosso).

Concluindo esse ponto, entende-se que algum tipo de ação intervencionista estatal econômico, indireta e direta (CARNEIRO, 1973, p. 2), esteve presente nas relações entre estado e sociedade ao longo da história do Brasil mesmo quando se proclamava ideias liberais bem como que no final da década de 1920 já se apontava claramente para uma mudança nas relações entre estado, economia e sociedade que permaneceria até os dias atuais, com modificações. A seguir, analisa-se a atividade parlamentar a partir da decisão política relativa à cobrança reorganizada de tributos.

PODER LEGISLATIVO ESTADUAL, REORGANIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E SOCIEDADE NA PARAHYBA DO NORTE (1928 A 1930): DO REFORMISMO À REVOLUÇÃO

Seguinte a metodologia mencionada na introdução desse texto, foi possível tipificar as ações parlamentares estaduais paraibana de 1928 a 1930 em **discursivas** (intervenções em plenários sobre os mais variados temas, por exemplo) e **legislativas** (todas aquelas que são proposições realmente jurídico-políticas). Como veremos, a necessidade de tornar a legislação tributária eficaz (REALE, 1973, p. 16) incluiu essas duas ações que às vezes se articulavam num mesmo momento de atuação parlamentar bem como observar que a existência de outras, de natureza propriamente educacional.

A respeito da constituição da décima legislatura⁸ de 1928 a 1932, especificamente, quando ocorreu logo no primeiro ano a aprovação da legislação tributária estadual paraibana, o primeiro ponto a destacar é, obviamente, seu momento constitutivo, vale dizer, a realização da eleição dos deputados estaduais paraibanos, obviamente.

Ela, a eleição, foi realizada no dia 30 de dezembro de 1927 (ASSEMBLÉA...29 de fevereiro de 1928, p. 378) e, depois de completado o processo de verificação de poderes, haviam sido eleitos trinta parlamentares estaduais para exercerem mandatos de 1928 a 1932 cujas atividades começaram com três sessões preparatórias que antecederam a instalação da referida décima legislatura no dia 1º de março de 1928 (ASSEMBLÉA...29 de fevereiro de 1928; ASSEMBLÉA...1º de março de 1928).

Um aspecto sempre crucial nos parlamentos é a eleição do dirigente do seu órgão máximo. Para presidir a mesa diretora da Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte foi eleito Ignácio Evaristo (1861-1937), um político epitacista, muito atuante e da nascido na cidade de Areia, que se afastaria do núcleo oligárquico hegemônico no final dessa décima legislatura (FERNANDES; AMORIM, 2018, p. 359-393). Em geral, o período de 1927/1928 a 1930 foi marcado por conflitos sociais e políticos que se ao desenvolver se mostraram com potencial disruptivo da própria ordem oligárquica paraibana e também nacional.

Esse caldeirão de conflitos surgiu já na sucessão presidencial estadual, em 1927/1928, quando políticos epitacistas atuaram contra a liderança oligárquica de Eptácio Pessoa e aliados objetivando conduzir a dita sucessão sendo, porém, vencidos a partir de uma ação iniciada no plenário da Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte que manteve com Eptácio Pessoa o controle da sucessão estadual (MELLO, 2000, p. 171-172; MARIZ, 1976, p. 142-143).

A articulação foi vitoriosa porque, entre outros fatores, o partido republicano havia sido reestruturado por Eptácio Pessoa desde 1916, aumentando a representatividade

8 C. Mariz (1987, p. 79) se refere à legislatura como sendo a décima primeira periodizando-a de 1928 a 1931, mas nas atas das sessões legislativas consultadas a legislatura aparece como sendo a décima e o período de mandato de mando dos deputados é mencionado como sendo de 1928 a 1932.

de seus membros e ampliando a sua ação no conjunto do estado da Parahyba do Norte (FERREIRA, 1993, p. 116 - 117). A união da oligarquia foi garantida, até 1930 pelo menos (MONTE, s/d.; (MARIZ, 1980, p. 80), porque o Partido Republicano da Parahyba do Norte, entre outros fatores, incluiu Júlio Lyra como um dos candidatos a vice-presidente estadual na chapa encabeçada por João Pessoa (A SUCESSÃO...16 de março de 1930, primeira página), sobrinho de Epitácio Pessoa.

Bom, entre os deputados eleitos em 30 de dezembro de 1927 havia três grupos, quais sejam, um oposicionista e ligado a Monsenhor Walfredo, outros dois epitacistas mas com divergências, sendo o núcleo próximo a João Pessoa dito “independente” do núcleo liderado por João Suassuna, José pereira e outros chefes políticos (MARIZ, 1980, p. 80).⁹

O período de atividade parlamentar anual na época era de dois meses de um período total de quatro anos os quais correspondiam à própria legislatura sendo que as sessões anuais poderiam ser “prorrogadas, adiadas e convocadas extraordinariamente” (FERNANDES, 2009, p. 115).¹⁰

Foi justamente o que ocorreu logo no início da décima legislatura. Assim que foi instalada em 1º de março de 1928 os parlamentares estaduais aprovaram uma proposta de adiamento feita pelo então presidente estadual João Suassuna, em final de mandato, argumentando-se que uma reforma jurídica ampla deveria acontecer no estado e propondo o reinício para 1º de setembro desse mesmo ano (ASSEMBLÉA LEGISLATIVA...1º de março de 1928, p. 2). O retorno ocorreu, mas somente em 1º outubro e sem explicações registradas em ata (ASSEMBLÉA...1º de outubro de 1928, p. 391s).

Esse adiamento relacionou-se, possivelmente, ao fato de que existia nos meios políticos do final desse período de transição que foi a década de 1920, transição essa impulsionada por acontecimento variados, locais, estaduais e nacionais (CANO, 2012; GURJÃO, 1999, p. 63-69), a urgência de realização reformas jurídico-políticas.

Deve se incluir nesse reformismo amadurecido a criação do “sistema tributário” (GALIZA, 1993, p. 126) que viria através da apresentação do Projeto n.º 24 de 9 de novembro de 1928 (ASSMEBLÉA...1928, p.135), que foi aprovado e sancionado logo a seguir, em 17 de novembro como Lei. n. 672 e também, quase dois anos depois, da aprovação de um novo pacto social estadual paraibano através da Constituição Estadual de 27 de setembro de 1930¹¹ (FERNANDES, 2009, p. 125-159).

9 Quanto à ocupação dos cargos de deputado estadual ocorreram algumas mudanças no período de 1928 a 1930 (MARIZ, 1987, p. 79 – 80).

10 As eleições para deputados estaduais e para presidente estadual paraibana eram em momentos diferentes (A SUCESSÃO...16 de maio de 1928). Havia autonomia dos estados para estabelecer seu próprio calendário eleitoral, com também para designar os cargos a serem ocupados e, além disso, a eleição para presidente estadual da Parahyba do Norte e do Rio Grande do Norte, por exemplo, eram dias diferentes (O NOVO...3 de janeiro de 1928; NICOLAU, 2012, p. 43-47).

11 A orientação republicana reformista da constituição estadual de 1930 foi prejudicada porque entre os políticos do Poder Legislativo estadual persistia o ranço do jesuitismo. Em 1929, João Pessoa comentou com o tio, Epitácio Pessoa, que se “Queremos uma Constituição como a que elaborou, precisamos retirar da Assembleia os padres e carolas fanáticos” (FERNANDES, 2009, p. 146-148). Bem, seja como como for, essa celeuma mostra uma certa autonomia entre os parlamentares estaduais, o presidente estadual, João Pessoa, e ninguém mais ninguém menos, do que o próprio

A décima legislatura teve um fim dramático por variados motivos, embora tenha cumprido seus objetivos reformistas. No seu último ano, em 1930, teve de tudo. Desde a divisão na oligarquia epítacista até uma revolta armada em solo paraibano e, obviamente, o fato do assassinato do presidente estadual, João Pessoa, em 26 de julho. Devido a fatos como esses e ao próprio desenvolvimento do movimento revolucionário que romperia no dia 3 de outubro, nem sequer o registro da última sessão legislativa no dia 22 de setembro foi concluído (ASSEMBLÉA... 22 de setembro de 1930, p. 257). Essa falta de conclusão se deve, possivelmente, ao fato de que a conspiração revolucionária já estava grassando nas ruas e tornando a atividade nas instituições, supletiva.

Seja como for, como foi mencionado, no período em que os mandatos parlamentares foram exercidos de 1928 a 1930 observou-se uma fase histórica qualitativamente nova dado pelo seu reformismo e intervencionista, por exemplo, que pode ter estimulado a própria revolução, indiretamente, cujo Governo Provisório instituído por decreto de 11 de novembro de 1930 dissolveu as instituições legislativas e deliberativas em geral mas não extinguiu o ordenamento jurídico-político constitucional e outras leis vigentes nos municípios, estados e país, apenas se reservando a possibilidade de alterá-las (CÂMARA... 11 de novembro de 1930).

Sobre ações dos políticos reformistas e no que tange à política tributária de 1928 a 1930, tanto do Poder Legislativo quanto do Poder Executivo estaduais paraibanos, foram estimuladas pelo desenvolvimento de forças produtivas em geral e da expansão econômica resultante do crescimento da cultura algodoeira. Esses políticos passaram muito mais do que uma guerra a certos chefes políticos locais. Propagavam algo muito mais, uma mudança estrutural, através da propagação de ideias como “libertação econômica” associada à “independência comercial” sem isolacionismo do estado, promoção do “sentimento patriótico”, ou seja, a Parahyba do Norte era apresentada como uma espécie de pátria, de lugar de pertencimento cívico além de, pragmaticamente, enfatizar que as “vantagens [das suas ideias políticas modernizadoras, dentre as quais a aprovação da legislação tributária] não se limitam(vam) ao commercio da Capital” (GALIZA, 1993, p. 126-127).

Dessa maneira, ou seja, desenvolvendo atividades que podem ser denominadas aproximadamente de *politics* ou “jogo político”, os políticos eleitos e atuando de acordo com as normas vigentes, a *polity* conseguiram legitimar as suas decisões, ou *policy* (COUTO; ARANTES, 2006, p. 46-49) e realmente ter o poder político (CARDOSO, 2012, p. 42) necessário para desenvolver o projeto modernizador.

Sobre a proposição e tramitação em si da matéria tributária no âmbito do Poder Legislativo, era uma previsão constitucional estadual (FERNANDES, 2009, p. 114 -115)¹² e a sua apresentação para deliberação, tenha ou não sido criada pelos parlamentares

Epitácio Pessoa, como também um traço de tradicionalismo do liberalismo entre os parlamentares estaduais.

12 F. S. Fernandes (2009) reuniu **todos** os textos constitucionais de **todas** as constituições estaduais paraibanas **da maneira como foram aprovadas e sancionadas**.

estaduais mas a eles submetida para se “saber julgar entre as soluções projetadas [e] escolher a que seja justa do ponto de vista ‘sintético’ da técnica política” (GRAMSCI, 2001, p. 119 – 121) foi feita, não de maneira fortuita, provavelmente, pelo deputado estadual Heractyano Zenayde, relator da Comissão de Orçamento, através do projeto n.º 24, em 9 de novembro de 1928, tendo sido aprovado em 14 de novembro de 1928, tendo tramitado sempre como matéria sobre tributo de exportação e incorporação¹³e passando a ter vigência formal após a sanção do presidente estadual, João Pessoa, como Lei. n.º 672, de 17 de novembro de 1928 (ASSMEBLÉA...1928, p. 132-135) e não lei n.º 673, de 11 de novembro de 1928 (GALIZA, 1993, p. 126).¹⁴

Sobre as reações contrárias e a ação a favor, dentro do estado e em Pernambuco, particularmente, através da mídia impressa, vale dizer, Jornal a União e Jornal do Commercio, respectivamente, cessou após o Superior Tribunal reconhecer a constitucionalidade da legislação (GALIZA, 1993, p. 128). Relacionaram-se como expressão mesmo, digamos cultural, do que A. Gramsci (2000, p. 21) denominou de “grande política”, já que a legislação tributária aprovada foi motivada e se destinava a superar certas estruturas estabelecidas secularmente.

No que diz respeito ao impacto real da tributação de 1928 cabe deixar claro que a circulação mercantil na Parahyba do Norte não era, obviamente, isenta de taxas e impostos antes de 17 novembro de 1928 como se pode observar na própria apresentação projeto n.º 24 (ASSEMBLÉA...9 de novembro de 1928). Mas a mudança trazida pela lei tinha como novidade os objetivos essenciais de, ao induzir fortemente uma certa organização da circulação mercantil, favorecer a arrecadação e fortalecer a administração pública estadual localizada na capital estadual bem como o ente federado da Parahyba do Norte na federação (GALIZA, 1993, p. 106).

A mudança foi simples e eficiente ao mesmo tempo, saliente-se, e vinha sendo proposta – ou amadurecida? - desde pelo menos 1914 pela Associação Comercial da Parahyba (GALIZA, 1993, p. 106; 108-109; 126-129; 134). A lei tornava os preços dos produtos importados e exportados via porto de Cabedelo mais competitivos porque as taxas pagas nesse porto marítimo eram menores do que aquelas pagas no comércio feito pelas fronteiras do interior do estado (GALIZA, 1993, p. 126). O estabelecimento das taxas era centralizado na capital estadual e os percentuais das taxas relativas ao algodão, açúcar e couros, as mercadorias mais valiosas no comércio, **eram organizados semanalmente** (ASSEMBLÉA...9 de novembro de 1928, p. 132).

Por isso mesmo considera-se que foi um movimento jurídico-político **modernizador intervencionista e mesmo centralizador** comandado **a partir de instituições políticas**

13 Na ata da sessão o termo usado para imposto de importação para o mercado paraibano é importação.

14 João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, o presidente estadual paraibano, havia sido eleito em 22 de junho e empossado em 22 de outubro de 1928 (MONTE, 2020). Portanto, menos de um mês depois dessa eleição foi aprovado o referido projeto n.º 24 que estabeleceu um sistema tributário estadual na Parahyba do Norte.

estaduais – e talvez municipais como o Conselho Municipal¹⁵ – todas sediadas na capital estadual. Cabe destacar, inclusive, que a ação política de 1928 **não** se deu num vazio de condições históricas já que as mudanças na circulação mercantil, pelo menos relativamente ao algodão, já vinham ocorrendo desde 1924 (GALIZA, 1993, p. 112; 117).

Mesmo assim, foi preciso atuar politicamente, como já se mencionou, para desenvolver a chamada positividade da lei tributária, dada pela relação entre vigência formal e eficácia (REALE, 1973, p. 16) tornando-a um direito positivo. Essa atuação recorreu a transmissão de ideias/saberes (CARDOSO, 2012, p. 41-42) como a existência de “aspiração secular [que] importa em benefícios que restringem interesses estranhos, não podendo, portanto, ser atingido sem a grande resistência que lhe foi posta” (GALIZA, 1993, p.127).

Saliente-se que não se trata de identificar a análise histórica com o discurso político oficial. Muito pelo contrário. Sabe-se que desde o final do século XVIII esteve presente na sociedade colonial paraibana essa ideia de autonomia e de se beneficiar da sua produção em termos de arrecadação (OLIVEIRA, 1985).

A referida resistência foi vencida em várias frentes. Tanto por meios jurídicos – a lei era constitucional, como se viu - e políticos, institucionais, como por ações militares – ao se derrotar os revoltosos de Princesa Isabel - e através da ação política partidária nacional articulada na Aliança Liberal de 1930 (GALIZA, 1993, p. 128-130).

A respeito da eficácia da legislação de 1928 relacionou-se, objetivamente, ao “soerguimento do estado” (GALIZA, 1993, p. 127-128) como uma espécie de corolário estadual paraibano do período **de transição** que foi a década de 1920 (CANO, 2012; 1998, p. 98). Transição essa de natureza modernizadora, expressão da mudança de um modelo agrário-exportador centrado em São Paulo para outro, modernizado¹⁶ e modernizante, urbano e industrial, em geral (JAMESON, 1997, p. 314; ARAÚJO, 2014, p. 61-103; GALIZA, 1993, p. 87-137).

Quanto àquela base material amplamente paraibana, por assim dizer, a cultura algodoeira, cabe refletir por exemplo, sobre a afirmação de que o mercado interno paraibano era frágil, a sugestão de uma quase exclusividade na extrema exploração generalizada da mão de obra para a Parahyba do Norte e, com certeza, sobre a proclamada natureza marginalizada do algodão nos mercados externos (FERNANDES, 1999, 44).

Entende-se que seja equivocada a ideia de caracterizar a cultura do algodão como “cultura de pobres” e produto “marginal” no comércio internacional (CANO, 1998, p. 55) por variados motivos dos quais destacamos aqueles que temos referências e bases empíricas, quais sejam, que o algodão produziu enriquecimento pessoal e se realizou como mercadoria nos mercados internacionais sediados em Nova York, nos EUA, Liverpool, RU,

15 A Constituição estadual de 20 de julho de 1892 estabelecia a criação de um Conselho Municipal cujos membros poderiam criar impostos (FERNANDES, 2009, p. 119).

16 Sobre as fases da modernidade e as diferenças conceituais entre modernização, modernidade e modernismo ver, por exemplo, respectivamente, M. Berman (1986, p. 16 -17) e F. Jameson (1997, p. 314) e David Harvey (1992).

e Hamburgo, na Alemanha, 1915 a 1930, por exemplo (GALIZA, 1993, p. 98-99; 105).

Além disso, cabe considerar que a existência histórica de “preços coloniais” (OLIVEIRA, 1997, p. 412) deve ser considerada **para** todas as mercadorias e não somente para o algodão paraibano, bem como que é difícil aceitar a ideia de que na produção do café sudestino não houvesse grande exploração da mão de obra no Sudeste. Isso sem esquecer que em termos dos primórdios do desenvolvimento do capitalismo, a indústria tenha sido uma “atividade de ricos”, ou seja, não gerou bem-estar social e algum tipo de enriquecimento pessoal – não estamos falando de acumulação de capital – para os trabalhadores ingleses, por exemplo. Muito pelo contrário.

Não se necessita nem a referência de obras de historiadores a esse respeito. Basta consultar matéria de jornais que informam estudos realizados por Eric Hobsbawn sobre o tema e, no caso dos Estados Unidos da América, lembrar de filmes como **Tempos modernos**, de Charles Chaplin, lançado em 1936, bem depois do final do século XVIII e noutra sociedade capitalista altamente desenvolvida, atualmente.

Outro ponto sobre a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, das relações que os países estabelecem entre si orientados pela divisão internacional do trabalho, bem como das ideais e práticas a ele associadas é o fato de que a livre concorrência no mercado internacional que, na verdade, “uma ficção” (SINGER, 1997, p. 374), embora tenha possibilitado acumulação de capital, desenvolvimento de mercador consumidor, condições dos trabalhadores e trabalhadoras se organizarem, nas sociedades ditas subdesenvolvidas, atrasadas ou em desenvolvimento.

Mas o ponto central desses comentários críticos é outro. Diz respeito ao fato de que não se deve, especificamente, desconsiderar o impacto histórico-econômico real e positivo para a sociedade da Parahyba do Norte do desenvolvimento da cultura do algodão mesmo tendo existido os tais “preços coloniais” (OLIVEIRA, 1997, p. 412) já que a destinação principal do algodão paraibano era o mercado interno como também mesmo a parte destinada ao mercado internacional gerou riqueza para a sociedade paraibana, inclusive em termos de arrecadação, pagamentos de salários, bem como o financiamento de ações de governo de infraestrutura portuária e, mesmo reduzida, urbanística (GALIZA, 1993, p. 119-123; 130). Portanto, discorda-se do comentário com sentido até preconceituoso, sem alcance científico, sem base empírica e teórica, de que a cultura da malvã era “cultura de pobres”.

Finalizando esse subitem importa dimensionar que os conflitos na Parahyba do Norte¹⁷ desenvolvidos a partir de 1928 até 1930 e relacionados à intervenção legislativa

17 Não se pretende fazer uma análise crítica do estudo de Linda Lewin sobre as oligarquias na Paraíba. No entanto, seu entendimento de que a rebelião de Princesa demonstrou a “*viability of the system of family politics in Paraíba*” (LEWIS *apud* GALIZA, 1993, p. 130) parece desconsiderar fatos reais, como por exemplo, a derrota desses grupos familiares revoltosos pelos outros grupos políticos que apontavam para alguma ruptura com esse jogo político centrado em famílias, o apelo e a participação popular ampla contra a Revolta de Princesa e, particularmente, a organização de um governo executivo no estado da Parahyba em outubro de 1930 que tinha como uma das ideias políticas centrais o combate aos chefes políticos locais, ou seja, as lideranças municipais da política oligárquica.

tributária de 17 de novembro de 1928 e sua execução pelo Poder Executivo estadual, não se podendo menosprezar as ações de ambas as instituições estaduais paraibanas no sentido de buscar o seu reconhecimento social, associaram-se ao esgotamento do modelo liberal de estado de base agrária-exportadora vigente na Primeira República, esgotamento esse que para o qual contribuiu até mesmo porque recebeu impulso da crise econômica mundial de 1929 (CANO, 2015, p. 444 - 446), ímpar em termos das crises do capitalismo.

Por isso mesmo se pode dizer que especificamente em termos de história da sociedade paraibana, foi um processo histórico-político com características de “grande política” (GRAMSCI, 2000, p. 21) e que pode ser compreendido como sendo de “descolonização interior” (NORA, 1993, p. 3).

Antes de fazer as considerações finais, é necessário completar o quadro de reflexão proposto e refletir mais sobre a natureza propriamente educacional da ação dos políticos adeptos do projeto modernizador considerando especificamente o caso da legislação tributária aprovada em 1928.

INTERVENÇÕES LEGISLATIVAS E EDUCAÇÃO

Esse subitem objetiva apenas sistematizar ideias de forma embrionária sobre tema tão complexo como a natureza educacional das intervenções legislativas em geral e da intervenção legislativa tributária em particular. De outro modo, pretende-se pontuar que na ação política criadora da lei estatal tributária de novembro de 1928, e na sua aplicação, não esteve presente somente aspectos coercitivos.

Dito isso, é importante partir da ideia fundamental de que não faz sentido pensar que os políticos e políticas são uma categoria de intelectuais e, contraditoriamente, desconsiderar que sua atividade de criar regras jurídicas nas sociedades modernas e contemporâneas não tenha natureza educacional, haja visto que a função social de intelectual tem essa natureza histórica, digamos assim, devido justamente à dimensão “diretiva, organizativa [e] educacional” (GRAMSCI, 2001, p. 25) desses indivíduos.

Em seguida, importa lembrar nesse que se registrou na introdução, que **educação** é definida, genericamente, como o conjunto das “modalidades ou formas de realizar ou garantir a transmissão” (ABAGNANO, 2007, p. 306) de cultura. Como se viu também, é perfeitamente legítimo considerar regra jurídica em geral e, obviamente, a regra jurídica tributária como “norma de cultura” (REALE, 2001, p. 109).

Nesse sentido, a função intelectual dos políticos, vale dizer, educativa, está relacionada a dois fatos. O primeiro é diz respeito à própria criação da regra jurídica. O segundo, relaciona-se ao processo de veiculação de informações ou saber elaborado e veiculado pela mídia e pelos próprio através das instituições políticas de estado, por exemplo, tão necessário à organização da “trama social” (CARDOSO, 2012, p. 41; MELLO, 2000, 174; GALIZA, 1993, p. 193).

Portanto, no caso desse estudo, é muito mais nos momentos da realidade política denominados de *policy* e *politics*, ou seja, da criação das regras jurídicas e do jogo político demandado pelo seu reconhecimento social em geral, que se explicita a dimensão propriamente educativa para além da própria dimensão coercitiva do direito positivo evidenciado no momento em que esses mesmos indivíduos atuam a partir de uma *polity*, ou seja, da “normatividade constitucional” (COUTO; ARANTES, 2006, p. 47).

No que se refere à legislação tributária de estadual paraibana de 1928 a 1930 em si, trata-se de uma de **regra jurídica ou lei** (ABAGNANO, 2007, p. 840) compreendida como “norma da cultura” (REALE, 2001, p. 109), de natureza moderna porque separada da moral e da religião (ARAÚJO, 1994, p. 23; ABAGNANO, 2007, p. 284).

Seu processo de reconhecimento social ou eficácia no sentido de se tornar norma da cultura paraibana foi possibilitado por um processo histórico de longa duração (OLIVEIRA, 1985) e também por em mudanças ocorridas na década de 1920 e, principalmente, em 1924, quando o destino do algodão comercializado em Campina Grande foi redirecionado maciçamente do Recife para a capital paraibana (GALIZA, 1993, p. 108).

Ao defender em 1929 as mudanças em curso através de mensagem oficial dirigida à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte, o presidente João Pessoa (GALIZA, 1993, p. 126 - 127) e os próprios parlamentares estaduais se completaram na transmissão de saberes e informações sobre a própria legislação tributária já aprovada em 1928 produzindo, como se diz em Ciência Política, um processo de “socialização política” (CARDOSO, 2012, p. 42).

No Direito esse processo de transmissão é denominado de positividade das normas jurídicas transformando-as em “norma da cultura” pela constituição da sua “validade social” (REALE, 1973, p. 16; 97; 109; ABAGNANO, 2007, p. 278) ou direitos positivos. Portanto, não basta somente o processo político-jurídico de criação das normas jurídicas ou normativo (REALE, 2002, p. 114) para “organizar a trama social” (CARDOSO, 2012, p. 41), ou seja, é preciso criar uma relação de poder a respeito delas articulando os políticos e o reconhecimento social senão se transformam letra-morta ao invés de “produzir os efeitos que lhe são próprios” (NOVELINO, 2008, p. 30).

A ação de socialização (CARDOSO, 2012, p. 42) dos saberes fez parte, portanto, do desenvolvimento da positividade da legislação tributária transformando-a num direito positivo. Percebe-se claramente a ação estatal educativa no sentido de interiorizar nas pessoas além da legislação os seus objetivos buscando o (re)conhecimento social que é obtido através de um processo de transmissão cultural, educativo, objetivando inclusive a manutenção da eficácia da lei (REALE, 2002, p. 114).

Como já se disse, por investir contra uma situação secularmente existente pode se dizer que a ação política da qual resultou a lei estatal tributária de 17 de novembro, inclusive porque se tornou uma “norma da cultura” (REAL, 2001, p. 109) no Estado da Parahyba do Norte e Brasil, foi sim uma ação da “grande política” (GRAMSCI, 2000, p. 21) já que a lei

estatal contribuiu para um movimento secular de transformação ou de “descolonização interior” (NORA, 1993, p. 8) dentro do processo mais geral de “descolonização” (BURKE, 1992, p. 20;) do Brasil, processos esse que não se sucedem no tempo, antes se sobrepõem, se condicionando de forma diferente e combinada desde pelo menos o final do século XVIII e começos do XIX (JANCSÓN, 1997, p. 387 – 437; OLIVEIRA, 1985, p. 120-121; COSTA, 1987, p. 75-80).¹⁸ Enfatiza-se, no entanto, que em 1928 ocorreu um movimento **diferenciado dentro** do estado-nação apontando para outro tipo de ação política do estado de natureza **intervencionista**, que aliás se consolidaria a partir de 1930 (CANO, 2015, p. 445).

Finalizando esse subitem, entende-se, que a ação dos políticos paraibanos de 1928 a 1930 representou um ato educativo na medida foram desenvolvidas ações para evidenciar as “vantagens” (GALIZA, 1993, p. 127) do direito positivo tributário eticamente validado, ou seja fundamentado (REALE, 2001, p. 97). Dessa forma, promovendo melhores ações pessoais e relações sociais que o próprio direito **não** se reduz ao “aspecto repressivo e negativo de toda a ação cívica desenvolvida pelo Estado” (GRAMSCI, 2000, p. 28).

Essa ação estatal parece-nos, inclusive, que seja do tipo emancipatória e via esclarecimento idealizada por I. Kant, ideias mantidas e também criticadas por K. Marx, ampliadas por T. Adorno e levado para a educação por P. Freire (AMBROSINI, 2012, p. 379-390). Essa proposta de emancipação, contudo ocultaria certos aspectos da sociedade paraibana ligados a interesses econômicos e de relações de poder (MARTINS, 1990, p. 60).

Na verdade, não houve somente tentativa de ocultação por parte dos políticos paraibanos modernizadores liderados por João Pessoa e Epitácio Pessoa. Certas disputas políticas tinham respaldo em fatos históricos e foram realmente explicitadas, incluindo se desenvolvendo intensamente no período de 1928 a 1930 quando, por exemplo, para a aplicação da legislação tributária de 11 de novembro de 1928 ocorreu a “substituição de prefeitos, remoção de delegados e chefes de mesas de rendas, exoneração de promotores e supressão de comarcas” (GALIZA, 1993, p. 129; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, s/d; MARTINHO, 2018, p. 225), João Pessoa foi assassinado por um desafeto político, João Dantas, parlamentares estaduais epiticistas se dividiram e, finalmente, a oligarquia epiticista explicitou uma cisão muito séria com desdobramentos que incluíram a luta armada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação legislativa dos parlamentares da Assembleia da Legislativa do Estado da Paraíba do Norte de 1928 a 1930 foi, em geral, amplamente reformista e marcada por uma

18 A Paraíba do Norte recuperou a autonomia política em 17 de janeiro de 1799 mas a instalação da Junta Real da Fazenda na sede da capitania só veio a ocorrer em 11 de abril de 1809, dez anos mais tarde, portanto, continuando a arrecadação que era de direito, paraibana, a ser feita em Pernambuco mesmo após a emancipação que via suas finanças “submetidas a Pernambuco” (OLIVEIRA, 1985, p. 120-121).

ação reguladora inicial das atividades econômicas comerciais que impactou a economia, as finanças estaduais, a política partidária e a história da sociedade da Parahyba do Norte com desdobramentos variados, interestaduais e nacionais.

Ao induzir uma mudança real na atividade comercial, pois impactava os preços das mercadorias, e na capacidade financeira do estado, a lei estatal n.º 672 de 17 de novembro de 1928 foi uma ação política, um meio e um fim, que fortaleceu o ente federado via incremento do tesouro estadual, das ações governamentais e reuniu a população em torno de um conjunto de ideias emancipatórias ressignificando a própria delimitação territorial do estado.

Esse sentido de conquista de emancipação fica mais claro quando se considera a ação estatal legislativa tributária e sua aplicação na longa duração pois mostrou-se eficiente para superar, mesmo com alcance social limitado, certas estruturas coloniais remanescentes. Esse é o significado histórico mais observável na ação estatal, que inclusive não se limitou somente a aspectos coercitivos na medida em que o próprio reconhecimento social da iniciativa política como sendo melhor foi transmitido educativamente para um conjunto socialmente amplo no estado que se beneficiou da intervenção nas relações mercantis.

Por fim, deve-se dar destaque mesmo ao fato da aprovação da lei tributária se somar a um reformismo mais amplo que alcançou a própria pactuação constitucional estadual em 1930, bem como que essas mudanças modernizadoras ocorreram em meio a sérias reações contrárias porém se mantiveram no período posterior até mesmo da Revolução de 1930 tendo sido até mesmo reforçadas a partir de 1937, já que a natureza intervencionista passou a integrar o do próprio ordenamento jurídico constitucional e ordinário nacional e, por extensão, estadual.

REFERÊNCIAS

A sucessão presidencial. O pronunciamento dos convencionales. Os nomes dos drs. João Pessoa, Álvaro de Carvalho, Julio Lyra, indicados pelo eminente chefe do Partido dr. João Suassuna, recebem o “placet” das forças políticas parahybanas. **A União**, Parahyba, Anno XXXVII, n. 106, primeira página, 16 de maio de 1928. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920/1928/maio/a-uniao-16-05-1928/view>. Acesso em: 03 de novembro de 2021.

A União. Década de 1920. **A União**, Parahyba, s/d. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920>. Acessível em: 04 de novembro de 2021.

ABAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2012/04/nicola-abbagnano-dicionario-de-filosofia.pdf>. Acesso em: 04 de agosto de 2021.

AMBROSINI, T. F. Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 12, n. 47, p. 378–391, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i47.8640058. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640058>. Acesso em: 14 set. 2021.

AMORIM, Ana Paula Dezem. **Justiça**: A Excelência da Virtude em Aristóteles. In: V SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFSCAR, 20 a 24 de setembro de 2010, São Carlos. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:10mcZ_UhC98J:docplayer.com.br/40629615-Vi-seminario-de-pos-graduacao-em-filosofia-da-ufscar-20-a-24-de-setembro-de-2010-justica-a-excelencia-da-virtude-em-aristoteles.html+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 5 de agosto de 2021.

ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. Weber e Habermas: religião e razão moderna. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v. 21, n. 64, 1994. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/viewFile/1284/1682>. Acesso em 05 de setembro de 2021.

_____. História e historiadoras na Paraíba: um estudo sobre mulheres, conhecimento histórico e o processo moderno (1934 – 1979). 2006. 223 f. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. **Fórum Legislativo**, João Pessoa. 2014. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/elegispb/wp-content/uploads/2013/08/TESE-DE-ROBERTO-JORGE-CHAVES-ARAÚJO.pdf>. Acesso em: 10 de jan. de 2021.

ARRUDA, Pedro Fassoni. Liberalismo, direito e dominação da burguesia agrária na Primeira República brasileira (1889-1930). **Ponto-e-vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n.º 1, p. 161-188, 1º sem. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14323>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

ASSEMBLÉA legislativa. **A União**. Organ do Partido Republicano da Parahyba do Norte. Parahyba, Anno XXXVII, n. 47, página 2, 1º de março de 1928. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920/1928/marco/a-uniao-01-03-1928/view>. Acesso em: 03 de novembro de 2021.

_____. **A União**. Organ do Partido Republicano da Parahyba do Norte. Parahyba, Anno XXXVII, n. 55, primeira página, 10 de março de 1928. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920/1928/marco/a-uniao-10-03-1928/view>. Acesso em: 03 de novembro de 2021.

_____. **Jornal A União**, Parahyba, Anno XXXVII, n. 60, primeira 2, 16 de março de 1928. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920/1928/marco/a-uniao-16-03-1928/view>. Acesso em: 04 de novembro de 2021.

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE. **Atas. Parahyba do Norte. 23 de outubro de 1923 a 13 de outubro de 1928. 10 AL.** Acta da terceira sessão preparatória da primeira reunião da décima legislatura da Assembléa Legislativa do estado da Parahyba do Norte, em 29 de fevereiro de 1928, p. 378. Arquivo José Braz do Rego da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. João Pessoa, Paraíba.

_____. **Assemblea Legislativa. Registro de Actas. Parahyba do Norte. 1928 à 1930.** João Pessoa, 1º de outubro de 1928, p. 391s. Arquivo José Braz do Rego da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Paraíba.

_____. **Projetos, Pareceres - 1927 a 1930. Livro n.º 59. Projeto N.º 24**, 9 de novembro de 1928. João Pessoa, p. 132-135. Arquivo José Braz do Rego da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. João Pessoa, Paraíba.

BOSCHI, Renato, GAITÁN, Flávio. Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina. **Caderno CRH**, vol. 21, n.º 5, Salvador, May/Aug. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18974/12331>. Acesso em: 03 de março de 2021.

BOURDÉ, Guy, Hervé, Martin. **Las escuelas históricas**. Madrid (ES): Akal, 1992.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. 4. reimp. – São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 7-37.

_____. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____. _____. 4. reimp. – São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 327-348.

_____. **Uma história social do conhecimento de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5276022/mod_folder/content/0/Peter-Burke-Hist%C3%B3ria-Social-do-Conhecimento-l.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930. Institue o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaoriginal-1-pe.html> Acesso em: 23 de agosto de 2021.

CAMARGO, Angélica Ricci. Memória do Algodão. Arquivo Nacional. **MAPA. Memória da Administração Pública Brasileira**, 2019. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/739-servico-de-algodao>. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995)**. 2 ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1998.

_____. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização, **R. Pol. Públ.**, São Luís, v.16, n.1, p. 79-90, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/233142527.pdf>. Acesso em: 04 de março de 2021.

_____. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 35, n.º 3 (140), pp. 444-460, julho-setembro/2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v35n03a04>. Acesso em: 22 de setembro de 2021.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In:_____, VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 38-55.

CARNEIRO, J. G. Piquet. Intervenção estatal na atividade econômica – aspectos, políticos, econômicos e jurídicos. **R. Ci. pol.**, Rio de Janeiro, 1973, p. 7-14, out./dez 1973. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/download/59258/57698>. Acesso em: 25 de março de 2021.

COUTO, Cláudio Gonçalves, ARANTES, Rogério bastos. Constituição, governo e democracia no Brasil. **RBCS**, [s/l], Vol. 21 n.º. 61 junho/2006,. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbcsoc/a/mGtBmjc9Xw5m99PDdqRzj/dj/?lang=pt#:~:text=Sumarizando%2C%20a%20polity%20corresponde%20%C3%A0,acordo%20com%20as%20regras%20vigentes>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. 16 ed. – Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 1987, 64-125.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida Ab Origene**: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da História Local (1905 – 1930). João Pessoa: Almeida Gráfica, 1996.

FALCON, Francisco. **Mercantilismo e transição**. 3 ed. – São Paulo: Brasiliense, 1982.

FERNANDES, Flávio Sátiro. **Histórica constitucional da Paraíba**. 2 ed. rev., ampl. E atual. – Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FERNANDES, Irene Rodrigues, AMORIM, Laura Helena Barachuy Amorim. Inácio Evaristo, coronel urbano. In: MELLO, José Octávio de Arruda, NÓBREGA, Evandro Dantas (orgs.). **História & debate na Assembleia da Paraíba**. João Pessoa: Ideia, 2018, 359-393)

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca**: o caso da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1993.

FREHSE, Fraya. **Antropologia e história em Marshall Sahlins**. “Introdução” e “Conclusão” de *Historical Metaphors and Mytical Realities*. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/53116/57178>. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

FRITSCH, Winston. Apresentação. In: SMITH, Adam. **Os economistas**. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultura, 1996. Disponível em: <https://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2015/01/A-riqueza-das-na%C3%A7%C3%B5es-Vol.-1.pdf>. Acesso em: 03 de março de 2021.

GALIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba (1890 -1930)**. João Pessoa: Ideia, 1993.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. A república na Paraíba. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et. al. **Estruturas de poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999, p. 53-94.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **História. Cabedelo Paraíba**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cabedelo/historico>. Acesso em: 30 de março de 2021.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. 2. ed. – São Paulo: Ática, 1997.

- JEANNENEY, Jean-Nôel. A Mídia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política** (dir.). 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 213-230.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (dir.). **História: novas abordagens**. 3 ed. – Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- JANCSÓ, Istvan. A sedução da liberdade cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 387- 437.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2018.
- MARIZ, Celso. **Memória da Assembleia Legislativa**. Aumentada e atualizada por Deusdedit Leitão. João Pessoa: s./n., 1987.
- _____. **Apanhados históricos da Paraíba**. 2 ed. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.
- MARTINS, Paulo Henrique N. O Nordeste e a Questão Regional: os equívocos do debate. In: SILVA, Marcos A. da (coord.). **República em migalhas**. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 51-66.
- MELLO, José Octávio. **História da Paraíba: lutas e resistências**. 6. ed. – João Pessoa: Editora Universitária, 2000.
- MONTE, Rammom. Escaramuças políticas e econômicas culminaram com a Revolta de Princesa, **A União**, 05 de junho de 2020. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/escaramucas-politicas-e-economicas-culminaram-com-a-revolta-de-princesa#:~:text=Em%2022%20de%20fevereiro%20de,do%20lan%C3%A7amento%20da%20chapa%20federal. Acesso em: 09 de março de 2021.
- NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, 1993, vol. 10. São Paulo. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 16 de março de 2021.
- NOVELINO, Marcelo. **Hermenêutica Constitucional**. Salvador: Editora Jus Podivm, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil. In: FAUSTO, Bóris (dir.). **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889 – 1930)**. 6. ed. – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 391-418.
- OLIVEIRA, João Marcos Rodrigues de. Intervencionismo estatal: novo perfil do Estado. **Portal Conteúdo Jurídico**, 2015. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/45407/intervencionismo-estatal-novo-perfil-do-estado>. Acesso em: 03 de março de 2021.
- OLIVEIRA, Elza Régis de. **A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia (1755 – 1799)**. Fortaleza: BNB.ETENE, 1985.

O NOVO presidente do Rio G. do Norte. **A União**, Parahyba, 3 de junho de 1928. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/decada-de-1920/1928/janeiro/a-uniao-03-01-1928.pdf/@download/file/19280103.pdf>. Acesso em: 03 de novembro de 1928.

PAIM, Antonio. **História do liberalismo brasileiro**. 2. ed. rev. e ampl. – São Paulo> LVM, 2018.

PORFÍRIO, Francisco. Regimes de governo. **Brasil Escola**, s/l, s/d. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/regimes-de-governo.htm>. Acesso em 27 de setembro de 2021.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

RÉMOND, René. **Por uma história política** (dir.). 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Uma história do presente. *In*: _____. _____ (dir.). 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-37.

_____. Do político. *In*: _____ (dir.). _____. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441-450.

RIBEIRO, Fernando. A política econômica e o convênio de taubaté na economia cafeeira (1889-1906). **Pesquisa & Debate**, SP, volume 22, número 1 (39) pp. 75-93, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/download/7390/5363/18046>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional. *In*: FAUSTO, Bóris (dir.). **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889 – 1930)**. 6. ed. – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 345 -390.

WEHLING, Arno, WEHLING, Maria José C. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

CAPÍTULO 4

A CONCEPÇÃO DA DOUTRINA REFORMISTA DA IGREJA MEDIEVAL A PARTIR DE ARNALDO DE VILANOVA (SÉCULO XIV)

Data de aceite: 01/02/2022

Nabio Vanutt da Silva

Universidade Estadual de Goiás-UEG
Taquaral de Goiás, Goiás
<http://lattes.cnpq.br/5631027013497077>

RESUMO: O objetivo desse artigo pauta em analisar a doutrina reformista para o catalão Arnaldo de Vilanova (1240-1311) usando como fonte *Super Facto Adventus Antechrist/Confissió de Barcelona* (1305). O autor em estudo teve formação médica, atuando nas cortes régias de Aragão, Pedro III (1276-1285), Afonso III (1285-1291) e Jaime II (1291-1327), além das cortes pontifícias de Bonifácio VIII (1294-1303), Bento XI (1303-1304) e Clemente V (1305-1314). A metodologia empregada para o estudo fora a análise de discurso da obra, dialogando com Nachman Falbel (1977) e outros historiadores para compreender a fonte. A obra composta por Arnaldo tratou de um discurso perante o rei Jaime II, que defendeu suas ideias de reformulação da estrutura da Igreja Medieval, rebatendo os teólogos da Universidade de Sorbonne, principalmente, os dominicanos que acusavam suas ideias de heréticas. Assim, a fonte em estudo reflete uma influência de leituras do autor de Joaquim de Fiore (1312-1202) e dos livros bíblicos de *Daniel*, *Apocalipse* como sustentáculo para criticar a hierarquia do clero, desejava uma igreja espiritual no lugar daquela que considerava material.

PALAVRAS-CHAVE: Arnaldo de Vilanova,

doutrina reformista, igreja, *Super Facto Adventus Antechristi*.

THE CONCEPTION OF THE REFORMIST DOCTRINE OF THE MEDIEVAL CHURCH FROM ARNALDO DE VILANOVA (14TH CENTURY)

ABSTRACT: The aim of this article is to analyze the reformist doctrine for the Catalan Arnaldo de Vilanova (1240-1311) using as a source *Super Facto Adventus Antechrist/Confissió de Barcelona* (1305). The author under study had a medical training, acting in the royal courts of Aragão, Pedro III (1276-1285), Afonso III (1285-1291) and Jaime II (1291-1327), in addition to the pontifical courts of Bonifácio VIII (1294-1303), Bento XI (1303-1304) and Clemente V (1305-1314). The methodology used for the study was the discourse analysis of the work, dialoguing with Nachman Falbel (1977) and other historians to understand the source. The work composed by Arnaldo dealt with a speech before King James II, who defended his ideas of reformulating the structure of the Medieval Church, countering the theologians of the University of Sorbonne, especially the Dominicans who accused his ideas of heretics. Thus, the source under study reflects an influence of readings by the author of Joaquim de Fiore (1312-1202) and the biblical books of *Daniel*, *Apocalypse* as a support to criticize the hierarchy of the clergy, wanted a spiritual church in place of what he considered material.

KEYWORDS: Arnaldo de Vilanova, reformist doctrine, church, *Super Facto Adventus Antechristi*.

1 | INTRODUÇÃO

Esse artigo tem o intuito de compreender a doutrina reformista de Arnaldo de Vilanova (1240-1311) para a Igreja Medieval (Igreja Católica) no século XIV, percebendo as influências de outros autores como Joaquim de Fiore (1135-1202), além da *Sagradas Escrituras* para a composição de seu discurso. Convém salientar que, esta pesquisa também pretende dialogar com Joaquim de Fiore, pois este deu embasamento para o discurso arnaldiano.

Para o entendimento da visão Arnaldiana utilizou-se do imaginário social que tornou objeto de pesquisa com a História Cultural. A metodologia empregada foi a análise do discurso da fonte em estudo: *Super Facto Adventus Antechrist/Confissió de Barcelona (1305)*, traduzido por Nachman Falbel do catalão, escrito original, para a língua portuguesa. Antes pretende-se compreender a noção de imaginário que de acordo com Barros (2004, p. 93) é: “[...] como um sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos, diversificados e atuando na construção de representação diversas”.

Arnaldo de Vilanova nasceu em Valência, reino de Aragão, por volta de 1240, tinha amplo conhecimento de latim e de árabe. No campo da medicina teve bastante prestígio, tendo feito o curso na Escola de Montpellier e depois o aperfeiçoamento na Universidade de Nápoles, em 1270. Escreveu sobre questões religiosas, principalmente, sobre críticas ao clero mesmo não tendo formação em Teologia. Atuou enquanto físico nas cortes régias de Aragão, nos reinados de Pedro III (1276-1286), Afonso III (1285-1291) e Jaime II (1291-1327), e nas cortes pontifícias de Bonifácio VIII (1294-1303) e Clemente V (1305-1314). (PANIAGUA, 1994, p. 1-13; 51-63).

Quanto a questão religiosa Arnaldo interessou-se pela temática, mas não tinha uma formação plena em Teologia, sua visão era laica. Convém tratar que, o local social onde conviveu como a Catalunha e a Provença foram lugares que havia forte dispersão das ideias dos seguidores de Joaquim de Fiore, os joaquimitas, como o caso dos Espirituais Franciscanos. Esse ambiente contribuiu para a permeabilidade da sua visão relacionada com o *Apocalipse* bíblico, a reforma da Igreja Medieval, ainda a própria ideia de Escatologia, além do estudo das obras de Joaquim de Fiore. (PANIAGUA, 1969, p. 56).

O contexto de composição de sua obra fora o momento que consolidava o crescimento urbano, já iniciado no período do século XIII que acarretou numa representação do medo de transformações. Era o momento que o dinheiro circulava com a expansão das feiras pelos mercadores que também buscavam aumentar suas rendas de fato refletindo no enriquecimento do clero através da cobrança de dízimos e venda das indulgências. A Igreja afastava-se do princípio espiritual e seus membros passaram a manter um estilo de vida apegado aos bens materiais, através principalmente da venda de sacramentos que causou críticas de grupos tidos como hereges. Foi nesse recorte temporal que viveu o

físico catalão Arnaldo de Vilanova.

Essas transformações constituíram para Arnaldo um imaginário apocalíptico de uma crise que levaria ao ápice do fim dos tempos. O futuro poderia ser previsto de acordo com as simbologias presentes nas *Sagradas Escrituras*, no caso, o livro do *Apocalipse*, acontecimentos do seu presente como a corrupção do clero era o anúncio da proximidade do juízo final, daquilo que estava por vir. A doutrina que caracteriza isso é a Escatologia que Baschet (2006) pontou como o fim dessa Era com o retorno do Cristo que prepararia o juízo final, presente nos textos bíblicos.

Arnaldo de Vilanova manteve sua crença ao representar nos seus escritos que o mundo chegaria ao fim, mantendo um método de utilização de símbolos do *Apocalipse* como meio de estabelecer uma comunicação que reforçasse o discurso contra a Igreja. A vinda do Anticristo aproximava como sinal diante de um clero materialista, ligado ao dinheiro. O imaginário caracterizado pelo medo de não salvar a alma do cristão tornava esse autor preocupado com o futuro. O autor não estava apreensivo apenas com os aspectos materiais da igreja, mas também com a espiritualidade cristã.

2 | A CRÍTICA À IGREJA MEDIEVAL

A obra em estudo *Super Facto Adventus Antechrist/Confissió de Barcelona (1305)* trata-se de um texto de confissão profético-apocalíptica lida no Palácio Real perante o rei de Aragão, Jaime II, pelo mestre catalão Arnaldo de Vilanova. A confissão foi um discurso elaborado pelo autor para criticar os prelados que questionavam seu posicionamento. Ele utilizou os evangelhos bíblicos como *Daniel*, afirmações do apóstolo São Paulo, o Livro do *Apocalipse*, além de discursos de membros da Igreja como São Metódio, que foi bispo de Olimpia e Tiro, São Cirilo de Constantinopla, a monja Hildegarda. Foram diversos textos bíblicos e revelações de pessoas da Igreja para tratar da crítica as posturas do clero, além de refletir da vinda do Anticristo.

Arnaldo fora influenciado pela *Sagradas Escrituras*, precisamente o livro do *Apocalipse*, além do calabrês Joaquim de Fiore (1135-1202). Joaquim nasceu em Célico, Calábria, por volta do ano de 1160. Atuou como eremita na Terra Santa, contudo em 1177 foi abade no mosteiro de Corazzo, que pertencia à ordem Cisterciense. Logo deixou o cargo de abade e eremita, surgiu a necessidade de em *San Giovanni in Fiore* fundar a Ordem Florense, sendo a regra aprovada pelo sumo pontífice Celestino III em 1196. Entretanto, foi julgado e condenado pela Ordem Cisterciense pelo rompimento da estabilidade enquanto era abade de Corazzo, teve o apoio do papa que decretou nula tal decisão contra Joaquim de Fiore. Veio a morrer em 1202 e foi sepultado no convento de São Martinho, em Pietralata. (FALBEL, 1995, p. 51).

Joaquim de Fiore discutiu a ideia de Trindade que constituía um roteiro de salvação em forma de etapas, que encontra semelhança na fonte em estudo *Super Facto Adventus*

Antechrist/Confissió de Barcelona (1305). De acordo com Falbel (1995, p. 60) a Trindade de Joaquim fora uma forma de dividir três Idades da cultura cristã. A Idade do Pai que a humanidade viveu de acordo com a carne, no tempo da Lei no Velho Testamento, tempo dos desposados e leigos. A Idade do Filho, tempo da Graça, presente no Novo Testamento os homens viveram uma mediação entre o espírito e a carne com a presença dos clérigos. A última Idade seria do Espírito Santo, reino do amor, com a predominância do Evangelho Eterno superior ao Velho e o Novo, surgiria a Igreja Espiritual com o fundamento da ordem monástica assumindo a posição da Igreja corrompida.

Percebe-se que Joaquim de Fiore recorreu a narrativa bíblica como forma de situar num imaginário de salvação projetando um futuro onde reinaria a paz, isso é característica da tentativa de suplantar o sofrimento do momento. De acordo com Delumeau (2009, p. 306), Joaquim de Fiore reforçou a ideia de um mundo que traria a santidade, paz com a humanidade praticando a pobreza evangélica. A cada Idade aproximaria para o calabrês, a vinda do Anticristo. Franco Júnior (1999, p. 46) tratou que a associação ao Anticristo aparecia para os autores do período medieval em momentos de crises, medos, perigos e estava relacionado ao outro (inimigo).

A Trindade de Fiore encontrou ressonância também na obra de Arnaldo de Vilanova que apresentou os sete tempos com base no Livro do *Apocalipse*, com destaque ao Anticristo. Para ele:

A revelação do Apocalipse nos quais diz claramente que o Anticristo reinará pessoalmente no tempo da Igreja temporal. Em cuja revelação se declara que o primeiro tempo da Igreja de nosso Senhor Jesus Cristo foi o tempo no qual floresceram os apóstolos; o segundo depois, foi aquele no qual floresceram os mártires; o terceiro foi aquele em que floresceram os eremitas; o quinto foi aquele em que floresceram, principalmente, os monges que renunciaram ao bem próprio, mas não ao comum; o sexto tempo é aquele em que principalmente renunciaram ao próprio e ao comum, assim como começam São Domingos e São Francisco; o sétimo tempo da Igreja será aquele que se seguirá após a morte do Anticristo. Digo, pois, que como a revelação do Apocalipse declara que o Anticristo reinará no VI tempo da Igreja, é certo que agora estamos naquele tempo, e é certo que o tempo daquele inimigo está próximo. (ARNALDO DE VILANO NOVA, 1305, p.281)

Convém dizer que para o homem medieval, permeado pela cultura cristã havia sempre o medo do fim do mundo e os símbolos (Anticristo, Besta) do *Apocalipse*, composto num tempo histórico de perseguição dos cristãos pelo imperador romano Domiciano (51-96 D.C), por volta da segunda metade do século I, estavam sempre presentes no imaginário social. De acordo com Croatto (2001, p. 90) o símbolo trata do sentido, conhecido, sendo uma realidade que remeta ao transcendente. O Anticristo no século XIV presente na obra de Arnaldo remonta à ligação com clérigos corruptos, nesse sentido, a palavra está associada ao inimigo concreto e ao outro no sentido figurado, metafórico.

De acordo com Falbel (1995, p. 66) as ideias de Joaquim de Fiore sobre a terceira

Idade do Espírito Santo com a renovação da Igreja foi base para fundamentar a crítica a igreja hierárquica pelos joaquimitas. O imaginário medieval sobre o fim dos tempos estava associado a influência da narrativa bíblica que estava representava nas imagens das igrejas, como a figura do fim do mundo, o símbolo da besta.

Na obra Arnaldo de Vilanova criticou a Igreja fazendo associação com o símbolo apocalíptico:

E destes fala o senhor no Apocalipse, especialmente em dois lugares. Em um os compara à besta que subia da terra, segundo se declara no “Livro do falsos religiosos”. E disse assim que enganarão ao povo dos cristãos, por isso, aparecerão com dois cornos de anjo, isto é, as duas excelências e perfeições do Nosso Senhor Jesus Cristo, isto é, santidade de vida e o saber da verdade de Deus. Assim, com esta aparência e semelhança, terão autoridade de falar entre o povo, o qual acreditará neles, os revenciará e os tenderá, pensando e crendo que estas duas perfeições de Jesus Cristo estarão neles; as quais mostrarão aparente, no entanto, por todas partes será conhecida sua falsidade e iniquidade. (ARNALDO DE VILANO NOVA, 1305, p.283-284).

De acordo com Franco Junior (1999, p. 42-43) o Anticristo, a besta na visão cristã desempenhariam papel similar ao de Cristo. Tem-se uma adaptação e mesmo inversão na figura daqueles enganadores que repetiriam o que o Messias fez na terra como curas, milagres recebendo credibilidade do povo. Essa imagem do personagem sobrenatural no *Apocalipse* estava presente no imaginário popular que representava o contexto social do século XIV, os falsos religiosos seriam os prelados corrompidos que não preocupavam com o ensino da doutrina do Cristo, sendo seguidores do Anticristo.

No texto *Super Facto Adventus Antechrist/Confissió de Barcelona (1305)* deixou claro que era importante saber a data que o Anticristo viria antes da Parusia, que referia ao retorno do próprio Cristo. Ele entendia que seria possível datar o tempo cronológico para o inimigo do Cristo. Sendo assim, mencionou o livro de Daniel que falou de 1290 dias, que traduziu para anos, citando a visão que o Espírito Santo trocava dias por anos.

Antes de prosseguir o estudo deve-se compreender a figura simbólica do Anticristo, que de acordo com Franco Júnior (1999, p. 43-46), o Anticristo seria o oposto de Cristo, mas desenvolveria papel semelhante. Nasceria de uma virgem, filho do próprio Diabo, não de forma natural, mas similar ao Espírito Santo que concebeu sobre Maria presente na narrativa bíblica. Seu lugar de nascimento seria a Babilônia, viveria em Betsaida e Carazin, lugares rejeitados pelo filho de Deus. Sendo judeu, a imagem social seria que trataria do próprio Messias que converteria muitos, mas depois seria morto pelo arcanjo Miguel. Essa visão medieval do Anticristo ser judeu, revela o imaginário social da época no século XIV, de ver este como inimigo social, que também permeia nos escritos do próprio Arnaldo, como de Joaquim de Fiore.

Arnaldo de Vilanova teve influência do próprio Joaquim de Fiore que precisou também que a Era do Espírito Santo com a vinda do Anticristo aconteceria em torno de 1260

(LE GOFF, 1996, p.352). Na obra *Super Facto Adventus Antechrist/Confissió de Barcelona (1305)*, continua falando da revelação de São Metódio, que fala em 1000 anos. São Cirilo falou que a Anticristo apareceria na datação próxima de alguns papas. Além da santa monja Hildegarda que escreveu sobre estilos proféticos. O livro do *Apocalipse* traz a imagem da besta com natureza simbólica relacionada aqueles prelados, falsos religiosos, que tinham aparência de serem cristãos, mas na realidade seriam enganadores do povo, praticantes do pecado. E ainda remontou a visão dos gafanhotos que na Escatologia teriam papel de feras que perseguiriam os homens e escureceriam o Sol. Tentou mostrar a associação aos líderes da Igreja que se apropriavam dos bens materiais e falseariam a verdade da doutrina de Cristo, sendo igual aos gafanhotos. Teriam vocação pelos prazeres da carne, aquilo que satisfaz a si próprio. Esse imaginário apocalíptico estava presente na visão do catalão que era associado a um tempo histórico de perseguição dos cristãos pelo Império Romano, mas foi ressignificado com a situação de um clero preocupado mais em viver o presente do que com a salvação dos fiéis.

No livro bíblico de II Tessalonicenses, Arnaldo de Vilanova citou o apóstolo São Paulo nas passagens bíblicas para denunciar os vícios do clero como nas *Sagradas Escrituras*. Estes estavam preocupados com a cobiça da riqueza, mantendo aparência cristã, mas na realidade eram transgressores do Evangelho. Os clérigos estavam corrompendo a comunidade cristã espalhando as iniquidades do Anticristo. De acordo com Falbel (1977, p. 172) o mestre catalão mantinha um imaginário de uma sociedade ideal em que a figura do Anticristo, seria o motivo para a redenção da Igreja pecaminosa, para que esta passasse por uma transformação que voltasse a ser simples, sem hierarquias, defendendo o Evangelho. Os planos de uma doutrina reformista dos eclesiásticos estavam associados a visão Apocalíptica de que no futuro, não distante, o Anticristo viria sendo o sinal de uma etapa decisiva para a comunidade cristã, com o fim das dores nascendo a Igreja do Evangelho Eterno.

Essa imagem futurística de tentar fugir de uma realidade que estava vivendo, Arnaldo de Vilanova tornou importante por revelar um imaginário de um período de crise da Baixa Idade Média, em que o feudalismo não correspondia ao novo momento econômico que surgia. De acordo com Le Goff (1996, p. 346) ao pensar no fim dos tempos para superar as crises do presente, afirma:

No conjunto desta literatura vemos o céu tornar-se cada vez mais o objetivo essencial e acentuar-se a oposição entre dois séculos: o presente, cheio de males e provações, e o futuro, renovação do paraíso original. O mundo presente pertence a Satã. O mundo futuro pertencerá a Deus. [...] Como, para ele, “mil anos são como um dia”, daí decorre a existência de Idades de Mil anos, em que o último será o reino dos justos com Deus. (grifo do autor).

Convém dizer que, a visão de precisar o momento da chegada do Anticristo, fez com que Arnaldo contrapusesse ao discurso oficial da Igreja, de que não poderia conhecer

tal data. A ideia do clero era basicamente ofuscar essa discussão pelo medo de enfrentar o questionamento de seu poder político. Em sua obra Arnaldo de Vilanova cita em vários momentos esse discurso dos clérigos, mostrando que houve uma tentativa de silenciá-lo ao condenar suas obras. É importante salientar que ele encontrou em doutrinas escatológicas um meio de criticar a Igreja Romana, ligando-a de discípula do Anticristo. Franco Júnior (1999, p. 46) tratou que o Anticristo, ser simbólico do *Apocalipse*, era relacionado ao outro, aquele inimigo de um grupo, nesse caso, o mestre catalão utilizou esse recurso como forma de criticar um clero corrompido pela posse de bens.

Analisando mais uma vez a obra *Super Facto Adventus Antechristi/Confissió de Barcelona* (1305) Arnaldo de Vilanova deixa claro que teria um papel profético sobre eventos que aconteceriam no futuro. É a ideia da esperança que move o autor a pensar que no amanhã haveria um novo mundo no estilo paradisíaco, com uma Igreja provedora do amor de Cristo, e que os sofrimentos dos fiéis seriam superados. Nisso era preciso estar atento aos sinais de que esse momento da chegada Anticristo seria decisivo para a purificação da Igreja.

No livro do *Apocalipse* os símbolos do Anticristo, a Besta eram vistos por Arnaldo no sentido imaginário de pensar um mundo de feras que ameaçariam a doutrina cristã, mas esse medo seria ideal para a união da comunidade cristã. O mestre catalão acreditava que o desprezo pela doutrina de Cristo e a corrupção da igreja eram indícios de que estava próximo o tempo do Anticristo. É relevante entender esse contexto social de Arnaldo que estava presente no seu imaginário, claro esta mística apocalíptica era reformulada durante a crise do sistema feudal, diante de uma sociedade urbana que havia acumulado riquezas, a Igreja estava nesse universo de também desvinculada do papel espiritual, voltando para uma vida de apego às riquezas. Arnaldo buscou na simbologia escatológica uma maneira de expor sua visão de que a Igreja não deveria ausentar-se do papel de representante do Cristo na Terra.

De acordo com Töpfer (2002, p. 344), essa noção de Juízo Final era comum na Idade Média quando:

A perspectiva da vinda do Anticristo, figura central do evento escatológico, só poderia estimular a interpretação de catástrofes naturais, de epidemias, de desordens duradoras devidas à guerra, e também de situações sociais ou religiosas intoleráveis, como signos de sua vinda próxima e, portanto, do fim do mundo que o sucederia.

Arnaldo atribuiu também aos falsos doutores, no caso dos Dominicanos de Sorbonne, o papel de seguidores do Anticristo, pelo fato de negarem a verdade evangélica que de certa forma ameaçava a salvação do povo cristão. Convém tratar que os Dominicanos condenaram diversas obras dele, além de impedi-lo de dar aulas na Universidade de Sorbonne. Sua crítica dirige-se no sentido que o grupo era fechado em suas ideias, e nem aceitando nada fora de sua visão, e nenhuma a verdade dos Evangelhos pelo medo de

perderem sua posição social. É importante salientar que a crítica aos dominicanos era no sentido de afirmarem os ensinamentos cristãos, mas eles próprios não seguiam. Daí foram tidos como próximos com o inimigo de Cristo, que ao praticarem seus atos pecaminosos tornavam a Igreja vulnerável para a vinda do inimigo da cristandade.

Na fonte *Super Facto Adventus Antechrist/Confissió de Barcelona* (1305) a Arnaldo fez críticas aos dominicanos de forma indireta quando disse:

Por todas essas perversidades, na revelação de São Cirilo, nosso senhor dá a doutrina para conhecer com certeza os falsos religiosos deste tempo, e para melhor conhecê-los diz expressamente as cores preto e branco ou outras cores, segundo já me referi a este respeito no final do livro que escrevi contra os thomatistas.

Convém tratar que, as cores citadas na citação acima, o preto e branco das vestimentas, referem aos dominicanos. Ele utilizou uma profecia de São Cirilo para criticar aqueles seus inimigos. Convém tratar que Arnaldo de Vilanova tinha simpatia pela Ordem Dominicana, de São Domingos (1170-1221), tanto que na sua sexta Idade de recorte da história da Igreja, deu lhes destaque como o caso de São Francisco de Assis (1181? -1226). Nesse sentido, atribuiu um papel primordial na Ordem dos Pregadores ao levar a verdade Cristo a lugares tão distantes. Os dominicanos de Paris que seriam seus inimigos pelo fato de criticarem seu posicionamento considerando-o herético.

A visão de Arnaldo em relação aos dominicanos era de proximidade antes dos embates em Paris, que houve troca de acusações de ambos os lados sobre a questão da crítica a igreja. Depois que Arnaldo de Vilanova interessou por Joaquim de Fiore, que foi base para o movimento herege dos Espiritualistas Franciscanos. Joaquim fez críticas as formas corruptas do clero que o mestre catalão identificou como ideal para fundamentar seu discurso contra os dominicanos de Sorbonne.

Arnaldo de Vilanova foi um defensor da fé cristã e manteve uma postura crítica contra aqueles que desviaram da proposta do Cristo, com o apego aos bens materiais, desvinculando-se de uma doutrina espiritual.

Ao criticar os teólogos de seu tempo atacou o literalismo na interpretação das Escrituras Sagradas e que foi aplicado pelos teólogos de Sorbonne para rechaçar as suas profecias. Como todo místico da corrente joaquimita-oliviana ele tende a adotar exegética de tipo alegórica e inteiramente livre permitindo dar asas fantásticas a imaginação na procura de sentidos esotéricos mais profundos do texto bíblico. Sob o ponto de vista histórico também aqui Arnaldo permanece como um conservador, pois já seu tempo os estudos bíblicos caminhavam a passos largos em direção a uma exegética mais rigorosa [...] Falbel (1977, p. 182).

Arnaldo foi um visionário que acreditava num papel espiritual de pregar uma doutrina rigorosa que não fosse aquela da Igreja hierárquica, que estava imersa em corrupção. A ideia era a volta aos princípios do Cristianismo com posturas semelhantes dos primeiros apóstolos da Igreja Primitiva, onde havia uma direção de comunicação com Deus, sem a

interseção da Igreja. Essas ideias representavam uma ameaça a estrutura do clero que utilizou de inúmeros instrumentos de perseguição, como em 1316 no Tribunal de Terragona condenou boa parte das obras de Arnaldo considerando – as heréticas. (SANTI, 1987, p. 283).

Com base em Falbel (1977, p. 172), Arnaldo de Vilanova acreditava que com a vinda do Anticristo os eclesiásticos arrependeriam de seus atos, o momento seria decisivo para a Igreja significando um novo tempo de purificação, da Igreja material nasceria a espiritual. O sofrimento da sociedade caminharia para o fim. O mestre catalão faleceu em 6 de setembro de 1311 durante a viagem de barco a caminho de Avinhão, na costa de Gênova (Itália).

3 | CONCLUSÃO

Diante de tudo que foi exposto, através da análise da fonte *Super Facto Adventus Antechrist/Confissió de Barcelona* (1305) do século XIV, é plausível salientar que Arnaldo de Vilanova pensava no fim do mundo e a chegada do Anticristo como meio de fazer com que a igreja fosse reformada. Um clero que ao longo do período acumulou riquezas e fora duramente questionado. Há uma visão de esperança na escatologia do fim dos sofrimentos, dores. Para ele o Anticristo é remetido de forma simbólica ao outro, aquele que estava envolvido nos vícios dos prazeres materiais.

Arnaldo criticou o clero apegado às riquezas e teve a preocupação em assumir o papel de profeta que pregasse pela purificação eclesiástica a fim de estabelecer a caridade entre as pessoas, porque disso faria uma nova religião, para isso, acreditava que deveria resguardar dos dias piores que estavam vindo antes da chegada deste Anticristo.

REFERÊNCIAS

FONTE IMPRESSA

ARNALDO DE VILANO NOVA. *Super Facto Adventus Antechrist/Confissió de Barcelona* (1305). Tradução de Nachman Falbel. In: FALBEL, Nachman. **Arnaldo de Vilanova, sua doutrina reformista e sua concepção escatológica**. 1977. Tese (Livre-Docência em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977. p.251-298.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D' Assunção. *História do Imaginário*. In: BARROS, José D' Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano mil a colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006, p. 324.

CROATTO, José Severino. A descrição do símbolo. In: CROATTO, José Severino. **As linguagens da experiência religiosa**. São Paulo: Paulinas, 2001.p. 81-128.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FALBEL, Nachman. **Arnaldo de Vilanova, sua doutrina reformista e sua concepção escatológica**. 1977. Tese (Livre-Docência em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

FALBEL, Nachman. **Os espirituais franciscanos**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **O ano 1000: tempo de medo ou de esperança?** São Paulo: Companhia das letras, 1999.

LE GOFF, Jacques. Escatologia. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. p. 325-374.

PANIAGUA, Juan A. **El maestro Arnau de Vilanova, médico**. 2 ed. Valência, Catédra e Instituto de Historia de la Medicina, 1969. p. 93. p. 1-93.

PANIAGUA, Juan A. **Studia Arnaldina**: Trabajos en torno a la obra médica de Arnau de Vilanova, c. 1240-1311. Fundación Uriach: Barcelona, 1994.

SANTI, Francesco. **Arnau de Vilanova: L'obra espiritual**. Traducció Roser Berdagué. História I Societat /5. Diputació Provincial de Valência. Espanya, 1987.

TÖPFER, Bernhard. Escatologia e milenarismo. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMIT, Jean Claude (Orgs.). **Dicionário temático do ocidente medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002. Vol. 1, p.353-366.

CAPÍTULO 5

A COOPERATIVIZAÇÃO SOB O REGIME DO KHMER VERMELHO (1973-1979)

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 01/11/2021

Jorge Arbage

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo
(FFLCH-USP)
São Paulo – SP

RESUMO: Entre 1975 e 1979, o Khmer Vermelho, liderado por uma misteriosa figura conhecida pelo pseudônimo Pol Pot, empreendeu uma das mais radicais e violentas revoluções da história humana. Em um evento violento e sem paralelos no século XX, o regime aboliu a vida urbana ao evacuar as cidades e deslocar todos os cidadãos para cooperativas agrárias no interior. A cooperativização no Kampuchea Democrático foi um processo radicalmente anti-urbano, cuja manifestação ocorreu de forma singular. Aqui, busco analisar a cooperativização e suas raízes: quais elementos levaram a sua implementação de forma tão radical e violenta; de onde provém o forte espírito anti-urbano dos comunistas cambojanos; de que forma a cooperativização se inseria no projeto do Partido Comunista do Kampuchea; e, por fim, como era a vida dos antigos residentes urbanos dentro delas.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativização; Khmer Vermelho; Camboja; Partido Comunista do Kampuchea; Pol Pot.

THE COOPERATIVIZATION UNDER THE KHMER ROUGE REGIME (1973-1979)

ABSTRACT: Between 1975 and 1979 the Khmer Rouge, led by a mysterious figure known as Pol Pot, initiated one of the most radical and violent revolutions in human History. In an event with no parallel in the XX century, the regime evacuated the cities and transferred all its citizens to the countryside. The cooperativization in the Democratic Kampuchea was a radical and unusual anti-urban process. This article's aim is to analyse the cooperativization and its roots; which elements made its implementation so radical and violent; where the Cambodian Communists' anti-urban spirit came from; how the cooperativization was related to the goals of the Communist Party of Kampuchea; and how the life of the former urban residents was inside the cooperatives.

KEYWORDS: Cooperativization; Khmer Rouge; Cambodia; Communist Party of Kampuchea; Pol Pot.

1 | AS EVACUAÇÕES (1973-1975)

Phnom Penh caiu nas mãos do Khmer Vermelho em 17 abril de 1975, nas primeiras horas da manhã. Depois de quase uma década de guerra, todos foram às ruas celebrar o fim do conflito, saudando os conquistadores. “De repente, todo o mundo para o que está fazendo para observar os caminhões entrando na cidade”, escreveu uma testemunha, “eles sorriem, riem, e acenam de volta para a população tal qual o rei faz quando passa” (UNG, 2017, p. 30).

Mas o clima de euforia rapidamente arrefeceu. Poucas horas depois, as tropas deram início à evacuação da capital, ordenando que todos evacuassem suas casas, sob a alegação de que os americanos iriam bombardear a cidade. Foi um evento brutal. Em algumas regiões, os cidadãos tiveram somente alguns minutos para partirem; nos hospitais, os Khmer Rouges arrastavam os doentes para fora de suas camas e aqueles debilitados demais para partir eram mortos nos próprios leitos ou arrastados pelas ruas, abandonados à própria sorte. Até idosos em asilos foram retirados à força, independentemente de suas condições. “Um espetáculo alucinatório”, assim definiu um padre francês à medida que via a evacuação ocorrer (PONCHAUD, 1978, p. 6). Em questão de horas, o Khmer Vermelho evacuou uma cidade que, naquele momento, possuía cerca de dois milhões de habitantes. De súbito, Phnom Penh virou uma cidade morta. Entre 1,5 e 2,5 milhões de pessoas foram forçadas a abandonar a cidade, caminhando por dias rumo a cooperativas agrárias no interior do país, sem nenhuma estrutura de auxílio, suprimentos médicos, locais para dormir ou alimentação disponíveis ao longo das estradas (ECCC, 2010, pp. 60,61).

Não foi um evento sem precedentes, os Khmer Rouges vinham implementando o seu projeto anti-urbano e evacuando populações já havia dois anos. Kratie foi a primeira grande cidade a ser evacuada, em 1973. No ano seguinte, foi a vez das cidades de Kompong Cham e Oudong que, em um evento repleto de crueldade, foi esvaziada e, então, incendiada. Por fim, veio a vez de Phnom Penh.

Sua evacuação não fora realizada para proteger seus cidadãos de um suposto bombardeio, tampouco para evitar a fome, como alegariam figuras importantes do Khmer Vermelho anos depois. Evacuar as cidades era uma ação deliberada e premeditada pelo Partido Comunista do Kampuchea (CPK), e condição irrevogável para a implementação de um projeto agrário de nação, cujo objetivo final era a cooperativização total da sociedade cambojana. Como abordaremos adiante, é impossível falar dos três processos a seguir de forma isolada: a evacuação urbana, a cooperativização e o Plano Econômico de Quatro Anos. Os três estavam intrinsecamente conectados - eram, de certa forma, um único projeto. Não seria, portanto, coincidência que as evacuações urbanas tenham começado em 1973, mesmo ano em que o Partido começou a implementar a cooperativização; tampouco seria coincidência a implementação do Plano Econômico em 1976, após as evacuações terem sido realizadas e a população urbana ter sido “depositada” (este era o termo oficial) nas cooperativas no interior.

Para entender como ocorreu o processo no Kampuchea Democrático, precisamos ir às raízes do projeto dos comunistas khmer. Há, em especial, quatro elementos que nos ajudam a compreender porque o processo de cooperativização se deu de forma tão radical no Camboja. São estes: a ausência de uma análise própria da sociedade cambojana; a inversão das estatísticas a respeito do campo; a idealização da figura do camponês; e, por fim, um complexo de inferioridade revertido em obsessão pela autossuficiência e pelo resgate de uma grandeza antiga. Abordemos cada um dos pontos.

2 | A FALTA DE ANÁLISE E POBREZA TEÓRICA DO PARTIDO COMUNISTA DO KAMPUCHEA

Os comunistas cambojanos jamais elaboraram um corpo teórico sólido e coerente. Tomemos como exemplo que o estatuto adotado no nascedouro do Partido Revolucionário do Povo Khmer (KPRP)¹, embora muito semelhante ao do Partido dos Trabalhadores do Vietnã (VWP), possuía duas diferenças fundamentais: a primeira, a ausência de um programa de reforma agrária; a segunda, e mais importante, o fato de não fazer menção alguma ao marxismo-leninismo. Ademais, no estatuto do KPRP foram retiradas todas as referências a Marx e Engels que estavam presentes no estatuto do VWP (KIERNAN, 2004, p. 84; CHANDLER, 1991, p. 51).

Nos anos 1960, inspirados pelo diagnóstico da China pré-revolucionária feito pelo Partido Comunista Chinês, Pol Pot e seus seguidores adotaram a posição teórica de definir o Camboja como um país semifeudal, ou seja, eles tomaram como base uma análise chinesa para uma experiência chinesa. Há, ainda, um outro ponto a se destacar: esse novo diagnóstico, o de uma sociedade semifeudal e semicolonial, contrasta com a visão que o Partido Comunista da Indochina possuía sobre o Camboja, que o definia como um local de capitalismo nascente (KIERNAN, 2004, p. 323).

A pobreza teórica do CPK se revela especialmente na análise de classes. Os comunistas de Hanói estavam alarmados com o desenvolvimento teórico do grupo de Pol Pot e alegavam que os cambojanos ainda não haviam estabelecido claramente a divisão de classes da sociedade khmer, uma divergência que era do conhecimento da alta hierarquia do Partido (CHEA, 1987). Desde 1957 os comunistas da Indochina, especialmente os vietnamitas, indicavam erros em tais análises, mas foram ignorados pelos partidários do CPK (CHANDLER; KIERNAN; BOUA, 1988, p. 219).

Documentos de 1971, momento do início da consolidação da ideologia do Khmer Vermelho, já nos revelam a fragilidade teórica do CPK. Ben Kiernan indica a ausência de uma análise dialética do tema e a vulgarização da palavra “exploração”. Além do mais, como ele analisa em seus estudos, os documentos nos mostram que as palavras “classe”, “camada” e “estrato” eram utilizadas sem diferenciação entre elas (KIERNAN, 2004, p. 325). Um dos documentos chega a descrever classe como “nível de pessoas com tendências políticas distintas” e alega que “os revolucionários estão no meio; as organizações revolucionárias estão por trás dos revolucionários; e as massas ao redor das organizações”, sem dar maiores detalhes ou explicações sobre o que seria “estar no meio” ou “por trás”; também cita que o Camboja possui duas classes, mas não diz quais seriam elas (CHANDLER, 1991, p. 208; tradução nossa).

1 O Partido Revolucionário do Povo Khmer (KPRP) foi o primeiro partido comunista do Camboja. Em 1960, ele seria refundado como Partido dos Trabalhadores do Kampuchea; e, em 1966, refundado novamente, desta vez sob o nome de Partido Comunista do Kampuchea (CPK).

2.1 As estatísticas

O resultado será visto nas estatísticas. Ao contrário de outros países da região, não havia no Camboja uma massa campezina despossuída e desterrada, sendo a maioria do campesinato composta por camponeses médios ou pequenos proprietários autossuficientes. Nas mais altas projeções, o campesinato sem propriedade da terra correspondia a 20% da população (SUMMERS, 1987).

O Partido, porém, declamava uma outra realidade. Pol Pot falava constantemente que a parcela de camponeses sem terra própria correspondia a 80%. Não se trata somente de um simples erro de paralaxe, mas de uma completa inversão dos fatos. Hou Yuon, importante figura do comunismo khmer, já havia alertado anos antes da tomada do poder para a distorção da realidade do campo, alegando que o Partido estava se alimentando de um modelo dicotômico entre campo e cidade que existia em outros países da região, mas não no Camboja (SHORT, 2004; KIERNAN, 2004). Consequentemente, os números do CPK contradiziam as estimativas e os estudos dos principais economistas do país, de modo que aparentavam ser “projeções defeituosas à nível nacional de dados retirados de estudos de algumas localidades específicas” (SUMMERS, 1987, pp. 12,13; tradução nossa). É importante analisarmos esta inversão porque muitas das medidas radicais que os Khmer Rouges implementariam relativas à destruição da sociedade urbana e à priorização do campo foram justificadas, dentre outros argumentos, pelo empoderamento do agricultor sem-terra.

2.2 O Homem Ideal: o camponês

Tal desenvolvimento intelectual levou a uma idealização das figuras do camponês e do campo. Esse ideal campesino se refletiria mais tarde em pequenas atitudes, como a imposição aos membros do Partido que usassem os trajes típicos dos camponeses (imposição que, a partir de 1972, seria expandida para toda a população sob comando do Khmer Rouge); e, posteriormente, em grandes ações, como a evacuação das cidades e a destruição da sociedade urbana.

Um documento elaborado pela liderança afirmava que o Partido não se apoiava sobre os trabalhadores urbanos, pois “havia só os camponeses”. Isso implicará na ausência de projeto urbano por parte do CPK. Como Kiernan escreve: “Não havia política de organização para os trabalhadores, nem para os pobres da cidade [...] Tais declarações do CPK podem ser vistas como um antecedente direto da decisão de evacuar as cidades” (KIERNAN, 2004, p. 324; tradução nossa).

Além da crença na capacidade das massas em superar condições históricas, os comunistas khmer herdaram do maoísmo o anti-intelectualismo e o “espírito maoísta” de “uma utopia rural radical”, como certa vez definiu o filósofo polonês Leszek Kolakowski. Pol Pot resgatou valores que já haviam sido vistos na China, especialmente no Grande Salto

e na Revolução Cultural, como o desprezo pelo abismo entre trabalho braçal e intelectual, além da desconfiança dos intelectuais. Por conseguinte, o culto do campesinato resultará na primazia do trabalho braçal sobre o intelectual (BEZERRA, 2013, p. 69).

Uma das narrativas que mais seria vista no Kampuchea Democrático é precisamente a da purificação do homem pelo trabalho. A propósito, um dos mais famosos lemas do regime seria: *Seu diploma é o campo!* Serão inúmeros os relatos a respeito do tratamento da população urbana “depositada” nas cooperativas, sempre em torno da narrativa do trabalho braçal e da glorificação do suor como forma de purificação. Um exemplo perfeito provém de uma testemunha que relatou os gritos constantes dos soldados de sua cooperativa: “Olhem suas mãos! Elas estão acostumadas a segurar canetas, não a trabalhar pesado!” (KIERNAN, 2008, p. 174; tradução nossa).

2.3 O Império Angkor

“Se nosso povo teve a capacidade de construir Angkor, nós podemos fazer tudo”, proclamou Pol Pot em 1977, naquela que foi a única vez em que o líder se dirigiu ao povo do Camboja². O Império Angkor fora um dos mais poderosos da história do Sudeste Asiático, no auge de sua extensão, por volta do século X, chegou a conquistar quase toda a Indochina. Nada exemplifica melhor o seu poderio do que suas maravilhosas construções de pedra no magnífico templo de Angkor Wat, localizado na antiga capital do Império, Angkor. As ruínas da cidade e de seu templo encantariam os colonos franceses, que publicariam uma extensa quantidade de obras a respeito delas na Europa, onde criou-se uma enorme mitologia ao redor do Império Khmer: o mito da civilização gloriosa que caiu em desgraça, cujas ruínas hoje se encontram em um país atrasado e selvagem. Os franceses deram, nas palavras de um especialista em história do Camboja, uma “prestigiosa história aos cambojanos que, como povo colonizado, eles não estavam preparados para saber lidar” (CHANDLER, 1999a, p. 12; tradução nossa).

Guerras contra os povos da Tailândia e do Vietnã foram consumindo o Império até ele se extinguir no século XVI. A partir de então, o país se tornou uma colcha de retalhos nas mãos de tailandeses e vietnamitas, que lutavam pelo que sobrou do território. Os séculos de fragmentação política e a perda de independência levaram a intelectualidade do Camboja a alimentar a ideia de que seu país estava sob eterna ameaça de seus vizinhos e que estes pretendiam, assim que fosse lhes dada a chance, invadir novamente o Camboja. “Um país com um senso de catástrofe”, escreveu Becker, “um povo que fora ensinado pelos colonialistas que a raça deles fora ameaçada pelos seus vizinhos ambiciosos, e cuja cultura havia atingido o zênite séculos antes” (BECKER, 1998, p. 4; tradução nossa). Nas palavras de Philip Short, o resultado foi “um maciço complexo de inferioridade nacional que encontrou refúgio nos sonhos de uma grandeza antiga” (SHORT, 2004, p. 25; tradução nossa). A historiografia cambojana passará a ser tomada por um sentimento apocalíptico,

² 29 de setembro de 1977.

um senso de eterna catástrofe, um discurso no qual sempre se falará sobre uma possível extinção do Camboja, ao mesmo tempo em que se relembrará a glória passada (HELDER, 1978).

Nascia, pois, o mito fundador: o Império Angkor constituía a prova de que o Camboja era uma nação que possuía a grandeza em seu passado, mas esta lhes fora roubada. A ideologia do CPK era uma mistura de orgulho pela capacidade construtiva do povo khmer e ódio aos estrangeiros por sua participação na queda do Império. A autossuficiência tornou-se uma obsessão monomaniaca. Em especial, havia a preocupação com o controle da água³, pois acreditava-se que o sucesso do Império provinha de dois motivos: a mobilização em massa da sociedade khmer para o trabalho; e do controle da água através de diques e canais, o que permitiria produzir arroz em grande quantidade (KIERNAN, 2008). Como veremos, as cooperativas foram um resgate de ambas ideias.

3 | O PLANO ECONÔMICO DE QUATRO ANOS

O CPK se reuniu entre julho e agosto de 1976 para a elaborar *O plano de quatro anos do Partido para a construção do socialismo em todos os campos 1977-1980*. Nas palavras de Pol Pot, o objetivo era:

Transformar o Camboja de um país rural atrasado em um país com agricultura moderna de 10 a 15 anos; e de um país industrialmente subdesenvolvido em um país com todas indústrias básicas de 15 a 20 anos... (POT, 1978a, p. 16; tradução nossa).

A ideia por detrás do plano era extremamente simples: produzir a maior quantidade de arroz possível, exportá-lo e, com o dinheiro obtido, investir em outros setores da economia. A tabela 56 do plano, nomeada “Plano para acumular capital por meio de vários produtos”, indicava que até 1980, 92,9% do capital da economia do Kampuchea Democrático seria proveniente da exportação de arroz (CHANDLER; KIERNAN; BOUA, 1988, pp. 40, 106).

Do mesmo modo, o plano carregava consigo muitas das noções de autonomia e independência do CPK, dentre elas, a ideia de que a consciência revolucionária e a mobilização das massas eram mais relevantes que a técnica, a ciência e as condições materiais. Nas palavras de Pol Pot, “se a consciência socialista e a revolução socialista são fortes, elas irão, definitivamente, *se tornar uma força material poderosa*”. No plano, o Partido chegou a afirmar que a “*tecnologia não é um fator decisivo*; os fatores determinantes de uma revolução são a política, o povo revolucionário, e os métodos revolucionários” (CHANDLER; KIERNAN; BOUA, 1988, pp. 19,48; itálicos meus).

Em seu fascínio pela autossuficiência, o CPK foi ao extremo. O objetivo – que mais tarde seria incluído no plano - era produzir três (e no futuro até seis) toneladas métricas de

3 A obsessão por diques e arrozais pode ser vista no brasão de armas do Kampuchea Democrático. Outro exemplo da influência do Império pode ser visto na nova bandeira de 1976, em cujo centro estavam as três torres do templo de Angkor Wat.

arroz por hectare, um evidente sinal do quanto o CPK possuía desprezo pela ciência e pela experiência empírica, haja vista que mesmo antes da guerra e da destruição do campo a média de produção do Camboja era uma tonelada e, em geral, de arroz de baixa qualidade, devido à pouca modernização do campo. A meta estabelecida pelo DK era simplesmente incompatível com a capacidade do Camboja. Pol Pot chegou a dizer que “no ano de 1980, nós poderemos facilmente conseguir de 10 a 11 toneladas por hectare” (CHANDLER; KIERNAN; BOUA, 1988, p.11; tradução nossa). Em outras palavras, o líder acreditava ser possível aumentar em 10 vezes toda a média de produção histórica do Camboja ao longo de somente quatro anos. Se todos os trabalhadores estivessem reunidos no campo tomados pelo espírito revolucionário, independentemente das limitações do país, eles poderiam, subitamente, duplicar, triplicar, quadruplicar sua produção. Vickery escreve:

Embora uma política de concentrar toda a população em trabalho produtivo pareça racional, o método escolhido para implementar tal política – forçando residentes urbanos inexperientes em campos nus ou florestas, sem ferramentas suficientes ou instrução – era economicamente irracional. A irracionalidade foi alimentada nos anos seguintes por novas escolhas deliberadas que, como a política inicial, devem ter sido ditadas, acima de tudo, por considerações políticas ou ideológicas mais do que por um objetivo de recuperação econômica... (VICKERY, 1984, pp. 154,155; tradução nossa)

Como se vê, medidas como a evacuação das cidades e a cooperativização – intimamente conectadas, posto que a cooperativização dependia da massa de deslocados (“depositados”) das cidades – estão intrinsecamente conectadas ao projeto econômico de Pol Pot. A relação pode ser vista no número de evacuados para o Noroeste do Camboja, região com alta produtividade de arroz. De 1975 até o início de 1977, o Noroeste iria receber cerca de um milhão de “depositados”, como consta no próprio plano (CHANDLER; KIERNAN; BOUA, 1988, p. 52; tradução nossa).

4 | A VIDA NAS COOPERATIVAS

Até 1973, a população das zonas conquistadas vivia nos chamados “grupos de ajuda mútua”, pequenas comunidades agrícolas que englobavam de 10 a 15 famílias, nas quais os camponeses detinham a posse dos equipamentos, da terra e de seus produtos, e pagavam taxas relativamente baixas ao Partido. O modelo havia se provado bem-sucedido e popular (KIERNAN, 2008, p. 167).

Em maio de 1972, o Comitê Central se reuniu e aprovou o projeto da cooperativização. Um ano depois o novo projeto foi efetivado e o CPK deu início ao novo processo: as primeiras unidades agrárias criadas pelo Khmer Vermelho, os “grupos de ajuda mútua”, foram fundidas entre si em cooperativas menores que englobavam algumas dezenas ou centenas de pessoas. Com o tempo, especialmente a partir de 1975, o processo se intensificou e as pequenas cooperativas [*low-level cooperatives*] passaram a ser, novamente, unificadas, originando enormes cooperativas que podiam englobar até milhares de pessoas. Esse

novo regime de organização, a cooperativização da qual estamos falando, trouxe o fim da posse dos bens aos camponeses e destruiu radicalmente a vida privada ao tomar medidas como a obrigatoriedade de usar determinadas roupas e de se alimentar somente por meio de refeições comunais. Toda e qualquer forma de propriedade privada estava banida, algo que a partir de 1976 seria levado ao extremo com o confisco de todos os objetos pessoais. No regime das cooperativas, homens, mulheres e crianças deveriam trabalhar no campo sob a supervisão dos soldados e entregar todo o produto de seu trabalho ao Khmer Rouge. O descumprimento das regras nas cooperativas constantemente levava à morte.

Apesar da alegação de que estava criando uma sociedade sem classes, o Khmer Rouge dividiu a nova população em dois grupos: o Povo Base [*Base People*], os camponeses e a população rural; e o Povo Novo [*New People*], as pessoas provenientes das cidades⁴. Foi o Povo Novo o que mais sofreu sob o regime de Pol Pot, experimentando além dos deslocamentos forçados, condições desumanas nos campos de trabalho (obras e cooperativas). Um dos lemas do KR era voltado diretamente para eles: *Mantê-los não é nenhum benefício. Destruí-los não será nenhuma perda!*

Com a implementação da cooperativização e da coletividade vertical, teve início o processo de destruição das religiões, da vida familiar e de qualquer forma de individualidade. A doutrina do CPK previa lealdade total a *Angkar*⁵ e aqueles que fossem pegos se alimentando em casa, plantando, colhendo ou pescando alimentos para si, estavam sujeitos à morte. Qualquer relação sexual ou de intimidade fora do casamento era considerada imoral; havia, inclusive, um artigo no Código Moral do Partido relativo à questão. Sexo sem matrimônio era considerado mau hábito e aqueles que fossem descobertos eram considerados inimigos e, portanto, estavam sujeitos à punição. Implementou-se também uma hedionda política de casamentos forçados que levou a estupros em massa. Entre 1975 e 1979, dezenas de milhares de pessoas foram forçadas a se casar, submetidas a estupros e outras formas de violência. Acredita-se que, aproximadamente, 200.000 mulheres possam ter sido forçadas a casar por ordem do Partido (ECCC, 2010, pp. 51, 59; LANGIS et al, 2014, p. 30).

A fome estava em todo lugar: de um lado, um projeto de agricultura rudimentar que produzia pouco, sem tecnologia ou uso de técnicos; do outro, um aspecto ainda mais grave, um Partido que confiscava absolutamente toda a produção das cooperativas e determinava o quanto o trabalhador iria receber para comer. Em muitas cooperativas, os trabalhadores recebiam poucas centenas de gramas de arroz por dia como alimentação, trabalhavam até 12 horas diárias, 7 dias por semana (ECCC, 2010; KIERNAN, 2008; PONCHAUD, 1978; SHORT, 2004). Também é importante lembrar que no regime de refeições comunais, sendo a refeição controlada pelo Partido, era comum o ato de punir indivíduos através do controle da quantidade de alimentos.

4 Oficialmente, eles serão chamados de “Depositados”, pelo motivo de terem sido deslocados das cidades para serem “depositados” em cooperativas.

5 *Angkar*, “A Organização”, era a maneira como o Partido Comunista do Kampuchea se autodenominava.

Nos hospitais, onde os medicamentos eram escassos, os simpatizantes e quadros do CPK recebiam melhores tratamentos. A desigualdade era revoltante e a zombaria ao Povo Novo era recorrente, os Khmer Rouges costumavam dizer: “Vocês agora são prisioneiros de guerra. Nós passamos fome por cinco anos. Agora é a vez de vocês!” (PONCHAUD, 1978, p. 61; ECCC, 2010, pp. 51, 59). O Povo Base, os camponeses, também estava sujeito a um regime brutal de trabalho, fome e terror, mas a condição de vida deles era relativamente superior à dos “depositados” das cidades, visto que eram observados com menos desconfiança pelos quadros locais.

As condições higiênicas eram terríveis, a carga de trabalho insustentável; aqueles que não morriam nos campos, morriam sob a paranoia de um regime que executava centenas de pessoas por dia nos chamados campos da morte [*killing fields*]. Não havia nenhum acesso à medicina de qualidade, o tratamento era extremamente rudimentar e na maioria dos casos feito por mulheres sem nenhuma formação oficial. Mais assustador ainda é que muitas das “enfermeiras” e “doutoras” do CPK tinham entre 12 e 14 anos (ECCC, 2010, p. 82). Um relatório do campo de Prey So, relativo aos 10 primeiros meses de 1977, indica que dos 2.000 trabalhadores do arrozal, 192 deles - quase 10%, a maioria menor de 20 anos - morreram por doença (CHANDLER, 1999b, p. 31).

Apesar disso, Pol Pot declarou publicamente que as cooperativas permitiram “melhorar consideravelmente as condições de saúde” (POT, 1978b, p. 4), que “95% da população goza de melhores condições de vida do que no antigo regime” (POT, 1978d, p. 12), que “em todo lugar, eles [o povo] usufruem de cuidados médicos, tem doutores e centros médicos à disposição, especialmente em cada cooperativa” (POT, 1978a, p. 4), e que “as condições melhoraram para todos. O nível de vida de 90% de nosso povo, incluindo os camponeses pobres, os camponeses médio-pobres, médios camponeses e outros trabalhadores, se elevou” (POT, 1978c, p. 19)⁶.

5 | CONCLUSÃO

A violência da cooperativização do Khmer Vermelho não ocorreu por acaso. Se ela foi mais radical que qualquer outro processo histórico semelhante é porque as premissas dos comunistas cambojanos eram, também, mais radicais. Suas origens se encontram em um sonho de grandeza antigo, em cujo cerne está a obsessão pela autossuficiência e o desprezo pelo empirismo. Para Pol Pot e seus companheiros, o inimigo do Camboja era a própria sociedade, seus vícios e suas estruturas. Sendo o inimigo um elemento estrutural dela própria, não havia outra revolução senão aquela que destruísse, ou ao menos levasse a uma transformação completa, radical e imediata da sociedade khmer. Não é que os Khmer Rouges fossem somente radicais, e eles o eram: o fato é que sob as premissas ideológicas do CPK, *eles simplesmente não poderiam não ser radicais*, posto que uma

⁶ Textos originalmente em inglês: todas as citações deste paragrafo são de tradução nossa.

revolução que não destruísse por completo os resquícios da antiga e moribunda sociedade jamais seria uma revolução verdadeira. Aliado a isso, havia a crença de que era possível controlar a história e apagar de uma só vez o passado e avançar diretamente para o futuro. O *modus operandi* de Pol Pot, sua violência e seu radicalismo, não eram consequências do regime autoritário do Khmer Vermelho... eram elementos fundamentais para a sua própria existência.

REFERÊNCIAS

BECKER, E. **When the war was over**: Cambodia and the Khmer Rouge Revolution. Nova York: PublicAffairs, 1998.

BEZERRA DE MENEZES Jr, A. J. **A Revolução Cultural Chinesa (1966-1976)**: Anti-intelectualismo e anti-humanismo em ação. In: Revista Tempo Brasileiro, abril-junho. Nº 193, 2013.

CHANDLER, D. P. **Brother Number One**: A Political Biography of Pol Pot. Boulder: Westview Press, 1999a.

CHANDLER, D. [P.]. **Voices from S-21**: Terror and History in Pol Pot's Secret Prison. Berkeley: University of California Press, 1999b.

CHANDLER, D. P. **The Tragedy of Cambodian History**: Politics, War, and Revolution since 1945. New Haven: Yale University Press, 1991

CHANDLER, D. P.; KIERNAN, B.; BOUA, C. **Pol Pot Plans the Future**: Confidential Leadership Documents from Democratic Kampuchea, 1976-1977. New Haven: Monograph 33/Yale Southeast Asia Studies, 1988

CHEA, N. **Statement of the Communist Party of Kampuchea to the Communist Worker's Party of Denmark**. In: The Journal of Communist Studies, Vol. 3, 1987

EXTRAORDINARY CHAMBERS IN THE COURTS OF CAMBODIA [ECCC]. **Closing Order: Case File No 002**. 2010. Acessado em 02/01/2019: <https://www.eccc.gov.kh/sites/default/files/documents/courtdoc/D427Eng.pdf>.

HELDER, S. R. **Origins of the Conflict**. In: Southeast Asia Chronicle, Issue no. 64, September-October 1978.

KIERNAN, B. **How Pol Pot Came to Power**: Colonialism, Nationalism, and Communism in Cambodia, 1930-1975. New Haven: Yale University Press, 2004.

KIERNAN, B. **The Pol Pot Regime**: Race Power and Genocide in Cambodia under the Khmer Rouge, 1975-79. New Haven: Yale University Press, 2008.

LANGIS, T. de et al. **Like Ghost Changes Body: A study on the Impact of Forced Marriage Under the Khmer Rouge Regime**. Phnom Penh: Transcultural Psychosocial Organisation, 2014.

POT, P. **Interview to Mr. Jan Myrdal**: Phnom Penh, August 24, 1978. Phnom Penh: Department of Press and Information: Ministry of Foreign Affairs: Democratic Kampuchea, 1978a.

_____ **Interview of Comrade Pol Pot to the Delegation of Yugoslav Journalists in Visit to Democratic Kampuchea.** Phnom Penh: Department of Press and Information Ministry of the Foreign Affairs: Democratic Kampuchea, 1978b.

_____ **Speech by Comrade Pol Pot on the occasion of the 18th Anniversary of the founding of the Communist Party of Kampuchea.** Phnom Penh: Department of Press and Information Ministry of the Foreign Affairs: Democratic Kampuchea, 1978c.

_____ **Pol Pot talks with the delegation of the association Belgium-Kampuchea.** Phnom Penh: Department of Press and Information: Ministry of the Foreign Affairs: Democratic Kampuchea, 1978d.

PONCHAUD, F. **Cambodia: Year Zero.** Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1978.

SHORT, P. **Pol Pot: anatomy of nightmare.** Nova York: Henry Holt and Company, 2004.

SUMMERS, L. The CPK: **Secret Vanguard of Pol Pot's Revolution: A Comment on Nuon Chea's Statement.** In: The Journal of Communist Studies, Vol. 3, 1987.

UNG, L. **Primeiro mataram meu pai.** Rio de Janeiro: HarperCollins, 2017.

VICKERY, M. **Cambodia: 1975-1982.** Singapura: Allen and Urwin in association with South End Press, 1984.

ANÁLISES DE EXPERIÊNCIAS NA PRÁTICA DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA ENTRE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Data de aceite: 01/02/2022

Fabiano Brito Dos Santos

Professor de Sociologia do Instituto Federal da Bahia – IFBA
Euclides da Cunha
<http://lattes.cnpq.br/6475399824392517>

Este artigo é um desdobramento do projeto proposto para o atendimento de programas de extensão do Instituto Federal da Bahia cuja equipe foi composta pelos Professores Fabiano Brito dos Santos e Fabricio do Santos Mota, as discentes Amanda Dos Santos Braga e Ester Reis De Moraes e os discentes Lucas Tadeu Dos Reis Dos Santos, Josedacson Barbosa De Lacerda, Railan Santos De Santana em 2017, no Campus Simões Filho.

RESUMO: Embora pareça evidente e fundamental a contribuição na formação da cultura nacional dada pelos indígenas e pelos negros africanos e afrodescendentes, esta participação foi, e em alguma medida é relegada a um segundo plano, ora pela historiografia, ora pelas autoridades brasileiras. As políticas públicas do Brasil imperial e republicano ao longo do século XX, foram pautadas em mecanismos, que além de posicioná-los fora do alcance das políticas públicas de acesso à educação moradia, saúde, trabalho formal etc., reforçavam estigmas no sentido de disseminação desta suposta inferioridade. Por outro lado, no que diz respeito às formas de reinserção social das populações negras, a luta pelo acesso à

educação esteve entre as principais estratégias de integração social e luta pela liberdade. Na resistência à escravidão no Brasil, formas paralelas de organização consubstanciavam-se desde caixas de poupança para compra de alforrias de escravos urbanos, passando por conselhos deliberativos, particularmente para preparação de ações coletivas, como fugas e revoltas, à confrarias de assistência mútua sob a capa religiosa cristã e diretamente com o espaço dos quintais e terreiros na manutenção dos cultos aos orixás e das línguas africanas que identificam as religiões que possuem essas matrizes. Nesse caminho o trabalho de pesquisa desenvolvido visou contribuir com o conjunto de ações voltadas a fortalecer o reconhecimento da diversidade e o direito à diferença, tomando por base a experiência concreta de uma comunidade escolar e levando em conta, como voz principal as percepções de sua comunidade estudantil. Para tanto, buscamos investigar como o público estudantil compreende, avalia, percebe as contribuições curriculares dessas questões no bojo de sua formação escolar visando assim, produzir dados que possam contribuir para a (re) elaboração das políticas pública de ações afirmativas no ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Historiografia; Resistência; Relações Étnico-raciais; Ensino integrado.

ANALYSIS OF EXPERIENCES IN THE PRACTICE OF EDUCATION IN AFRICAN, AFRICAN AND INDIGENOUS HISTORY AND CULTURE AMONG STUDENTS IN INTEGRATED HIGH SCHOOL

ABSTRACT: Although the contribution to the formation of national culture made by indigenous peoples and African blacks and Afro-descendants seems evident and fundamental, this participation was, and to some extent is relegated to the background, sometimes by historiography, sometimes by the Brazilian authorities. The public policies of imperial and republican Brazil throughout the 20th century were based on mechanisms that, in addition to placing them outside the reach of public policies on access to education, housing, health, formal work, etc., reinforced stigmas towards the dissemination of this supposed inferiority. On the other hand, with regard to the forms of social reintegration of black populations, the struggle for access to education was among the main strategies for social integration and struggle for freedom. In the resistance to slavery in Brazil, parallel forms of organization were embodied from savings banks for the purchase of manumissions for urban slaves, passing through deliberative councils, particularly for the preparation of collective actions, such as escapes and revolts, to mutual assistance fraternities under the Christian religious cover and directly with the space of backyards and terreiros in the maintenance of the cults of the orixás and African languages that identify the religions that have these matrices. In this way, the research work developed aimed to contribute to the set of actions aimed at strengthening the recognition of diversity and the right to difference, based on the concrete experience of a school community and taking into account, as the main voice, the perceptions of its community student. Therefore, we sought to investigate how the student public understands, evaluates and perceives the curricular contributions of these issues in the context of their school education, thus, producing data that can contribute to the (re) elaboration of public policies for affirmative action in the school environment.

KEYWORDS: Education; Historiography; Resistance; Ethnic-Racial Relations; Integrated education.

INTRODUÇÃO

Embora pareça evidente e fundamental a contribuição na formação da cultura nacional dada pelos indígenas e pelos negros africanos e afrodescendentes, esta participação foi, e em alguma medida é relegada a um segundo plano, ora pela historiografia, ora pelas autoridades brasileiras. As políticas públicas do Brasil imperial e republicano ao longo do século XX foram pautadas em mecanismos, que além de posicionar essa parcela da população fora do alcance das políticas públicas de acesso à educação moradia, saúde, trabalho formal etc, reforçavam estigmas no sentido de disseminação desta suposta inferioridade.

Em uma revisão de nossa história, percebe-se, que em respeito às formas de reinserção social das populações negras, a luta pelo acesso à educação esteve entre as principais estratégias de integração social e luta pela liberdade.

Na resistência à escravidão no Brasil, formas paralelas de organização

consubstanciavam-se desde caixas de poupança para compra de alforrias de escravos urbanos, passando por conselhos deliberativos, particularmente para preparação de ações coletivas, como fugas e revoltas. Seja nas confrarias de assistência mútua sob a capa religiosa cristã, ou diretamente com o espaço dos quintais e terreiros na manutenção dos cultos aos orixás e das línguas africanas que identificam as religiões que possuem essas matrizes, a resistência, a luta pela dignidade inexorável pela escravidão foram contínuas e persistentes.

Nesse caminho o trabalho de pesquisa desenvolvido visou contribuir com o conjunto de ações voltadas a fortalecer o reconhecimento da diversidade e o direito à diferença, tomando por base a experiência concreta de uma comunidade escolar e levando em conta, como voz principal as percepções de sua comunidade estudantil. Para tanto, buscamos investigar como o esse público compreende, avalia, percebe as contribuições curriculares dessas questões no bojo de sua formação escolar visando assim, produzir dados que possam contribuir para a (re) elaboração das políticas pública de ações afirmativas no ambiente escolar.

Temos com a Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, um instrumento fundamental, que designa às instituições educacionais a inserção do estudo da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, de modo a resgatar sua contribuição na área social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil. Segundo o documento oficial, a lei 10.639/ 03,

[...] altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira" e dá outras providências". (BRASIL, 2006).

Dentre suas providências, o documento ratifica mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, que passa a vigorar acrescida dos artigos 26-A, 79-A e 79-B; visa também abranger estabelecimentos de ensino fundamental, médio, oficiais e particulares, a fim de implantar, no currículo dessas instituições, conteúdos sobre o estudo da História da África e dos africanos, da luta dos negros em terras brasileiras, da cultura negra brasileira, e do negro na formação da sociedade nacional. Além disso, insere, no calendário letivo, o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra". Emana da sanção dessa lei, a importância de uma ação pedagógica na inserção dos valores referentes à História da África, da cultura afro-brasileira tanto na dimensão ontológica quanto epistemológica da formação do educando, pois "com a aprovação da Lei 10.639, é obrigatório o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio" (BENCINI, 2004, p. 48).

Antes de entrarmos na percepção dos sujeitos pesquisados sobre a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 faz-se necessário a discussão de outros temas que embasam e substanciam a pesquisa aqui apresentada. Dessa maneira, partimos da indagação sobre

a necessidade de se obrigar, no ensino regular brasileiro, a abordagem da temática da história e da cultura afro-brasileira e indígena, no sentido de nos questionar, entre outros aspectos, sobre a nossa condição ou não de racistas. Dessa forma, desenvolvemos uma análise sobre essa condição, bem como nos debruçando sobre a discussão sobre a noção da palavra racista, propriamente dita, buscando demonstrar como a colonização foi a principal responsável pelo advento do racismo.

DISCURSOS E CONTRADISCURSOS SOBRE O RACISMO NO BRASIL

Ao longo da História do Brasil, inúmeras foram as alternativas propostas aos modelos institucionais de segregação erigidos no processo de formação do nacional. Entre literatos, artistas, abolicionistas e profissionais liberais muitas foram as estratégias de problematização da hierarquia racial no Brasil.

Neste sentido, inúmeras também foram as organizações sociais de promoção da igualdade e combate a essa forma de segregação. Os exemplos são vastos e diversos, como as irmandades religiosas, grupos de cooperação mútua que representam a persistente proposição de modelos alternativos de organização civil no Brasil pautados pela inclusão das diferenças étnicas e da liberdade como princípio (REGINALDO, 2011).

Pode-se destacar que mesmo no universo multiétnico das populações africanas e indígenas ao longo dos últimos séculos sempre foi território de conhecimento destes/as próprias personagens, a busca pela reconstrução dos laços identitários, da ressignificação e reagregação da família (SLENES, 1992).

O processo de afirmação identitária foi e segue como elemento demarcador nos processos de luta pela garantia de direitos no combate ao racismo. Em suma, a busca e as descoberta dos caminhos da liberdade e da diversidade vêm sendo pautada a longas datas e tem influenciado decisivamente os processos políticos de ampliação de horizontes na sociedade brasileira, notadamente as transformações jurídicas ao redor da equidade.

Apesar disso, e por que não dizer na contramão dessas mudanças, outras obras consideram de forma secundária a questão de raça no Brasil, reduzindo as pautas de enfrentamento ao racismo a um binarismo que sugere “uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor” (Kamel, 2006). O autor, também importante personagem no cenário jornalístico do país, ligado diretamente à imprensa hegemônica (Organizações Globo) tem influência em milhões de consumidores da indústria cultural.

De acordo com Kamel, alguns agentes e instituições consideram, a partir de suas defesas, um país que se divide em brancos e negros, categorias que não refletem, segundo ele, o amálgama de cores na sociedade brasileira:

Os movimentos negros e também os cientistas sociais que se colocaram a favor da política de cotas chamam de “negros” o conjunto de “pretos” e “pardos” conforme as estatísticas oficiais. Assim, em vez de uma população de 5,9% de pretos, as estatísticas divulgadas em prol da política de cotas

falam em 48% de “negros”. Os 42% de autodeclarados pardos não aparecem (KAMEL, 2006:10).

Obviamente que o autor coloca aqui um elogio do encontro das raças que se deu em terras brasileiras, particularmente com a visão de “democracia racial” expressa nas leituras de Gilberto Freire e, de alguma medida no antropólogo, Darci Ribeiro. Dessa maneira, a análise se apega em reproduzir e reduzir desenhos de contextos sociais ilustrados nesses clássicos da Antropologia, e secundariza o estudo de inúmeros fatos históricos, que culminam com uma reivindicação de uma identidade política enquanto “negro”, no sentido de combater o nosso racismo, que vê no afrodescendente um aspecto negativo de nossa constituição humana.

A abordagem da temática étnico-racial na educação formal brasileira se torna obrigatória a partir da lei 10.639/03 e reafirmada com a lei 11.645/08, que acrescenta a temática indígena. De acordo com Nilma Lino Gomes (2012) foi uma conquista dos movimentos sociais e de grupos organizados que pressionaram o Estado, no sentido de atender demandas históricas de parcela importante da população brasileira, com essa intenção, considera a autora a esse respeito:

[...] pode ser considerada uma reivindicação do Movimento Negro e de organismos da sociedade civil, de educadores e intelectuais comprometidos com a luta antirracista. Pode também ser entendida como uma resposta do Estado às demandas em prol de uma educação democrática, que considere o direito à diversidade étnico-racial como um dos pilares pedagógicos do País, especialmente quando se consideram a proporção significativa de negros na composição da população brasileira e o discurso social que apela para a riqueza dessa presença.

De Norte a Sul do País, a presença negra é divulgada discursivamente como um forte componente da diversidade cultural brasileira. Todavia, do ponto de vista das políticas, das práticas, das condições de vida, do emprego, da saúde, do acesso e da permanência na educação escolar, a situação ainda é de desigualdade, preconceito e discriminação (GOMES, 2012: 09).

Percebemos a presença negra e indígena em nossa língua, em nossa arquitetura, em nossa arte, porém, no que diz respeito aos índices estatísticos, essa presença ocupa as piores classificações, caracterizando aqueles e aquelas, que em nosso país, estão em maior vulnerabilidade socioeconômica.

COLONIZAÇÃO E RACISMO

Em uma das suas obras mais conhecidas sobre o racismo, Frantz Fanon (2008), em “Pele negra, máscaras brancas”, busca demonstrar como o processo de colonização marcou profundamente os povos envolvidos, sendo o racismo um grande produto desse processo. Diz-nos o autor:

[...] Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um

complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana" (FANON, 2008: 33-34).

Dos mecanismos mais eficientes de transmissão do racismo se dá pela imposição cultural de uma língua, ainda mais quando essa se torna hegemônica. A língua, como cultura falada pressupõe-se a quem se submete a falar tal língua, também incorporar a cultura que vem junto, e Fanon, na obra citada, nos apresenta esse mecanismo, que parte da aclamação do colonizador e da cultura francesa, no caso, pois, dentro daquele contexto, ser parecido a quem coloniza (branco), seria um objetivo a ser alcançado. Com isso, o colonizado perde sua originalidade, suas fundamentações e é completamente modificado pela cultura da nação colonizadora (FANON, 2008: 35).

Outro exemplo dado para fundamentação do racismo como um produto da colonização é o esforço dos colonizados em querer parecer como o colonizador, afinal, quem quer se identificar com o derrotado? Assim, é ilustrado pelo autor:

Na escola, o jovem martinicano aprende a desprezar o patoá. Fala-se do crioulisto com desdém. Certas famílias proibem o uso do crioulo e as mães tratam seus filhos de pivetes quando eles desobedecem: [...] Dirão de mim com desprezo: ele não sabe sequer falar o francês!... Em um grupo de jovens antilhanos, aquele que se exprime bem, que possui o domínio da língua, é muito temido; é preciso tomar cuidado com ele, é um quase-branco. Na França se diz: falar como um livro. Na Martinica: falar como um branco. O negro, chegando na França, vai reagir contra o mito do martinicano que-comes-RR. Ele vai se reconsiderar e entrar em conflito aberto com tal mito. Ou vai se dedicar, não somente a rolar os RR, mas a urrá-los. Espionando as mínimas reações dos outros, escutando-se falar, desconfiando da língua, órgão infelizmente preguiçoso, vai se enclausurar no seu quarto e ler durante horas — perseverando em fazer-se dicção" (FANON, 2008: 35-36).

Portanto, o negro que tenta falar a língua do colonizador está, na verdade, tentando adentrar em espaços que há pouco tempo seriam inalcançáveis ao mesmo. Enxerga-se uma possibilidade de obter uma ascensão social para sua vida e de sua família. Com isso, o processo de colonização submete o explorado em uma condição de cúmplice de sua dominação.

Partindo desta perspectiva, não seria exagero afirmar que sem a presença do trabalho intelectual e braçal dos africanos e afrodescendentes não existiria o Brasil, pois, basicamente, a economia brasileira até recentemente foi toda estruturada em cima da escravidão. Aqui compreendemos a escravidão como sistema social onde todas as atividades produtivas, bem como os espaços de produção simbólica estava pautada na hierarquização racial e, de certo modo, como mencionado, no grande desconhecimento da diversidade étnica e política sobre as populações subjugadas ao trabalho compulsório. Não só o Brasil, mas a riqueza extraída do solo nacional, e que foi parar nos cofres europeus, também vem da labuta de mãos e cérebros negros e indígenas.

Não podemos deixar de destacar aqui, que os povos africanos possuíam práticas

culturais e tecnológicas, que em determinados aspectos sobressaíam às europeias, a exemplo da metalurgia. Parte do interesse europeu no comércio de pessoas na chamada Costa do Ouro, ocidente do continente africano, dizia respeito ao universo profissional-tecnológico de civilizações que dominavam a metalurgia, sobretudo se imaginarmos as transformações nas atividades comerciais da América colonial setecentista voltadas à exploração desse minério no centro sudeste brasileiro e mesmo ao sul da América, no chamado Rio da Prata.

Por outro lado, não podemos desconsiderar a luta e a resistência do colonizado. Uma das grandes marcas das sociedades escravistas nas Américas foram as revoltas. O universo das rebeliões escravas é alvo de numerosos estudos científicos no Brasil e ainda consiste em terreno fértil para novas pesquisas. Seja através das fugas, da organização de Quilombos, levantes e greves nos cantos de trabalho (Albuquerque & Fraga Filho, 2006; Reis, 1989, 1996, 2003) o universo da resistência à escravidão é mais complexo que as práticas de escravização.

PRECONCEITO DE RAÇA

Antônio Sérgio Guimarães, em sua obra “Preconceito Racial: Modos, temas e tempos” nos traz algumas reflexões sobre o racismo no Brasil. Destaca o autor, que no Brasil, o alvo é sempre o “negro”, o “preto”, o “amarelo”, o “pardo” ou o “vermelho”, dificilmente o “branco”, por que isso ocorreria? O autor inicia a obra, provocando uma reflexão aos leitores, buscando incitar o desejo de aprofundamento no tema, todavia a questão mais marcante, e que também caracteriza essa obra, diz respeito a outra questão que ronda toda a trama, “Por que o preconceito existe?”. Logo, relaciona o sentimento de superioridade de alguns povos perante outros, como uma possível resposta a essa e de outras questões correlatas (GUIMARÃES, 2012: 11).

Como, “no Brasil Colônia, os portugueses usavam o termo negro não apenas para se referir aos de pele mais escura, como acontecia na Europa, mas para se referir aos escravos” (GUIMARÃES, 2012: 21). Sendo assim, o autor desmistifica o fator embranquecimento a fim de melhorar o país. Tradicionalmente o sul do Brasil possui uma maioria branca. O preconceito não havia provocado apenas mudanças sociais e econômicas, estava abrangendo a linha de pensamento humano e da formação de uma nação, agora sim, eram perceptíveis as fronteiras rompidas pela ignorância ao decorrer do tempo. Segundo Guimarães (2012), “a ideia de raça citar apenas uma desigualdade cultural, mas também social, relacionando e afirmando que ser negro não era apenas ter um tom de pele mais escuro, como também significava a condição de trabalhador escravo”.

A antiga elite brasileira, em especial a partir da mudança da capital para Rio de Janeiro em 1763, via no sul do país um modelo a seguir. Um dos argumentos utilizados baseava-se na ocupação embranquecida dos povos que compunham aquela parcela do

território nacional.

O racismo brasileiro, entretanto, não deve ser lido apenas como reação à igualdade legal entre cidadãos formais, que se instalava com o fim da escravidão. Ele foi também o modo como as elites intelectuais, principalmente aquelas localizadas em Salvador e Recife, reagiram às desigualdades regionais crescentes que se avolumavam entre o Norte e o Sul do país, em decorrência da decadência do açúcar e da prosperidade trazida pelo café ao sul (GUIMARÃES, 2012: 65).

Com essa cisão em seu seio, a população brasileira não via a democracia racial como elemento ou ideal de inspiração, ao contrário, a lógica que vai mover o Estado brasileiro a partir do final de século XIX é a busca incessante de embraquecer a população e marginalizar, ainda mais a população negra.

Ao buscar melhorar as condições de vida, visto que dentre as populações das classes mais baixas, a grande maioria é negra, devido às desigualdades aumentadas com a ação estatal ao longo do processo histórico, essa parcela social teria na educação uma forma de ascensão social. Porém, argumenta Guimarães (2012), ao observamos o ciclo de formação dessa camada, perceberemos o baixo acesso a uma educação de qualidade. Pior ainda, até bem pouco tempo, nem acesso tinha. O sistema público, vem gatinhando, e nesse quesito ainda tem muito o que melhorar, pois onde há alguma espécie de seleção, os resultados não são bons para os negros, se comparados aos brancos (GUIMARÃES, 2012: 102).

Esse é o motivo da importância do sistema de cotas, que é muito julgada por representantes da elite branca, Guimarães observa, que mesmo com este sistema, ainda não se tem uma sociedade igualitária nos quesitos oportunidades e condições. Para vivermos de fato a igualdade, segundo o autor é preciso “construir uma democracia – ou seja, uma sociedade de indivíduos portadores de direitos iguais e de oportunidades de vida também iguais”. Essa meta dificilmente será atingida se não pensarmos a nossa democracia, no sentido da reparação com relação à escravidão e de admitir que as desigualdades de raças existem como fator determinante de nossa cultura (GUIMARÃES, 2012: 124).

ANALISANDO OS(AS) DISCENTES

A função da aplicação do questionário foi estabelecer uma estimativa sobre as percepções dos sujeitos com relação à temática étnico-racial em seu desenvolvimento escolar, bem como verificar as auto declarações sobre religião, raça e o próprio racismo em seus percursos históricos. Dessa forma, poderemos estabelecer um panorama das significações da comunidade estudantil dos cursos de modalidade integrada.

A maioria das respostas ao questionário foi de meninas, correspondente a 55% do total e a pesquisa se concentrou no 2º ano (70%) e no 3º ano (30%), com quatro turmas em cada, ligadas a cursos técnicos integrados ao ensino médio em Informática, Mecânica,

Eletromecânica e Petróleo e Gás. Escolhemos esse caminho, por compreender que nesses anos, os estudantes já estão mais habituados com ambiente promovido pela instituição.

Nas respostas analisadas, as pessoas que se auto declararam pretas (45,8%), representaram a maioria isolada, seguidas pelas que responderam pela cor parda (41,7%). Os brancos represam 8,3%. O que é bem representativo da região metropolitana de Salvador e do Recôncavo da Bahia.

A maioria da população estudantil é da própria cidade, Simões Filho, porém existem muitos discentes de Salvador, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Candeias, Ilha de Itaparica, alcançando bem a região metropolitana no que tange a formação da mão de obra da indústria de base, marca do Centro Industrial de Aratu, que beira a região¹.

A faixa etária da maioria do público discente concentra-se entre os 16 e 17 anos, o que representa cerca de 75% dos que responderam. Outra faixa representativa foi a de 11%, com 19 anos. O mais novo tinha 14 anos e o mais velho 20 anos.

A configuração dos cursos, nos quais os(as) estudantes que responderam ao questionário estabeleceu-se da seguinte forma: 45,8% são do curso Integrado em Mecânica, acompanhado de um empate entre os cursos da mesma modalidade em Eletromecânica e em Petróleo e Gás, ambos com 20,8%, cada. O curso de Metalurgia ficou com 12,5%, esse também é o menor curso com relação ao número de discentes.

O ENSINO DA HISTÓRIA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Um dado positivo na análise dos dados advindos da aplicação dos questionários foram as respostas com relação a ciência, por parte dos(as) discentes, da existência das leis 10.639/03 e 11.645/08. Como demonstrado no quadro geral da pesquisa, 70,4% das respostas foram afirmativas, sendo esse tema exótico para quase 30% dos(as) entrevistados(as), o que é minoria com relação ao todo, representa um índice muito alto.

A grande maioria desses e dessas estudantes cursaram o ensino fundamental durante um período no qual as normas que tornam obrigatória a abordagem da história e da cultura afro-brasileira e indígena já estavam em vigor e, embora sejam descendentes de negros e índios, do ponto de vista da educação formal, foram obrigados(as) a ignorar a história e cultura de seu povo, em prol de um só sentido, o Europeu, é o que ficou transposto em 66% das respostas. Por outro lado, cerca de 33% dos(as) entrevistados(as) sinalizaram que perceberam a existência de conteúdos relacionados à temática em algum momento de seu percurso no ensino fundamental.

O trabalho interdisciplinar que discute diretamente o assunto, de acordo com as respostas, se concentra basicamente na área de humanas (91,7%). Com uma pequena

¹ De acordo com o senso IBGE de 2010, a região metropolitana de Salvador é formada por, 51,7% da população (1.382.543) de cor parda, 27,8% preta (743.718), 18,9% branca (505.645), 1,3% amarela (35.785) e 0,3% indígena (7.563). A capital baiana, Salvador é estimada como a cidade com o maior número de descendentes de africanos no mundo.

participação da área de linguagens e suas tecnologias. A aplicação da lei é quase nula se levarmos em consideração a percepção dos e das discentes para o conjunto das disciplinas e inexistente na área de ciências exatas e suas tecnologias.

Os dados apontam uma concentração do trabalho, bem como do compromisso e da responsabilidade para as e os docentes da área de humanas, como se a contribuição cultural do povo negro e indígena se restringisse a esse campo.

Como busca em se afirmar como um centro de formação de excelência, o IFBA tem uma grande procura por parte das famílias que vislumbram as melhores condições de educação para seus filhos e filhas. Como não dispõe de vagas para todas as pessoas interessadas, o ingresso se dá a partir de seleção, que envolve cotas para declarantes étnico-raciais, de escola pública, de baixa renda, além da ampla concorrência. Dessa maneira vemos ilustrado no gráfico como a maioria isolada dos e das discentes vêm de um percurso educacional exclusivo da rede privada (48,1%), se somarmos àqueles que cursaram a maior parte da rede privada, temos aí quase 60% de estudantes vindos dessas escolas. Neste ponto, podemos observar a importância dos sistemas de cota para garantir a entrada de indivíduos oriundos exclusivamente da escola pública.

Por sua vez, com relação a filiação religiosa é marcante e hegemônica as denominações cristãs nas respostas coletadas, em especial a de base católica e evangélica. A quantidade de espíritas é também marcante, particularmente em relação às mães representando 25,9% e, embora esse percentual seja considerável juntos aos pais, 15%, nenhum(a) estudante respondeu pertencer a essa denominação religiosa. Além disso, embora tenham aparecido a ocorrência de agnósticos e ateus, bem como dos que se dizem sem religião, ninguém declarou pertencer às religiões de inspiração afro-brasileira e indígena. Aqui verificamos um elemento de estigma e o resultado de séculos de exclusão e segregação cultural, que no âmbito religioso reforçou o sentido de inferioridade no imaginário de nossa população.

Sobre a percepção dos(as) estudantes sobre a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08, não em um lugar específico, mas de forma geral nos diversos sistemas educacionais. Essa percepção foi negativa para 70% das respostas.

Quando responderam sobre a aplicação das leis 10.639/03 e 11.545/08 em seu percurso educacional no IFBA, campus Simões Filho, praticamente 80% das respostas foram afirmativas, o que demonstra que as atividades que envolvem a abordagem da história e da cultura afro-brasileira e indígena são percebidas pela imensa maioria desses (as) estudantes. Discursos amarrados em ideologias ficaram nas raízes de nossa alma cultural, essa doença que insiste em ficar na forma do racismo, precisamos expô-lo, degradá-lo e extingui-lo de nossas relações. É um paradoxo já discutido exaustivamente por Frantz Fanon. A vida do racismo à brasileira é também alimentada por quem a sofre.

Como apontam os dados sobre a cor, na qual a grande maioria são de não branco, dentro de espaços sociais generalizados de práticas racistas, quase 50% responderam

que já sofreram alguma forma de racismo. Ao verificarmos as respostas sobre já terem presenciado alguma forma de racismo, mais de 90% afirmaram positivamente. Dado alarmante, que denuncia o quanto somos racistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das obras contidas nessa pesquisa foi necessária para compreender, de maneira panorâmica, os resultados obtidos na coleta de informações a partir dos questionários junto à comunidade estudantil do IFBA- Simões Filho, sobretudo com relação a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08. Analisar obras como a de Kamel, que representa a opinião de muitas pessoas, e que se traduz na crença de o racismo no Brasil é um fenômeno normal e algo inevitável, uma vez que qualquer lugar no mundo tem racismo, percebemos de imediato, que aqui é diferente, pois é algo que está na estrutura da sociedade, no qual até a vítima do racismo é propagadora do mesmo.

Argumentações desse tipo, que buscam normalizar essa estrutura de opressão, nos auxilia na compreensão de como o racismo ainda é tão enraizado na sociedade brasileira. Em contrapartida, autores como Chiavenato e Antônio Guimarães nos dão aporte na compreensão desse problema. De outro modo, Fanon traz à luz algumas das várias consequências dessa questão, bem como dos mecanismos de conformação psicossocial da opressão.

Apesar da constância em mais de 70% das entrevistas afirmarem já terem ouvido falar da lei, mais de 65% não tiveram ela aplicada em seu percurso educativo no ensino fundamental. Considerando que todos os/as entrevistados/as se encontrassem nesse nível do ensino, na época em que as duas leis já estavam em vigor, obrigatoriamente todos deveriam ter tido acesso a esse ensino em suas escolas. Logo, constitui um dado alarmante o fato de somente 33,3 % terem tido acesso a um conteúdo, que do ponto de vista legal, seria direito para todos.

O fato de tão poucos alunos e alunas terem tido contato com essa temática no ensino fundamental constitui uma questão problemática, pois esses indivíduos não tiveram um ensino satisfatório de suas próprias raízes, visto que 45,8% declaram-se pretos e 41,7% declaram-se pardos. Isso pode ter sido uma forte influência na questão desses jovens terem crescido sem uma construção de sua identidade como negro. Sendo assim, pode ocorrer o fato explicado por Fanon, esses indivíduos que tiveram apenas o ensino, em sua maior parte, sobre os europeus podem tentar de todo jeito se assemelhar aos seus colonizadores, pois como não tiveram acesso ao conhecimento sobre seus antepassados, pouco os conhece senão pela visão de um povo sofrido e escravizado.

Além disso, se esses jovens tivessem contato com essa temática no ensino fundamental, ou seja, se a lei tivesse realmente sido aplicada, talvez o percentual de pessoas que disseram já ter sofrido racismo ou presenciado uma situação desse tipo não

fosse tão grande. Ainda cabe pontuar que o número de pessoas que não veem a lei ser aplicada de forma geral é também muito alarmante, pois expõe a deficiência da aplicação da lei, mesmo depois de tanto tempo de sancionada.

Outra questão a ser analisada é o fato de o tema ser, em sua maioria, apenas tratado em matérias de ciências humanas ou um pouco nas matérias de linguagens. Isso explicita como a lei ainda é interpretada como se fosse conteúdo do passado, apenas para relatar sobre a história relacionadas a essa parcela da população. O problema é mais abrangente, pois envolve a formação de professores para construção de conteúdos que tragam as contribuições em outras áreas, como na matemática, na medicina e na astronomia.

Um dado positivo encontrado na pesquisa, é aquele que indica a percepção de como o assunto vem sendo discutido e tratado no campus. Embora o IFBA não seja o padrão, demonstra que os projetos desenvolvidos nos programas e projetos construídos em seu interior, inclui a temática, embora nem todas as matérias desenvolve um trabalho similar, aponta caminhos possíveis, nos quais o conteúdo faça parte do cotidiano durante todo o percurso formativo. Uma das consequências positivas dessa iniciativa é a possibilidade de estudantes tornarem-se cada vez mais sujeitos políticos conhecedores de sua história e com uma consciência e orgulho de sua diversidade étnico-racial.

REFERÊNCIAS

FANON, Frantz. **Pele Negra, máscaras brancas**; tradução de Renato da Silveira. Salvador-BA, EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem fronteiras, v.12, n.1. pp. 98-109, jan/abr 2012. Disponível: <http://www.curriculosemfronteiras.org/articles.htm>; acesso: 20/06/2012.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Preconceito Racial: modos, temas e tempos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. 143p.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos Gomes. **Liberdade por um fio – história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José, e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito – a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista**. São Paulo, Alameda, 2011

SLENES, Robert W. **Malungu N'goma vem: a África coberta e encoberta no Brasil**. Revista USP, São Paulo, 1992.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma negro brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1988.

CONFISSÕES DA MADONNA: A HISTÓRIA DE UMA VÊNUS FEITA ARTE EM WILLENDORF

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão 29/10/2021

Carlos Velázquez

Prof. Titular na Universidade de Fortaleza
– Unifor, Fortaleza, Ce. Coordenador do
Movimento Investigativo transdisciplinar do
Homem – MITHO e Membro Honorário do
Instituto Labirinto de Psicologia Analítica de
Fortaleza

<http://lattes.cnpq.br/7170692791411775>

<https://orcid.org/0000-0001-6971-1167>

Alessandra C. Alcântara

Professora auxiliar na Universidade de
Fortaleza – Unifor
Fortaleza, Ce

RESUMO: A revisão de algumas das mais influentes obras no âmbito da História da Arte revela um dado interessante: não há consenso quanto ao significado do que, de fato, seria a arte. Caberia questionar como é que, na ausência de objeto, é possível distinguir um corpo historiográfico específico da arte. Entretanto, o interesse que move esta reflexão visa um pouco além, pois procura especular em torno da seguinte hipótese: A inconsistência epistemológica da História da Arte não decorre da ambiguidade conceitual do objeto-arte, mas da própria tentativa de fazer da arte um campo de estudo distinto é independente da complexidade fenomênica da vida humana em correlação com o meio. Destarte, com apoio na pesquisa bibliográfica

e documental, propõe-se uma interpretação diferenciada da Vênus de Willendorf, a fim de evidenciar que, apesar da grande recorrência dessa obra nos livros de História da Arte, em inúmeros aspectos ela extravasa as tentativas de definição epistemológica; por outro lado, sua interpretação comparativa evidencia a complexidade articulatória de uma forma de existência menos unilateralmente racionalista e, portanto, muito mais tendente à interação com o meio.

PALAVRAS-CHAVE: História da Arte; Racionalismo; Pensamento Mítico; Vênus de Willendorf.

MADONNA'S CONFESSIONS: THE STORY OF A VENUS MADE ART IN WILLENDORF

ABSTRACT: The review of some of the most influential works in the field of Art History reveals an interesting fact: there is no consensus as to the meaning of what, in fact, art would be. It would be worth asking how, in the absence of an object, it is possible to distinguish a specific historiographical body of art. However, the interest that drives this reflection goes a little further, as it seeks to speculate around the following hypothesis: The epistemological inconsistency of Art History does not result from the conceptual ambiguity of the object-art, but from the very attempt to make art a field of distinct study is independent of the phenomenal complexity of human life in correlation with the environment. Thus, supported by bibliographical and documental research, a differentiated interpretation of the Willendorf Venus is proposed, in order to show that, despite

the great recurrence of this work in Art History books, in many respects it goes beyond attempts at an epistemological definition ; on the other hand, its comparative interpretation highlights the articulatory complexity of a form of existence that is less unilaterally rationalistic and, therefore, much more prone to interaction with the environment.

KEYWORDS: History of Art; Rationalism; Mythical Thought; Venus of Willendorf.

INTRODUÇÃO

Segundo Xavier Barral I (1990), os campos temáticos da História da Arte se dividem em dois grandes grupos. Um deles, a História da Arte propriamente dita, estaria constituído por campos tradicionalmente aceitos, como a arquitetura, a escultura, a pintura, e demais artes da cor e dos objetos. O outro integraria disciplinas como o teatro, a dança, a música, a poesia e o cinema que, embora tenham sido consideradas como arte no sentido medieval do termo, são raramente levadas em conta no estrito sentido da História da Arte. (BARRAL I ALTET, 1990:10-11)

Sobre quem e por que “aceitou os campos tradicionais da História da Arte” discorri amplamente em outro texto (VELÁZQUEZ, 2015); limito-me, portanto, a sugerir, em observância do objeto deste trabalho, que a convenção que Barral refere corresponde à inversão socioeconômica e cultural que marcou o início da Era Moderna, na Europa ocidental. Não é menos curiosa, entretanto, a inclusão do cinema no grupo das artes “assim consideradas na Idade Média”; seja porque, obviamente, o cinema nunca fez objeto de considerações medievais ou porque, numa inversão de perspectiva, teríamos que aceitar que o cinema é uma espécie de arte ao estilo medieval ou, como se nomeia desde a crise romântica do século XIX, um tipo de arte neogótico. Parece-me que Barral quer se referir ao que Subirach chama de “artes que se desenvolvem prioritariamente no tempo”(SUBIRACH, 1995: 09), onde, de fato, é possível encontrar uma diferenciação taxonômica, embora não medieval, mas antiga.

Como observa Abbagnano, de forma geral, arte é “todo conjunto de regras capazes de dirigir uma atividade humana qualquer” (ABBAGNANO, 2000: 81), donde o termo grego para arte é *techné*, técnica, e em latim é *ars*, que significa “habilidade, destreza, ofício” (GÓMEZ DE SILVA, 1998: 81). Dessa forma entendia Platão a arte, como a ordenação, a técnica que possibilita todas as atividades humanas, inclusive a ciência. Assim pode-se perceber, por exemplo, na leitura da República (PLATÃO, 2000), onde, por sinal, Platão distinguiu um grupo de artes particularmente importantes para a educação: as “artes das musas”, cuja designação grupal era *mousiké*, geralmente interpretada – infelizmente – apenas como música.

Digo “infelizmente” porque essa compreensão resulta lastimosamente redutiva. Na cultura antiga do mediterrâneo as musas faziam música, dançavam, declamavam poesias e narravam feitos míticos. Na consolidação da cultura greco-romana, as musas simbolizavam nove técnicas que se desenvolviam no tempo: a poesia épica, a poesia lírica, a tragédia, a

comédia, a pantomima, a música, a dança, a história e a astronomia. (KURY, 2009)

O descuido de Barral I em referir apenas a vigência medieval das artes do tempo pode justificar-se no fato de Plotino ter revigorado a concepção platônica ao destacar, dentre todas as outras, as “artes práticas”, como o grupo de técnicas que “tendem a agir sobre os homens tornando-os melhores ou piores” (PLOTINO, 1924: 31). Ora, estas artes práticas correspondiam à poesia, ao teatro, às narrativas, à música e à dança e, dado que podiam fazer com que os homens se tornassem melhores ou piores, resulta claro que eram apreciadas por seu valor educativo. Foi nesse sentido que a música (*mousiké*) passou a integrar o currículo medieval das artes liberais, assim chamado por visar à libertação espiritual de seus cultivadores. (CAMBI, 1999)

Poder-se-ia pensar que a História da Arte “propriamente dita”, como a define Barral I, teve início na oposição da cultura moderna perante a história medieval e antiga. Assim o corroboraríamos se aceitamos como marco cronológico a monumental História da Arte de J. Winckelmann (1789), a não ser porque o historiador alemão não escreveu a história da arte renascentista, mas a da Antiguidade, entendendo por arte as técnicas “da cor e dos objetos”, a despeito das “artes do tempo” ou de qualquer outra arte. Isto me sugere, permita-me dizê-lo, que a ideologia moderna visitou a Antiguidade a procura do que pretendia encontrar, a despeito do que poderia ter encontrado.

Esta introdução me parece necessária na tentativa de manter um pouco de coerência perante o que se segue. Segundo Cumming:

A função e o objetivo de uma grande obra de arte, as expectativas nela depositadas e o papel do artista não são constantes; variam conforme a época e a sociedade. Contudo, algumas obras se destacam por terem capacidade de falar algo além de sua própria época e oferecem uma inspiração e um significado que atravessam os tempos. [...] Hoje, o conceito de obra-prima está estreitamente ligado ao de um grande museu, onde tesouros artísticos são exibidos para que todos possam vê-los. (CUMMING, 1996: 08)

A julgar pelas palavras do historiador, deveríamos aceitar que a História da Arte é uma disciplina sem objeto, dado que suas mutações entre tempos e culturas impossibilitam o seguimento de um rasto contínuo. A possibilidade de acompanhar a história das obras com capacidade de falar além da própria época, e que oferecem inspiração e significado que atravessa os tempos vê-se falseada pelo desinteresse por obras destacadas entre as artes do tempo e, inclusive, entre as artes do conhecimento. Seria difícil afirmar que Dom Quixote de Cervantes ou que a filosofia de Platão não falam além da própria época e oferecem inspiração e significado que atravessa os tempos, entretanto, nenhuma das duas obras é objeto da História da Arte. Por outro lado, se nos ativermos aos limites da cor e dos objetos, faço minhas as palavras de Berguer:

A história da arte falhou totalmente em equacionar o problema da relação entre o que, da tradição europeia, eram obras importantes ou medianas. A noção de gênio não é por si própria uma resposta adequada. Conseqüentemente,

permanece a confusão nas paredes das galerias. Obras de terceira classe circundam uma obra importante sem qualquer reconhecimento -sem falar na explicação- do que, fundamentalmente, as diferencia. (BERGER, 1999: 90)

É inegável que os conceitos moderno e contemporâneo de obra-prima, na arte, se encontram em estreita relação com a reputação de grandes galerias e museus; não obstante, dado que, como diz Cumming, a função, o objetivo e as expectativas depositadas numa obra de arte não são constantes através do tempo, seria honesto limitar as coleções museográficas às produções com esse fim, mas não é o que acontece: artes rituais, mortuárias e esotéricas, artes produzidas para ficarem enterradas ou enclaustradas pela eternidade, são profanadas a fim de abarrotar as coleções de galerias e museus.

Giulio Carlo Argan parece estar ciente da extensão do conceito com que lida, ao tentar diferenciar o valor da arte pela forma e representatividade visual. Diz ele:

O conceito de arte não define, pois, categorias de coisas, mas um tipo de valor. Este está sempre ligado ao trabalho humano e às suas técnicas e indica o resultado de uma relação entre uma actividade mental e uma actividade operacional. Esta relação não é a única possível: também uma obra de engenharia pode realizar uma relação perfeita de ideação e execução, e nem por isso é uma obra de arte. O valor artístico de um objeto é aquele que se evidencia na sua configuração visível ou como vulgarmente se diz, na sua forma, o que está em relação com a maior ou menor importância atribuída à experiência do real, conseguida mediante a percepção e a representação.¹ (ARGAN; FAGIOLO, 1994: 14)

O problema é que a forma, em relação experiencial com o real, e representada com base na percepção, pode também ser característica de uma excelente solução da engenharia na construção de uma obra civil, mecânica ou eletrônica como, de fato, opinava a vanguarda futurista na Itália de Mussolini e, a bem da verdade, coisas evidentes como ideogramas ou sinais e símbolos visuais deveriam também, dada a perspectiva, ser objeto da História da Arte.

Em função, talvez, de tal complexidade, as tentativas de deslocar o problema conceitual da arte não são raras, como podemos notar no texto de H. W. Janson, quem pretende fundamentar o campo da arte na noção de belo estético, embora ele próprio reconheça a ausência de consenso nessa área:

Embora não cheguemos a nenhuma conclusão definitiva, podemos ainda assim lançar alguma luz sobre estas questões. [...] A arte é, portanto, também um objeto, mas não é um objeto qualquer. A arte é um objeto estético, feito para ser visto e apreciado pelo seu valor intrínseco. As suas características especiais fazem da arte um objeto à parte, por isso mesmo muitas vezes colocado à parte, longe da vida cotidiana, em museus, igrejas ou cavernas. [...] talvez que os problemas levantados pelo "belo" sejam inerentemente insolúveis. Durante o século passado, a Estética tornou-se também objeto de estudo da Psicologia, mas também aí não se chegou a nenhum consenso. (JANSON, 1989: 09)

¹ Os destaques figuram em itálico no original.

Ainda na esteira do belo, Juan Nonell, com ar sofismático em sua definição epistemológica da História da Arte, sugere uma estranha alquimia que dissociaria a cultura e o espírito – a reserva do que se entenda por esses termos – ao afirmar que: “A História da Arte é a história daquilo que de mais belo produziu o homem. A contemplação desta história, de modo ordenado, é mais uma satisfação do espírito do que um trabalho meramente cultural.” (NONELL, [s.d.]: 01)

E por falar de espiritualidade, Fritz Baumgart acredita que:

[...] sem crença (religião) a arte não é possível. [...] O sentido da atividade artística não se encontra em primeiro lugar na realização de funções pragmáticas e materiais, sejam elas de natureza propagandístico-pedagógica, político-social ou mesmo formal hedonística. Isto pode ser acrescido, mas não condiciona o impulso original de uma atividade que desde o início parece ter sido peculiar ao homem como uma característica necessária. Mas para que é necessária? A arte não modifica o mundo, como fazem as ferramentas. Ela serve menos à realização prática da vida do que à sua organização. (BAUMGART, 1999: 01)

A pergunta inevitável é a seguinte: É possível realizar a vida prática sem organização? A técnica, subjacente à realização da praticidade de Baumgart é, ela própria, uma organização e, afinal de contas, para que realizar a vida prática se não para organizá-la?

Enfim, quiçá a postura mais honestamente divertida seja a assumida por Gombrich, quem se instala numa espécie de brincadeira onde reivindica o poder travesso de determinar o artístico a seu gosto e prazer:

Nada existe realmente a que se possa dar o nome Arte. Existem somente artistas. [...] Não prejudica ninguém dar o nome da arte a todas essas atividades, desde que se conserve em mente que tal palavra pode significar coisas muito diversas, em tempos e lugares diferentes, e que Arte com A maiúsculo não existe. Na verdade Arte com A maiúsculo passou a ser algo como um bicho-papão, como um fetiche. Podemos esmagar um artista dizendo-lhe que o que ele acaba de fazer pode ser excelente a seu modo, só que não é “Arte”. E podemos desconcertar qualquer pessoa que esteja contemplando com deleite uma tela, declarando que aquilo que ela tanto aprecia não é Arte mas uma coisa muito diferente. (GOMBRICH, 2008: 15)

Minha intenção é simples. Busco evidenciar a fragilidade epistemológica da História da Arte, embora não porque pretenda discuti-la; a mesma fragilidade pode ser evidenciada em muitos outros campos do saber científico. Proponho, entretanto, que tal fragilidade não se deve à ambiguidade conceitual do objeto-arte, mas à própria tentativa de fazer da arte um campo de estudo distinto é independente da complexidade fenomênica da vida humana em correlação com o meio.

Como sugerir, a História da Arte, enquanto *episteme*, encontrou suas bases no racionalismo renascentista, em oposição, de acordo com Pierre Francastel (1990), ao pensamento mítico que caracterizou a antiguidade e retomou lugar durante a – assim

chamada – noite medieval. Como o havia também reportado Lévy-Bruhl (1938), essa espécie de misticismo do passado, antes de compelir a qualquer reflexão, concentrava seus esforços na adaptação, o que supõe uma intensa interação da espécie com seu meio, oposta à postura espectadora e afastada que emerge da quase totalidade das definições anteriores.

Entretanto, sendo este um texto especulativo, a fim de minimizar excessos retóricos e metafísicos, procedo à revisão analítica, à luz de estudos focados na dinâmica do pensamento mítico, de uma peça arcaica, cara à História da Arte. Perguntarei à Vênus de Willendorf – que para Nonell representa a adoração muda, íntima, secreta e inconfessável de uma moça de nádegas hipertrofiadas² (NONELL, [s.d.]: 03) – sobre sua relação com a vida humana e seu ambiente natural, pois, de acordo com Hauser, acredito “cada vez mais difícil sustentar a teoria do primado de uma arte afastada da vida e da natureza.” (HAUSER, 2000: 01)

A meu ver, este exercício virá corroborar a necessidade de articular o foco da História da Arte com a complexidade da existência cultural e natural, ao tempo que permitirá ampliar e articular o caráter mágico de fertilidade que Baumgart (1999: 06) percebe na peça, sem descartar os aspectos técnicos de elaboração e refinamento de formas acidentais no material trabalhado que Janson (1989: 29) supõe na mesma obra.

UMA VÊNUS FEITA ARTE EM WILLENDORF

Em 1908, numa estação paleolítica de caçadores de mamutes, na baixa Áustria, o paleontólogo Hugo Obermaier descobriu uma estatueta de 10,45 cm de altura, talhada em calcário (material que não é típico da região) e com idade aproximada de 25,000 anos, apresentando restos de ocre vermelho que, supõe-se, outrora cobria a peça por inteiro. (BOZAL et al., 1995)

Trata-se de uma antropomorfização aparentemente feminina e que, portanto, enquadrou-se na designação inaugurada em 1864 pelo arqueólogo Paul Hurault, VIII Marquês de Vibraye, quem, tendo descoberto, na França, uma estatueta com a abertura vaginal à mostra, nomeou-a “Vênus impudica”, em contraste à Afrodite de Praxíteles, a “Vênus pudica” que cobre o púbis com a mão. (WHITE, 2006)

² Nonell utiliza o termo *esteatopígica*: do grego *steatos*, gordura, e *pyge*, nádegas.



Fig. 1 Vênus de Willendorf. Recuperado de <https://br.pinterest.com/pin/496240452665678106/> acesso em 17/05/2017

Assim, pois, a descoberta de Obermaler entrou para o corredor da fama como mais uma Vênus, desta vez, a “Vênus de Willendorf”.

Obviamente, a designação de “Vênus impudica” tem sido criticada por refletir posturas do senso comum ocidental. Como mencionei, posturas que denotam ênfase na procura do que se pretende encontrar, muitas vezes a despeito do que se poderia ter encontrado, e que, portanto, acabam por condicionar os âmbitos e resultados da pesquisa.

Por motivos que mereceriam ampla discussão em outro espaço, a “Vênus pudica” de Praxíteles é tida como um modelo de padrão de gosto no que tange à aparência feminina e, por incrível que possa parecer, isto tem levado seríssimos pesquisadores, de múltiplas áreas, incluindo a História da Arte, a especular na Vênus de Willendorf um padrão de gosto, equivalente ao ocidental, nas culturas euroasiáticas do paleolítico. Felizmente, como observam Dixson e Dixson (2011), antropólogos sugerem que a profusão de Vênus – pois a Vênus de Willendorf não é única, quase 250 Vênus do paleolítico tem sido encontradas entre o oeste francês e o lago Balkal – não tinha a finalidade de publicitar nenhum padrão de gosto, mas antes, ritualizar votos de sobrevivência, fertilidade e longevidade, como sugere Baumgart (1999), com o “caráter mágico de fertilidade” que atribui à peça.

Nesta perspectiva, o acúmulo de gordura que em Nonell ([s.d.]) provoca uma “adoração muda, íntima, secreta e inconfessável”, responderia melhor à natureza humana enquanto pertencente à classe dos mamíferos, pois somos animais homeotérmicos, o que significa que temos a capacidade de manter a temperatura corporal estável. Acontece

que o tecido adiposo joga um papel importante nessa função tireóidea e, portanto, pode ser potencializada com uma dieta hipercalórica em alternância com jejuns. (BIANCO, 2000) Consideremos que as regiões onde estas pretensas “gordinhas sensuais” têm sido encontradas gozam de longos períodos climáticos de baixas temperaturas.

Para nós, humanos urbanos, esta capacidade é um grande incômodo, pois ela supõe que, instintivamente, somos compelidos a comer vorazmente quando há disponibilidade de alimento, dado que os períodos de escassez de alimentos, nas estações frias, obrigam-nos a jejuar, potencializando a termogênese que garantiria nossa sobrevivência. A questão, como sabemos, é que na vida urbana não há períodos de escassez alimentar, o que nos conduz a transtornos de saúde de proporções pandêmicas e, por isso mesmo, talvez, nosso foco de atenção tenha dificuldade em considerar o fato.

A pesar das limitações impostas pelo senso comum do Marquês de Vibraye, faz sentido pensar nossa estatueta, em comparação com as centenas descobertas em semelhança, como uma Vênus; mas, para tal, antes de qualquer coisa, devemos considerar que Vênus é um planeta. Sua trajetória visível desde a terra acompanha a trajetória solar, o que explicaria geograficamente os locais onde as estatuetas têm sido encontradas, pois a região se estende de oriente a poente.

Segundo Chevalier e Gheerbrant, os buriatas, povo nômade, caçador e coletor do ramo mongol, veem nesse astro o espírito tutelar de seus cavalos (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001: 937), o que implica, por um lado, uma simbolização energética: a da força de trabalho e da velocidade constatáveis no animal; energia que, dentre outros atributos, implica também a geração de calor. Por outro lado, trata-se de um inestimável meio de transporte que nos obriga, novamente, a considerar a rota euroasiática entre oriente e ocidente; tanto quanto a origem estrangeira do material empregado na elaboração da estatueta.

Enquanto astro resplandecente, Vênus é a “estrela” que, todo dia, nasce no oriente e morre no ocidente, portanto, é símbolo de morte e renascimento, o princípio cíclico da existência natural. Acontece que a Lua é também um astro que nasce, cresce, decresce, desaparece e surge novamente. É um astro que morre, mas sua morte não é definitiva, subscreve-se à lei de nascimento e morte que configura em ciclos o eterno retorno às formas iniciais da vida. (ELIADE, 2008: 127-152) Além disso, a Lua tem influência direta sobre os ciclos de fertilidade na terra, fundamento de sobrevivência e contraparte da desintegração na morte. Destarte, nas crenças dos buriatas, dos iacutos, dos quirguizes, dos antigos turcos e dos sumerianos, Vênus é filha da Lua e irmã do Sol, donde é vista como uma espécie de ligação entre as divindades do dia e da noite (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001: 937-938), isto é, uma espécie de elo que procura aproximar a positividade da luz com a negatividade das trevas.

Neste aspecto é possível especular sobre a pretensa feminilidade da Vênus de Willendorf e das Vênus que lhe assemelham. É inegável a explicitude da genitália feminina

em um bom número dessas estatuetas, entretanto, uma observação minuciosa do que parecem ser seios na Vênus de Willendorf, revela-nos que, no lugar dos mamilos, há fendas entalhadas. As mesmas fendas visíveis nos peitos da Vênus de Dolní Věstoni ou na Vênus de Laussel. Os membros superiores da Vênus de Willendorf, como da maioria das estatuetas em foco, são visivelmente atrofiados e rodeiam a base superior dos “seios”, assemelhando uma pele. Desta feita, sob certos ângulos, estas protuberâncias, munidas de uma fenda na extremidade e emolduradas por uma pele que protege a base superior, sugerem o órgão genital masculino. Penso que, no lugar dos seios, a Vênus de Willendorf ostenta um par de glândes penianas. Isto explicaria a pose de um chifre na mão direita da Vênus de Laussel, também conhecida como a “Dama do chifre”, pois, além da semelhança desse objeto com a Lua, o chifre é um objeto pungente, convexo, positivo em uma extremidade, enquanto é côncavo e, portanto, negativo na extremidade oposta. O chifre é, pois, um símbolo de equilíbrio entre os opostos que possibilitam a existência. Como observou Jung, a ambivalência do chifre sugere amadurecimento pela assimilação íntegra e equilibrada do princípio ativo, masculino, e do princípio passivo, feminino, coexistentes em uma única personalidade. (JUNG, 2011: 498)

Assim, acredito que a Vênus de Willendorf não é a representação de uma mulher, mas a antropomorfização de uma concepção complexa sobre as polaridades da existência, donde a ausência de rosto nessa profusão de estatuetas, pois não se trata de indivíduos célebres, mas de noções profundas que, desde o universo pulsional e sensitivo da fisiologia do ser, assomam parcamente ao pensamento abstrato. Da mesma forma, a atrofia dos membros superiores retira essas criaturas da vida mundana, pois é com a força dos braços e as articulações das mãos que os humanos modificamos o ambiente para nossa sobrevivência, as Vênus da região abolem esta possibilidade, dado que se apresentam como possibilidades exemplares, supraterras, de uma ordenação ideal.

Como observa Mircea Eliade, a perfeição espiritual somente se alcança pela reintegração da totalidade, isto é, a reunião solidária das potências mágico-religiosas de ambos os sexos. (ELIADE, 1999) Destarte, se partimos da base dos membros inferiores, em sentido ascensional, até a cabeça da Vênus de Willendorf, encontraremos, como realização máxima, a reunião totalizante de ambas as polaridades: a masculina, representada na positividade da própria cabeça, e a feminina, que corresponde à espécie de cesta que, independentemente de ser constituída de cabelos ou de fibras naturais, enquanto recipiente, é convexa. (TRESIDDER, 2003: 80) Como observa Chevalier e Gheerbrant, o hieróglifo egípcio da cesta significa “o todo feito Deus, o universo e Deus confundidos num Ser único.” (2001: 226)

Estes mesmos autores observaram que o Ser total, o que reúne ambos os sexos é, portanto, andrógino, se encontra “ao alvorecer de toda cosmogonia, como também no final de toda escatologia.” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2001: 52) Confesso que isto é pura especulação, mas esta visão de início e fim num princípio totalizado que reúne a

bipolaridade material e, portanto, se comprime em dimensões microescalares, me remete à forma basilar, romboide, que determina as formas de grande parte das Vênus em foco; como se o andrógino primordial sofresse uma secção bipolar e se ampliasse em existência para, na proporção inversa, aos poucos, voltar a seu estado inicial.

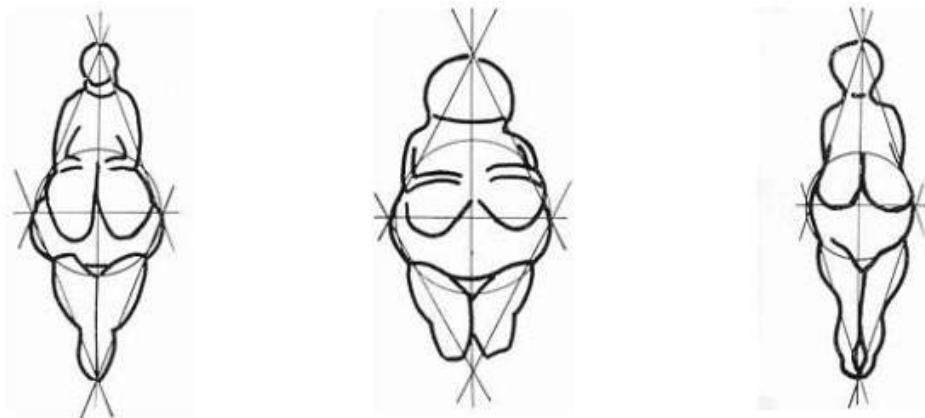


Fig. 2 Esquema Vênus do paleolítico. Recuperado de <https://netnature.wordpress.com> acesso em 21/05/2017

Eis, quiçá, a história especulativa da expansão e da retração universal, A trajetória da grande explosão que possibilitou a aventura da existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como disse, a tentativa de constituir uma “História dos Objetos Coloridos sem Função Prática”, ou alguma coisa do estilo, talvez fizesse mais sentido se fosse restrita à história moderna e contemporânea; embora haveria, ainda, a necessidade de justificar a coexistência das obras de Matthias Grünewald com as ideias de Damien Hirst, por citar pontos de comparação. Em todo caso, o que é claro é que o racionalismo moderno deveria, por respeito, despojar-se ou, ao menos, flexibilizar seus moldes ideológicos antes de penetrar, em atitude investigativa, universos que lhe são alheios. Resulta lamentavelmente limitante impor nossa objetividade epistêmica ao objeto investigado. Dada a abertura científica que vivenciamos no século XXI, é chegada a hora de incluir o outro em nossas perspectivas. O outro tempo, o outro lugar, o outro pensamento, o outro experiência. Não há evidências de uma via diferente para aproximar um real conhecimento objetivo.

Como observa Hauser:

Os criadores dos desenhos paleolíticos de animais eram, ao que tudo leva a crer, caçadores “profissionais” – pode-se presumir isso com certeza quase absoluta a partir de seu conhecimento íntimo de animais – e é improvável

que como “artistas” (ou como quer que fossem chamados) estivessem isentos da obrigação de prover alimentos. [...] dificilmente se pode duvidar de que as pessoas capazes de produzir tais obras também fossem olhadas como dotadas de poderes mágicos, e veneradas como tais. (HAUSER, 2000: 19)

Numa atitude como esta, o pesquisador é obrigado a mais do que a mera coleção de dados para, ato seguido, força-los a encaixar em suas gavetas taxonômicas; é obrigado a interpretar os fatos deduzindo-os criativamente, ancorado na disponibilidade experiencial que lhe fornece contato com a dimensão irracional do fenômeno. Como diz Eliade, “o meio apropriado para se aprender o sentido de uma situação humana exemplar não é a ‘objetividade’ do naturalista, mas a simpatia inteligente do exegeta, do intérprete.” (1999: 04) De cara, o historiador vê-se obrigado a conversar, a partir de suas experiências, com o arqueólogo, com o psicólogo, com o mitologista, o biólogo, o teólogo, o artista, o filósofo, enfim, como defende Morin (1970), é obrigado a encaminhar-se a uma Grande Antropologia, pois, o que procuramos, a final de contas, é conhecer a nós mesmos.

Ocidentais e ocidentalizados não poderemos viver indefinidamente abstraídos de partes importantes de nós mesmos, magia e espiritualidade são dimensões que implicam fortes, amplos e profundos vínculos com a vida natural, irracional e instintiva e, por se tratar de nós, vale a pena conhece-la; mas, para o efeito, não basta mais a linguagem empírica e utilitária de hoje, acorde com Eliade, é preciso uma...

“[...] linguagem cultural, capaz de exprimir realidades humanas e valores espirituais. Tal diálogo é inevitável; está inscrito na fatalidade da história. Seria uma ingenuidade trágica acreditar que ele pode prosseguir indefinidamente no nível mental em que ainda se encontra.” (ELIADE, 1999: 07)

Em todo caso, resulta-me claro que não é, de fato, possível aproximar-se da vida, como pretende Cumming, apenas observando tesouros artísticos em coleções de grandes museus. A Vênus que veio até nós como testemunho de vida articulada à dinâmica do cosmos, reduzir-se-ia a uma estatueta feita apenas “arte”, como consequência de sua descoberta em Willendorf.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ARGAN, G. C.; FAGIOLO, M. **Guia de história da arte**. 2ª ed. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- BARRAL I ALTET, X. **História da arte**. Campinas, SP: Papirus, 1990.
- BAUMGART, F. **Breve História da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERGER, J. **Modos de ver**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- BIANCO, A. C. Hormônios tireóideos, UCPs e termogênese. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, v. 44, n. 4, p. 1–9, 2000.

- BOZAL, V. et al. **História Geral da Arte - Escultura I**. Madrid: Ediciones del Prado, 1995.
- CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- CUMMING, R. **Para entender a arte**. São Paulo: Ática, 1996.
- DIXSON, A. F.; DIXSON, B. J. Venus Figurines of the European Paleolithic: Symbols of Fertility or Attractiveness? **Journal of Anthropology**, v. 2011, p. 1–11, 2011.
- ELIADE, M. **Mefistófeles e o Andrógino**. 2ª ed. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ELIADE, M. **Tratado de história das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCASTEL, P. **Pintura e sociedade**. 1ª ed. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- GOMBRICH, E. H. **A história da arte**. 16ª ed. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GÓMEZ DE SILVA, G. **Breve diccionario etimológico de la lengua española**. 2ª ed. México: FCE, 1998.
- HAUSER, A. **História social da literatura e da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JANSON, H. W. **História da Arte**. 4ª ed. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- JUNG, C. G. **Psicologia e alquimia**. 5ª ed. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- KURY, M. DA G. **Dicionário de mitologia grega e romana**. 8ª ed. v. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- LÉVY-BRUHL, L. L' **expérience mystique et les symboles**. Ed. élect. ed. Paris: Félix Alcan, 1938.
- MORIN, E. **O homem e a morte**. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa América, 1970.
- NONELL, J. B. **Atlas de História da Arte**. 3ª ed. ed. Rio de Janeiro: Ibero-Americano, [s.d.].
- PLATÃO. **A República (E. Corvisieri trad.)**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- PLOTINO. **Enneades**. Paris: Émile Brehier, 1924.
- SUBIRACH, J. M. Um buraco no espaço. In: **História Geral da Arte - Escultura I**. Madrid: Ediciones del Prado, 1995. p. 9–12.
- TRESIDDER, J. **O Grande Livro do Símbolos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- VELÁZQUEZ, C. **Mas afinal, o que é estética? Por uma redescoberta da educação sensível**. Lisboa: Chiado Editora, 2015.

WHITE, R. The Women of Brassempouy: A Century of Research and Interpretation. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 13, n. 4, p. 250–303, 2006.

WINCKELMANN, J. J. **Histoire de l'art chez les anciens. M. Huber trad.** Paris: Barrois l'ainé & Savoye, 1789.

CAPÍTULO 8

DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AO RECONHECIMENTO JURÍDICO E ACESSO CARTORIAL AO CASAMENTO GAY: CAMINHOS E DESCAMINHOS

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 10/11/2021

Paulo Sérgio da Silva

Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Uberlândia - MG
<http://lattes.cnpq.br/5060282744069629>

Ana Paula da Silva

Universidade Estadual Paulista – UNESP
Franca - SP
<http://lattes.cnpq.br/7706011001125674>

RESUMO: Elaborado a partir de pesquisa bibliográfica e análise documental o texto discute na e a partir da “Constituição Cidadã” os direitos e garantias fundamentais assim estabelecidos, os aspectos, contornos e limites atribuídos ao uso e exercício da liberdade sexual e, debate, especificamente quanto ao casamento civil homoafetivo, os caminhos e os descaminhos que marcaram a tortuosa trajetória entre o estabelecimento dos princípios constitucionais, o reconhecimento jurídico da liberdade sexual e o exercício pleno dos direitos civis, nas uniões ente as pessoas do mesmo sexo.

PALAVRAS-CHAVE: Homossexuais, direitos e garantias fundamentais, liberdade sexual, união estável, casamento gay.

FROM THE FEDERAL CONSTITUTION OF 1988 TO LEGAL RECOGNITION AND NOTARIZED ACCESS TO GAY MARRIAGE: PATHS AND DETOURS

ABSTRACT: Elaborated from the bibliographical research and documental analysis, the text discusses in and from the “Citizen Constitution” the fundamental rights and guarantees thus established, the aspects, contours and limits attributed to the use and exercise of sexual freedom and, debate, specifically regarding the same-affective civil marriage, the paths and missteps that marked the tortuous path between the establishment of constitutional principles, the legal recognition of sexual freedom and the full exercise of civil rights, in unions between people of the same sex.

KEYWORDS: Homosexuals, fundamental rights and guarantees, sexual freedom, stable union, gay marriage.

A vida do homem em sociedade implica ligações sociais diversas, às quais se acresce a definição dos rumos de sua trajetória pessoal. Simultaneamente, cada indivíduo encontra-se vinculado a um tecido social do qual faz parte e continua responsável por si mesmo, por escolhas, gostos, simpatias e preferencias que dizem respeito à composição e a vivência de sua identidade. Perdura, portanto, o permanente desafio político-social de harmonizar indivíduo e coletividade, de modo que a realização dos desígnios coletivos não gerem obstáculos para as ações pessoais ou vice-versa. Configura-se a

invariável necessidade de acomodar as liberdades individuais, necessárias às realizações particulares e os interesses gerais do agrupamento social, mediante o exercício de um poder político/jurídico que assegure os pressupostos coletivos e que ao mesmo tempo não oprima e anule o(s) indivíduo(s) e/ou as minorias sociais.

Na ordem política e jurídica brasileira, pós Constituição Federal de 1988, os conceitos de dignidade da pessoa humana, liberdade e igualdade foram estabelecidos como princípios essenciais na/para a sociedade, desde então. Pretendeu-se a estruturação de um Estado Democrático de Direito, em que seja assegurado, entre outras coisas, o exercício dos direitos individuais e garantidos como valores supremos, a liberdade e a igualdade de todos, de forma a construir uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social.

Contudo, nessa nova ordem é singular o fato que na prática, por mais de duas décadas, persistiram reiteradas negativas ao reconhecimento, acesso e proteção dos direitos e garantias individuais nas relações afetivas e sexuais entre as pessoas de mesmo sexo, sendo-lhes negado a promoção e o resguardo legal atinentes ao exercício de sua cidadania sexual.

Na esfera legislativa foram necessários 07 anos de lutas para que ocorresse a apresentação na Câmara dos Deputados, pela então deputada Marta Suplicy, do Projeto de Parceria Civil entre Pessoas do mesmo Sexo, a proposta de lei federal nº 1.151/95. A iniciativa intenta estabelecer que tal união dar-se-á mediante registro em Cartório Civil, em livro próprio, satisfeitas condições gerais, tais como, prova de serem solteiros/as, viúvos/as ou divorciadas e de capacidade civil plena. Ele prevê alterações normativas para assegurar aos parceiros nas relações homoafetivas direitos previdenciários, civis e de imigração, tal qual garantidos nas relações heterossexuais.

Desde a sua apresentação o projeto de lei sofreu diversas alterações, incluso a substituição da expressão “união civil entre pessoas do mesmo sexo” por “parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo”, embora o seu conteúdo tenha sido preservado (OROZCO, 2006: 264-266). Pronto para entrar na sessão plenária da Câmara dos Deputados, em votação em turno único, desde maio de 2001, a última tentativa de inseri-lo na ordem do dia ocorreu em 15 de agosto de 2007, por meio do requerimento 1.477 do Deputado Celso Russomano, pedido que foi rejeitado pelo plenário.

Nesse contexto a busca pelo reconhecimento e, sobretudo, pelos direitos civis e previdenciários nos relacionamentos afetivos sexuais entre as pessoas de mesmo sexo acabaram tomando o rumo dos fóruns e dos tribunais. Contudo, não raras vezes, nesses espaços prevaleceram interpretações dogmáticas, vedando-se o acesso ao pleno reconhecimento civil das relações homoafetivas. Repetiu-se em várias sentenças que os institutos da união estável e do casamento civil eram incompatíveis com as relações homossexuais (MEDEIROS, 2007: 14), sustentando-se para as negativas o recorrente argumento de que era necessária a aprovação de uma lei específica para regulá-los entre

parceiros homossexuais (LOREIA, 2006: 493).

A chegada de um novo Código Civil, em 2002, não trouxe novidade ao tema e tais relações permaneceram negadas e marginalizadas, apesar da inovação quanto ao reconhecimento dos efeitos jurídicos da união estável firmadas entre parceiros de sexos distintos, equiparada ao do casamento civil. Persistiu a negativa em relação ao acesso e o reconhecimento das relações afetivas e sexuais entre as pessoas de mesmo sexo e pela extensão a elas, assim como das garantias e obrigações atribuídas às uniões estáveis heteroafetivas.

Na recusa ao reconhecimento jurídico e social apontava-se que nada impedia legalmente gays, lésbicas e transgêneros de vivenciarem a sua sexualidade, no domínio privado e até mesmo de coabitarem entre si. Diante de tal possibilidade, qual a necessidade de acesso ao casamento civil? Tratava-se de mero capricho, eis a resposta corrente. Evidentemente que não, o fato é que só o casamento civil é capaz de assegurar a uma relação afetiva sexual uma série de obrigações e direitos, reciprocamente estabelecidos, no âmbito civil e previdenciário. Não era mera rabugice, mas uma luta árdua pela fruição de direitos e garantias fundamentais.

Progressivamente, a leitura dogmática da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002 revelou-se inadequada para lidar com a crescente complexidade e com as transformações sociais, notadamente com as dimensões afetivas e sexuais envolvidas nos vínculos entre pessoas de mesmo sexo. À revelia da lei esse tipo de relacionamento foi adquirindo visibilidade e colocando à justiça os pedidos pela sua validação e proteção legal.

Como não identificar que a negativa ao reconhecimento e ao amparo jurídico das relações afetivas sexuais entre pessoas de mesmo sexo no sistema sócio, político e jurídico brasileiro significava uma afronta ao mandamento do artigo 3.º da CF, que diz que o fundamento da ordem constitucional brasileira é o de *“promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”*. Um insulto ao artigo 19, que prevê ser *“vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: [...] criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si”* e um ultraje ao *caput* do artigo 5º, da Constituição Federal: *“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”*.

A vedação ao casamento civil (único meio jurídico capaz de conferir proteção aos laços afetivos e as relações patrimoniais erguidas no âmbito de uma relação conjugal) resultava em prejuízo na visão de si mesmo e na perda da capacidade de se referir a si mesmo como igual dentro da interação social. Diminuía-lhes tanto o exercício de sua autonomia, em domínio privado, mediante a limitação de seus campos de atuação, quanto na esfera pública, caracterizando-os como “parceiros de menor valor na interação existente dentro de uma sociedade de coassociados pelo direito” (MEDEIROS, 2007: 21-25).

A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República, encontra-se listada no primeiro artigo da Constituição Federal, item III. Inerente à essência de cada

cidadão é no contexto social que ela se expressa e é vivenciada, mediante o respeito às ações e os comportamentos individuais. Impõe, enquanto prática, a fruição, por cada brasileiro, no campo social, político e jurídico do reconhecimento e da garantia a sua liberdade, imagem, intimidade e consciência. Ela somente se efetiva com e pelo gozo de todos os direitos e garantias individuais que estão indicados no art. 5.º e seus incisos e de outros dispositivos espalhados pela Constituição, entendidos como irrenunciáveis, intransferíveis, inegociáveis, inalienáveis e imprescritíveis (LOPES, 2005: 78).

O efetivo respeito ao princípio da dignidade humana importa no reconhecimento de que cada indivíduo é capaz de decidir a respeito de sua própria vida, sendo o responsável por sua realização pessoal, de acordo com sua unicidade, potencialidade e personalidade. Portanto, compete ao Estado abster-se de praticar qualquer ato que a viole, ainda que indiretamente e, sobretudo, assegurar as condições que preservem a fruição dessa autonomia, contra atos de terceiros e, promove-la, mediante condições existenciais mínimas capazes de favorecer o autodesenvolvimento e a participação dos cidadãos na vida comunitária (OLIVEIRA, 2009: 60-61).

Há que se resguardar a aceitação das escolhas individuais e o respeito às particularidades pessoais, ainda que diversas das opções ou características da maioria. Individualidade e liberdade integram-se no conceito de dignidade humana, sustentando o direito à identidade, incluso a sexual. Nesse sentido, entre outros aspectos, ela engloba o livre exercício da sexualidade, segundo as escolhas pessoais de cada um e o desenvolvimento característico de sua personalidade.

É inadequada a leitura da igualdade na perspectiva do rechaço às diferenças, ela não se configura pela imposição a todos da orientação da maioria. Deve ser vista em sentido positivo, como princípio que permite e fomenta o convívio entre as diferenças, há que se construir uma igualdade permeável e respeitadora das diversas configurações afetivas, seja da livre atuação, em âmbito privado, quanto da participação e do reconhecimento social, na esfera pública (MEDEIROS, 2007: 24-25).

Assegurar a igualdade implica em tê-la mantida sob duas dimensões: “igualdade perante a lei” e “igualdade na lei”. Há que, indistintamente, de garantir-se a todos a idêntica aplicação do direito, de modo que estejam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos das normas estabelecidas. Assim como, de assegurar a igualdade de tratamento dos casos similares pelas normas jurídicas, admitindo-se apenas diferenciações em face de situações específicas (RODRIGUES, 2008: 67-69), unicamente com a finalidade de equilibrar casos de desigualdade reais, por exemplo, nas políticas públicas afirmativas. Respeitar a igualdade não indica perseguir a homogeneização, mas promover o respeito às diferenças, pressupondo-se que a sua valorização se encontra baseada no respeito ao pluralismo (MEDEIROS, 2007: 23-4).

Nesse sentido, a negativa dos direitos civis a gays, lésbicas e transgêneros somada à manutenção do *status quo* tratava-se de uma ofensa ao regime democrático de iguais

direitos, em que toda e qualquer discriminação sexual é juridicamente ilícita. Felizmente, como bem destacou o Ministro Luiz Fux: “*canetas de magistrados não são capazes de extinguir o preconceito, mas num Estado Democrático de Direito, detêm o poder de determinar ao aparato estatal a atuação positiva da igualdade material entre os indivíduos e no combate ostensivo as discriminações odiosas*” (BRASIL, 2011: 61), nesse sentido, a jurisprudência nos tribunais superiores caminhou, corrigindo tal terrível realidade.

O primeiro passo veio da cidade de Taubaté, São Paulo, com a propositura de uma ação civil pública protocolada pelo Ministério Público Federal em que se requereu liminarmente permissão para a realização de casamento entre homossexuais em todos os Estados e no Distrito Federal. Tal pretensão foi negada pelo Tribunal Regional Federal sob o argumento de que não seria adequado o tratamento do tema mediante uma decisão de caráter liminar (provisório), esquivando-se o órgão jurisdicional, no entanto, de realizar a análise de mérito do pedido.

Em 2004, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, em manifestação junto ao Tribunal Superior Eleitoral, no Recurso Especial Eleitoral nº 24.564 impugnou a candidatura de Eulina Rabelo ao cargo de prefeita do município de Viseu, no Pará, sob o argumento de que ela mantinha, à época, relacionamento estável com a prefeita daquela localidade. Sentenciou a sua inelegibilidade em virtude do vínculo afetivo sexual que ela mantinha.

Adiscussão pautou-se em avaliar se a regra prevista no §7º do artigo 14 da Constituição (proíbe a perpetuação de grupos familiares no Poder Executivo, vedando a candidatura dos cônjuges dos ocupantes dos cargos de Presidente da República, Governador e Prefeito) aplicava-se ou não as relações homoafetivas. A manifestação do Ministro Gilmar deu-se nos seguintes termos: “Os sujeitos de uma relação estável homossexual, à semelhança do que ocorre com os de relação estável, de concubinato e de casamento, submetem-se à regra de inelegibilidade prevista no art. 14, § 7º, da Constituição Federal” (MELLO, 2006: 497-508; BUNCHAFT, 2012: 133-153), interpretação acolhida por unanimidade pelos demais membros do TSE, resultando em acordão que firmou tal entendimento.

Paradoxalmente, nessas duas decisões de segunda instância o Judiciário em uma negou liminarmente provimento ao acesso ao casamento, reconhecimento e a proteção jurídica das relações afetivas sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Já na outra, reconheceu tais vínculos ao aplicar-lhes vedações legais impostas aos casais heterossexuais. A permanecer tal entendimento, parecia que em tais relações prevaleciam as obrigações, mas não as garantias atinentes ao campo normativo. De sorte que a impugnação de Gilmar Mendes, embora não tenha expressamente atribuído o *status* jurídico familiar das uniões homoafetivas avalizou-as implicitamente, asseverando o reconhecimento legal de seus laços, equiparando-as, pela primeira vez, em termos obrigacionais a união estável e/ou ao casamento entre pessoas de sexo distinto.

Outra manifestação monocrática sobre esse tema deu-se, em 03 de fevereiro de 2006, oportunidade em que o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio de Mello manifestou-se sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.300/DF. Anos antes, associações de defesa dos direitos dos homossexuais ingressaram no Supremo Tribunal Federal contra o artigo primeiro da Lei nº 9.278/96, que ao regulamentar o § 3º do art. 226 da Constituição Federal restringiu o reconhecimento como entidade familiar, unicamente, a *“convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família”*. Requereu-se a declaração de inconstitucionalidade parcial do dispositivo, por entender que ele contrariava o princípio da igualdade, visando declarar a existência da união estável homoafetiva.

Em sua apreciação o ministro Marco Aurélio asseverou o reconhecimento ao direito personalíssimo à orientação sexual e a proclamação da legitimidade ético-jurídica da união homoafetiva como entidade familiar. Fundamentou a sua decisão nos princípios da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da autodeterminação, da igualdade, do pluralismo, da intimidade, da não discriminação e da busca da felicidade. Contudo, como a lei 9.278/96 fora derogada pelos artigos 1.722 a 1.727 do Código Civil de 2002, diante de razão formal de que a ADIN questionava lei já invalidada, no momento da sentença (03/02/2006), o processo foi extinto sem a manifestação colegiada sobre o mérito (BUNCHAFT, 2012: 138).

Finalmente, em 2008, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral ajuizou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132, no Supremo Tribunal Federal, requerendo a extensão dos direitos previdenciários aos parceiros do mesmo sexo nas relações homoafetivas. Demandou a equiparação legal do regime das uniões estáveis, prevista no art. 1.723 do Código Civil, às uniões entre pessoas de mesmo sexo, de funcionários públicos civis de todo o país. A ela somou-se, em 2009, a ADPF nº 178, da Procuradoria Geral da República em que buscou a equiparação dessas relações afetivas e sexuais às uniões estáveis, reconhecendo-as como “entidade familiar”.

Finalmente, em cinco de maio de 2011, ocorreu o julgamento colegiado da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.277 (ajuizada inicialmente no STF como ADPF n.º 178) e na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 132.

A petição inicial que trouxe o tema ao debate partiu da premissa de que a homossexualidade se constitui em “fato da vida [...] que não viola qualquer norma jurídica, nem é capaz de por si só, de afetar a vida de terceiros”, lembra que o papel do Estado e do Direito, em uma sociedade democrática é o de assegurar “o desenvolvimento da personalidade de todos os indivíduos, permitindo que cada um realize os seus projetos pessoais lícitos”. (BRASIL, 2011, 11).

Ao se pronunciar a Procuradoria Geral da República assim, se manifestou, atestando que:

“a) o não reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar pela ordem infraconstitucional brasileira priva os parceiros

destas entidades de uma série de direitos patrimoniais e extrapatrimoniais, e revela também a falta de reconhecimento estatal do igual valor e respeito devidos à identidade da pessoa homossexual;

b) este não reconhecimento importa em lesão a preceitos fundamentais da Constituição, notadamente aos princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III), da vedação à discriminação odiosa (art. 3º, inciso IV), e da igualdade (art. 5º, caput), da liberdade (art. 5º, caput) e da proteção à segurança jurídica; (BRASIL, 2011, 15).

O relator do processo o Ministro Aires Brito destacou em seu voto que “nada incomoda mais as pessoas do que a preferência sexual alheia, quando tal preferência não corresponde ao padrão social da heterossexualidade.” Trata-se, nos seus dizeres da “velha postura de reação conservadora aos que, nos insondáveis domínios do afeto, soltam por inteiro as amarras desse navio chamado coração” (BRASIL, 2011, 20), concluiu que o

“O sexo das pessoas, salvo expressa disposição constitucional em contrário, não se presta como fator de desigualação jurídica. É como dizer: o que se tem no dispositivo constitucional (inciso IV do art. 3º) é a explícita vedação de tratamento discriminatório ou preconceituoso em razão do sexo dos seres humanos. Tratamento discriminatório ou desigualitário sem causa que, se intentado pelo comum das pessoas ou pelo próprio Estado, passa a colidir frontalmente com o objetivo constitucional de “promover o bem de todos” (BRASIL, 2011: 24).”

Atestou que se trata de um “dado empírico que nada tem a ver com o merecimento ou desmerecimento inato das pessoas, pois não se é mais digno ou menos digno pelo fato de se ter nascido mulher ou homem”, ao que se soma o direito constitucional líquido e certo de não sofrer discriminação por sua conformação anatômica fisiológica, de fazer ou deixar de fazer uso de sua respectiva sexualidade e nas situações de uso compartilhado da sexualidade, fazê-lo com pessoas adultas do mesmo sexo ou não. Portanto, conclui: “não assiste às pessoas heteroafetivas o direito de se contrapor à sua equivalência jurídica perante sujeitos homoafetivos”, mas precisamente o contrário: “o direito dos homoafetivos a tratamento isonômico com os heteroafetivos”.

Reafirmou o fato que não cabe a ninguém o direito da não equiparação jurídica, ou seja, os heteroafetivos não assenta o postulado da não equivalência normativa com os homoafetivos, visto que a “sua heteroafetividade, em si não os torna superiores, em nada”. O que deve prevalecer é o reino da igualdade pura e simples “pois não se pode alegar que o heteroafetivos perdem se os homoafetivos ganham”. (BRASIL, 2011: 26, 33-4 e 48).

Assentou que a formação da família não se encontrava atrelada aos requisitos da heteroafetividade e que nela deveria, a partir de então, ser reconhecida como *locus* de fluência dos direitos fundamentais de intimidade e da vida privada (art. 5º, X), e foi além ao dar ao dispositivo do Código Civil interpretação conforme, ampliando e consolidando o novo entendimento, concluiu dizendo:

“Dou ao art. 1.723 do Código Civil interpretação conforme a Constituição

para dele excluir qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como “entidade familiar”, entendida esta como sinônimo perfeito de “família”. Reconhecimento que é de ser feito segundo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva (BRASIL, 2011: 49).”

Em sua manifestação o ministro Luiz Fux ressaltou ser o desprezo das uniões homoafetiva uma afronta à dignidade dos indivíduos homossexuais, por negar-lhes “o tratamento igualitário no que concerne ao respeito à sua autonomia para conduzir sua vida autonomamente, submetendo-os, contra a sua vontade e contra as suas visões e percepções do mundo, a um padrão moral pré-estabelecido”. Apontou o fato de que o “silêncio normativo catalisa a clandestinidade das relações homoafetivas, na aparente ignorância de sua existência; a ausência de acolhida normativa, na verdade, significa rejeição”. (BRASIL, 2011, 68).

A ministra Carmem Lucia lembrou que “a conquista de direitos é tão difícil quanto curiosa. A luta pelos direitos é árdua para a geração que cuida de batalhar pela sua aquisição. E parece uma obviedade, quase uma banalidade, para as gerações que os vivem como realidades conquistadas e consolidadas”. Ao passo que é certo; “nem sempre a vida é entendível. E pode-se tocar a vida sem se entender; pode-se não adotar a mesma escolha do outro; só não se pode deixar de aceitar essa escolha, especialmente porque a vida é do outro e a forma escolhida para se viver não esbarra nos limites do Direito”. Concluiu que “para ser digno há que ser livre. E a liberdade perpassa a vida de uma pessoa em todos os seus aspectos, aí incluído o da liberdade de escolha sexual, sentimental e de convivência com outrem”. Portanto, os homafetivos não “podem ser desigualado em sua cidadania. Ninguém pode ser tido como cidadão de segunda classe porque, como ser humano, não aquiesceu em adotar modelo de vida não coerente com o que a maioria tenha como certo ou válido ou legítimo” (BRASIL, 2011, 88, 93 e 94).

Após outras manifestações favoráveis, o decano do Supremo Tribunal Federal, o ministro Celso de Mello destacou que “ninguém, absolutamente ninguém, pode ser privado de direitos nem sofrer quaisquer restrições de ordem jurídica por motivo de sua orientação sexual”. Concluiu que, portanto: “os homossexuais têm direito de receber igual proteção das leis e do sistema político jurídico instituído pela Constituição da República” (BRASIL, 2011, 226-7), sintetizou:

“Essa sentença que torna efetivo o princípio da igualdade, que assegura respeito à liberdade pessoal e à autonomia individual, que confere primazia à dignidade da pessoa humana e que, rompendo paradigmas históricos e culturais remove obstáculos que, até agora, inviabilizaram a busca da felicidade por parte de homossexuais vítimas de tratamento discriminatórios – não é nem pode ser qualificada como decisão proferida contra alguém, da mesma forma que pode ser considerada um julgamento a favor de apenas alguns” (BRASIL, 2011, 228).

Ao final do julgamento acompanharam o voto do relator os ministros: Celso de

Mello, Cesar Peluso, Gilmar Mendes, Joaquim Barbosa, Luiz Fux, Marco Aurélio de Mello e Ricardo Lewandowsky e as ministras Carmem Lucia e Ellen Gracie. Ou seja, por **unanimidade** o Supremo Tribunal Federal reconheceu a procedência no julgamento dos pedidos atribuindo-lhes efeito vinculante e dando ao art. 1.723 do Código Civil interpretação conforme. Fixou-se, portanto, a determinação de que a partir dali todas as sentenças sobre tal tema, devem acompanhar a interpretação imposta pelo STF.

Vinte e três anos depois da promulgação da Constituição de 1988, assegurou-se que todos os brasileiros devem ser efetivamente considerados e tratados como iguais perante a lei, independentemente de sua orientação sexual. Diante da pluralidade dos comportamentos eróticos e afetivos, reconheceu-se que gays, lésbicas e transgêneros devem ter o exercício de sua cidadania sexual reconhecido e avalizado, de modo a preservarem e a usufruírem livremente a sua dignidade de pessoa humana.

Firmado pelo STF o entendimento de que à união afetiva e sexual entre pessoas de mesmo sexo cabia o reconhecimento como entidade familiar, faltava estatuir os meios para a sua concussão protocolar. Seguia em aberto a questão do registro das uniões homoafetivas, carecia de definir as formas de acesso ao “casamento civil” pela via cartorial, independente de sentença judicial.

Tal demanda foi satisfeita, em maio de 2013, quando o CNJ expediu a Resolução 175 especificando as regras para a habilitação, a celebração de casamento civil ou a conversão de união estável em casamento entre as pessoas de mesmo sexo. Determinou-se que ficava vedada a autoridade competente (cartórios de registros civis e juízes de paz) a recusa de habilitação, a celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo (art. 1º). Sendo que em caso de recusa, deve se proceder a imediata comunicação ao respectivo juiz corregedor para as providências cabíveis.

Assim sendo, desde 15 de maio de 2013, no contexto legal e administrativo a questão encontra-se solucionada, os oficiais dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais não podem recusar os processos de habilitação para casamento apresentados por pessoas de mesmo sexo e, tampouco, os Juízes de Paz deixar de celebrar esse tipo de casamento civil, sob o risco de comunicação de sua negativa ao Juiz Corregedor para as providências cabíveis.

Finalmente, vinte e cinco anos após a promulgação da Constituição de 1988, o desigual tratamento às relações afetivas sexuais entre pessoas do mesmo sexo foi afastado. Ao reconhecimento pelo Supremo de que às relações homoafetivas aplicava-se o conceito jurídico de família somou-se a adoção de mecanismos institucionais capazes de garantir a celebração do casamento civil e a conversão de união estável em casamento, entre as pessoas de mesmo sexo.

Uma sociedade só é de fato democrática quando garante o respeito à dignidade da pessoa, assegura a sua liberdade e possibilita o exercício e o reconhecimento das

cidadanias sexuais. Só merece ser designado como e somente é de fato livre o país em que na pluralidade dos comportamentos, ações, interesses, gostos e condições a cada um é dado o direito de buscar seu próprio bem, à sua maneira, sem prejuízo dos demais.

Por aproximadamente 25 anos, para os gays, lésbicas e transgêneros brasileiros os princípios constitucionalmente assegurados de liberdade, igualdade e dignidade da pessoa humana, cotidianamente contrapostos pela falta de efetiva liberdade sexual, do reconhecimento público e da tutela jurídica de seus vínculos afetivos e sexuais, constituíam-se num discurso vago, cínico e figurativo. Pretendida como fraterna, pluralista e harmônica, a nova república tinha-lhes atribuídos indistintamente os deveres, mas negada a plenitude na vivência de sua identidade sexual.

Enquanto perduraram as restrições ao reconhecimento, ao acesso e ao amparo jurídico dos laços afetivos e sexuais estabelecidos entre pessoas do mesmo sexo perpetuou-se o fato de que na “democrática e igualitária” sociedade nacional alguns eram mais “iguais” que outros. Por que não dizer uns eram de primeira categoria e o restante de menor valia quanto ao exercício pleno da cidadania e aos direitos e garantias fundamentais, sobretudo no que diz respeito às vivências da afetividade e da sexualidade.

Tal defasagem explica-se pela inércia e lentidão do Poder Legislativo em tratar efetiva e desapassionadamente tal tema; as dificuldades de gays, lésbicas e transgêneros, enquanto minoria, em consolidar e fazer avançar as suas demandas políticas, os contra-ataques de segmentos políticos e religiosos que insistem em combatê-los e condená-los e, até mesmo, a incapacidade do judiciário em avançar na interpretação jurídica substituindo a interpretação dogmática por uma hermenêutica de princípios, a exemplo do tratamento dado ao tema pelo Supremo Tribunal Federal quando de sua apreciação colegiada.

De recentíssima leitura e viabilização o reconhecimento como entidade familiar das relações homoafetivas, o acesso ao casamento civil e a possibilidade de conversão das uniões estáveis pelas pessoas de mesmo sexo em tal categoria, constituem-se em objeto de permanente interesse e vigilância a todos aqueles interessados, de fato, na construção e manutenção efetiva de uma sociedade democrática, igualitária, fraterna e pluralista, contra a qual não faltam ameaças. Sua análise evidencia os rumos das demandas sociais, é capaz de mostrar as contradições, as transformações e os desafios rotineiramente colocados ao permanente tabuleiro em que se constrói, sedimenta e garante a dignidade da pessoa humana, a igualdade jurídica, a liberdade e a identidade sexual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 1151/1995*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16329>. Acesso em: 09 nov. 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Brasília, DF, Senado Federal, 2015.

BRASIL. **Resolução Normativa 175. Conselho Nacional de Justiça**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2504..> Acesso em: 09 nov. 2021.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 132 – Rio de Janeiro. 05.05.2011 – Plenário. Ata. 274** pág. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>. Acesso em: 09 nov. 2021.

BRITTO, Carlos Ayres. **Supremo Tribunal Federal. Voto. Ministro Carlos Ayres Britto (Relator)**. Disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adi4277.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2021.

BUNCHAFT, Maria Eugenia. A temática das uniões homoafetivas no Supremo Tribunal Federal à luz do debate Honneth-Fraser. **Rev. direito GV**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 133-156, jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322012000100006&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 09 nov. 2021.

Lopes, José Reinaldo de Lima. O direito ao reconhecimento para gays e lésbicas. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos** [online]. 2005, v. 2, n. 2 [Acessado 9 Novembro 2021], pp. 64-95. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1806-64452005000100004>>.

LOREA, Roberto Arriada. Acesso ao casamento no Brasil: uma questão de cidadania sexual. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 488-496, set. 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2006000200009&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 01 set. 2015.

Mello, Luiz. Familismo (anti)homossexual e regulação da cidadania no Brasil. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2006, v. 14, n. 2 [Acessado 9 Novembro 2021], pp. 497-508. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200010>>

OLIVEIRA, Cecília Barroso de. **O direito à autonomia ético-existencial da pessoa homossexual na constituição da família como decorrência dos princípios da igualdade e da liberdade**. Fortaleza – CE, 2009. Dissertação (mestrado Direito Constitucional). Universidade de Fortaleza, 2009.

OROZCO, Yury del Carmen Puello. **Nem teocracia – nem exclusão: as intervenções da Igreja Católica no Brasil (1995-2005)**. São Paulo: 2006. Tese (Doutorado Ciência da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RODRIGUES, Liris Terezinha Lunkes Moreira. **Os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade nas relações homossexuais**. Santo Ângelo – RS, 2008. Dissertação (Mestrado Direito). Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

Data de aceite: 01/02/2022

Tânia Regina da Rocha Unglaub

Doutora em História pela UFSC/BR. Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina, classe associada, atua no mestrado profissional de Gestão da Informação

Cleia Demétrio Pereira

Doutora em Educação pela Universidade do Minho/PTC, Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina, classe associada, atua no mestrado profissional de Educação Inclusiva

RESUMO: Este capítulo descreve os resultados da ação desenvolvida na perspectiva da indissociabilidade com a pesquisa, ensino e extensão entre a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Escola Estadual Básica Jerônimo Coelho, de Laguna/Santa Catarina. Desde 2011, a parceria dessas instituições viabilizou a realização do estágio curricular supervisionado do curso de Pedagogia, além de projetos de extensão, ensino e pesquisa. Essa escola básica iniciou suas atividades educativas em 1912 e integra os sete primeiros Grupos Escolares implantados entre 1911/1918, pelo movimento de modernização do ensino catarinense. Durante a execução de ações de ensino e extensão por acadêmicos e docentes da UDESC foi encontrado, aleatoriamente, um rico acervo fotográfico, composto por 11 álbuns fotográficos e quadros de formatura produzidos entre os anos de 1918 a 1999, consequentemente,

gerou um projeto de pesquisa. Estes achados revelaram parte da historiografia da educação catarinense, rastros da memória de uma cultura escolar, e se constituíram em dados empíricos para seguir com a o desenvolvimento metodológico da pesquisa documental de cunho historiográfico. As fontes documentais foram analisadas na perspectiva teórico-metodológica da História Cultural. Os estudos de Lê Goff (2013) e Pierre Nora (1993) balizaram a compreensão entre memória e história. Com base nos referencias teóricos, em especial, de Dóminique Julia (2001) sobre cultura escolar, compreende-se que os respectivos documentos podem ser considerados ecos de memórias que permitem um diálogo entre o patrimônio educativo e a história da educação, representando uma cultura escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Cultura escolar. Memória. Práticas educativas. Historiografia.

MEMORY ECHOES OF A CENTURY SCHOOL

ABSTRACT: This chapter describes the results of the action developed from the perspective of indissociability with research, teaching and extension between the State University of Santa Catarina (UDESC) and the Jerônimo Coelho Basic State School, from Laguna/Santa Catarina. Since 2011, the partnership of these institutions has enabled the realization of the supervised curricular internship of the Pedagogy course, in addition to extension, teaching and research projects. This basic school began its educational activities in 1912 and was part of the first seven

School Groups implemented between 1911/1918, by the movement to modernize the teaching of Santa Catarina. During the execution of teaching and extension actions by academics and professors of UDESC was found, randomly, a rich photographic collection, composed of 11 photographic albums and graduation boards produced between the years 1918 to 1999, consequently generated a research project. These findings revealed part of the historiography of Santa Catarina education, traces of the memory of a school culture, and constituted empirical data to follow with the methodological development of documentary research of historiographic nature. The documentary sources were analyzed from the theoretical-methodological perspective of Cultural History. The studies of Lê Goff (2013) and Pierre Nora (1993) marked the understanding between memory and history. Based on the theoretical references, especially by Dominique Julia (2001) on school culture, it is understood that the respective documents can be considered echoes of memories that allow a dialogue between the educational heritage and the history of education, representing a school culture.

KEYWORDS: Inseparability between teaching, research and extension. School culture. Memory. Educational practices. Historiography.

INTRODUÇÃO

Esse artigo discorre sobre os resultados de um trabalho interdisciplinar que atuou na chave dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo como foco a construção da memória de uma escola centenária do estado de Santa Catarina – EEB Jerônimo Coelho da cidade de Laguna. O projeto de extensão e de ensino desenvolve-se nos anos de decorrer dos anos de 2016 e 2017, pois em 2018 a EEB Jerônimo Coelho encerrou suas atividades para ser reestruturada e administrada pela escola militar de Santa Catarina. O projeto de pesquisa, resultante dessa articulação, permanece com seus desdobramentos investigativos até o presente momento.

Desde 2011, Laguna conta com apoio de um Polo de Educação a Distância para atender os alunos do curso de pedagogia a distância e ciências biológicas do CEAD/ UDESC, oportunizando assim a participação de programas educativos e sociais.

Em 2015, coordenamos o Programa Institucional de Bolsa à Docência (PIBID) para o curso de Licenciatura em Pedagogia do CEAD, com a incumbência de orientar e acompanhar alunos que participam do PIBID como bolsistas de Iniciação a Docência (ID) que estudam em escolas estaduais e municipais da cidade de Laguna. Entre essas escolas, encontra-se a EEB Jerônimo Coelho, que foi o local escolhido para desenvolver esse projeto de extensão. Trata-se de uma escola centenária e, por isso, em seu espaço encontra-se muitos vestígios de memória de uma cultura escolar centenária. A EEB Jerônimo Coelho desenvolveu suas atividades escolares no mesmo prédio escolar desde sua fundação – 1912 até 2018. Também houve possibilidades de encontrar junto à comunidade escolar outros vestígios de memória por meio de práticas de indissociabilidade entre pesquisa, pesquisa e extensão.

A parceria dessa escola com a Universidade proporcionou um campo fértil para

elaborar e desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão de forma articulada e indissociável. Foi decorrente dessa atuação que acadêmicos e professores participantes do PIBID, casualmente perceberam num depósito da Escola Jerônimo Coelho a existência de quadros de formatura, quadros de retratos de diretores da escola datados entre os anos 1918 à 1967. Também localizaram vários álbuns fotográficos datados entre os anos 1947 e 1970.



Figura 1. Quadros de retratos formatura e de diretores da escola (1918- 1967) e álbuns fotográficos de atividades do Grupo Escolar Jerônimo Coelho (1947-1970).

Fonte: acervo da EEB Jerônimo Coelho – digitalizado pelas autoras, 2017.

Esse material provocou o grupo de pibidianos para incluir atividades apropriadas a fim de dar tratamento adequado e visibilidade a esses documentos que guardam memórias e contam histórias de uma cultura escolar. Com essa possibilidade, foi projetado um programa de extensão e desenvolvido atividades junto à comunidade escolar e do seu entorno.

O projeto de extensão recebeu apoio institucional e financeiro da UDESC por meio da sua Pró-reitora de Extensão, Cultura e Comunidade, mediante Edital Interno do Programa de Apoio a Extensão da Universidade, (Edital PAEX-UDESC) N°. 07/2015 e sua segunda edição no Edital PAEX/UDESC N° 08/2016. A ação extensionista contou com a atuação voluntária de alunos, professora supervisora e coordenadora de área do Programa Institucional de Bolsa à Docência (PIBID). Esse programa é apoiado por meio de recursos federais do Ministério da Educação e da Fundação CAPES na forma de bolsas do PIBID.

O PIBID viabiliza maior contato de abrangência temporal e reflexiva do graduando com a escola e interação com a universidade. O foco da extensão é a interface entre universidade e a sociedade para coadunar esforços e compartilhar saberes. Nesse sentido a EEBJC pode contar com apoio destes Programas para trabalhar com a construção de

sua memória escolar, que consequentemente gerou um projeto de pesquisa institucional intitulado “Ecos de Memória de uma escola Centenária”.

O acervo fotográfico, desta instituição, são vestígios de memórias que permitem um diálogo entre o patrimônio educativo e a história da educação, que representam uma cultura escolar. A pesquisa visou construir a memória da cultura escolar por meio das representações de práticas escolares encontradas em retratos escolares da Escola Estadual Básica Jerônimo Coelho, de Laguna, com a finalidade de promover a guarda desse patrimônio histórico-cultural, referente aos anos 1918 a 1970.

Os conceitos de Jacques Lê Goff (2019) balizaram as discussões sobre história e memória daqueles artefatos de memória que fazem parte do patrimônio cultural da história daquela instituição. Para esse autor, os documentos são igualados a monumentos e percebidos como objetos impregnados de memória de indivíduos e de uma sociedade. As imagens fotográficas gravadas, dispostas em álbuns fotográficos e quadros carregam a memória de uma cultura escolar e possibilitam a construção de muitas versões da memória dessa escola centenária. Já os conceitos de conservação, preservação e restauração que norteou a ação extensionista fundamentou-se em Milevski (1997). É importante lembrar que todos esses documentos são patrimônios históricos que contam a história daquela instituição educativa, que faz parte da historiografia da educação catarinense.

O conjunto documental estava abandonado sem ser manuseado há muitas décadas. Por isso, uma das primeiras tarefas foi ministrar um curso de higienização do material aos participantes do projeto de extensão. Houve envolvimento direto dos participantes, tanto nos cursos quanto no tratamento e divulgação da referida documentação, bem como na busca de outros objetos similares. Esse envolvimento dos participantes é uma característica singular da metodologia da pesquisa ação preconizada por Thiollent (2011).

Os resultados alcançados pelo projeto apontam para a perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e reflexões sobre a importância da conservação, preservação e restauração de acervos escolares tanto em âmbito estadual como nacional.

APONTAMENTOS TEÓRICOS

A EEB Jerônimo Coelho foi inaugurada em 1912, na cidade de Laguna, SC e faz parte dos sete primeiros Grupos Escolares implantados entre os anos de 1911 e 1918 pelo movimento de modernização do ensino catarinense, posto em prática pela Reforma Orestes Guimarães. Neste período Laguna era considerada a principal cidade do sul catarinense, devido à sua liderança na área comercial e portuária. O Grupo Escolar foi implantado sob a égide de inovação das práticas educativas. Não por acaso, o primeiro diretor do Grupo Escolar Jerônimo Coelho foi o jovem professor paulista João dos Santos Areão. Após concluir seu curso normal, em 1912, aceitou o convite de Orestes Guimarães para dirigir a

escola nos moldes modernos de educação para a época, com a adoção da metodologia de ensino intuitiva, amparada no uso de materiais didáticos, laboratórios e objetos do gabinete que abrigava o museu escolar da instituição, que reforçava aos estudantes o nacionalismo e a democracia. (UNGLAUB, 2014).

O Grupo Escolar passou por algumas ampliações decorrentes da crescente demanda de novos estudantes. Nos anos 1970 com a implantação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n.5692, o Grupo Escolar passou a ser denominado Escola Estadual Básica Jerônimo Coelho (EEBJC). Nos anos seguintes ela passou por um processo de redução de matrículas e falta de reconhecimento, acarretando a conservação deficiente tanto da instituição, quanto do acervo documental, de cunho historiográfico, dos anos 1918 a 1970.

Entretanto essa instituição centenária manteve sua índole inovadora ao tornar-se palco das ações extensionistas e de iniciação científica. No ano 2015, em certa tarde chuvosa, educadores e acadêmicas vinculados ao PIBID, que atuavam na EEB Jerônimo Coelho, por meio de suas observações participantes, localizaram alguns álbuns de retratos de atividades escolares, retratos de ex-diretores e quadros de formatura datados a partir de 1918.

Esses documentos revelam práticas pedagógicas e cívicas de uma cultura escolar vivenciada em diferentes décadas do século XX. Teixeira percebe que “a constituição de acervos, sejam eles familiares ou de registros históricos e culturais, trata-se de um patrimônio que faz parte de arquivos, os quais são instrumentos importantes na pesquisa e análise histórica e cultural.” (TEIXEIRA, 2012, p.45). Portanto, o material foi apresentado em reunião para discutir o que fazer com esses suportes de memória considerando a importância dessas peças como patrimônio histórico-cultural e parte da identidade da escola. Os achados deram origem ao projeto de extensão “Ecos de memória de uma escola centenária”, com o intuito de conservar, preservar e guardar esse acervo documental, pois trata-se de um relicário que compõe a historiografia dessa instituição.

Entre os achados, encontra-se um quadro de formatura da segunda turma de formandos do Curso Complementar da EEBJC. Nesse quadro, feito em couro, há retratos encaixados dos participantes da solenidade. Seus nomes podem ser vistos embaixo de sua imagem fotográfica, ou do local onde deveria estar o retrato. Podem ser vistas fotografias de oito formandos e duas formandas; o retrato de José Arthur Boiteux, que exercia a função de Secretário de Interior e Justiça do Estado na época, e dos seguintes professores: Luiz Bezerra Trindade, Romeo Ulyssea e Leonor Livramento. O retrato do diretor João dos Santos Areão, desapareceu do quadro restando o local de sua fotografia vazado, com o seu nome embaixo.



Figura 2- Quadro de formatura da Escola Complementar – 1918

Fonte: acervo digitalizado das autoras, 2017

A condição desse quadro de formatura, entre outros documentos, que são patrimônio histórico-cultural, testemunham a necessidade de técnicas apropriadas para a conservação, preservação e restauração, para guardar a memória dessa instituição educativa centenária.

A guarda e a preservação de álbuns fotográficos, quadros de formaturas, cadernos e outros possíveis materiais encontrados nessa instituição educativa prescinde entender como e quando foram produzidos no seu tempo histórico para a tomada de decisão no uso de técnicas de conservação, de preservação ou ainda, quando necessário, de técnicas de restauração. Neste sentido a abordagem da História Cultural é capaz de evocar sensibilidades e compartilhamento de saberes técnicos adequados para o desenvolvimento do projeto em questão.

Para Chartier (2006), a história cultural permite ler a narrativa das representações de determinado grupo ou coletividade, sejam estes religiosos, étnicos, sociais, nacionais ou outros, que as vivenciaram em algum momento. Nesse sentido, importa lembrar que os discursos da memória não são desprovidos de apropriações variadas na composição dos acontecimentos rememorados.

Aqueles quadros de formatura e álbuns de atividades escolares, nos possibilitam ler e interpretar a narrativas que ocorreram em determinada época, pois expressam práticas de uma sociedade. Pois, cada detalhe observado nas imagens está carregado de significações e representações da realidade, no sentido utilizado por Roger Chartier (2006, p. 27).

Le Goff (2019, p. 460) considera a fotografia como um aporte significativo para a

memória, capaz de revolucioná-la, multiplicá-la e democratizá-la. Esse e outros momentos, captados pelos mais diferentes tipos de lentes e olhares, fixaram os instantes congelados do tempo como únicos e peculiares. Tais registros de memória são verdadeiros baús de riquezas de múltiplas leituras. Por mais ricas e complexas que possam ser, apresentam de modo consciente, um olhar que conduz a uma aproximação fragmentada dessa realidade, o que impossibilita ao historiador trabalhar na clave de certezas complexas e universais.

As palavras memória e história evocam o mesmo tempo – o passado. Contudo apesar da matéria prima em comum, para Pierre Nora (1993), Lê Goff (2019) e Rioux (1998), memória e história não se confundem. Jean-Pierre Rioux considera o uso da memória como uma matéria prima para o historiador. Porém, esclarece que este “não é um memorialista, porque a história constrói e dá a ler a narrativa, a redescoberta recente, importante e duradoura de uma representação do passado” (1998. p.320).

Pierre Nora (1999, p. 13) aponta que a “história é como uma “operação intelectual, laica que demanda análise e discurso crítico”, e a “memória instala a lembrança no sagrado”. A memória emerge de um grupo que ela une. Já a história pertence a todos e a ninguém. Para o autor, é necessário criar arquivos, lugares de memória, pois não há memória espontânea. Nesse sentido, Lê Goff também fala sobre a importância da criação de arquivos, suportes de memória. “A memória é um elemento essencial para a construção da identidade individual ou coletiva”. (LE GOFF, 2019, p. 469).

As técnicas de conservação, preservação e restauração nesse contexto são entendidas como estratégias e táticas a partir do pensamento de Michel de Certeau (2013). Ele faz uma distinção entre estas categorias. Para este autor “As estratégias supõem lugares e instituições, produzem objetos, normas, modelos, acumulam e capitalizam; [enquanto que] as táticas, desprovidas de lugar próprio, sem controle sobre o tempo, ‘são maneiras de fazer’ ou melhor, maneiras de fazer apesar de”. No entanto, o conceito de táticas em Certeau (2013), neste projeto é apreendido no modo próprio a ser criado e aplicado no uso das técnicas de conservação, preservação ou quando necessárias estratégias de restauração de objetos escolares dessa instituição.

A conservação consiste em métodos técnico-científicos capazes de desacelerar o processo de deterioração instalado em suportes de informação. Já a preservação consiste em uma política [...] inúmeras políticas e opções de ação, incluindo tratamentos de conservação. Preservação é a aquisição, organização e distribuição de recursos a fim de que venham a impedir posterior deterioração ou renovar a possibilidade de utilização de um seletivo grupo de materiais [...]. (MILEVSKI, 2001, p. 14).

Assim, para prolongar a vida útil ou impedir a deterioração de suportes impressos é necessário que o acervo siga um programa de preservação e conservação, a fim de manter a integridade física destes. Se isso for realizado, diminuirá a necessidade de se empregar métodos de restauração. O conceito de restauração implica na aplicação de técnicas e materiais especiais para recuperar ou estancar o processo de perda da obra ou documento.

A restauração deve ser realizada atentando para a reversibilidade do processo, isto é, refazer o processo ou técnica aplicada.

Essas técnicas envolvem a higienização do acervo, a conscientização por parte dos usuários, a limpeza do local onde os livros se encontram, o manuseio correto das obras e em especial a prevenção, ou conservação preventiva. O objetivo da conservação preventiva é desenvolver ações de prevenção contra possíveis danos aos livros, além de conscientizar quanto ao correto manuseio e utilização destes. O programa de preservação e conservação destaca a importância de “conservar para não restaurar”, poupando o acervo de intervenções custosas e exaustivas.

Importa mencionar que esses vestígios de memórias permitem um diálogo entre o patrimônio educativo e a história da educação, representando uma cultura escolar. De acordo com Dóminique Julia (2001) a cultura escolar, dentro de uma abordagem histórica, pode ser considerada como uma mescla de normas e práticas “que permite a transmissão de conhecimentos e a incorporação de comportamentos”. (2001, p. 2). As normas e práticas coordenadas ligam-se a finalidades que podem variar conforme a época. Para esse autor a escola tem uma história que não é muito diferente da história de outras instituições da sociedade.

Para Dóminique Julia (2001), a cultura escolar evidencia que a escola não é somente um lugar de transmissão de conhecimentos, mas é, ao mesmo tempo e talvez principalmente, um lugar de “inculcação de comportamentos e de habitus” (IDEM, p. 14). Portanto, entende-se que utilização de técnicas apropriadas de conservação, restauração e preservação dos achados supramencionados, é participar da construção da memória e identidade da escola. É buscar compreender as representações da cultura escolar vivenciadas naquela escola no decorrer desses cento e quatro anos. É contribuir para a guarda e preservação de um patrimônio histórico e cultural catarinense. “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”. (Lê Goff, 2013, p. 471). A intenção da construção da memória da EEB Jerônimo Coelho, é servir para a libertação da história e da memória, conforme propõe esse autor.

METODOLOGIA ADOTADA E ALGUNS RESULTADOS OBSERVADOS

O projeto de extensão entrelaçados com as ações do PIBID, seguiu os princípios da pesquisa ação preconizada por Thiollant (2011), entrelaçada com uma pesquisa historiográfica. Para Thiollant (2011), a pesquisa ação caracteriza-se por sondar o contexto, utilizando a observação participante, discutir com os pares a situação problema e intervir diretamente no contexto, com ações que podem inclusive provocar reflexões e até mesmo mudanças neste espaço, como forma de superar situações problemáticas em questão, denominada como fase intervencionista. Já os exames documentais foram examinados na

clave nos princípios da história cultural.

Os educadores, acadêmicos e acadêmicas vinculados ao projeto de extensão e ao PIBID, que atuam na EEB Jerônimo Coelho da cidade de Laguna, SC, por meio da observação participante localizaram dez álbuns fotográficos que revelam práticas pedagógicas e cívicas dos anos de 1930 a 1980 e oito quadros de fotografias de formatura, sendo que o primeiro quadro é de 1918. Esses documentos são fontes de informações que evocam a memória da prática de uma cultura escolar.

Como se trata de um trabalho de cunho historiográfico, buscou-se compreender as fontes documentais na perspectiva das representações defendidas por Roger Chertier(2006), de acordo com a abordagem teórica da História Cultural. A guarda e a preservação de álbuns fotográficos, quadros de formaturas, encontrados nessa instituição educativa busca entender como e quando foram produzidos no seu tempo histórico para a tomada de decisão no uso de técnicas de conservação, de preservação ou ainda, quando necessários, técnicas de restauração.

Nesse sentido a abordagem da História Cultural evoca sensibilidades e compartilhamento de saberes técnicos adequados para o desenvolvimento do tema em questão. Os quadros fotográficos de formatura, álbuns, cadernos antigos e cadeiras são patrimônios históricos que contam a história daquela instituição educativa.

Os documentos estavam sem serem manuseados há muitas décadas, portanto após a localização deles de forma aleatória, uma das primeiras tarefas foi a higienização e digitalização do material. Como parte do projeto de extensão, foram traçadas e colocadas em prática uma série de ações junto à comunidade no sentido no decorrer do ano letivo visando sensibilizar essa comunidade para a importância desses relicários como patrimônio histórico-cultural, como parte da identidade da escola, sendo uma delas uma oficina sobre higienização, catalogação e preservação das fontes documentais com especialista da área.

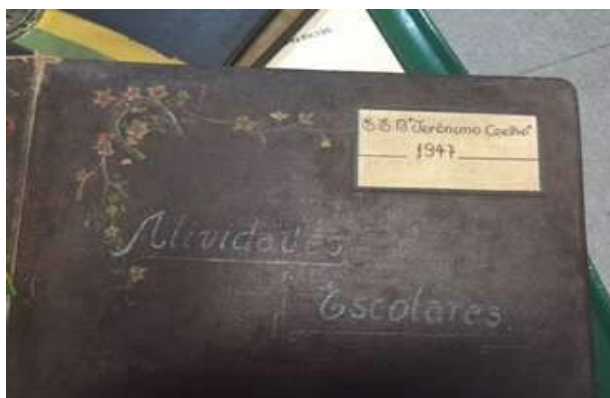


Figura 3. Capa de álbum fotográfico de atividades Escolares de 1947 da EEB Jerônimo Coelho.

Fonte: Acervo da EEB Jerônimo Coelho., digitalizado pelas autoras, 2017.

Esses álbuns foram manuseados com todo o cuidado mediante orientações para serem higienizados. Estudantes universitários, membros da comunidade do entorno da escola e da própria unidade escolar participaram da oficina. Já na própria oficina iniciaram o processo de higienização e restauração dos álbuns e quadros que contém as fotografias de época.



Figura 3. Imagem fotográfica realizada no dia da oficina sobre higienização do acervo

Fonte: fotografado pela coordenadora do projeto de extensão, 2017.

Os alunos da EEB Jerônimo Coelho também tiveram a oportunidade de manusearem os álbuns fotográficos e participaram de rodas de conversas com ex-alunos, professores e ex-professores. O término do semestre culminou com evento cultural, com o lançamento do livro sobre a trajetória de João dos Santos Areão, que chegou em Laguna em 1912 para dirigir recém-construído Grupo Escolar Jerônimo Coelho. A obra organizada pela Profa. Dra. Gladys Mary Teive. No evento os alunos apresentaram poesias e dramatizações e hinos de autoria de Areão, com uniforme de época. O evento fez parte da construção da memória educacional de Laguna, numa efetiva demonstração de que esta instituição cumpre um papel preponderante como lugar de memória.

Também está sendo organizado uma sala de memória. Há interação entre a Universidade, escola e comunidade escolar e do entorno por meio de encontros entre ex-alunos, alunos, educadores da escola e professores da universidade em busca da construção da memória e preservação do patrimônio educativo.

Como um dos resultados nota-se o entrelaçamento entre pesquisa, ensino e extensão, professores e acadêmicos que participam do projeto. Os participantes organizaram grupos de estudos para a compreensão do conceito de cultura escolar, patrimônio educativo, orientações sobre preservação e arquivamento. Tais estudos proporcionaram a compreensão de que os quadros fotográficos, álbuns, cadernos antigos e cadeiras encontrados casualmente num canto da escola, são patrimônios históricos que

contam a história daquela instituição educativa documentos estão sem ser manuseados a muitas décadas, uma das primeiras tarefas foi a higienização e digitalização do material.

Também foram realizados programas na escola que proporcionou a aproximação entre professores, alunos, ex-alunos, ex-professores e demais participantes

Esses objetos são verdadeiros relicários que fazem parte de uma cultura escolar que permitem uma aproximação das práticas do cotidiano por meio de representações da realidade no sentido adotado por Roger Chartier (2006). Para ele, “representação é um produto, resultado de uma prática, historicamente produzida pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem suas figuras, um sentido” (2006, p. 27). Silvia (2006) comenta que “a compreensão da cultura enquanto práxis, o significado de cultura como conjunto de práticas que conferem determinados significados aos lugares, aos indivíduos e aos grupos, inscreve-se no propósito de construir possibilidades de investigações histórico-educativas”. Também menciona que a cultura escolar pode ser compreendida como um conjunto de saberes presentes nas determinações dos mitos, dos comportamentos, das tradições, das inovações e das relações sociais.

Para Viñao Frago (2006, p. 169) a cultura escolar “expressa ideias, pautas relativamente consolidadas como modo de hábitos. Os aspectos organizados e institucionalizados contribuem para confirmar outros modos de pensar e atuar, que por sua vez, conformam as instituições num outro sentido”. Esse autor considera a escola como um lugar de produção de uma cultura, e a relaciona com a história cotidiana do fazer escolar. Assim que os resultados são observados pela interação dos participantes, apropriação da história da instituição educativa e a organização da sala de memória, onde estão sendo guardados o material já higienizado e catalogado e visualizado por participantes da comunidade escolar e de seu entorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho relata os processos já desenvolvidos sobre a guarda e a preservação desses achados. Esses vestígios possibilitam para a compreensão da trajetória histórica da Escola Estadual Jerônimo Coelho, bem como representam suas práticas e saberes vivenciados em seu interior. Ao analisar o desfecho do projeto de extensão desenvolvido na EBB Jerônimo Coelho, nota-se o entrelaçamento entre ensino, pesquisa e extensão, com a aproximação com a comunidade do entorno da escola para a sensibilização historiográfica da cultura escolar.

Houve encontros entre ex-alunos, alunos, educadores da escola e professores da universidade. Os documentos passaram pelo processo de higienização e estão sendo digitalizados. Também está sendo organizado uma sala de memória para que seja frequentada pela comunidade.

Importa relatar que os álbuns fotográficos da década de 30, 40 e 50 já foram

utilizados para estudos de história no quarto e quinto ano do ensino fundamental da referida escola. Os alunos analisaram o uniforme da época e despertaram para conhecer a história que envolveu aquela indumentária. O projeto de extensão despertou tanto interesse que foi replicado para dar continuidade no decorrer do ano de 2017 e foi associado a um projeto de pesquisa referente a historiografia da educação catarinense. Percebe-se que os resultados já estão ultrapassando os objetivos iniciais do projeto “Ecos de Memória da Cultura Escolar”, em prol da construção da memória da história da educação e preservação do patrimônio educativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Fundação CAPES*. (Pibid) Programa Institucional de Bolsa à Docência. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>. Acesso em 10 de junho de 2016.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 12 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. 2v.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006. .

GHIZONI, Gladys Mary. (Org.). *Professor Areão: experiências de um bandeirante paulista do ensino? em Santa Catarina (1912-1950)*. Florianópolis: Insular, 2014, v. 1.

JULIA, Dôminique. *A cultura escolar como objeto historiográfico*. Tradução: Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, n. 1, p. 9-44, 2001.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. 7 ed. Campinas: UNICAMP, 2013.

MILEVSKI, R. J. *Manual de pequenos reparos em livros*. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, v. 10, São Paulo, dez 1993, p. 7-28.

RIOUX, Jean-Pierre. A Memória Coletiva. In: RIOUX, Jean-Pierre.; SIRINELI, Jean-François. (org.) *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

STAKE, Robert E. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso, 2011.

SILVA, Fabiane de Cássia Tavares. *Cultura Escolar: Quadro conceitual e possibilidades de pesquisa*. Revista Educar, Curitiba (PR) v. 28, p. 201 – 216, 2006.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Sistemas educativos, Culturas escolares y reformas*. 2. ed. Madri: Morato, 2006.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade. *Atribuições [...]*. Florianópolis, 2016. Disponível em <http://www.udesc.br/?id=62>. Acessado em 10 de junho 2016.

UNGLAUB, T. R. R.. Contribuições do professor Areão para a construção de sensibilidades nacionalistas através do canto orfeônico. In: Gladys Mary Ghizoni. (Org.). *Professor Areão: experiências de um bandeirante paulista do ensino? em Santa Catarina (1912-1950)*. 1ª ed.

Florianópolis: Insular, 2014, v. 1, p. 149-182.

HISTÓRIAS SOBRE JOVENS, REPRESSÃO E CONSUMO DE DROGAS NO BRASIL

Data de aceite: 01/02/2022

Ana Maria Cardachevski

<http://lattes.cnpq.br/8600886189743590>

<https://orcid.org/0000-0002-0080-9331>

RESUMO: Entre os anos 1950 e 1960, novos estilos de vida associados ao fortalecimento da concentração urbana e à expansão da produção de bens para consumo interno, redefiniam parte das relações, principalmente entre os jovens, que seguiam algumas tendências observadas em outros países, configuradas pelos princípios da cultura de massas, manifestações e comportamentos de contestação aos padrões tradicionais de arranjos familiares ou de antigas estruturas de poder. Nos períodos autoritários, no Brasil, padrões e normas estabeleceram, pela força e rigidez, um conjunto de medidas difundidas e reiteradas posteriormente pelas instituições que tinham por objetivo o indivíduo, a família, hábitos e costumes, com a colaboração médico-psiquiátrica e dos princípios sociais conservadores frente ao consumo de drogas ilícitas.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens, ditadura política, consumo de drogas ilícitas, cultura e costumes.

ABSTRACT: Between the 1950s and 1960s, new lifestyles associated with the strengthening of urban concentration and the expansion of the production of goods for internal consumption, redefined part of the relationships, especially among young people, who followed some

trends observed in other countries, configured by the principles from mass culture, protest demonstrations and behaviors to traditional patterns of family arrangements or old power structures. In authoritarian periods, in Brazil, standards and norms established, by force and rigidity, a set of measures disseminated and later reiterated by institutions that aimed at the individual, the family, habits and customs, with medical-psychiatric collaboration and principles conservative social groups towards the consumption of illicit drugs.

KEYWORDS: Youth, political dictatorship, consumption of illicit drugs, culture and customs.

Entre os anos 1950 e 1970, o Brasil urbano transformar-se-ia impulsionado pelo novo ritmo de expansão da indústria e do comércio, que consolidaria as bases daquilo que economistas governamentais designaram como uma economia voltada ao mercado interno. Os novos padrões de consumo a partir da década de 1950 implicavam facilidades na aquisição de produtos industrializados, antes restritos aos setores mais ricos da sociedade. O avanço da indústria farmacêutica e de higiene colaboraria no estabelecimento de novos padrões estéticos e de cuidados pessoais. Com o apelo do conforto, do bem-estar e da praticidade, a sociedade urbana, rapidamente incorporaria as vantagens e melhorias, da onda progressista que marcou as décadas de 1950 e 1960.

No plano dos costumes, as

transformações em curso acentuam-se a partir dos anos 1960, com a expansão de produções televisivas e comercialização do televisor, o grande ícone da cultura de massa. Antes mesmo que a televisão tivesse sido vinculada à estratégia de entretenimento no período autoritário, em substituição ao projeto de educação¹ no populismo, ou ainda, tivesse propiciado a partir de 1966, a difusão do estilo “Jovem Guarda”, um marketing popular do jovem, integrado e festivo², já que estava evidente nos centros urbanos, um outro tipo de sociabilidade, tipificada como juventude transviada. Adeptos de um visual que incluía o jeans, óculos escuros, jaquetas de couro, lambreta e para as moças, calças compridas ou a irreverente atitude de fumar em público, estes jovens do final dos anos 1950 eram muito visados, por assumir posturas liberadas dos rigores morais e religiosos da patriarcal família brasileira. O casamento, a virgindade para as mulheres, a higiene e os bons hábitos, como não fumar e não beber, predominavam mesmo com todas as pressões de adequação ao estilo de vida moderno, promovido pelas novas bases materiais, que redefiniam as relações. Assim, os jovens de atitudes mais “libertinas” e que encontravam prazer, transgredindo os valores tradicionais, de respeito aos pais e autoridades, de cumprimento dos deveres e das regras de convivência, e que destilavam o prazer nas brigas, ou na vertigem da velocidade motorizada, sofriam represálias, embora encontrando certa segurança, pois faziam parte, na maioria das vezes, de segmentos sociais da burguesia, ou a ela próximos. Mesmo os mais simples confrontos, como negar seguir uma carreira profissional delineada pelos pais, constituía motivo de contestação e conflito. A acomodação de uma nova situação familiar, orientada por um outro tipo de sentido e significado ultrapassaria décadas, até que pudesse redefinir-se. A própria situação do casamento, a instituição do desquite e depois do divórcio (legalizado em 1977), o desempenho profissional feminino e a importância da família e da educação primária, sofreriam revezes, movidos por inúmeras outras condições, que variam da própria interferência do Estado na condução de questões privadas e de foro exclusivamente familiar, como a internação compulsória por uso de “tóxicos” passando pela nova interpretação psicológica, adequada à interação familiar, até os novos apelos do mercado e da sociedade de consumo.

Os padrões e as normas ditadas pelo Estado, nos períodos autoritários, do Estado Novo e do Regime Militar de 1964, estabeleceram, pela força e pela rigidez, um conjunto de medidas positivas, difundidas e reiteradas pelas diversas instituições, que tinham por objetivo o indivíduo e a família. A intervenção da psiquiatria na ordem social do nascente Estado republicano, fora decisiva para uma nova atuação, inclusive familiar privada e íntima, na puericultura, na condução dos cuidados pessoais e da vida matrimonial. Aliado ao novo estilo de vida em industrialização, o Estado Novo, contribuiria para expandir tanto a noção

1 Em 1960 havia em uso no país, 598 mil televisores; em 1970, 4.584.000, em 1979, 16.737.000. (HISTÓRIA da Vida Privada no Brasil, 2000:638).

2 A “Jovem Guarda” liderada por Roberto Carlos investiria no *pop* romântico, uma reinterpretação do que ocorria no mercado da música internacional e em contraposição ao samba e variações populares temáticas e de contestação estética e política.

do bem-estar, quanto o ideário, do papel do Estado na vida familiar e individual e vice-versa, o que não se reduz à relação formal eleitoral e partidária, mas poderia ser pensada como um *habitus* de reverência e poder. A intervenção de diversas instituições, traduzidas por ações estatais, porque muitas vezes normatizadas por este, como é o caso da própria psiquiatria ou da jurisprudência em suas formulações, potencializaria o desempenho do Estado. O papel impositivo do Estado, na doença e na transgressão legal, enfraqueceu, o que poderia ser um desempenho mais seguro e pessoal da família, dirigido exclusivamente por seus componentes. A família, por sua vez, sucumbiu aos apelos da norma, quando julgou ser incapaz de cuidar dos seus, redimensionando um dos objetivos normativos de alcançar uma autoridade superior que guia e ao mesmo tempo pune.

Ao longo dos anos de 1960, começam a despontar no discurso médico-psicológico, a transferência das chamadas “toxicomanias”, como problema localizado nos jovens. As “toxicomanias” não dispunham de números reveladores. Tratando-se do álcool, dos barbitúricos e de anfetaminas, era seguro afirmar que o uso destas substâncias ficava concentrado na faixa etária considerada adulta. Os barbitúricos tornaram-se controlados a partir de 1961 e as anfetaminas a partir de 1975, o que apenas dificultou o consumo. O mesmo, porém, não ocorre com a *cannabis*, que por ser empregada de forma recreativa, era duplamente proibida. Nesse espaço que aproxima substâncias entorpecentes e tipo de consumo, figuram alguns elementos simbólicos, efeitos de uma insistência normativa moralizadora, para uma posologia correta. No caso da *cannabis*, sua herança significativa a princípio, era o estrato social e cultural mais pobre, ao qual pertencia originalmente enquanto hábito, e um certo exagero na sua associação ao haxixe (na qual sempre aparece a etimologia da palavra “assassino” decorrente dos fumadores árabes *haschichins*) e a efeitos devastadores, que levariam à violência e ao crime. A repetição sobre a capacidade estimuladora da *cannabis* ao delito, apareceria nos discursos psiquiátricos dos anos 1960, como reação às pesquisas que já vinham comprovando a inocuidade da erva no quesito dependência física, que estava definida pela síndrome de abstinência na suspensão da substância. O elemento novo da dependência psicológica começaria a justificar a extensão dos malefícios, além da concepção de psicopatias latentes que poderiam surgir com o uso dos tóxicos. Aliás, essa ideia do toxicômano como um psicopata de fundo, vai transformar-se numa nova perspectiva a partir da década de 1980, quando os avanços das pesquisas cerebrais revelariam a química das sensações e do prazer humano.

“Há alguns anos atrás, o hábito de fumar maconha era, quase apanágio das classes pouco favorecidas pela educação e fortuna; em regra geral, era confinado no norte e nordeste do país. Veio a última guerra e, então, por motivos óbvios, o flagelo se estendeu a todas as classes sociais” (PERNAMBUCO F^o, 1961:59)³.

3 (Arquivos do manicômio judiciário Heitor Carrilho. Rio de Janeiro. Vol. 27, 1961). O psiquiatra Pernambuco Filho foi um dos especialistas brasileiros do Rio de Janeiro, a conduzir as questões do alcoolismo e das toxicomanias, nos anos 1950 e 1960. Era Diretor do Sanatório Botafogo e juntamente com Adauto Botelho, outro psiquiatra especialista, atuava como membro representante no “Comitê Internacional de Peritos em Drogas que constituem as Toxicomanias”.

Com relação à latência psicopática do “maconheiro”, Pernambuco Filho reafirma a qualidade potencialmente desviante, da substância e da doença prévia do consumidor

“Será que a maconha, além de sua propriedade de exaltação psíquica determina também, o despertar do instinto de agressividade e, desta sorte, uma tendência para o crime, latente no indivíduo? É possível. É provado, que durante a crise tóxica, as reações impulsivas, a tendência para rixas e agressões, a exaltação psicomotora é evidente e, daí, as consequências graves, sob o aspecto médico-legal, do comportamento dos maconheiros” (PERNAMBUCO F^o, 1961:63).

Mas será no início dos anos 1970, após a decretação do AI-5 e do autoritarismo governamental, que a “toxicomania” estará inexoravelmente ligada à suposta “fragilidade” da adolescência, bem como serão reelaborados os riscos, que para efeito de discurso e medidas legais, mobilizarão táticas de controle de comportamentos e da sociabilidade desenvolvida pelos jovens.

Ao longo da década de 1960, o jovem despontava como personagem social e político, ator da resistência que se impunha contra os valores da opressão clerical e da massificação, promovida pelas indústrias culturais que ditavam o consumo e padrões relacionais. Dos movimentos estudantis à contracultura, a participação dos jovens como contrapoder⁴, no Brasil e resto do mundo, geraria deslocamentos posteriores no grande “diagrama” do poder.

Os anos que antecedem o golpe militar de 1964 foram marcados por intensas atividades estudantis, sob um lema que poderia ser expresso numa afirmação de Paulo Freire, de que “era preciso que os velhos esgotassem as suas vigências para que cedessem lugar aos novos” (FREIRE, 1983:48). Havia o empenho político na realização de um trabalho participativo para a mudança da sociedade e para tanto, vários setores estiveram engajados, principalmente os jovens estudantes. Por meio dos centros de cultura popular e uniões estudantis, os estudantes dinamizaram e atuaram junto às campanhas de educação e alfabetização popular, em várias regiões do país, até 1964.

A esquerda e diversas organizações políticas existentes, estavam representadas na ação estudantil, sendo a Ação Popular em sua proposta de aliança entre camponeses, operários e estudantes, a maior delas. Embora defendendo meios e estratégias particulares, de modo geral e considerando a UNE – União Nacional dos Estudantes, como núcleo aglutinador destas diferenças; os estudantes reivindicavam: reforma agrária, universitária; defesa contra o imperialismo; expropriação das multinacionais; moratória da dívida externa e a construção de uma sociedade em bases mais justas.

No testemunho, não só do “poder jovem” (POERNER, 1979), mas do clima político, artístico e intelectual daqueles anos que antecedem o golpe, Ferreira Gullar comentaria:

4 A denominação de “contrapoder” que uso, procura associar à ação política juvenil, o caráter de resistência manifesta aos poderes constituídos e arbitrários e a condição política para a instituição do novo, independente do sucesso ou malogro das ações desencadeadas.

“O radicalismo do CPC repugnava os doutores da literatura e da arte. Era a barbárie invadindo os salões delicados da cultura nacional. Não obstante estavam lá os germes do novo cinema, do novo teatro, da nova música popular. Nasceu ali um pensamento cultural novo” (Gullar apud Poerner, 1979:200).

Esse panorama efervescente na atividade política e cultural aproximava vários setores sociais para a transformação em busca do novo. Nesse mesmo clima, Goulart pressionava o Congresso para a aprovação das propostas reformistas, que não vieram e o restante da história, já se sabe.

O golpe militar e a instituição do regime autoritário legitimaram estratégias, discursos e valores conservadores, que no período anterior cederam espaço para diferentes formas e novos repertórios de contestação. A “Marcha da família com Deus pela liberdade” e os demais apelos que a família conservadora clamava em seu “anti-janguismo”, representavam a medida de como o autoritarismo estaria revestido pelo civismo e de como toda a busca do novo e da defesa dos valores populares seria considerada crime de lesa-sociedade, subversão e comunismo, nos anos que seguiriam ao fim do populismo.

O percurso das campanhas contra o comunismo, no qual representantes da sociedade estiveram empenhados em deflagrar, remeteria aos anos que antecedem o golpe e a personalidades ligadas à igreja católica, ao empresariado, à educação, à jurisprudência, à medicina, entre outros. A esse propósito, um dos mais importantes psiquiatras de São Paulo, Antônio Carlos Pacheco e Silva teria publicado, em 1961, o livro “A Guerra Subversiva em Marcha”, no qual alertava para a dissolução dos valores da família e a desagregação social, como estratégias da dominação comunista. O episódio do envolvimento das figuras públicas como mantenedoras do conservadorismo e autoritarismo, permite situar a natureza política de algumas instituições que estavam sob orientação ou direção destas personalidades referências.

Logo na primeira etapa do regime autoritário que vai até a instituição do AI-5 em 1968, o movimento estudantil foi duramente reprimido, pela polícia militar, pelos setores de direita, que organizados neutralizavam sua força política. No dia seguinte ao golpe, dia 1º de abril, o prédio no qual estava localizada a sede da UNE - União Nacional dos Estudantes fora incendiado, e destruídos os documentos do Centro Popular de Cultura. Desse momento em diante começaria a era das perseguições aos estudantes ativistas, bem como a demissão de professores e profissionais considerados então suspeitos. A ideia predominante era a de “limpeza” e o codinome “revolução”, prometia banir e exilar todos os indesejáveis à ordem e à disciplina, que a segurança nacional restituiria.

A “ameaça juvenil” permaneceria reivindicando liberdade e direitos políticos, mesmo depois da decretação da Lei Suplicy, que extinguiu a UNE, as UEE's (uniões estaduais dos estudantes) e os Centros Acadêmicos. Nessa marcha de reformas para a legitimidade apolítica da expressão estudantil, surgiram os diretórios, que deveriam funcionar como

agregações recreativas e esportivas. O acordo MEC-USAID, em junho de 1965, também propunha uma “reestruturação” nas bases do ensino e da participação dos estudantes na gestão universitária. Dentre suas propostas estavam, a privatização da universidade pública, a desarticulação da ingerência estudantil nos assuntos administrativos e a formação técnico-profissional, *stricto sensu*, como objetivo da universidade e dos estudantes.

O ideal de uma juventude “bem-comportada” e de acordo com padrões tradicionais da sociedade são recorrentes nos comentários que criticariam o ativismo estudantil, nutrindo a ideia de que, os jovens em sua ação política eram presas da manipulação política de comunistas e subversivos. No confronto, diante da ação policial, no entanto, essa imagem do jovem “ingênuo e manobrado” desapareceria para justificar os feitos arbitrários cometidos. Antes de 1968, ainda havia alguns “espaços” que seriam duramente estrangulados no início dos anos 1970:

“o Ministro Raimundo Moniz de Aragão, opinando sobre a passeata dos estudantes afirmou ontem, que a posição do governo federal “*cuja filosofia repele a adoção de gratuidade de ensino, é irreversível*”, deixando aos universitários “*a missão de expurgar os agitadores e, se quiserem, abrir um diálogo sem antepor exigências ou condições*”. Disse o ministro da Educação, após admitir a insatisfação estudantil, - “*que a classe [estudantes] transformou-se em massa de manobra de agitadores, como prova a documentação do Ministério e deve buscar os partidos, e não as faculdades, para executar tarefas políticas*” (JORNAL DO BRASIL, 17/9/ 1966 apud Nosso Século, 1980:97)⁵.

A marca política dos jovens estudantes foi um fenômeno que acompanhou a década de 1960. No Brasil e em muitos outros países do mundo, assumia os contornos de resistência às conveniências políticas, à opressão e à dependência econômica. De 1960 a 1967, foram inúmeras as manifestações que reuniram em marchas e passeatas, milhares deles. No Japão em 1960, duzentos mil estudantes da organização de esquerda *Zengakuren* marcharam contra a visita de Eisenhower; nos Estados Unidos, em 1962, os estudantes deram início ao *Free Speech*, pela liberdade de imprensa; na Tchecoslováquia, em 1964, estudantes marcharam no dia do trabalho, pedindo o fim do stalinismo; em 1965, jovens americanos organizaram manifestações nacionais de recusa ao serviço militar e também nesse ano, a organização estudantil norte-americana SDS (Students for a Democratic Society) saiu em manifestação contra o *apartheid* na África do Sul; em 1966, vinte e oito mil jovens *Hippies* fizeram sexo livremente em San Francisco – EUA; na Holanda em 1966, surgiu o “Provo”, movimento jovem de contestação da sociedade burguesa de consumo; em 1967, milhares de jovens americanos protestaram contra a guerra do Vietnã e muitos foram feridos e presos, na invasão ao Pentágono.

O auge das manifestações estudantis culminaria no ano de 1968, com ações

5 A comissão chefiada pelo Cel. Meira Mattos ficaria encarregada de levantar toda a situação política estudantil para indicar novas ações do Governo e do Ministério da Educação. Um dos desdobramentos do Relatório, concluído no início do ano de 1968, foi o fechamento do Restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, ponto de encontro dos estudantes. No confronto entre estudantes resistentes ao fechamento e forças da polícia militar, morreria o jovem Edson Luís de Lima Souto.

desestabilizadoras da “governamentalidade” e da disciplina social em vários países. O episódio de maior repercussão foi sem dúvida o maio de 1968 na França, em Paris, quando os estudantes, pela resistência à ação policial e a “linha dura gaullista”, desencadearam protestos e greves nacionais que adentraram em maio e junho, num movimento de massa, no qual aderiram amplos setores da sociedade francesa, de operários à políticos de esquerda. O contrapoder foi parcialmente neutralizado com a dissolução da Assembleia e a convocação de eleição geral. A vitória dos “*gaullistas*”, no entanto, não apagaria da França e do resto do mundo, as consequências deste episódio revolucionário.

A disciplina que se coloca como pretexto, nos discursos militares no Brasil daquele período, pretende devolver as coisas aos seus “devidos lugares”. Aos jovens que se desviaram, por escolha própria ou influência, tanto no plano da ação política, quanto no plano dos costumes e da sociabilidade, é necessária a punição e a correção, para recolocá-los nos caminhos da docilidade política e utilidade econômica. Uma suposta pedagogia para o social é o que mantém o poder e na trajetória, produz efeitos, colocando ordem e ao mesmo tempo produzindo sentido, significado. O recrudescimento legal de punição ao uso de “tóxicos” que assistiríamos no início da década de 1970 em muitos países, inclusive no Brasil, não seria consequência direta do grande número de consumidores, mas uma estratégia ortopédica de ajuste social e prevenção às ameaças que são sempre móveis.

1 | OS INTROSPECTIVOS ANOS 1970

1.1 Pobreza

No início do governo Médici, a ocupação da Amazônia fazia parte do Plano de Integração Nacional, estratégia que almejava por meio de novas estradas, promover o fluxo e a exploração de regiões inacessíveis. Além disso, o deslocamento do contingente de trabalhadores nordestinos, previsto para os empreendimentos, mudaria o ritmo migratório do sul para o norte do País.

A captação da mão-de-obra de estados atingidos pela seca lançava o plano de enfrentamento da pobreza, localizada no Nordeste, emblema seguido por outras ações sociais. A atração de trabalhadores para a região amazônica também ambicionava a fixação de migrantes, na colonização de terras distribuídas pelo governo, com vistas a uma economia assistida, da produção de sementes, ao plantio, à colheita e escoamento da produção. O grande plano ficaria anos mais tarde, reduzido a uma ou outra experiência de sucesso e muitas das agrovilas acabaram sendo substituídas pelos grandes projetos agropecuários, que inclusive desmataram áreas imensas, substituindo a prioridade do projeto, voltado ao assentamento de pequenos produtores agrícolas e sua geração comercial de recursos e subsistência.

A meta era assentar um milhão de famílias nordestinas até 1980. Quando o PIN

(Plano de Integração Nacional), foi desativado em 1974, havia assentado apenas 5.717 famílias. A preparação das terras pelos pequenos colonizadores despertou o interesse de grandes empresas, o que acabou por valorizar as áreas, aguçando uma nova oportunidade para o governo, na substituição pelo empreendimento agropecuário.

Mesmo com o lema do “Brasil Potência”, o desenvolvimento industrial estava muito distante das condições sociais da maior parte da população. Eleitas algumas metas, as ações dirigidas à redução do analfabetismo e da mortalidade infantil, despontaram do conjunto de obras que não tiveram longa duração. O MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), o Plano Nacional de Saúde, além do Projeto Rondon, foi lançado à guisa de difundir o empenho social do governo, dedicado a sanar a pobreza e a miséria nacional e cuidar da juventude. Com a meta de erradicar em curto espaço de tempo o analfabetismo, ou, reduzir a 10%, um contingente aproximado de dezesseis milhões de brasileiros analfabetos, o Mobreal, em pouco tempo passou a ser criticado, pela alta evasão dos estudantes adultos, além da precariedade das instalações e dos recursos humanos empregados, o que levava a uma aprendizagem além de tudo, deficitária. O Plano Nacional de Saúde lançado com a meta de constituir uma enorme rede de postos de saúde acabou por transformar-se numa extensão da Previdência Social e sem o número e o alcance proposto.

O Projeto Rondon, sob o lema de uma assistência “campanhista”, envolveu os universitários, numa parceria das instituições de ensino com o Exército. No período das férias escolares os jovens participantes do Projeto, prestavam assistência às comunidades mais carentes, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. O Programa também foi estratégico, pois, a divulgação pela imprensa, gerava um certo impacto sobre uma nova ligação dos universitários com o governo autoritário, por meio da rede de solidariedade para com os mais necessitados. A visibilidade dessa aliança, em parte difundida como modelo ideal de convivência política e comportamento estudantil, já no início dos anos 1980, perderia o sentido. É a imagem do jovem dedicado às questões nacionais, formuladas pelo regime autoritário, que o Projeto exploraria e que estão associadas ao refrão “ninguém segura a juventude do Brasil”, (Eu te amo meu Brasil, canção de Don e Ravel).

Contudo, embora promovendo o lema do Brasil Grande, animado pela onda nacional do “Ame-o ou Deixe-o”, a dívida social permanecia imensa. Em 1970 havia aproximadamente cinco milhões de brasileiros morando em favelas, mesmo com as iniciativas do BNH (Banco Nacional da Habitação). Estima-se que durante a década de 1970, mais de 20 milhões engrossavam o contingente de pobres e miseráveis. As crianças abandonadas ultrapassavam nas grandes cidades, os dois milhões, sendo que seiscentas mil delas estavam em São Paulo e diante da política de internações do período, estavam destinadas à Fundação de Amparo e Bem-estar do Menor ⁶.

6 Na Grande São Paulo, em 1971, havia 54.739 barracos que abrigavam 255.977 habitantes; em 1972, os números cresceram para 70.920 barracos e 318.285 habitantes. A mortalidade infantil na grande São Paulo era proporcional:

Os deserdados do milagre brasileiro constituíram uma população de milhares de brasileiros, tanto nas cidades, quanto no campo. E são esses contingentes, que o “Brasil Grande”, ao não assistir, possibilitou serem parcialmente cooptados, sobretudo no Rio de Janeiro, pela indústria que se consolidaria nas décadas seguintes, como o mais poderoso investimento ilegal comercial: o narcotráfico.

Por um lado, o tráfico de entorpecentes expandia-se pela rede de interesses que envolvia tanto os comerciantes visíveis, os ditos bandidos, quanto a polícia. À pobreza também estaria associada a periculosidade e a delinquência, dos jovens classificados como transgressores, que sem respaldo de uma situação socioeconômica favorável, eram sempre transformados em criminosos e suspeitos.⁷ Aliás, as ações policiais inauguram a trajetória de perseguição ao cultivo e comércio da *cannabis*, num efeito desdobrado da lei de 1938 e do exercício da Comissão Nacional de Entorpecentes, criada em 1936, então moralizador das camadas populares. Nos anos 1970 e na década seguinte, sob os efeitos da lei nº6368 de 1976, veríamos o poder policial crescer em face da prévia condenação de usuário e portador de pequena quantidade de entorpecente, no respectivo artigo 12 caracterizado como tráfico, pelo fato de ser pobre. A relação de periculosidade e criminalidade potencial das camadas pobres não é novidade e nos acompanha desde há muito, até a atualidade. No entanto, a situação do narcotráfico e a corrupção instauradora fortaleceria ainda mais, o desempenho, no qual o jovem é visivelmente colocado como seu maior protagonista. Do conjunto de pesquisas realizadas nos processos judiciais das varas criminais nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas⁸ referentes a uso, porte ou tráfico de entorpecentes, entre 1986 e 1991, verificou-se que entre as ocupações dos acusados, mais de 70% eram consideradas como de baixa renda: pedreiros, serventes, motoristas, empregadas domésticas, faxineiros, manicures, etc. A idade dos acusados também variou, ao longo da década de 1980, mais de 70% dos acusados tinham menos de 25 anos, e na década seguinte, além das acusações praticamente triplicarem, os acusados por tráfico, seriam homens e na faixa etária mais adulta.

O jogo da penalização às toxicomanias modulou-se de acordo com as conveniências impostas pela periculosidade e pela criminalidade, que é tributada em determinados períodos, aos segmentos específicos dos jovens. A pena pelo confinamento fora concebida para um duplo internamento, que determinaria tipos diferentes de população: aos pobres

em 1964, 70 a cada mil nascimentos; em 1969, 89,2 a cada mil; em 1971, 91,7 a cada mil. A distribuição de renda no Brasil, relativa a menos de um salário mínimo era: 50,2% da população em 1970 e 52,5% em 1972 (Fundação SEADE, Estatísticas Grande São Paulo. 1960, 1970 e 1980).

7 Nos anos 1970, há uma distinção nítida no tratamento dispensado pela polícia, aos jovens pobres e ricos. “Jovens pobres, que fazem ou não uso da maconha, ao cruzar com a polícia são imediatamente considerados “suspeitos”, segundo as definições desta última, e são presos ou mortos. Jovens de classe média e alta são aqueles a quem se deve proteger e só serão incomodados caso sua aparência os confunda com aqueles provenientes das classes populares”. (MURILHO DA SILVA, 2003:49).

8A pesquisa buscou estabelecer as características na penalização das camadas pobres, das referidas cidades, quanto ao uso de entorpecentes, diante a lei nº6368, para a qual foram também entrevistados policiais, advogados, juristas e defensores, para a análise dos conceitos e da cultura que também embasaria a condenação. No artigo citado, a pesquisadora apresenta alguns dados comentados. (Zaluar in História da Vida Privada no Brasil, 2000: 310-312).

e sem recursos, a prisão e a delinquência, e aos remediados e argumentadores, com possibilidade de defesa paga, a doença. Enfim, a ditadura elegeu a criança e o jovem como problema de segurança nacional⁹.

1.2 Teratogenia

Como efeito decorrente da força política dos jovens estudantes no mundo, e da mudança de costumes preconizada, a década de 1970 apresenta entre outras medidas de controle dessas populações, o recrudescimento legal ao uso de “tóxicos”, um dos responsabilizados pelas “agitações” de jovens estudantes, como cita o jurista Menna Barreto (1971:72)

“Poucos são os estudantes que partem para as exteriorizações com fulcro num sistema filosófico ou imbuído de razões políticas sedimentadas. Ao contrário, a maioria atrela-se, equivocadamente, ao carro dos extremistas que carregam o estandarte dos alunos, usando-os como inocentes úteis nas ações de objetivos eminentemente subversivos. Daí o seu envolvimento em atividades criminosas, onde não faltam os ingredientes do vício e do tráfico de entorpecentes. Ações de cunho terrorista costumam ser praticadas sob o efeito de drogas, como veículo de estimulação, pois é comum a necessidade de uma superação artificiosa entre os que se engajam nesse tipo de protesto”.

No Brasil, o Decreto-Lei nº385 de 26 de dezembro de 1968, tratou de punir com prisão tanto o viciado, quanto o traficante com pena corporal de até 5 anos, medida reiterada pelo Código Penal Brasileiro, sancionado pelo Decreto-Lei 1004 de 21 de outubro de 1969, que vigoraria a partir de 1 de janeiro de 1972. Em 1971, também seria aprovada a Lei nº 5726, complementar a lei nº 385, que determinava a internação compulsória em estabelecimento psiquiátrico e por tempo praticamente indeterminado (embora o prazo variasse em até um ano) de “toxicômanos” legalmente comprovados. Essa lei também inova ao impor a obrigatoriedade da “delação ou informação” sobre a suspeita de consumo de “tóxicos”, os espaços e instituições, bem como seus profissionais, ligados à sociabilidade jovem, como clubes e escolas. Na França, em 1971, uma nova legislação no endurecimento ao uso dos “tóxicos”, penalizaria tanto viciados quanto traficantes, com pena corporal de até 20 anos, salvo os casos em que o juiz aceitasse a prerrogativa apresentada, para a necessidade do tratamento. É também de 1971, o acordo francês de mútua colaboração com os Estados Unidos, no sentido de reprimir o tráfico de entorpecentes. Os alemães reformulam sua lei específica que entra em vigor em 24 de maio de 1968, estabelecendo multas e penas de reclusão de até três anos. Antecipando-se as demais legislações, o *Drug Act* norte-americano de 1966, também orienta sobre a reabilitação do viciado em hospital de saúde pública, e a normatização da relação do paciente com o Estado. Nesse ato ainda, ficava determinado que para casos de reincidência, o “toxicômano” ficaria sob a custódia do Ministério da Justiça, sendo internado em hospital, por período igual ao previsto para pena corporal, aproximadamente três anos.

⁹ Passetti, Edson – Política Nacional do Bem Estar do Menor, SP, PUC-SP, Mestrado, 1982.

A grande penalização hospitalar ainda geraria, diante do momento autoritário que marcava o período e a natureza da Lei nº 5726, um grande estigma social contra jovens, que de uma forma ou de outra, pudessem manifestar qualquer sinal de rebeldia ou de adesão à contracultura e ao que se convencionou chamar de “cultura *Hippie*”. A sociedade começava a veicular as campanhas “antitóxicos” que encontrariam na pedagogia do terror, seu melhor meio de atingir instituições como a família e a escola. Frases como “*Adote seu filho antes que um traficante o adote*”; “*Tóxicos: Sanatório, Cadeia ou Cemitério*”; “*Guerra aos Tóxicos*”; “*Drogas: Morte total e irrestrita*”, entre outras frases que apareciam como lema em cartazes afixados em locais públicos, folhetos explicativos em campanhas e temas de palestras, prometiam alertar sobre os riscos tão eminentes e gerar um estado de vigilância permanente. Nessa perspectiva, o perfil do viciado ou do experimentador, distinções que passam a ser defendidas¹⁰, sobretudo como forma de proteção aos jovens de classe média, mas ausentes na lei de 1971¹¹, que puniria com rigor, o que de pior a sociedade autoritária havia condenado de fato e projetivamente nos jovens, servindo como limite e identificação, conforme ilustração anexa.

A Lei nº5726 de outubro de 1971, que seria substituída mais tarde, pela Lei nº6.368 de 1976, tem sua normatização voltada para o delito, para o jovem. Embora presentes, não são mais as figuras do médico e do farmacêutico que se busca alcançar, como na Lei nº 891 de 1938. Embasada pelos princípios da Segurança Nacional, a lei demonstra sua rigidez, pela forma detalhada com que impõe o trâmite do processo penal e um novo estado dos direitos

“Art.22 Tratando-se de infração contra a segurança nacional, a ordem política ou social e a economia popular, assim como nos casos de comércio, posse ou facilitação de uso de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica ou de desrespeito à proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro, a expulsão poderá ser feita mediante investigação sumária, que não poderá exceder o prazo de cinco dias, dentro do qual fica assegurado ao expulsando o direito de defesa.”(Caput do Art.81 do Decreto-lei nº 941, de

10 Embora os juristas, como Franceschini e Menna Barreto, entre outros já defendessem a distinção entre experimentador e viciado e no segundo, até a categoria de traficante-viciado, por sinal, o pior dos três tipos, a Lei nº5726, não estabeleceu distinção, deixando a cargo do juiz tal interpretação.” Existe aí manifesto exagero do legislador, como já observei: Quem não é viciado e, quiçá por curiosidade, ou sob pressão do grupo, pela primeira vez experimental, por exemplo, um fraquíssimo “fininho” ou ainda, pela primeira vez, recebeu uma insignificante quantidade de droga, é draconianamente punido, como se fosse um criminoso de alta periculosidade, pois, conforme enfatiza ementa de acórdão da 1ª Câmara, “não cogita a lei da porção de entorpecente portado pelo agente” (FRANCESCHINI,1973:97).

11 A Lei 5726 de 1971 reservou um capítulo (II) “Da recuperação dos Infratores Viciados”, no qual a prisão já prevista no Decreto-Lei nº385, é mantida e acrescentando-se que, “Art. 9º - Os viciados em substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, que praticarem os crimes previstos no art.281 e seus parágrafos do Código Penal, ficarão sujeitos às medidas de recuperação estabelecidas por esta Lei. Art. 10 – Quando o Juiz absolver o agente, reconhecendo que, em razão do vício, não possui este a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, ordenará sua internação em estabelecimento hospitalar para tratamento psiquiátrico pelo tempo necessário à sua recuperação. (...) Art. 13 – Observadas as demais condições estabelecidas no Código Penal e no Código de Processo Penal a reabilitação criminal do viciado a que tiver sido aplicada pena ou medida de segurança pela prática de crime previsto no Art.281 do Código Penal, a redação do Art. 1º do Decreto-Lei 385 de 26-12-1968, e as modificações constantes da presente Lei, poderá ser extinta, de qualquer modo, a pena principal ou terminar a execução desta ou da medida de segurança aplicada em substituição e do dia em que terminar o prazo da suspensão condicional da pena ou do livramento condicional, desde que o condenado comprove estar recuperado do vício.”

13-10-1964, que passou a vigorar com a redação descrita).

No Capítulo III – “Do Procedimento Judicial”, a penalização seguiria um conjunto de normas compulsórias a serem seguidas pelo Juiz, da intimação ao inquérito

“Art. 14 – O processo e julgamento dos crimes previstos no art. 281 e seus parágrafos do Código Penal reger-se-ão pelo disposto neste Capítulo, aplicando-se subsidiariamente o Código de Processo Penal”.

“Art. 15 – Ocorrendo prisão em flagrante e lavrado o respectivo auto, a autoridade policial comunicará o fato imediatamente ao juiz competente, que designará audiência de apresentação para as 48 horas seguintes”.

A forma de condução do processo seguiria controlada em seus treze artigos

“Art.16 – Presentes o indiciado e seu defensor, o Juiz iniciará audiência, dando a palavra ao órgão do Ministério Público para, em 15 minutos, formular oralmente a acusação, que será reduzida a termo. Recebida a acusação, o Juiz, na mesma audiência, interrogará o réu e inquirirá as testemunhas do flagrante.”

Mas é em seu artigo 23, referente ao “comércio, posse ou uso de entorpecente ou substância que determine dependência física ou psíquica”, que o conjunto de parágrafos é mais extenso e no qual aparece a penalização de reclusão de um a seis anos e multa de 50 a 100 vezes o maior salário mínimo vigente no País.

“ I- Importa ou exporta, vende ou expõe à venda ou oferece, fornece, ainda que a título gratuito, transporta, traz consigo ou tem em depósito, ou sob sua guarda, matérias-primas destinadas à preparação de entorpecentes ou de substâncias que determinem dependência física ou psíquica”.

Com a mesma pena ainda aparece: “III- Traz consigo, para uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica”. Para efeito de aumento de 1/3 da pena, ainda aparecem os dispositivos definidos como “Forma qualificada”, que indicam “Bando ou quadrilha - Associarem-se duas ou mais pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer qualquer dos crimes previstos nestes artigos e seus parágrafos”.

Também nos crimes cometidos por médicos, dentistas, farmacêuticos, veterinários ou enfermeiros apareceria o agravante da “forma qualificada”, para a qual a pena seria acrescida de 1/3; e ainda, se o uso, comércio ou posse acontecesse nos estabelecimentos referidos

“Nos crimes previstos neste artigo e seus parágrafos as penas aumentam-se de 1/3 se qualquer de suas fases de execução ocorrer nas imediações ou no interior de estabelecimento de ensino, sanatório, unidade hospitalar, sede de sociedade ou associação esportiva, cultural, estudantil, beneficente ou de recinto onde se realizem espetáculos ou diversões públicas, sem prejuízo da interdição do estabelecimento ou local, na forma da lei penal”.

A obrigatoriedade de uma vigilância social compulsória, envolveria a todos e

principalmente os estabelecimentos de ensino que deveriam cumprir o pressuposto da lei, conforme artigos do Capítulo I – Da prevenção

“Art. 1º. É dever de toda pessoa física ou jurídica colaborar no combate ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física”.

Parágrafo Único. As pessoas jurídicas que não prestarem, quando solicitadas, a colaboração nos planos e programas do Governo Federal de combate ao tráfico e uso de drogas, perderão, a juízo do Poder Executivo, auxílios e subvenções que venham recebendo da União, dos Estados, do Distrito Federal, territórios e municípios, bem como de suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações”.

Art. 6. Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus ou superior promoverão, durante o ano letivo, conferências de frequência obrigatória para os alunos e facultativa para os pais, sobre os malefícios causados pelas substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica”.

A inovação da Lei de 1971 é a instituição de um novo instrumento, que a Lei nº6368 de 1976 iria copiar, expandindo sua ação para o tráfico, mas mantendo, abrandando e refinando dispositivos preventivos inaugurados nessa lei

“Art. 7. Os diretores dos estabelecimentos de ensino adotarão todas as medidas que forem necessárias à prevenção do tráfico e uso, no âmbito escolar, de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica. Parágrafo único. Sob perda de cargo ficam os diretores obrigados a comunicar às autoridades sanitárias os casos de uso e tráfico dessas substâncias no âmbito escolar, competindo a estas igual procedimento em relação àqueles”.

“Art. 8 – Sem prejuízo das demais sanções legais, o aluno de qualquer estabelecimento de ensino que for encontrado trazendo consigo, para uso próprio ou tráfico, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, ou induzindo alguém ao seu uso, terá sua matrícula trancada no ano letivo”.

Quanto aos planos de Governo para o combate ao tráfico, fica explícita a repressão aos derivados entorpecentes de plantas cultivadas, como a *cannabis*

(Art. 3º) “ A proibição de plantio, cultura, colheita e exploração por particulares, da dormideira, da coca, do cânhamo “*cannabis sativa*”, de todas as variedades dessas plantas, e de outras de que possam ser extraídas substâncias entorpecentes, ou que determinem dependência física ou psíquica”.

E também, “programas nacionais e regionais, esclarecimento popular, especialmente junto à juventude, a respeito dos malefícios ocasionados pelo uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, bem como da eliminação de suas causas”(art.4º-X-). Surge como padrão de obrigatoriedade, a capacitação de professores como agentes multiplicadores e em detalhes, o Decreto-lei nº69.845 de dezembro de 1971, que regulamentaria a Lei nº5726, complementa com informações que deveriam orientar sobre o conjunto de profissionais treinados no tema dos entorpecentes,

bem como a composição de uma rede de difusão entre professores

“(Art.16. Parágrafo 3º) Os que concluírem estes cursos deverão transmitir seus fundamentos, conclusões e objetivos aos outros professores de respectivo estabelecimento de ensino, em reuniões especiais, cabendo-lhes, ainda, proferir palestras nas associações de pais e mestres”.

Os efeitos desse novo dispositivo de controle e repressão ao uso de tóxicos e de seu “agente”, ao atingir e obrigar o estabelecimento de ensino à cumpri-lo, criaria um mecanismo perverso de exclusão e estigma, que atingiria por desdobramento à família, nas providências correlatas a serem tomadas, em nome da proteção social e da prevenção. Mesmo a tentativa da lei de 1976, de amenizar a penalização do dito viciado, transformando-o na figura inimputável do doente, não controlaria a postura social frente ao jovem e seu comportamento, desencadeada no início dos anos 1970 e intensificada pela Lei de 1971. Em nome de uma “cura” que a lei supunha não querer ser atingida pelo mau caráter do “viciado”, a prisão e a internação, serviriam de pena e ao mesmo tempo de ameaça de punição geral, pois o texto é claro e trata, em seu Capítulo II – Da recuperação dos infratores viciados, que só deixará de ser infrator, aquele que aceitar a doença e a terapêutica psiquiátrica

“(Art.11. Parágrafo 1º) Se cumprindo pena [de um a seis anos] o condenado semi-imputável vier a recuperar-se do vício, por tratamento médico, o Juiz poderá, a qualquer tempo, declarar extinta a punibilidade”.

No conjunto do exercício da Lei de 1971, as instâncias da jurisprudência, ora criticam a indistinção entre viciado e delinquente, e esse sem as considerações sobre irresponsabilidade criminal, ora apelam para a descoberta das motivações, o significado e uma patologia de fundo que pudesse explicar tanto a “dependência” (o que não era significativo no caso da maconha), quanto a tendência à infração, que havia sido imposta pelo endurecimento penal do período. A esse propósito, deve-se reconhecer velhos discursos para a mesma questão, que remetiam à própria noção do caos e da desagregação social, a serem refreadas pelos estudos e medidas que apontassem para a tipologia e a psicologia das “toxicomanias”.

“Seja a biologia ou a antropologia criminal, com raízes no *Uomo Delinquente* de Lombroso, sejam a endocrinologia, preocupada com a interferência das glândulas de secreção interna, a biotipologia, atenta aos tipos e às tendências ou a psicologia criminal, enriquecida com a pesquisa do inconsciente, que o antigo catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Recife¹² apresenta como rejuvenescedoras do trabalho lombrosiano, seja, ainda, a sociologia criminal de Ferri, hodiernamente apta a especular as origens da criminalidade global e a formular regras que se lhe oponham – a verdade inelutável é que têm relevante papel a desempenhar na grande batalha do combate ao crime e ao vício”. (BARRETO, 1971:33).

A terapêutica dos hospitais psiquiátricos para casos de “toxicomanias” seguia

12 O jurista parece fazer referência à Pinto Ferreira, seguidor do direito criminal positivo lombrosiano.

um procedimento básico, que tinha início com a desintoxicação, que acontecia durante o período de uma semana a dez dias e na qual, o internado era submetido a uma recomposição que consistia em repouso, alimentação higiene e medicação tranquilizante e também antipsicótica. Passada esta etapa, a seguinte procurava atingir em profundidade o transtorno toxicomaniaco e era aplicada durante um período que podia variar de 15 até 40 dias ou mais. Nessa fase, empregavam-se métodos de impregnação ou de choque como: a insulino-terapia, a sonoterapia, impregnação por medicação antipsicótica e eletroconvulsoterapia, de acordo com a prévia avaliação “somato-psíquica”. Essas práticas costumavam ser adotadas e relacionadas com a resistência e mau comportamento apresentado pelo paciente. O dado da reincidência também tornava o tratamento mais longo e mais profundo. A exemplo disso, Austregésilo Carrano em seu livro “Canto dos Malditos”, ao narrar sua história num hospital psiquiátrico, no qual fora internado compulsoriamente por seu pai, aos 17 anos em 1974, por uso eventual de *cannabis*, retrata como o estatuto médico da “toxicomania” justificava socialmente o tipo de tratamento a que foram submetidos os acusados

“Tudo foi encarado por seus familiares como meras reclamações, por estarem ali presos. As reclamações pelos maus tratos, pelo isolamento, pelos choques, pelos remédios, pelos crônicos cagados ao seu redor... Quando iriam tirá-los dali? Tudo que era reclamado deixava de ter importância. O que realmente importa... é que ele está fazendo tratamento” (CARRANO, 1993:61).

Na etapa final do tratamento entrava a psicoterapia individual ou de grupo quase nunca oferecida pelo hospital psiquiátrico, mas recomendada. Nos anos 1970, não havia ainda os núcleos ou centros de apoio, uma experiência que iria ser difundida nos anos 1980, também auxiliada pelo movimento antimanicomial do final dos anos 1970 e pela difusão dos serviços comunitários e psicossociais de atendimento.

A norma reiterada pela legislação que penaliza o jovem, sobretudo, o perfil do jovem com atuação política em seu exercício de cumprimento repressor, passa a não distinguir o jovem político do jovem transgressor de costumes. De certo, a ditadura militar buscou sufocar de todas as formas o ativismo estudantil e a guerrilha urbana, como face de seu extremismo; mas, como a lei age no enfrentamento do delito social, punindo o infrator, como delinquente idealizado, não há uma modulação na aplicação da pena, ou um caráter individualizado para seu emprego. A rigidez na penalização ao uso de “tóxicos” corresponderia no plano simbólico e real da sociedade, como limite “pedagógico” para o jovem que se aventurasse a transpor a boa conduta, fosse ela, semelhante ao tipificado “comunista” ou “baderneiro” evidenciado na ditadura, fosse o jovem transviado dos costumes e da boa razão professada pelos valores morais da família. Muitos pais e familiares, antecipando-se às próprias leis rigorosas, condenaram seus filhos à internação psiquiátrica, primeiro porque, parecia-lhes a única saída para as circunstâncias, principalmente quando somasse rebeldia, comportamento “inadequado” e uso de “tóxicos”, e entendam-se aqui, os entorpecentes

sem nenhuma finalidade médico-farmacêutica. Estava inaugurada a era das delações e do crime em nome da defesa social.

REFERÊNCIAS

BARRETO, João de Deus L. Menna, O Desafio das Drogas e o Direito , Rio de Janeiro, Editora Renes, 1971

CARRANO, A. Canto dos Malditos, São Paulo, Lemos, 1993

CASTEL, Robert, A Ordem Psiquiátrica: A idade de ouro do Alienismo, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.

Gestão dos Riscos : Da antipsiquiatria à pós psicanálise Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1987.

FRANCESCHINI, A. *Tóxicos*. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1973.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade, Paz e Terra, SP,1983.

HISTÓRIA da Vida Privada no Brasil, Vol. 4, Contrastes da Intimidade Contemporânea, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

HISTÓRIA do Século XX, Vol. 6, 1956 – 1975, São Paulo, Abril Cultural,1971.

LEIS nº 5726 de 1971 e nº 6368 de 1978 <https://legis.senado.leg.br/norma/547599/publicacao/15785141> e <https://legis.senado.leg.br/norma/548244/publicacao/15715123>

MURAD, José Elias, O que você deve saber sobre os psicotrópicos – A viagem sem bilhete de volta, Belo Horizonte, Minas Gráfica Editora, 1972.

SILVA, Elisabeth Murilho da, A Violência Dileitante : Um estudo sobre as brigas juvenis no contexto do Lazer, Doutorado em Ciências Sociais, PUCSP, 2003

PASSETTI, Edson, Das Fumeries ao Narcotráfico, São Paulo, EDUC, 1991. Política Nacional do Bem Estar do Menor, Dissertação de Mestrado, PUC-SP, São Paulo, 1982.

POERNER, Artur José, O Poder Jovem, Rio de Janeiro, 2ª edição, Civilização Brasileira, 1979.

SÉCULO, Nosso, Coleção, 1960/1980, São Paulo, Abril Cultural, 1980.

SILVA, A.C.P. Palavras de Psiquiatra, São Paulo, Edições Artes Gráficas, 1950

SUEUR, C; **BENEZECH**, A; **DENIAU**, D.; **LEBEAU**, B; **ZISKIND**, C; *Les substances hallucinogènes et leurs usages thérapeutiques*. Partie 1, 25-28, Revue de la Littérature 2000.

PARREIRAS, D. *Recenseamento de toxicômanos no Brasil, em 1962*. Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes- MRE, RJ, 2ª Ed., 19: 1-60, 1965.

PERNAMBUCO FILHO, P. *A maconha sob o ponto de vista psiquiátrico.* Arquivos do Manicômio Judiciário Heitor Carilho, Rio de Janeiro, Vol. 27, 1961.

O problema médico legal da Toxicomania. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, Rio de Janeiro, Vol.1, 1951

ÍNDIOS PANKARÁ: ENTRE A SERRA E O RIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE

Data de aceite: 01/02/2022

Alberto Reani

Mestre em Teologia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Recife (PE)
<http://lattes.cnpq.br/4667302017762856>

RESUMO: Pankará, povo indígena do Sertão do Sub Médio São Francisco, ocupa tradicionalmente a Serra do Arapuá (Carnaubeira da Penha / PE) e as margens do Rio São Francisco (Itacuruba/PE). A memória dos anciãos e a ligação com os ancestrais míticos é caminho de resistência para construir o futuro e garantir direitos (identidade, alteridade e terra) dificultados por históricos conflitos com quem invadiu as terras tradicionais. Ancestrais míticos garantem a resistência e guiam as gerações de hoje nas pegadas dos antepassados. O espiritual sustenta e motiva o político: as mobilizações políticas e sociais se fortalecem quando o povo se encontra no Ritual. É o que testemunha o Pajé Manoel Caxiado ao contar o início da retomada da aldeia Pankará Serrote dos Campos (Itacuruba/PE).

PALAVRAS-CHAVE: História indígena; Povo Pankará; Memória e Identidade.

**PANKARÁ INDIGENOUS PEOPLE:
BETWEEN THE MOUNTAINS AND
THE RIVER. HISTORY, MEMORY AND
ALTERITY**

ABSTRACT: Pankará, an indigenous people

from the Sertão of Sub Médio São Francisco, traditionally occupy the Serra do Arapuá (Carnaubeira da Penha/PE) and the banks of the São Francisco River (Itacuruba/PE). The memory of elders and the connection with the mythical ancestors is a way of resistance to build the future and guarantee rights (identity, alterity and land) made difficult by historical conflicts with those who invaded traditional lands. Mythical ancestors ensure endurance and guide today's generations in the footsteps of ancestors. The spiritual sustains and motivates the political: political and social mobilizations are strengthened when the people meet in Ritual. This is what Pajé Manoel Caxiado testifies when he tells of the beginning of the taking of the Pankará Serrote dos Campos (Itacuruba/PE).

KEYWORDS: Indigenous history; Pankará people; Memory and Identity.

O clima seco do Semiárido pernambucano, com suas altas temperaturas e “uma taxa anual de evaporação que excede a das precipitações”¹ e com fenômenos de seca recorrentes, em um ambiente árido e frágil tal como o bioma da Caatinga, encontra no Rio São Francisco sua imemorial esperança. As cheias sazonais provocadas pelas chuvas traziam fertilidade graças a novo *húmus* que as águas do rio depositavam em suas ribeiras e, pela piracema, enchiam o rio de peixes adultos em busca de tradicionais e conhecidos lugares de desova. Trata-se de algo do passado, pois

1 ANDRADE, 2003, p. 48.

as transformações devidas às barragens deixaram só recordações na memória dos mais velhos, como acabaram contando uma noite no povo Pankará de Itacuruba: antes, quando todo mundo plantava e colhia nas ilhas, iam à feira para vender; hoje vão para comprar.

É nessa região do médio São Francisco e das bacias dos rios Pajeú e Moxotó que, na chamada depressão sertaneja, se destacam algumas serras, dentre elas a Serra Negra, a Serra do Arapuá, a Serra de Umã, a Serra Grande de Tacaratu, a Serra Pipipã e a Serra do Jacaré, além de outros serrotes menores, mas que fazem parte da história e da memória de muitos índios (e não índios) na região: Serra Branca, Serrote do Jatinã, Serrote do Padre, para citar alguns. Devemos considerar, porém, que os povos indígenas reconhecem valor e importância de tipo diferente às serras citadas. Algumas só têm importância geográfica, como caminho nas perambulações, como a Serra do Jatinã (caminho para Itacuruba) e a Serra Branca (caminho para Belém do São Francisco). Outras já são consideradas pelo seu valor “espiritual”, como a importantíssima Serra Negra, que também serviu de refúgio em época de perseguição², ou como o Serrote do Padre, onde o Dr. Carlos Estêvão, pesquisador entre os Pankararu no século passado, descobriu uma gruta de grande valor arqueológico³. Outras por serem lugar de morada, como as Serras do Jacaré⁴, do Arapuá e do Umã.

2 “A Serra Negra, desde muitos anos, fora local de moradia de diferentes povos indígenas. Em 1838, tinha-se notícias de ‘umans e xocós’ que da Serra migraram para Jardim, no Ceará. Em 1842, o Delegado de Flores informava que tinha recebido ordens da autoridade provincial para encontrar a melhor maneira de ‘chamar a ordem’ índios Quipapá (Pipipan?), Uman e Xocó que ‘armados a maior parte deles com granadeiras, bacamartes, clavinotes e pistolas’, estavam atacando e assassinando quem passava na Serra Negra e no Piancó. [...] A Serra se tornou uma fortaleza onde os povos indígenas e os que para lá foram defenderam seus territórios tradicionais frente às invasões dos fazendeiros com o criatório de gado.” (SILVA, 2007, p. 116). O mesmo autor ajuda entender que a resistência dos índios e suas estratégias de sobrevivência podiam assumir diferentes formas: desde a guerrilha e alianças, até mesmo o serviço de mão de obra. Os índios agiam também com o conhecimento das leis e da política. “Os índios da Serra Negra, sabedores dos embates e disputas da política local, buscavam apoio e fizeram alianças com aqueles que ocuparam cargos públicos.” (Idem, p. 118).

3 “No dia 24 de fevereiro de 1936, antes mesmo de entrar no Brejo dos Padres, Carlos Estêvão sai em visita ao canteiro de obras da Companhia Industrial e Agrícola do Baixo São Francisco, situada em Itaparica. Nessa visita, Carlos Estêvão descobre em ‘um Serrote que fica perto da aludida cachoeira um ossuário indígena de real valor científico’. E ali próximo, ele encontra o velho Anselmo, um Pankararu com quem visita a gruta, e que lhe conta as primeiras narrativas sobre a ‘Gruta do Padre’. Durante os anos seguintes Carlos Estêvão vai trabalhar com esses achados da Gruta do Padre e com os Pankararu. Essa publicação contém um relato dessas viagens, e será muito importante para os índios desta região. Torna-se uma peça importante no reconhecimento formal dos índios Pankararu pelo Estado brasileiro.” (ATHIAS, 2011. Disponível em: <http://blog.etnolinguistica.org/2011/11/carlos-estevao-gruta-do-padre-e-os.html>).

4 “Aos 7 de Julho sahi de Pernambuco, e aos 31 do dito cheguei na capela de Jeritacó, ribeira do Moxotó, e no primeiro de agosto, que era o dia de Sant’ Anna, depois de ter celebrado a santa missa, lá vierão duos dos ditos gentios a ter fala comigo, porque já estavam notificados pelos moradores da dita ribeira; com muito agrado os recebi, e perguntando eu por toda a sua gente, responderão, que estavam todos juntos no mato, esperando por mim, mas que não sahião n’essa ribeira por medo da muita gente que lá havia, e que só indo eu ao logar chamado Jacaré, por ser este logar muito retrado, sem falta todos lá sahirião; e por eu saber que esta é uma gente muito desconfiada, e só com paciencia, prudencia e caridade se vence, lhe fiz a vontade, e com todo o rigor da seca e da fome, do melhor modo que pude, aos 12 de Agosto, ao sol posto, cheguei n’este logar do Jacaré, sem achar gentio nenhum; e aos 13, às 5 horas da tarde é que aparecerão 4 correios dos ditos gentios, e um d’elles era o seu capataz; e chegando, como sinal de respeito e de entrega, logo encostarão seus arcos e frexas ao me pobre ranxo. Com agrado e alegria os recebi, e perguntando eu onde estava a sua gente, respondeu o língua e capataz, que a gente vinha muito devagar em razão da fome, dos velhos e dos meninos, mas que amanhan, até depois, sem falta estavam todos n’este logar. Com efeito aos 15, dia da gloriozissima assumpção de Maria Santissima ao céu, às 4 horas da tarde, é que tive o inexplicável contentamento de vêr-me cercado, e ter na minha presença 114 gentios brabos, que é o numero total d’elles, entre maxos e fêmeas, grandes e pequenos. (FRESCAROLO, frei Vital. Carta ao Bispo de Olinda - 4 de Setembro de 1802. Apud: *Revista Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro*, 46, 1883, pp.107-108).

Documentos do SPI demonstram que os Pankará, embora na época ainda simplesmente chamados “índios da Serra do Arapuá” (MENDONÇA, 2003), solicitaram o reconhecimento ainda na década de 1940. O Órgão do Governo, porém, só reconheceu o povo Atikum da Serra Umã, onde em 1949, criou um Posto Indígena. Aliás, esse Posto Indígena na Serra Umã foi o pretexto para justificar a não criação de outro Posto na Serra do Arapuá, na época, Município de Floresta⁵. Lara Andrade escreve as motivações com que o SPI justifica a decisão:

As respostas do órgão indigenista oficial aos índios sobre suas solicitações eram de duas ordens: 1) já foi estabelecido um posto na Serra Umã, o SPI não tem mais recursos para montar outro posto e os índios que querem ser atendidos devem se deslocar para lá, e 2) as terras da Serra do Arapuá tem proprietários com documentos de terra, já houve muitos problemas [...]. (ANDRADE, 2010, p. 34).

Isso mostra que desde então o governo brasileiro, através do SPI, tem conhecimento de que “existiam remanescentes indígenas esparsos pelas Serras de Arapuá e Cacaria, situadas nas adjacências da Serra Umã”⁶. Escolhas (ou projetos) de cunho político e planos de razão administrativa podem ter se juntado a interesses de tipo sócio-econômicos locais para rumar à decisão de que um só Posto bastaria para atender a área toda, sem acarretar gastos maiores ao governo. Podemos suspeitar, porém, que o problema maior seria o fato de ter, na Serra do Arapuá, “proprietários com documentos de terra”.

O texto acena, ainda, ao fato de que “já houve muitos problemas”, embora não descreva de que se tratasse. Considerando que um telegrama oficial dizia: “os nossos limitados recursos não permitem se pensar na instalação de Posto para atender pequeno número de remanescentes indígenas, que sejam os mesmos”⁷, podemos deduzir tratar-se de problemas de origem tanto econômica (mais gastos públicos para um exíguo número de índios), como também etnológica (índigenas reconhecidos como sendo do mesmo grupo étnico). Conhecendo, porém a realidade sociocultural da região e alguns acontecimentos que marcaram a história de Carnaubeira da Penha⁸, podemos entender que, nas entrelinhas,

5 Carnaubeira se emancipou de Floresta em 01 de outubro de 1991 (lei estadual nº 10.626). Do ponto de vista eclesiástico “em 1910 foi criada a paróquia de Belem do São Francisco desmembrada da paróquia de Cabrobó. Até esta data Carnaubeira, Olho d’água do Padre, Barra do Silva, Enjeitado - pertenciam a freguesia de Floresta e passaram para a nova paróquia de Belem. Ja faz, pois, 70 anos que os limites eclesiasticos são assim organizados continuando pertencer municipalmente a Floresta.” (PARÓQUIA DE CARNAUBEIRA. Livro de Tombo, vol 1, p. 4 verso). Só em 1990 se tornou Paróquia, gozando finalmente de autonomia oficial, mas sempre permanecendo no giro de influências dos “poderes florestanos”, apesar das inúmeras tentativas do vigário Padre Evaldo Bette para que o 3º Distrito se emancipe do Município de Floresta. Facilmente percebe-se este sentimento nas páginas dos dois Livros de Tombo da Paróquia de Carnaubeira. O segundo livro de Tombo testemunha de forma simples, mas clara que o padre conseguiu ter a alegria de ver realizado seu sonho, frisando que “**No dia 1º de setembro de 1991 Carnaubeira se emancipou**” e logo em seguida, alguém (provavelmente a professora Jandira Ferraz) se preocupando em transcrever a “**CERTIDÃO DE ÓBITO** de Pe Evaldo Bette[...] falecido no dia 9 de outubro de 1991, às 17,30h. [...]”. (PARÓQUIA DE CARNAUBEIRA. Livro de Tombo, vol 2, p. 74).

6 Museu do Índio, microfilme 152, fotograma 001071 > TELEGRAMA do Chefe da I.R. 4 ao Conselho Diretor do SPI, de 21/09/1949. Apud: ANDRADE, 2010, p. 34.

7 Ibidem (grifos nossos).

8 Escreve o vigário de Carnaubeira, padre Evaldo Bette, em 1984: “Assassinato do chefe da Serra d’Umã Oduvaldo G. Mota nascido em Ianá – Ceará a 5.9.1938 foi assassinado junto da casa de Simão Bastos com sua filha Katea de 21 anos por José Maximo e um Filho de Benicio Gonçalves no dia 14 de maio de 1984 às 14 h. de tanto crimes um dos

o documento aponta para os perigos de derramamento de sangue. Pelo testemunho de muitos sabemos que a região é área de muita violência⁹.

A presença na Serra do Arapuá de famílias dominantes de Carnaubeira, Mirandiba, Belém do São Francisco e Floresta deve também ter influenciado nas decisões do órgão governamental¹⁰.

O fato é que não foram atendidas as solicitações para que o SPI interferisse “no sentido de lhes ser assegurado o direito de permanecerem nas terras que ocupavam sem nenhuma obrigação com a fazenda municipal de Floresta que rege as terras onde estão situadas as aludidas Serras”¹¹. Esse testemunho, porém, acaba declarando e dando visibilidade àquilo que poderia ser o motivo sócio-econômico: os interesses da Fazenda Municipal de Floresta.

Esta decisão acarretou também a negação do reconhecimento oficial ao povo Pankará, reconhecimento que só veio em 2010, quando a FUNAI constitui o “Grupo Técnico com o objetivo de realizar os estudos complementares de natureza antropológica e ambiental necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Pankará da Serra do Arapuá, de ocupação do povo indígena Pankará, no município de Carnaubeira da Penha, em Pernambuco [...]”¹².

Vejamos o testemunho do Sr. Luís Antônio de Souza (conhecido como “Trovão”), liderança da Aldeia Casa Nova na Serra do Arapuá:

Pelo que conheço era quatro família aqui na Serra, se espalharam e se juntaram de novo. Se foram se casando, abrindo espaço... porque os Rosa é o mesmo Amanso. A mulher de Pedro Benedito era dos Rosa, a mulher de Mané Francilino era dos Rosa. O tronco mais velho era os Rosa. Porque Zé Benedito... deve vir dos Benedito.

[Por que o nome da aldeia é “Casa Nova”?] A primeira casa era de Zé Benedito... a primeira casa nova (era de madeira) se via de longe. Tem muitos anos. Casa Nova foi criada depois dos Gomes, de Ildefonso; foi a

mais revoltantes. **Assassinados:** 1. Osmundo Antonio Barbosa com 34 anos + 19.12.1980. 2. João Barbosa Santana, com 34 anos: + 19.12.1980. 3. Neildo Pedro do Nascimento 19.12.1980 4. Cornelio Pedro do Nascimento 19.12.1980 5. José Emergelho Silva 9.3. 1981 6. Raimundo Joaquim + 1.2.81 7. Juvenal Lopes. 21.11.81 8. Manuel de Julha 1980 9. 1980 10. Eraldo de Dorinha 19.10.80 (PARÓQUIA DE CARNAUBEIRA. *Livro de Tombo*, vol. 2, p. 54). Acrescenta Mendonça: “[...] na Serra Umã, o narcotráfico já estava estabelecido dentro da aldeia indígena e havia uma acirrada disputa interna pelo poder na Serra, que culminou com o assassinato do líder Abdon Leonardo da Silva, em 1991.” (MENDONÇA, 2007, p. 179).

9 “A violência em nosso território não é algo ligado a circunstâncias passageiras, mas é uma verdadeira cultura. Ela está arraigada no modo de viver e pensar do nosso povo e tem raízes profundas na nossa história. [...] A falta de um aparato de justiça eficiente faz com que os conflitos entre famílias surjam e continuem por longo tempo; em muitos casos até os nossos dias. A ausência de políticas públicas eficazes visando o desenvolvimento econômico e social da região facilitou a entrada do narcotráfico na década de 70, aumentando o grau de violência no território. (DIOCESE DE FLORESTA. *Sínodo*, n. 25 e 27).

10 Em entrevista de 12/05/2009, o Sr. Alaesse afirmou que as famílias tradicionais de Carnaubeira da Penha são: Gonçalves, Freire, Bastos, Germano, Marcolino, Quixabeira. As famílias Carvalho, Menezes, Ferraz, Novaes e Cândido, juntamente com outras famílias, sempre tiveram grande influência na região. Muitos são proprietários de terras, alguns inclusive na Serra do Arapuá.

11 Museu do Índio, microfilme 152, fotograma 001071 > TELEGRAMA do Chefe da I.R. 4 ao Conselho Diretor do SPI, de 21/09/1949. Apud: ANDRADE, 2010, p. 34 (grifos nossos).

12 Portaria da FUNAI nº 413, de 24 de março de 2010. Fonte: Do Diário Oficial da União de 26 de março de 2010, sessão 2, p. 33. Disponível em <http://www.funai.gov.br/ultimas/Informe%20seii/2010/058-2010.htm>, acessado em 02/09/2010.

primeira casa de tijolo... casa nova. Não lembro quando... foi o tempo de Quintino, o pai de Ildefonso, pai de Luís Gomes Menezes. *[Quintino morava onde?]* Quintino morava fora. Aqui ficou a terra desocupada e começaram morar aqui... Acho que faz parte de português, não tem parentesco aqui. [...] Vinham de Floresta. [...] Nesse tempo só vivia as quatro família e as terras eram desocupadas. Quintino veio colocar a roça, como os Carvalho, Ferraz, Novaes. Aqui muitos não têm documento, outros foram no cartório e tiraram. *[Quem está com documento?]* Deve estar em Serra Talhada, no Livro de Tombo. Não sei quem tem documento. Sei que o INCRA tem, todo mundo tirou, mas Escritura é pouco. *[As terras são de quem?]* Casa Nova nunca fomos rendeiros. Compramos. Meu avô. Aqui na chapada era do Coronel Mané Olimpo. Nos venderam. Tinha outra terra que era do padre Renato, que são tudo da família de Luís Menezes. Ali em baixo e na chapada.

Descendo por lado de cá, a banda do Enjeitado *[indicando o lado do Enjeitado]*, tem terra de Francisco e Josimo de Salvador. A família de Francisco ainda faz parte da família da gente e Josimo Salvador faz parte dos Fulô, dos Santos. Não foi do meu conhecimento. Sei que Francisco é daqui.

Lá no Enjeitado quase tudo é dos Novaes. Ali tem João do Tonho, Mané Novaes, mas não sei. Sei que é dos Novaes: Enjeitado, Corrente, Sossego. A maior parte tudo é dos Novaes.

Descendo até a Ladeira é de João de Fausto, Maria de Elias (Maria Adalgisa dos Santos), Olímpio Pereira... Isso tudo é deles, não é mais dos Novaes. Agora lá em Alaesse não sei desenrolar. Tem de Pedro Manoel do Nascimento, é dele. Deoclécio Novaes, é dele no Retiro, tem uma parte dele lá. Boqueirão não sei. O morador era Antônio Torre, primo do Doutor Aldemir. A Cacaria só uma partezinha é de Mané Macário, irmão de Quinô Bezerra. Ele é dos Benedito daqui. Comprou esta partezinha de terra, mas dizem que outra é dos Carvalho. Dos Carvalho, Novaes. [...]

Descendo para o Oiti e Lagoa é muita renda. É Novaes e Carvalho. Pegou o pé da Serra. Neste tempo o pessoal era pouco em cima da terra... depois começou o INCRA no Município de Carnaubeira. Naquele tempo Ferraz Carvalho era meio chegado no cartório. Aqui quando os índios se apertavam com os invasores subiam a Serra. [...] Aqui no Sertão não tenho conhecimento muito. Só aqui no pé da Serra. Sei que é mais Carvalho e Novaes. Novaes é que mais tem. Os que mais aperreava os índios no tempo da usina era Novaes. Aqueles eram os fortes invasores dos índios. Pegavam os índios para trabalhar na usina. Usina de moer cana. [...] A família Novaes tinha escravos. Devia ter laborado muito com escravos também os Carvalho. Ainda tem. Aquela coisa de pegar renda é ainda escravidão: ter de trabalhar terra e pagar renda. É escravidão: ter que trabalhar para dar mantimento ao branco. Acho que Enjeitado ainda tem que pagar renda até da banana. Da banana, do abacate. Isso faz parte de quê? Índio nunca deixou de ser escravo. Enquanto não demarcar a terra tá escravo. A terra ficou para o ser humano. Não é pra desmatar. Ficou para o mantimento. Mas trabalhar para os outros? (Entrevista de 08 de agosto de 2010).

O testemunho do Sr. Manoel Caxiado, Pajé da Aldeia Lagoa, na Serra do Arapuá, nos oferece outros elementos.

O terreiro da gente ... dizem ter um documento... dividiram, que nem espinhaço, em linhas... teve outros fazendeiros que tomaram conta, invadiram... já

venderam. Uns tios deixaram. Meu bisavô dizia que nós dominavam a Serra... deram em troca de cavalos, etc. Depois chegaram os Pires e Caribé de Belém... Descendentes da Serra são: os Rosa, os Cacheado. João Miguel vem de Atikum. Amanso vêm de Terra Vermelha. O velho Luís Limeira (pai de Pedro Limeira) veio da Ilha da Missão, acima de Rodelas. (Entrevista de 09/11/2009).

As afirmações dos entrevistados nos sugerem algumas reflexões. Em primeiro lugar o fato de ter moradores da Serra (índios) e moradores de fora (não índios das famílias Carvalho/Ferraz e Novaes, vindo de Floresta, e das famílias Pires e Caribé, de Belém do São Francisco) que “tomaram conta” das terras. Especialmente os Novaes são considerados como “os fortes invasores dos índios”. Ainda apontam para um “tronco velho” de quatro famílias Pankará, entre as quais é reconhecida unanimemente a dos Rosa, que “é o mesmo Amanso”. Com eles vem os Caxiado, os Limeira. Finalmente nos fornecem elementos para entender como foi a resistência das famílias indígenas para se manter na terra: arrendamento, pagamento do “INCRA”¹³, compra da terra. Poucos têm documento de propriedade (“escritura”).

O povo Pankará é composto de quatro principais famílias de bases extensas que se distribuem em seu território: Rosa, Amanso, Cacheado e Limeira. Estes mantêm fortes laços políticos e de parentesco com os demais grupos étnicos que circundam sua área: o quilombo da Tiririca, que faz fronteira a oeste do seu território, os Atikum na Serra Umã (que tem a Serra Grande separando-os), os Tuxá em Rodelas, os Pipipã e os Kambiá, que habitam as regiões do pé da Serra Negra [...] (ANDRADE, 2010, p. 31).

A relação e distribuição dessas famílias com o território da Serra do Arapuá revela, além de relações de parentesco, elementos que fazem parte da religiosidade dos Pankará, sugerindo que o problema da terra, as relações às vezes conflitivas internas e externas ao povo, como também a questão da liderança (com sua influência), na verdade revelam e garantem a questão principal: sua própria identidade. Segundo Lara Andrade cada família está ligada a uma área geográfica, que ela chama com o termo de “núcleo” (Riachão-Enjeitado-Gonzaga, Lagoa e Cacaria) e a um “ancestral mítico” (ANDRADE, 2010, p. 65). O núcleo das famílias Rosa e Amanso se distribui na chapada da Serra (aldeias Retiro, Casa Nova, Sossego, Gonzaga, Ladeira, Jardim, Santa Rosa e Enjeitado)¹⁴. Na “outra serra”, como eles mesmos têm costume de dizer, encontra-se a família Caxiado (aldeias Lagoa, Vila, Água Grande, Gameleira). A Serra da Cacaria é área da família Limeira.

Organizamos-nos por aldeias espalhadas por todo o território. As famílias estão umas próximas das outras, também por afinidade de parentesco. Ter parente próximo um do outro facilita a vida em comunidade, diminui a possibilidade de conflito e aumenta a solidariedade entre as pessoas. Nossa organização

13 A Senhora Maria Benigna, da aldeia Brejinho afirmou estar de posse da escritura da terra, pois, o pagamento do INCRA lhe dá direito de herança. (Entrevista em 02/03/2010). Também a esposa de Sr. Pedro Limeira, Dona Emília, contou que o avô dela recebeu escritura do terreno na Cacaria. (Em 09/02/2011).

14 Em uma entrevista o Pajé Manoel Caxiado chamava “Serra dos Rosa” esta área na qual incluía Tamboril e Olho d’Água do Muniz. (Em 09/11/2009).

social tem por base o Toré. Os mais velhos estão ligados à tradição, são eles que guardam a sabedoria da ciência Pankará. (Organização Interna de Educação Escolar Indígena Pankará. Projeto Político Pedagógico, 2009, p. 7-8).

Esta outra afirmação, dos professores indígenas Pankará, nos permite entender que a força que o Pajé tem vem do “tronco”, de sua ligação com a tradição, que Lara Andrade identificou com o “ancestral mítico”: Mestre Atikum para as famílias Rosa e Amanso, cujo Pajé é João Miguel, do Enjeitado; Mestre Juazeiro para a família Caxiado, cujo Pajé é Manoel Caxiado, da Lagoa; Mestre Anjúca para a família Limeira, cujo Pajé é Pedro Limeira, da Cacaria.¹⁵ A distribuição dos terreiros, dos reinados e encantados também expressa não só a relação de parentesco de uma “família extensa”, onde cada Pajé é forte liderança, mas a relação espiritual e mística que dinamiza e fortalece as relações daquele grupo, cuja identidade hoje definimos como Pankará. Esta dinâmica interna constitui a “identidade pankará” (ANDRADE, 2010).

Além disso, outros fatores ligados às diferentes estratégias, sobretudo com relação à necessidade de ficar na terra, manifestam uma relação aparentemente conflitiva dentro do povo Pankará. Se de um lado uns preferem pagar renda e continuar na escravidão (conforme o pensamento do Sr. “Trovão”), outros preferem entrar na luta. Enquanto os primeiros não querem briga, visto o histórico de violência, e procuram alianças dentro de padrões conhecidos (amizade com políticos locais e famílias “de peso”, visitas nas casas dos que se dizem donos da terra oferecendo presentes e renda embora não cobrados¹⁶, etc.), os outros percorrem novos caminhos através de novas alianças (COPIPE, APOINME¹⁷, Secretaria Estadual de Educação, Promotoria Federal, etc.). Temos que considerar o que o Pajé Manoel Caxiado nos disse em uma conversa que tivemos em Floresta no dia 21/11/2005: este processo de desintrusão deve ser muito lento, pois já houve mortes, e no mesmo tempo porque os não índios há tempo conviveram e cresceram junto com os índios, como podemos constatar em nossa pesquisa.

Entre as estratégias de sobrevivência para quem vive em área de conflitos não podemos esquecer as mudanças. As muitas viagens de famílias e indivíduos entre Serra, Sertão e Rio, encontram sua justificativa não só em motivos de trabalho, de visita aos parentes ou de fuga em tempo de carestia. Também a necessidade de encontrar sossego motivou alguns a se mudar. Alguns ficaram definitivamente na beira do Rio São Francisco e enfrentaram as mudanças que foram acontecendo no município de Itacuruba.

Aqui, há alguns anos, os descendentes do povo da Serra do Arapuá retomaram os passos para o reconhecimento oficial de suas terras e sua organização, na qual

15 “Há ainda um quarto Pajé, Pedro Leite, que sempre foi reconhecido como um ‘homem de ciência’, acompanhou o episódio do levantamento de aldeia Atikum, e tinha fortes laços com os ‘Caboclos de Rodelas’.” (ANDRADE, 2010, p. 65).

16 Em nossa pesquisa constatamos que ao ouvir falar em “luta” pelo direito à terra algumas famílias ficaram preocupadas, “pois sempre tentaram cultivar relações de amizade com Novaes. Pagam renda quando dá, quando não dá levam presentes (em frutos da terra)”. Entram sem medo na casa dos não indígenas.

17 COPIPE: Coordenação dos Professores Indígenas de Pernambuco; APOINME: Associação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo.

Um Pajé é a peça mais fina que existe dentro da aldeia. É o dom do povo. É quem gira a nação, que navega a nação. Eu, minha palavra “gira” é de nós girar, é a gente andar e percorrer, olhar, abrir um ritual, saber abrir e fechar. É aquela grande responsabilidade, a responsabilidade maior que existe dentro da etnia não é o cacique. Cacique é sobre os bens, sobre ir atrás caçar, pra dentro da aldeia, ir atrás dos benefícios lá fora, atrás dos bens. O chefe da nação. E o Pajé é o dom sob a palavra de Deus, o dom das orações, do conselho. Sustentar a aldeia sobre... . A cacique como as lideranças, como todos tem a obrigação de encomendar. Hoje vou aqui, vive na Serra de Pankará, que é a etnia geral. Vim de lá. Vim praqui porque aqui não tinha Pajé e Pajé não é qualquer um, Pajé vem da natureza mesmo. (Entrevista com o Pajé Manoel Caxiado, realizada em 24 de novembro de 2012)

Sr. Manoel Caxiado (Manoel Antônio do Nascimento) assim entende sua missão no meio do seu povo, e sua “origem”¹⁸. Por isso ele se desloca muitas vezes de sua residência na cidade de Floresta, onde mora com a esposa Dona Adalvina Idalina do Nascimento, entre a Serra do Arapuá (Carnaubeira) e a aldeia Serrote dos Campos (Itacuruba).

[...] o meu avô, através dos trabalhos, e Madrinha Amélia chegou o tempo que ela adoeceu, aí ele foi atrás de Roque Tuxá pra fazer esses trabalho pra curar Madrinha Amélia. Nesse tempo doutor era difícil. E as coisas de Madrinha Amélia era concentração, eram os Guias que judeavam ela, que chegou o tempo de se movimentar, de se..., de concentração e ela não tinha quem a doutrinasse. E por isso veio Roque Tuxá. É por isso que aí, lá na Lagoa, outras não, ele andou, mas o lugar dele era na Lagoa. Aonde foi toda concentração através de família, treinamento para o reconhecimento de Atikum, porque nesse tempo já tinha o aval. Primeiro era Tuxá, do começo que foi reconhecido. Atikum ninguém sabia como era o reconhecimento, registrar Atikum. Nesse tempo o pessoal vinha de fora para ajudar ter o reconhecimento. Foi através disso aí que tivemos o nome de Pankará, que nós era o mesmo povo de Atikum, mas que era separados, era povo bem separado mas era a mesma família. [...]

... era justamente a minha Madrinha Amélia e Mestre Juazeiro que diziam: Aqui Vocês são caboclo Cambengá. Este local aqui chama-se Cambengá [*Lá na Lagoa*]. É, lá na Lagoa, aquela parte da Serra de lá do nosso povo, na Lagoa. Antigamente dava-se nome Cambengá. [...] Mas não sustentaram este nome, ficaram conhecidos só como os [*caboclos*] da Lagoa. (Entrevista recolhida em 24/11/2012).

Este testemunho traz consigo muitos elementos. Além de confirmar a ligação entre Atikum e Pankará, sugere uma nova distinção na própria Serra do Arapuá, sendo “os da Lagoa” povo Cambengá. Ainda confirma a linha de reflexão de Lara Andrade, quando fala dos “ancestrais míticos”, em particular do Mestre Juazeiro, no caso “dos da Lagoa”, “*porque a história da Pankará é de quatro famílias, cada família tem o dono da ciência que já vem dos antepassados*” (ANDRADE, 2010, p. 65). (Grifos no original). Podemos pensar que seja difícil falar em “povo Pankará”, em uma situação dessa, mas assim é que eles hoje se

¹⁸ Neste caso não entendemos falar de origem étnica, nem genealógica, e sim de “origem espiritual” de sua missão que “vem da natureza mesmo”, como ele testemunha.

autodenominam¹⁹ e se organizam.

Cruzando todos os elementos entendemos que isso tudo aconteceu na década de 1940, quando Tuxá e Pankará se reuniram na Serra Umã conseguindo o reconhecimento de Atikum e a instalação do Posto Indígena. Percebe-se também sempre mais forte o parentesco entre Tuxá, Pankará e Atikum. A ida à Serra Umã e as preocupações dos Tuxá para que Hohental Jr.²⁰ visitasse e conhecesse o povo da Serra, provavelmente não eram só questões de ajuda “política” para o reconhecimento.

Quando a gente, de 58 pra cá, foi quando meu pai já andava pra lá através das aldeia, de meu avô, pai de papai, os outros parentes [...]. Toda vida eles tiveram essa... este conhecimento com outros parentes de Tuxá. [...] Eu sei que aí este Serrote, tudo este terreno aqui, todo era da nossa indescendência, que era dos índios. [...] Então eles andando travessava aí e ia pra Tuxá. [...] E a gente dava-se Toré e dava-se o nome Aldeia Garrancho. Lá tinha Prexede, que era índio velho que veio de fora [...]. Meu avô quando chegava ali passava de dois três dias para poder atravessar na Tuxá. Aí brincavam, brincavam. Era aquela animação. [...] Aí na noite iam brincar. Depois ia pro Porto de Madalena, pegava o barco e travessava pra Tuxá. Depois, de lá de Tuxá, faziam, brincava no meio da ruína. Eu mesmo participei ainda [...]. (Entrevista com Manoel Caxiado realizada em 24/11/2012).

Pelo testemunho parece que a motivação principal destas andanças da Serra para o Rio São Francisco (Itacuruba e Rodelas/Tuxá) não tinham a ver diretamente com trabalho, plantio de roça que as ilhas, principalmente, ofereciam nessa época anterior à barragem de Itaparica. O próprio Pajé Manoel confirma: “nesse tempo o pessoal não se perturbava muito por trabalho, o povo era muito ligado a trabalhar muito não. [...] Comendo o pãozinho de cada dia tava bom demais.”²¹ Portanto podemos afirmar que as idas eram fundamentalmente visitas onde se fortalecia a identidade e os laços de parentesco. O povo da Serra visitava os Tuxá e Tuxá retornava a visita. “Eu sei que a gente sofria muito pra chegar em Tuxá. E esse povo de Tuxá também era o mesmo rojão.”²²

Era nosso caminho, a gente tirava direto, tá vendo aquele caminho aí? Tiravam direto. E fizeram a oca quase em cima daquele caminho, sem saberem que era o nosso caminho (ka, ka, ka,) aí papai foi trazendo os filhos, a gente foi trabalhando e foi muito serviço, a seca apertando e nós trabalhando. Sei que papai ficou ainda passando três anos trabalhando aqui, na fazenda dos Cantarelli. E sempre aqui aculá a gente brincava um toré escondido. Ficava entre nós e Tuxá. E nós mesmos cantava aí e brincava. E foi isso que foi incentivando até chegar esse direito de nós, de que está formando esta aldeia. Chegando gente e foi procurando este direito, esta localidade de ficar, formando uma aldeinha e formar sua cultura. (Entrevista ao Pajé Manoel Caxiado recolhida em 24/11/2012, na aldeia Serrote dos Campos).

Na conversa, o Pajé Manoel nos descreveu nos detalhes este caminho que descia

19 Caroline Mendonça, em sua Dissertação de Mestrado os chamou “índios da Serra do Arapuaá”, mas ainda era antes de sua autodenominação.

20 ANDRADE, 2010, p. 38.

21 Entrevista ao Pajé Manoel Caxiado, em 24/11/2012.

22 Idem.

da Serra do Arapuá.

[...] a gente se deslocava da aldeia Lagoa e aquele pessoal que acompanhava meu avô daqui de Pankará e se deslocava pra..., descendo a Serra... descia por dentro, nesse tempo não tinha rodagem, só tinha estrada, esta estrada batidinha de estrada de jumento e ali que a gente andava. Ia ali pro Araticum, de Araticum vem... passa no Capim, Roçado... e tinha uma entrada lá na Água Branca,... passa na Panela, no Riacho da Panela d'Água depois do Riacho da Panela d'Água aí vem pra Água Branca que é dos Carvalhos. Dizem que tem até o livro de tombo da família Carvalho que vieram de Portugal. São os portugueses, que chamavam. Branco. Aí eles habitaram lá, que havia uma entrada que dava para uma casa grande, que era da velha Clarinha, que era dos Carvalho. Entrava, saía por dentro, pela mata. Essa mata é uma distância que não sei dizer quantos quilômetros dá. Nesse tempo não diziam nem quilômetro, era légua, quantas léguas, só de montanha, só de mata, por dentro. A gente entrava, saía, era minino e antes, meu avô já andava e eles já andavam por essa estrada aí por dentro. Saía do Riacho do Mundé. Riacho do Mundé, Tapera para tá lá no Jacurutu. Do Jacurutu passa, vem sair na Pedra Branca, que é o Serrote da Pedra Branca, que era do Major Adolfo, era do Major Adolfo que tinha terra também. Ele foi um dos que tinha terreno, não sei se era de tombo, se foi de invasão, não sei, do Boqueirão e aqui no rio e na..., saía na Pedra Branca travessava onde é esta pista que vem de Belém do São Francisco a Floresta. Lá na Pedra Branca ali pro Angico. Chamava Mocó Angico. Pedra Branca, Mocó e Angico. Do Angico vem, passa no Cipó, justamente falava o Cipó de Chico Pires, que é dos Pires, dali que é da família do Prefeito. Dalí do Chico Pires saía na rodagem, na estrada que ia pra Itacuruba e passava no Serrote dos Campos. Essa palavra de Serrote dos Campos, tem um pessoal aí que chama pessoal Campos. Aí não sei se este Serrote pegava no terreno deles. Eu sei que aí este Serrote, tudo este terreno aqui, todo era da nossa indescendência, que era dos índios. Os brancos foram chegando e foram tomando conta dessas terras. Então eles andando travessava aí e ia pra Tuxá. (Entrevista ao Pajé Manoel Caxiado gravada em 24/11/2012).

É acima desta estrada, deste caminho dos antepassados que ele hoje é incumbido da missão de “levantar aldeia” no Serrote dos Campos. Evidentemente confunde-se aqui a realidade histórica com a metáfora, pois percorrer o caminho dos antepassados significa também reavivar a tradição, manter-se na tradição. O trabalho espiritual fortalece o trabalho político, como a história fortalece o espírito e confirma a identidade. Um contínuo entrelaçar-se de história e meta-história; um contínuo caminhar por caminhos traçados. Alguém já construía este caminho.

No dia 24/11/2012, enquanto estávamos dirigindo para Itacuruba, o Pajé Manoel Caxiado contou:

Meu papel é que eles aqui eles não tinham... formaram essa aldeia, mas não tinham a doutrina certa assim como tem uma aldeia [...] Esta aldeia estava sem pajé. [...] Vim de lá. Vim praqui porque aqui não tinha pajé e pajé não é qualquer um, pajé vem da natureza mesmo. *[Então não veio aqui porque são de sua família?]* São da minha família. É o mesmo povo. Tem sobrinhos e tudo, aqui são meus sobrinhos, tudo são família. Tem uns que tem, aqui tem sangue de Tuxá, tem daqui da aldeia da Bahia, que são da Bahia, que estão

aqui, tem sangue da Bahia. Tem Pankararu também, tem Dona Quinu, que tem parte aqui (*sic*) ela vem pro Ritual. Só que ela estranha um pouco porque cada uma tem seu sistema, seu modo diferente. Cada etnia tem seu modo de dominação.

Meu trabalho aqui é isso, tenho esta responsabilidade. [...] Aldeia Serrote dos Campos, lugar de orações, tem um Cristo Redentor, onde o povo venera muitos aqui fazem a devoção e a gente tem esta grande honra de honrar o nosso lugar e lutar pela nação e pelo povo em geral. A gente, quando faz recomendação, não faz somente pra gente e pra nosso povo, faz pra todos em geral. Todos precisam da palavra de Deus e a Palavra de Deus está sobre todas as coisas.(Entrevista ao Pajé Manoel Caxiado gravada em 24/11/2012).

O Pajé Manoel tem plena consciência de que as mobilizações políticas e sociais encontram força quando o povo se encontra no Ritual. De fato, de quinze em quinze dias ele deixa outras ocupações no terreiro e no “Gentio” da Lagoa para dedicar um sábado de noite à “doutrinação” dos índios de Itacuruba. Se em épocas passadas o SPI pedia o “sinal diacrítico”, sinal de “indianidade”, exigindo que os índios mostrassem sua cultura, sua identidade dançando Toré²³, hoje o Pajé Manoel Caxiado vai levantando a aldeia ajudando o povo se “concentrar” e se ligar às suas raízes, permitindo que a água da Tradição dê vida nova, nova força ao povo. Levantar aldeia não é simplesmente um ato jurídico, burocrático, uma concessão de lei, e sim um retomar sua história e sua identidade: um verdadeiro “caminho de volta”.²⁴

A memória histórica, sugere Duvignaud, “supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado”²⁵. Ou seja, recolher os dados da memória dos mais velhos que ainda estão conosco, e projetar-nos a um passado que não foi conhecido, para “inventar” o caminho da comunidade na base de um caminho já traçado, iniciado e interrompido, mas de que fazem parte as novas gerações e seus membros que sentem hoje a necessidade de não viver mais espalhados pelas ruas de Itacuruba. Se reunindo em uma mesma aldeia, trocando visitas diariamente, reunindo os velhos para contar histórias, “brincando um Toré” juntos e, sobretudo, tendo acesso aos segredos dos encantados, poderá reiniciar-se um processo de “volta” e superar o “esquecimento” (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Ao primeiro passo, que é recolher as memórias, deve-se seguir (ou pelo menos deve ser ativado nos membros do grupo) um segundo: “fazer parte de uma mesma sociedade”, o espírito do pertencimento a uma história/identidade comum, veiculado pela convivência na aldeia. A memória coletiva é despertada pelo espírito do pertencimento, a “consciência coletiva” (DURKHEIM, 2004, p. 106).

23 Sobre o assunto veja-se o texto de Ugo Maia Andrade “*Moralitas Cabocla*”. In: GRÜNEVALD, 2005, pp. 99-127.

24 Neste sentido o termo “invenção de tradições”, usado por João Pacheco de Oliveira (2004, p. 8) citando Hobsbawm é ambíguo. Não se trata de “invenção” e sim de uma ação que é intimamente conexa à essência da Tradição (do latim *tradere*, repassar).

25 In: HALBWACHS, 1990, p. 14.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Lara. “*Nem emergentes, nem ressurgentes, nós somos povos resistentes*”: território e organização sócio-política entre os Pankará. 2010. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2010..
- ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira (coord.). *Atlas escolar*. Pernambuco. Espaço geo-histórico e cultural. 2.ed. João Pessoa: Ed. Grafset, 2003.
- ANDRADE, Ugo Maia. Moralitas Cabocla. In: GRÜNEVALD, Rodrigo de Azevedo (org.). *Toré*. Regime encantado do índio do Nordeste. Recife: Massangana, 2005, pp. 99-127.
- ATHIAS, Renato. *Carlos Estêvão, a Gruta do Padre e os Pankararu de Itaparica, PE*. Portal Etnolinguística.org, 27 de novembro de 2011. Disponível em: <http://blog.etnolinguistica.org/2011/11/carlos-estevao-gruta-do-padre-e-os.html>, acessado em 19/09/2012.
- BRASIL FUNAI. Diário Oficial da União 26 de março de 2010. *Constituir Grupo Técnico com o objetivo de realizar os estudos complementares de natureza antropológica e ambiental necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Pankará da Serra do Arapuá*. Apud: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1589677/dou-secao-2-26-03-2010-pg-33>, acessado em 02/09/2010.
- DIOCESE DE FLORESTA. *Sínodo*. Dai-lhes vós mesmos de comer. Floresta, 2011.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, 2ª edição.
- FRESCAROLO, frei Vital. Informações sobre os índios bárbaros dos sertões de Pernambuco. Ofício do Biso de Olinda acompanhado de várias cartas. Revista Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro, 46, 103-119, 1883. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=p>, acessado em 10/03/2012.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. “*Regime de índio*” e *faccionalismo*: os Atikum da Serra Uma. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1993.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.
- HOENTHAL, W. D. Jr. As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco. In: Rev. do Museu Paulista, São Paulo: Museu Paulista, v. 12, 1960, pp. 66-76.
- MENDONÇA, Caroline Farias Leal. *Os índios da Serra do Arapuá*. Identidade, território e conflitos no sertão de Pernambuco. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2003.
- MENDONÇA, Caroline Farias Leal. Povo Pankará: os percursos da etnicidade no sertão de Pernambuco. In: ATHIAS, Renato (Org.). *Povos Indígenas de Pernambuco: identidade, diversidade e conflito*. Recife: Editora da UFPE, 2007, pp. 173-193
- ORGANIZAÇÃO INTERNA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR PANKARÁ (OIEEP). *Escola Pankará: memórias do passado, saberes do presente*: história, luta, ciência e resistência. Projeto Político Pedagógico, 2009.

PARÓQUIA DE CARNAUBEIRA DA PENHA. *Livro de Tombo*. Vol. 2, 1975-1994.

SILVA, Edson. Povos indígenas no Sertão: uma história de esbulhos das terras, conflitos e de mobilização por seus direitos. In: Portal do São Francisco, Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco/CESVASF, Belém do São Francisco, ano 6, n.º. 6, dez. 2007, pp. 107-126.

MEMÓRIA E EFEITO DE SENTIDO DA FILIAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE 1934 E 1988

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 06/11/2021

Flávia David Vieira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-
UESB

Vitória da Conquista-Ba

<https://orcid.org/0000-0002-6980-0175>

Edvania Gomes da Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-
UESB

Vitória da Conquista-Ba

<https://orcid.org/0000-0002-6201-7583>

RESUMO: Analisamos, neste artigo, os textos constitucionais publicados em 1934 e 1988, no que se refere às partes que tratam do lugar ocupado pelo filho no seio familiar, visando examinar a relação entre memória e efeitos de sentido materializada nos enunciados sobre o tema. Buscamos identificar como o vínculo paterno-filial se configura e/ou se reconfigura nos períodos históricos marcados pela (re) democratização brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso; Memória Discursiva; Filhos.

MEMORY AND SENSE EFFECT OF AFFILIATION IN THE BRAZILIAN CONSTITUTIONS OF 1934 AND 1988

ABSTRACT: We analyze, in this article, the constitutional texts published in 1934 and 1988,

regarding the parts that deal with the place occupied by the son/daughter in the family, with the intention of examine the relationship between memory and effects of meaning materialized in the statements on the theme. It is about identifying how the paternal-filial bond configured/reconfigured in historical periods of Brazilian (re) democratization.

KEYWORDS: Discourse Analysis; Discursive Memory; son/daughter.

1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa que resultou neste artigo centra-se na análise do lugar ocupado pelo filho na Constituição de 1934 e na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, textos publicados em dois períodos distintos em que o Brasil vivenciava processo de (re) democratização, que ora precede, ora sucede fase ditatorial. Trata-se, mais especificamente, de analisar a relação entre memória e efeitos de sentido, materializada nos enunciados sobre o referido tema.

As análises realizadas fundamentam-se no dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso de linha Francesa (doravante AD), disciplina de interpretação, que considera a relação entre língua e historicidade; e em uma concepção de discurso de base foucaultinana. Por isso, adotamos uma abordagem não subjetivista da subjetividade e consideramos o discurso como efeito. Desse modo, buscamos

relacionar a noção semântica da AD, que busca analisar os efeitos de sentido materializados na língua, com a concepção de discurso de Foucault (1972 [1969]), para quem este (o discurso) diz respeito a “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1972 [1969], p. 147).

Em relação ao percurso metodológico, selecionamos, nas duas Constituições, os enunciados¹ que tratam dos filhos e fizemos a catalogação de 07 (sete) excertos que foram destacados e analisados mais detidamente, a fim de identificar: i) quais pontos foram mais ou menos regulados pelo Poder Legislativo; ii) o maior ou menor interesse manifestado pelo Estado em matéria de filiação; e iii) os efeitos de sentido materializados nessas Cartas Constitucionais Brasileiras.

Conforme veremos, a Constituição Federal de 1934 apresenta, pela primeira vez, um capítulo destinado à Família, dentro do título que atrela esta última à Educação e à Cultura, conferindo à família e aos filhos uma marca constitucional, ainda sem precedentes nos textos anteriores.

No que diz respeito ao diploma vigente, promulgado em 1988, vimos que, embora este tenha mantido basicamente o mesmo número de disposições que remetem aos filhos, possui regramentos sem correspondentes nas Cartas anteriores. Nessa perspectiva, além de oficializar a igualdade de direitos entre filhos, a referida Carta determina que os filhos passem a ter a mesma qualificação, proibindo designação discriminatória² entre eles, encerrando, do ponto de vista legal, a divisão entre filhos legítimos e ilegítimos.

Ademais, o eixo central das discussões teóricas realizadas neste trabalho centra-se nos conceitos de domínio de memória e de discurso, abordados sob a perspectiva da história descontínua, proposta por Foucault (1972 [1969]); e no conceito de efeito de sentido, conforme postulado nos trabalhos de Michel Pêcheux (2010 [1969]).

Neste artigo, não pretendemos a reconstituição da história envolvendo os filhos como se esta pudesse ser linearmente recomposta, acontecimento por acontecimento. História essa que irromperia de forma horizontal, progressiva e lógica no tempo. Ao contrário, a história é, segundo Foucault (1972 [1969]), marcada por rupturas e discontinuidades, e, portanto, é, de certo modo, imprevisível e está em constantemente mutação.

A perspectiva da descontinuidade proposta por Foucault permitiu que os dois textos normativos fossem analisados, embora não tenham sido publicados um após o outro. Os diplomas legais não obedecem a uma ordem linear na cronologia, pois entre eles existem outros textos, promulgados ou outorgados. Deste modo, eles foram selecionados para

1 O conceito de enunciado que utilizamos aqui é o de Pêcheux, para quem enunciado é sinônimo de formulação linguística (Cf. Pêcheux, 2010 [1969]). Contudo, vale salientar que, em outros momentos deste trabalho, também recorreremos ao conceito de enunciado de Foucault (1972 [1969]), o qual explicitaremos mais adiante.

2 O termo designação discriminatória foi mobilizado no texto para indicar um tipo de designação que promove segregação ou tratamento injusto e desigual entre as diversas categorias atribuídas aos filhos.

serem analisados neste artigo porque entendemos que os efeitos de sentido materializados em cada um deles estão discursivamente relacionados.

O Objetivo é identificar como os discursos foram sendo constituídos, na relação com as condições de possibilidade presentes em momentos históricos diversos, mas que tinham como ponto de encontro o fato de o Brasil estar ingressando ou saindo de períodos ditatoriais e, portanto, vivenciando um processo de (re) democratização. Assim, os diplomas normativos foram selecionados à medida em que os efeitos de sentido envolvendo o objeto de pesquisa foram retomados e/ou reconfigurados, o que justifica a escolha das duas Constituições.

Dessa forma, embora a arqueogenealogia proposta por Foucault (1972 [1969]) não seja o fundamento central deste trabalho, valemo-nos de alguns elementos que a constituem, sobretudo no que concerne à crítica à história tradicional e contínua. Tal crítica questiona a possibilidade de que dado objeto possa ser, integral e cronologicamente, reconstruído. Sobre esta suposta história linear, o autor discorre, já na introdução d'*A arqueologia do saber*. Para ele, a história linear pressupõe:

[...] a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo não dispersará nada sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que todas essas coisas mantidas a uma grande distância pela diferença, o sujeito poderá, um dia - sob a forma da consciência histórica - delas se apropriar novamente, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode bem chamar sua morada (FOUCAULT, 1972 [1969], p. 21).

Ainda no livro *A arqueologia do Saber*, Foucault discorre longamente sobre o que se entende por enunciado, enquanto vinculado a condições de possibilidade. Esse enunciado, ainda segundo o autor, é a base para constituição de frases, proposições e atos de fala. Dentre as características do enunciado, mencionadas no capítulo "*A função enunciativa*", o autor aborda, como primeira característica, o fato da existência de um enunciado depender de sua relação com "outra coisa", segundo Foucault, "[...] uma relação específica que é concernente a ela mesma, – e não à sua causa nem a seus elementos" (FOUCAULT, 1972 [1969], p. 111). Deste modo, é preciso saber a que se refere o enunciado, qual é seu "espaço de correlações", e, apenas desta forma, poderemos analisar se uma proposição tem ou não um referente.

A segunda característica questiona a hipótese do sujeito como fonte do enunciado e propõe que tal sujeito é "uma posição vazia, podendo ser ocupada por indivíduos, até certo ponto, indiferentes [...]" (FOUCAULT, 1972 [1969], p. 117).

A terceira característica diz respeito à existência de "um domínio associado" (FOUCAULT, 1972 [1969], p. 120). Conforme Foucault (1972 [1969]), a função enunciativa pressupõe a existência de um domínio associado, isto é, para que um enunciado exista, ele precisa estar relacionado com todo o "campo adjacente", ou, ainda, com um "espaço colateral", o que significa, como bem explica o autor, que "um enunciado tem sempre

margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 1972 [1969], p. 122).

É nesta perspectiva de “campo de coexistências” que buscamos compreender os enunciados que circulam ou que se localizam nos interstícios dos discursos sobre a filiação, já que nenhum deles pode ser analisado sozinho, ou seja, cada enunciado sempre supõe outro que com ele coexiste. Valemo-nos, portanto, do que Foucault chamou de domínio de memória/campo de memória, pois, segundo o referido conceito, um enunciado sempre remonta outro, que, ainda que não seja mais discutido ou admitido como válido, mantém uma relação, um laço que sugere a transformação ou a (des)continuidade histórica, com o enunciado estudado.

Relacionando o que Foucault desenvolve, do ponto de vista teórico, ao nosso objeto de estudo, defendemos que os enunciados que emergem sobre o filho foram construídos na relação entre práticas discursivas e o que se disse acerca da posição-sujeito filho. Trata-se, portanto, de analisar, o conjunto dessas formulações com base em condições de possibilidades dadas.

Por fim, voltando as características do enunciado, conforme proposto por Foucault, a quarta delas consiste em sua existência material, ou regime de materialidade repetível. Sobre a referida característica, o autor afirma:

./.../ a materialidade desempenha no enunciado um papel muito mais importante: não é simplesmente princípio de variação, modificação dos critérios de reconhecimento, ou determinação de subconjuntos lingüísticos. É constitutiva do próprio enunciado: o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data. E quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade (FOUCAULT, 1972 [1969], p. 126).

Em relação à materialidade repetível, pensando-a na relação com nosso objeto, defendemos que os textos legislativos que abordam o tema da filiação podem ou não constituir um mesmo enunciado. Em alguns casos, mesmo que haja uma aparente repetição do mesmo, ou seja, mesmo que se use o termo “filho”, não se trata do mesmo objeto. Já, em outros, mesmo que não haja referência linguística ao termo “filho”, há a retomada, por exemplo, de conceitos que configuram essa posição de sujeito, não obstante o texto legislativo recorrer a outra (s) expressão (ões).

Pelo que dissemos até aqui, vimos que o lugar ocupado pelo filho pode emergir de forma diferente em diferentes momentos históricos, o que significa dizer que não existe, no mundo, o objeto “filho”, mas vários “filhos”, cujas categorizações marcam efeitos ideológicos diferentes. Assim, embora relacional, cada enunciado é único em um dado momento. Isso porque, ainda segundo Foucault (1972 [1969]), “essas superfícies de emergência não são as mesmas nas diferentes sociedades, em diferentes épocas, e nas diferentes formas de discursos” (FOUCAULT, 1972 [1969], p. 55), embora seja possível identificar certa regularidade entre eles, o que permite agrupá-los ou separá-los no mesmo conjunto de regras em dado momento.

O desafio consiste em identificar quais margens de existência ou quais condições possibilitam a emergência de um ou de outro efeito de sentido sobre o objeto de estudo, e como eles se relacionam entre si. E é isso que propomos fazer aqui em relação ao objeto “filho” e sua emergência em duas Constituições brasileiras.

2 | ANÁLISE DA FILIAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1934

Embora a Constituição de 1934 e a Constituição Federal de 1988 tenham sido promulgadas em períodos históricos distantes, já que a primeira precede período em que o Brasil ingressou em fase da ditadura do estado novo e a segunda marca o fim da ditadura militar, ambas foram consideradas, resguardadas as condições de possibilidade em que foram publicadas, textos normativos democráticos e mais suscetíveis ao reconhecimento de direitos iguais entre filhos, independentemente da origem de seu nascimento.

A Constituição de 1934 tem uma característica marcante: foi o texto constitucional com vigência mais curta dentre as Constituições Brasileiras, já que apenas três anos após a sua promulgação, veio a ser substituída pela Constituição de 1937. A outra característica também importante diz respeito ao caráter social de suas disposições, fruto das novas aspirações decorrentes da Revolução de 1930, do fim da política oligárquica, conhecida como café com leite, e do início do governo provisório de Getúlio Vargas.

Dentre os pontos de análise que mais despertam interesse, cita-se a introdução, pela primeira vez, de um capítulo destinado à Família, dentro do título que atrela esta última à Educação e à Cultura. Verifica-se, portanto, que se trata de um enfoque constitucional ainda sem precedentes nos textos constitucionais anteriores.

A família passou a circular como objeto de preocupação e disposição do Estado, o que, até então, não havia ocorrido em nenhuma Carta Magna Brasileira. Assim, uma nova sistemática jurídica é aplicada à família e, conseqüentemente, aos filhos. Isso ocorre porque o legislador não mais aloca os “filhos” apenas no título “Dos cidadãos brasileiros”. Além disso, há normativo de caráter social que busca, inclusive, reduzir as diferenças entre filhos naturais e legítimos, o que funciona como um indício de que há uma memória dessas diferenças, por isso a tentativa de reduzi-las.

Verifica-se, portanto, um deslizamento de sentido em torno dos núcleos constitucionais protegidos, antes o cidadão, agora a família. Isso indica que a filiação, em um determinado momento da sociedade brasileira, deixou de ser vista apenas sob a perspectiva da cidadania e passou a ser discursivizada como elemento associado à família.

Tal deslizamento, ainda, pode ser analisado como um indício da passagem do poder disciplinar para o biopoder, conceito proposto por Foucault, no livro “História da Sexualidade I: A vontade de saber”, que trata, em síntese, da utilização, a partir do século XVIII, de mecanismos de poder através dos quais se busca controlar e gerir o corpo social. A esse respeito, vejamos a seguinte citação:

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação - durante a época clássica, desta tecnologia de duas faces - anatômica e biológica, individualmente e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida - caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo (FOUCAULT, 1985, p.131).

Assim, o poder vai deixando de ter por foco apenas o indivíduo (homem-corpo), o poder do fazer viver e deixar morrer, típico das monarquias até o século XVII, para se direcionar à população, à gerência das massas. Esse novo exercício de poder (biopoder), no entanto, não suprime o poder disciplinar e, inclusive, só poderá se impor graças a ele. Assim, os mecanismos de poder disciplinador e regulamentador, embora em níveis distintos, não se excluem, mas se articulam.

No entanto, a nova técnica de poder não disciplinar, denominado biopolítica/biopoder, atua sobre a vida e se dirige à espécie humana e não ao indivíduo e advém da necessidade de gestão, de cuidado e de controle do corpo social, possibilitando que sejam atingidos efeitos econômicos e políticos apenas visíveis no nível das massas. Consiste, portanto, no exercício, sobre a vida, de controles precisos e de regulações centrada no coletivo. Assim, o conjunto populacional passa a constituir novo dado a ser considerado no exercício do governo sobre os homens e a partir do qual novos saberes, cada vez mais especializados, serão produzidos.

Nesta perspectiva, propomo-nos a relacionar o conceito proposto por Foucault ao objeto deste estudo, e defendemos que o deslizamento de sentido em torno dos núcleos constitucionais protegidos, identificado a partir de mudança na regulamentação constitucional dos filhos, antes tratados no título destinado à Cidadania e, agora, à Família (que, por sua vez, foi legislada ao lado da Educação e da Cultura), é um indício da passagem do poder disciplinar para o biopoder.

O fato da entidade familiar circular como objeto de preocupação e disposição legislativa do Estado ocorre devido a um novo sentido dado à família, que passa a ser abordada como força coletiva e, portanto, mais regulamentada enquanto instância de controle. Este novo tipo de normatividade se interessa, com maior constância, pelas problemáticas que envolvem a coletividade e intensifica a abordagem da família enquanto forma instrumental de incidir na conduta, na regulação e no controle da população, que, por sua vez, é alvo de interesse político. Assim, na lógica do poder, a família constitui uma unidade estratégica de grande importância. Neste sentido, segundo Foucault, a biopolítica refere-se a “[...] técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a política, a medicina individual ou a administração das coletividades), [...]” (FOUCAULT, 1985, p.132).

Retomando a análise dos excertos extraídos do capítulo da Constituição de 1934 destinado à família, vemos que o objeto de interesse do legislador centra-se, principalmente,

no instituto do casamento, tendo restado apenas um único artigo que versa sobre os filhos, o qual reproduzimos no excerto que segue:

Excerto 01

Art 147. O reconhecimento dos **filhos naturais** será isento de quaesquer sellos ou emolumentos, e a herança, que lhes caiba, ficará sujeita a impostos iguaes aos que recáiam sobre a dos **filhos legítimos** (Negritamos).

O dispositivo retoma a divisão entre filhos legítimos e naturais, já presente desde as ordenações portuguesas vigentes no Brasil, mantendo, portanto, a hierarquia de importância normativa entre os filhos. No entanto, a norma reformula, em certo sentido, a diferença entre os tipos de filiação, já que há iniciativa, do enunciador da lei, de reduzir as desigualdades entre eles, prevendo o pagamento dos mesmos impostos sobre a herança que couber a cada filho, bem como criando norma que facilita o reconhecimento dos filhos naturais, pois isenta de custas (sellos ou emolumentos) o procedimento.

Ocorre que, embora o dito artigo busque a formalização de direitos iguais, a opção do legislador em classificar os filhos como naturais e legítimos informa, linguisticamente, a manutenção da diferenciação no plano discursivo. A pretensa igualdade anunciada no texto reproduz, mesmo que implicitamente, um funcionamento diferente na sociedade. Isso porque, ao dizer que os filhos concebidos na constância do casamento são enquadrados pela lei como filhos legítimos, o legislador estabelece uma relação entre “filhos naturais” e “filhos ilegítimos”, e retoma a memória discursiva que marca tal relação, ainda que isso não seja dito explicitamente pelo enunciador da lei. Dessa forma, por mais que, pela lei, fossem conferidos aos filhos naturais os mesmos direitos dos filhos legítimos, não lhes seria possível ocupar o mesmo lugar discursivo na sociedade. Este efeito também foi encontrado na Constituição de 1988, conforme veremos a diante.

Além do excerto já analisado, encontramos dois outros dispositivos, abordados no título “Da ordem economica e Social”, que se referem aos filhos. O primeiro deles se refere a questões que envolvem direito de herança e o outro trata da garantia trabalhista e social. Agrupamos os dois no excerto abaixo:

Excerto 02:

Art 134. A vocação para succeder em bens de estrangeiros existente no Brasil será regulada pela lei nacional em beneficio do conjuge brasileiro e **dos seus filhos**, sempre que não lhes seja mais favorável o estatuto do *de cuius*.

[...]

Art 139. Toda empresa industrial ou agricola, fóra dos centros escolares, e onde trabalharem mais de cincoenta pessoas, perfazendo estas e **os seus filhos**, pelo menos, dez analphabetos, será obrigada a lhes proporcionar ensino primario gratuito (Negritamos).

O primeiro dispositivo versa sobre a proteção do cônjuge brasileiro e de seus filhos, quando estes tiverem direito a herdar bens situados no Brasil, porém de titularidade de

estrangeiro. No caso, o legislador previu a aplicação da lei que for mais vantajosa ao cônjuge ou aos filhos: a lei brasileira ou a lei vigente no país do estrangeiro falecido. Trata-se de norma de natureza internacional.

O dispositivo refere-se ao cônjuge, e, portanto, ao casal unido pelo matrimônio, de modo que o filho ali mencionado é o filho legítimo, vez que advindo da constância do casamento. A natureza protetiva do dispositivo, que assegura a aplicação da norma mais vantajosa, demonstra a preocupação do sujeito legislador com a preservação da família e também com a manutenção de seus direitos patrimoniais. Há, pois, dois elementos discursivos que atravessam o dispositivo: a família e a proteção patrimonial, ambos se “unem” em torno da questão da sucessão/herança.

Ademais, embora tenham sido poucos os dispositivos destinados a legislar sobre os filhos, verificamos que o legislador passou a tratar de aspectos até então não presentes em outros textos constitucionais. O artigo 139, ao obrigar as empresas a prestarem ensino primário gratuito, demonstra preocupação com o nível de instrução do núcleo familiar, por parte do que é indicado no dispositivo legal, já que o mesmo não se refere, como parâmetro para contagem da quantidade de analfabetos, apenas ao trabalhador, mas também a seus filhos.

Neste artigo da Constituição, portanto, o sujeito legislador articula, por meio do interdiscurso, dois campos discursivos: o familiar e o educacional. Importante mencionar, ainda, que interdiscurso, neste texto, é abordado na perspectiva desenvolvida na terceira fase da AD, quando os discursos são estudados de forma intrinsecamente relacionados e não tomados como objeto de estudo de forma autônoma. A conceituação de interdiscurso é definida nos seguintes termos, conforme mencionam Charaudeau e Maingueneau (2004):

Todo discurso é atravessado pela **interdiscursividade**, tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos, de entrar no **interdiscurso**. Este último está para o discurso como o intertexto está para o texto.

Em um sentido restritivo, o 'interdiscurso' é também um espaço discursivo, um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos) que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2004, p. 286 – grifos originais).

Assim, o enunciador articula a necessidade de proteção da família com a garantia do ensino. Como se trata de uma obrigação atribuída ao privado (empresa agrícola e industrial), seria esperado que o legislador exigisse que a prestação do ensino primário gratuito fosse obrigatória e também fosse contabilizada entre os empregados vinculados diretamente ao estabelecimento. No entanto, o enunciador mencionou “perfazendo estas e os seus filhos, pelo menos, dez analfabetos”, ao invés de associar trabalhador – educação, associou trabalhador e filhos – educação, informando uma memória atrelada à proteção da família e da educação, até então não articulada aos valores familiares, pelo menos sob o ponto de vista legal.

Em síntese, identificamos na Constituição de 1934, que a família passou a ser discursivizada como instituição social destinada a tutela oficial do Estado. A partir de então, a família foi alvo de inúmeras políticas públicas, que envolviam, mais amplamente, a normatização de hábitos, a consolidação das condições propícias para o trabalhador nacional e a conservação de aspectos morais que auxiliaram na manutenção do poder.

3 | ANÁLISE DA FILIAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

A Constituição Federal de 1988 nasceu marcada pela contradição histórica, fruto da mobilização popular, da democratização da sociedade, num contexto em que a ofensiva neoliberal cobrava a redução do Estado na regulação econômica e social.

Por sua vez, a família é retomada, no campo das políticas públicas, como parte da garantia do direito à convivência familiar e comunitária, associada, discursivamente, ao enfrentamento ao trabalho infantil; à assistência social a crianças e adolescentes em geral, a pessoas com deficiência e aos idosos; à educação; e à saúde.

Assim, a historiografia indica que as formas de organização das famílias são continuamente ressignificadas para atender as exigências que lhes são postas pela sociedade, pelos sujeitos que as compõem e pelos eventos da vida cotidiana. O terreno sobre o qual a família se movimenta não é o da estabilidade, na verdade, é o do conflito, da contradição (MIOTO, 2000, p. 52).

Ainda, algumas mudanças sociais são identificadas nas famílias brasileiras, sobretudo a partir de 1980. Tais mudanças estão relacionadas ao aumento na escolarização básica e universitária e à maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e no ensino superior, à possibilidade de divórcio e constituição de novos casamentos, à multiplicidade de tipos de famílias, que passaram a ser reconhecidas constitucionalmente, além de inúmeros outros elementos que permitem a identificação de deslizamentos de sentido da estrutura familiar em relação a outros momentos históricos, tornando mais complexas as redes de parentesco e as relações familiares ao longo dos anos.

Após vivenciar um grande período de ditadura militar (1964 a 1985), o Brasil atravessava um novo processo de redemocratização, com a promessa de reestabelecimento dos direitos que haviam sido suprimidos no processo ditatorial. Diante da reabertura do país, surge a necessidade de promulgação de uma nova Carta Magna, o que ocorreu no dia 5 de outubro de 1988. A referida Carta exhibe, dentre seus inúmeros artigos (a mais extensa Constituição Brasileira), uma relação considerável de garantias e direitos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Circulava, portanto, um discurso sobre a necessidade de promulgação de um texto constitucional democrático e protetivo, o que decorria dos anseios sociais por um novo cenário político e o que fez com que o texto fosse chamado, por muitos constitucionalistas,

de Constituição Cidadã.

Neste sentido, após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Carta Constitucional vigente inseriu expressamente no seu artigo 1º, inciso III, o princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento da República e do Estado Democrático de Direito no Brasil. Ainda, identificamos no texto constitucional sob análise que o Princípio da Dignidade foi também mobilizado na proteção e favorecimento à família, que, por sua vez, passou a ser destinatária de especial proteção do Estado

Arelado à proteção especial do Estado, e considerada também como corolário do Princípio da Dignidade Humana, encontra-se a previsão Constitucional que trata sobre a igualdade entre os filhos, independentemente de sua origem (art. 227, §§ 5º e 6º). Além disso, há uma ruptura do modelo exclusivo de família matrimonializada, em prol de uma concepção plural de família e filiação, embora discursivamente seja possível identificar a circulação de sentidos que classificam os filhos conforme sua origem.

Assim, no que concerne à análise do tema proposto, embora a Constituição em comento tenha mantido basicamente o mesmo número de disposições que remetem aos filhos, o conteúdo dos textos possui regramentos sem correspondentes nas Cartas anteriores. Nessa perspectiva, além de oficializar a igualdade de direitos entre filhos, a referida Carta determina que os filhos passem a ter a mesma qualificação, proibindo designação discriminatória entre eles, encerrando, do ponto de vista legislativo, a divisão entre filhos legítimos e ilegítimos.

A Constituição estudada foi o primeiro texto normativo que, sob o ponto de vista discursivo, atrelou o reconhecimento de igualdade de direitos ao lugar que este filho ocupa na sociedade, ao modo como ele é designado e aos deslizamentos de sentido em torno da palavra “legítimo”. A Carta de 1988 marca, portanto, um processo de transição, representa o encontro entre uma memória e uma atualidade, a culminância de mudanças sociais agora regulamentadas no texto legislativo: pela primeira vez, uma Constituição Brasileira determina, para além de direitos iguais, que os filhos sejam qualificados de maneira uniforme, proibindo o uso de designações discriminatórias em relação a estes. Foi a primeira vez, também, que, ao lado dos filhos biológicos, fala-se de filhos adotivos, não mencionados em nenhum outro texto constitucional precedente.

Embora aparentemente esta disposição constitucional possua funções semelhantes àquelas verificadas nos textos legislativos mais recentes, que já regulamentavam igualdade de direitos entre os filhos, sejam eles advindos da constância ou não do casamento; no novo texto outros sentidos de filiação são postos em funcionamento, já que o legislador passou a regulamentar não apenas sobre os direitos a eles conferidos, mas sobre a designação usada para qualificar tais filhos.

Até a Constituição de 1988, o legislador, embora tenha equiparado direitos entre filhos legítimos e naturais e embora tenha ampliado o campo de possibilidades de reconhecimento de paternidade para os filhos adulterinos, sempre retomava formalmente

a classificação quanto ao critério de legitimidade acerca de tais filhos, atualizando certa memória discursiva acerca das diferenças entre os filhos advindos da constância do casamento e os concebidos fora dele. Não havia associação, pelo menos na esfera Constitucional, entre igualdade de direitos e igualdade de qualificação/designação. Apenas em 1988, o texto constitucional regulamentou que todos os filhos deveriam ser designados apenas como “filhos”, sem qualquer adjetivo que marcasse sua origem (na constância do casamento, fora dele ou por adoção). Não verificamos qualquer disposição expressa neste sentido nos textos anteriores, sejam eles constitucionais ou infraconstitucionais.

É importante considerar que tal uniformidade de designação não indica mudança ou “apagamento” da memória que tal classificação comporta. Ao contrário, a necessidade de proibir designações baseadas na qualificação associada aos “tipos” de filhos indica que existe a distinção, mesmo que não legalmente marcada. A proibição legal apenas tem sentido exatamente porque a sociedade, na prática, mantém em plena circulação a categorização dos filhos, de acordo com a existência ou não de matrimônio entre os pais.

De todo modo, verificamos que, formalmente, a partir da Constituição de 1988, o termo “filho” passa a ocupar um lugar até então não associado, ao menos sob o ponto de vista legal, à sua origem/concepção. Isso só é possível porque, para além da suposta univocidade lógica do termo, ele é atravessado pela falha, que é constitutiva dos universos irremediavelmente equívocos. Esta mudança legislativa em relação ao termo “filho”, agora sem qualquer adjetivo que o determine, marca, no ordenamento jurídico brasileiro, “o encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2006 [1983], p. 17) e permite uma releitura³ legislativa sobre o lugar ocupado pelo filho na vida dos pais/família e na sociedade.

No entanto, retomando ao que foi dito, embora seja possível verificar a existência de uma nova postura legislativa, não é possível identificar o apagamento do discurso que vincule os filhos a uma noção de legitimidade com base na existência ou não de casamento entre os pais, quando de sua concepção. Ao contrário, o próprio texto da lei, para proibir as diferenças de qualificação, vale-se de arranjos textuais que se reportam ao matrimônio. Vejamos, nesta oportunidade, o primeiro excerto da Constituição vigente, destacado para análise:

Excerto 03:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade

³ Ainda segundo Pêcheux (2007 [1983]): “[...] todo enunciado, é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]. Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso” (PÊCHEUX, 2007 [1983], p. 55).

e opressão.

[...]

§ 6º Os filhos, **havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção**, terão os mesmos direitos e **qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação** (Negritamos).

Conforme dito, ao proibir qualquer designação discriminatória entre os filhos, o legislador regulamentou disposição que torna inoperantes eventuais regramentos legais que equiparam direitos, ou que disponham sobre o registro civil de filhos reconhecidos, já que, por lei, não há diferença de tratamento entre eles. No *caput* do artigo (excerto 03), o enunciador constituinte informa que é dever da família, da sociedade e do Estado proteger a criança e o adolescente de toda forma de discriminação.

No entanto, para anunciar a vedação, o legislador se utiliza de expressões como “havidos ou não da relação do casamento”, “ou por adoção”, “proibidas quaisquer designações discriminatórias”. Ao fazê-lo, embora não mencione as expressões legítimos/ilegítimos, o texto retoma discursivamente a referida classificação quando proíbe que os filhos sejam categorizados conforme a “relação do casamento”. A memória é igualmente retomada, ao tratar dos casos de adoção, que foi linguisticamente (e discursivamente) separado dos filhos havidos ou não do casamento. O termo “proibidas” também indica certo funcionamento discursivo, já que apenas tem sentido proibir algo que, na prática, circula na sociedade.

Assim, se a vedação de designação/qualificação dos filhos está presente na Constituição, é porque, antes, tal acontecimento foi sendo tecido na/pela sociedade, em diferentes esferas discursivas. A mudança legislativa apenas é possível em face de alguma “permissão” social, de modo que é possível verificar certa reconfiguração discursiva no seio social. Tal reconfiguração permite que o Texto Constitucional funcione como um lugar de legitimação da mudança, sem, no entanto, representar “apagamento” da memória sobre as tipologias atribuídas aos filhos.

É possível verificar esse funcionamento na literatura jurídica que disciplina sobre o novo texto constitucional. Pereira (2012), por exemplo, considera que “o art. 227 da Constituição Federal é resultado de um processo de mudança na concepção da filiação e paternidade” (PEREIRA, 2012, p. 141), chegando a afirmar que tal artigo resulta da reivindicação de igualdade que, aos poucos, passou a figurar nos ordenamentos jurídicos. Assim, embora a memória sobre as subcategorias de filiação persista, é possível identificar outros efeitos de sentido, que permitem certa reformulação de discursos anteriores e a formalização, sob o ponto de vista legislativo, da efetivação de igualdade de tratamento conferida aos filhos.

Novamente, ao buscar a literatura jurídica produzida sobre a alteração constitucional proposta, podemos confirmar as análises aqui realizadas, no sentido de que a mudança de tratamento legal/jurídico dos filhos não implica no rompimento da memória sobre as

diferentes formas designar os filhos. Vejamos, a esse respeito, os comentários de Boscaro (2002) sobre o tema em análise:

Uma vez que estão proibidas as designações discriminatórias relativas à filiação, não é mais possível falar em filiação legítima, ilegítima ou natural, tampouco legitimação. Toda menção que se fizer aos filhos deve ser desacompanhada de qualquer qualificação, concernente à sua origem.

No entanto, o fato de ter sido concebido ou de ter nascido na constância de uma sociedade conjugal traz, de imediato, algumas vantagens ao filho, no que diz respeito ao pronto reconhecimento de seu *status* jurídico (BOSCARO, 2002, p. 81 - Negritamos).

O trecho informa, portanto, como devem funcionar as regulamentações legais sobre a filiação, já que, havendo normativo constitucional que impede a designação dos filhos quanto a sua origem, qualquer ato legal que disponha de modo contrário será, via de consequência, inconstitucional. Dessa forma, o legislador promove uma atualização da memória discursiva envolvendo os discursos que dividem os filhos quanto ao critério de legitimidade, a qual, não estando mais materializada na lei, encontra novas formas de circulação social.

Ainda no que se refere ao Excerto 03, as análises indicam que a de 1988 foi a primeira a mencionar os filhos adotivos⁴, tendo feito tal menção em duas ocasiões. A primeira prevê que “Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”. Nota-se que, conforme indicamos acima, o texto, quando menciona os filhos havidos ou não da relação do casamento, está se referindo à antiga classificação entre filhos legítimos e ilegítimos, embora não recorra a tais designações. Além disso, reitera-se, há uma menção aos filhos por adoção, que não foram mencionados em nenhum outro texto normativo, os quais são apresentados como tendo os mesmos direitos dos outros filhos.

O segundo dispositivo, que trata da adoção e que faz parte do mesmo artigo 227, mencionado anteriormente, dispõe que:

Excerto 04:

§ 5º A **adoção** será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros (Negritamos).

Assim, o filho adotivo passa não só a ser discursivizado no texto legislativo, mas também ocupa lugar de destinatário de políticas de proteção e de assistência especial. Independentemente do conteúdo das normas, há de se considerar que o fato de terem sido destinados aos filhos adotivos dois dispositivos constitucionais, considerando que nenhum dos demais textos se referia a ele, embora não informe, necessariamente, um novo

⁴ Antes de 1988, o tema da adoção apenas era tratado por textos infraconstitucionais, sem qualquer menção constitucional.

processo discursivo sobre a adoção, possibilita que tais filhos ocupem um lugar na norma Constitucional, figurando dentre as categorias de filhos para as quais o enunciador constituinte prevê igualdade de direitos.

O regramento jurídico resulta de um “conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas” (PÉCHEUX, 2010 [1969], p. 73). Havia, portanto, um pano de fundo para que o sujeito legislador regulamentasse algo sobre os filhos, pautado na memória social e nas relações filiais que eram tecidas diariamente e que representam as condições de possibilidade não apenas para que os filhos adotivos fossem constitucionalmente legislados, mas também, para que passassem a ter direito às mesmas designações conferidas aos demais filhos.

No entanto, não se trata de um novo processo discursivo, haja vista que, como já indicamos, a memória sobre o filho adotivo é retomada e se manifesta na própria necessidade legislativa de prever assistência especial do poder público para os casos de adoção. Considerando que, nos termos da Constituição de 1988, todos os filhos terão os mesmos direitos e qualificações, a previsão de assistência especial pelo poder público em relação à adoção não seria necessária, a menos que exista em funcionamento uma diferenciação, ainda que não legalmente marcada, entre os filhos adotivos e os biológicos, que justifique a intervenção especial.

Ao mencionar as designações discriminatórias, contatamos a tentativa do legislador de desconstruir o lugar discursivo do “filho ilegítimo/adotivo”, ideologicamente marcado como não adequado aos padrões de tradição familiar ou como uma ameaça para a tradição religiosa do casamento. Dessa forma, ao mesmo tempo em que testemunha a desigualdade entre os filhos, este lugar de ilegitimidade mostra que a não aceitação do filho nascido fora do casamento é uma realidade que os diversos aparatos legislativos apenas materializam. A igualdade formal, prevista na Constituição sob análise, figura como um contradiscurso, uma tentativa de conter os efeitos legais que as diversas subcategorias de filhos, presentes na memória, produzem em relação à legitimação de direitos.

Os filhos eram comumente denominados de filhos espúrios, adulterinos, bastardos, de criação, emprestados. A determinação legislativa de proibir quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação, e inseri-los numa mesma qualificação, busca conter os efeitos jurídicos advindos da memória discursiva sobre os filhos. Sabemos que, como os discursos não são lineares, a simples proibição da designação/qualificação não põe fim ao lugar do filho bastardo, pois esse lugar de subjetivação é configurado e reconfigurado histórica e ideologicamente.

Rodrigues (1995), ao atualizar a edição de seu livro, logo após a publicação da Constituição em comento, informou que o texto constitucional igualou os direitos de todos os filhos, de modo que “Hoje, a distinção entre legítimos e ilegítimos é apenas de caráter moral” (RODRIGUES, 1995, p. 274). A afirmação demonstra que a memória persiste e circula, ainda que não seja exatamente a mesma. O autor fez questão de informar,

portanto, que, embora a lei tenha igualado os direitos, tais filhos mantinham a distinção sob o ponto de vista moral. A citação indica como a memória sobre a ilegitimidade dos filhos é retomada pela sociedade e como ela é capaz de persistir, ao lado do regramento jurídico do Estado, que informa o contrário. Constatamos outro exemplo desse funcionamento em livro publicado em 1991, logo depois do texto constitucional, em que encontramos o seguinte raciocínio:

O regime da filiação natural é diferente daquele da filiação legítima, Sem dúvida, o fator do sangue é idêntico nas duas filiações, visto que ele constitui o parentesco.

O que muda é de ordem social, ou seja, a existência ou ausência de uma família preparada antecipadamente para o casamento, a fim de acolher e criar o filho.

Apesar de a lei contemporânea dizer o contrário, existe uma inferioridade inelutável do filho natural sobre o legítimo, imposta pela natureza social das coisas (STRENGER, 1991, p. 25 - Negritamos).

Na passagem colacionada, o autor informa a mudança legislativa, a igualdade formal proposta pela lei, no entanto, retoma a memória que classifica os filhos de forma hierarquizada, pela transmissão de sangue e pela constância do casamento, indicando a existência de “inelutável inferioridade” entre filhos “imposta pela natureza social das coisas”. O comentário, escrito poucos anos após a publicação da Constituição de 1988, indica a persistência dos efeitos ideológicos atribuídos aos filhos legítimos, ilegítimos e adotivos, ainda que tal distinção não seja mais legalmente marcada.

Ainda neste sentido, Strenger ao abordar os elementos da filiação legítima, também no ano de 1991, afirma que:

Caracteriza a filiação legítima a circunstância de ser, como o casamento, **normal** em dois sentidos da palavra: é **regular** conforme ao direito e **habitual** conforme o fato. A grande parte das crianças é legítima, porque provém do casamento de seus pais e o casamento é a matriz da regularidade (STRENGER, 1991, p. 23 - Negritamos).

Assim, as nomeações utilizadas pelo autor, quais sejam, “normal”, “regular”, “habitual”, para fazer referência aos filhos legítimos, marcam bem o discurso associado aos filhos não havidos na constância do casamento, situação que persistiu na doutrina jurídica e no seio social, durante muitos anos, mesmo depois que a Constituição de 1988 foi promulgada.

No entanto, embora não tenha rompido abruptamente com o lugar de legitimidade/ilegitimidade, ao propor o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como pilar constitucional e equilibrar os direitos e tratamentos entre os filhos, a Constituição de 1988 se afasta do viés patrimonial, ao qual está associada a família, passando a regulamentar sobre o interesse da criança, legislando, inclusive, sobre a melhor solução para os filhos nos casos em que a manutenção do casamento não seja mais possível. A afetividade e os

vínculos de afinidade passam a compor os textos legislativos infraconstitucionais com mais habitualidade, conforme veremos nos tópicos a seguir.

Seguindo as análises, verificamos, ainda, que na Carta vigente, a família passou a ser regulamentada no capítulo que versa sobre “Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso”, título até então inédito, já que, nas Constituições anteriores, era reservado à família um título próprio ou então esta aparecia associada à Educação e à Cultura. Desta vez, o legislador arrolou, num único capítulo, sujeitos que demandam proteção especial do Estado.

Ademais, dentre os Direitos e Garantias Individuais, a Constituição de 1988 repetiu a disposição quanto à sucessão de bens de estrangeiros, em favor do cônjuge e dos filhos brasileiros, e inseriu, em outro inciso (art., 5º, L), norma sem correspondente nos textos anteriores. Norma esta que transcrevemos abaixo:

Excerto 05:

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam **permanecer com seus filhos durante o período de amamentação** (Negritamos).

O dispositivo versa sobre a proteção constitucional dos interesses dos menores, filhos de presidiárias, tendo o legislador erigido como prioridade o contato da mãe com o filho e o direito à amamentação. Trata-se do primeiro texto constitucional brasileiro que dispõe sobre amamentação, reforçando um efeito de sentido que liga os pais aos filhos em termos de afetividade (no excerto analisado, mais propriamente, à mãe).

O afeto, embora represente elemento implícito no dispositivo, sobressai do enunciado legal, já que o efeito de sentido proveniente do gesto de manter juntas criança e mãe presidiária não diz respeito apenas à necessidade de alimentação da criança, mas se relaciona, também, com a possibilidade de convivência afetiva entre a criança e a mãe. Tal discurso indica, ainda, a circulação de efeitos que relacionam o vínculo entre pais e filhos menos à hereditariedade e à consanguinidade e mais ao afeto. Este discurso, que confere grande importância ao vínculo afetivo, encontra-se materializado na maior parte dos textos normativos da atualidade.

Verifica-se, deste modo, a reconfiguração dos sentidos relacionados aos dispositivos legais que tratavam do direito à filiação como direito associado à consanguinidade legítima, com ênfase, sobretudo, na proteção do patrimônio familiar, já que identificamos um deslocamento de sentido para a afetividade, o que representa a materialização do Princípio da Dignidade nas relações familiares.

Encontramos, assim, a aplicação do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, o princípio da igualdade jurídica dos filhos, independentemente da origem, e o princípio da afetividade como fundamento de validade jurídica para a regulamentação da filiação afetiva. Por tal motivo, defendemos que o princípio jurídico da dignidade da pessoa humana figura como condição de possibilidade para que o afeto se torne um bem jurídico

tutelado e normatizado pelo Estado.

Na Constituição de 1988, há, ainda, a previsão de direitos sociais relacionados aos filhos, como indica o excerto abaixo transcrito:

Excerto 06:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXV - assistência gratuita aos **filhos** e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas; (Negritamos).

A disposição rompe com o modelo dos textos anteriores, que conferiam expressamente às empresas/sindicatos a obrigação de prestar ensino gratuito aos filhos de seus empregados. A previsão dissocia, portanto, o acesso a tais sistemas educativos da obrigação privada, garantindo, genericamente, sob iniciativa pública, a obrigatoriedade do acesso a tais redes de educação, o que demanda participação do Estado em seu atendimento.

Por fim, seguimos a análise do último dispositivo constitucional a ser mencionado neste texto e no qual também não encontramos artigo correlato nas Constituições anteriores. Tal disposição propõe uma reciprocidade de obrigações entre filhos e pais, assim dispendo:

Excerto 07:

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os **filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais** na velhice, carência ou enfermidade (Negritamos).

Estabelece-se uma via de mão dupla, que marca, do ponto de vista legislativo, o dever de amparo dos filhos em relação aos pais, o que comporta uma inovação, já que, nos textos anteriormente estudados, a legislação restringia-se apenas às obrigações dos pais em relação aos filhos. No caso em tela, contudo, os filhos passam a ser apresentados como protetores e provedores dos pais idosos, ocupando um lugar ativo no interior da família e da sociedade. Há aqui a materialização de um efeito de sentido que associa família e reciprocidade, o que pressupõe cuidados e proteção mútuos. Nesse caso, os membros de cada família são apresentados como responsáveis pelo seu próprio bem-estar e pelo bem-estar comum.

O dispositivo legislativo se aproxima da “nova” configuração familiar, mencionada por Boto (2002), em que a família deixa de ser vista sob o aspecto da linhagem e passa “a constituir-se perante vínculos de agregados progressivamente mais reduzidos, mais fechados em si, menos tributários da tradição. É o tempo de consolidação do amor em família” (BOTO, 2002, p. 21).

Ainda segundo o autor, a família passou a se nuclearizar, se desvincilhando dos demais vínculos sociais e, finalmente, se dissociando da vida em comunidade. A criança não é mais fruto da coletividade, mero representante de sua linhagem, mas um componente

da individualidade familiar, que passa a se fechar em torno de suas próprias questões internas. A família passa, portanto, a se constituir enquanto célula dissociada dos vínculos comunitários. Boto (2002) sintetiza muito bem este processo, ao afirmar que “a família passa a ser o local de abrigo, de recolhimento e de refúgio” (BOTO, 2002, p. 22). O dever de cuidados mútuos, previstos no texto legislativo colacionado acima, pode representar, em alguma medida, a expressão dessa memória discursiva familiar, mais intimista e mais afetiva.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema escolhido para análise apresentou-se como uma tarefa desafiadora, já que a filiação pode ser abordada sob inúmeras perspectivas, sobretudo porque o filho ocupa diferentes lugares na sociedade, todos eles passíveis de análise. Deste modo, estabelecemos um recorte teórico para a pesquisa, ao definirmos o filho com ênfase nas Constituições de 1934 e 1988 – textos publicados em períodos que antecedem e sucedem fases ditatoriais no Brasil, mais especialmente nos enunciados que tratam do lugar do filho no contexto familiar e os traços que conferem maior legitimidade às relações paterno-filiais estabelecidas.

Partimos da hipótese, agora confirmada, de que embora a designação “filho” circule nos textos legislativos, sob o ponto de vista dos processos discursivos, houve, em relação ao objeto, vários deslizamentos de sentido, os quais permitiram reconfigurações em relação aos efeitos discursivos a ele atribuídos.

Deste modo, não existe um sentido para filiação, mas vários efeitos de sentido vinculados ao termo, e tais efeitos decorrem do jogo entre estabilização e desestabilização que se materializa nos enunciados analisados. Os filhos foram analisados como lugar de construção de memória social e, nesse sentido, a existência histórica destes funciona no interior das práticas discursivas que circulam na sociedade.

Ademais, os dois atos normativos selecionados representam um espaço simbólico de significação e, conseqüentemente, foram trabalhados como um lugar de memória discursiva, uma memória dinâmica e complexa, que se desloca à medida que novos acontecimentos são deflagrados no campo social e político e, por isso mesmo, tal memória está em constante reconfiguração, nos indicando que ela não se apresenta linearmente, embora haja retomadas.

Ainda, as análises dos textos normativos foram realizadas sem atender a um levantamento histórico linear, ou seja, eles não foram analisados cronologicamente, já que adotamos, para melhor entender os efeitos de sentido que o objeto filho ocupa no seio familiar, a perspectiva da descontinuidade histórica proposta por Foucault. Assim, os textos normativos foram analisados com base nos efeitos de sentido que foram sendo, em alguma medida retomados/reconfigurados, embora entre eles existam outros textos constitucionais

publicados.

Nas análises, investigamos as Constituições de 1934 e 1988. Na primeira delas, a família passou a circular como objeto de preocupação e disposição do Estado, o que, até então, não havia ocorrido em nenhuma Carta Magna Brasileira. Há, nesse caso, a introdução de um capítulo destinado exclusivamente à família, agora apresentada sob a proteção do Estado. Dessa forma, o legislador passou a reservar maior atenção à proteção do núcleo familiar, mas a manutenção do referido núcleo deixa de figurar como matéria da esfera individual do cidadão para se tornar uma prioridade estatal.

O texto constitucional possui dispositivo que retoma a divisão entre filhos legítimos e naturais, mantendo, portanto, a hierarquia de importância normativa entre os filhos. No entanto, a norma reformula, em certo sentido, a diferença entre os tipos de filiação, já que a lei busca reduzir as desigualdades entre eles, prevendo o pagamento dos mesmos impostos sobre a herança que couber a cada filho, bem como criando norma que facilita o reconhecimento dos filhos naturais.

Em nossas análises, constatamos, ainda no referido texto, a articulação, por meio do interdiscurso, de dois campos discursivos: familiar e educacional (empresas obrigadas a prestarem ensino primário gratuito a trabalhadores e filhos). Nesse sentido, o legislador articula a necessidade de proteção da família com a garantia de prestação do ensino.

No que diz respeito a carta de 1988, vimos que este foi o primeiro texto normativo que, sob o ponto de vista legislativo, atrelou o reconhecimento de igualdade de direitos, em relação ao lugar que o filho ocupa na sociedade, ao modo como ele é designado. Isso porque, a referida Carta determinou que os filhos passassem a ter a mesma qualificação, proibindo designação discriminatória entre eles.

As análises legislativas indicam que não havia associação, pelo menos na esfera Constitucional/legislativa, entre igualdade de direitos e igualdade de qualificação/designação. Em 1988, o texto constitucional regulamentou que todos os filhos deveriam ser designados apenas como “filhos”, sem qualquer adjetivo ou expressão que marcasse sua origem (na constância do casamento, fora dela ou por adoção).

Consideramos, no entanto, que essa aparente uniformidade de designação não indica mudança ou “apagamento” dos discursos que tal classificação comporta. Ao contrário, a necessidade de proibir designações baseadas na qualificação associada aos “tipos” de filhos indica que existe uma distinção, mesmo que não legalmente marcada, entre esses. A proibição legal apenas tem sentido exatamente porque a sociedade, na prática, mantém em circulação a categorização dos filhos, de acordo com a existência ou não de matrimônio entre os pais.

Identificamos, ao longo do trabalho, que os efeitos de sentido de filiação circulam na sociedade e se configuram e reconfiguram, conforme as condições de possibilidade em que estão inseridos e que ajudam a consolidar. Nesse sentido, as disposições envolvendo os filhos materializam diferentes efeitos de sentido e produzem distintas relações com a

memória discursiva, que atravessa os lugares sociais conferidos à família.

Enfim, identificamos que esses diferentes efeitos estão relacionados aos lugares ideológicos (lugares na estrutura social) que podem ser designados pelo termo filho. Tais lugares se relacionam a questões de ordem financeira, biológica e afetiva e, em condições de possibilidade distintas, esses diversos campos vão se articulando de forma diferente, mas sempre com o objetivo de definir quem pode ser nomeado como filho. Estas disposições reproduzem, portanto, um jogo de poder, materializado nos textos das legislações, conforme identificamos no curso de nossas análises.

REFERÊNCIAS

BOSCARO, Márcio Antônio. **Direito de Filiação**. São Paulo - SP: RT, 2002.

BOTO, C. **O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes**. In: FREITAS, M. C. de. (org). **História Social da Infância no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1972 [1969].

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MIOTO, Regina Célia. **Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis**. Cadernos Capacitação em Serviço Social e política social, mod. 04. Brasília: CEAD, 2000.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. In: GADET, F.; HAK, T. Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2010 [1969].

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006 [1983].

PÊCHEUX, M. **Papel da memória**. In: ACHARD, P. et. al. Papel da memória. Tradução de José Horta Nunes. 2. ed. Campinas/SP: Pontes, 2007 [1983].

PEREIRA, R. da C. **Direito de Família: uma abordagem psicanalítica**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil: direito de família**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1995. 6 v.

STRENGER, Guilherme Gonçalves. **Guarda de Filhos**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1991.

NO VÁCUO DO TEMPO PRESENTE: O PASSADO DO BRASIL ENTRE NARRATIVAS

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 03/01/2022

Arthur Henrique Lux Lobo

Doutorando em História, Universidade Federal do Paraná
Curitiba / PR
<http://lattes.cnpq.br/7233139280974833>

RESUMO: Este capítulo propõe a problematização de discussões conceituais e teóricas acerca das narrativas do passado no tempo presente e seus tensionamentos em relação ao passado histórico. A partir de inferências preliminares acerca de elementos constitutivos do documentário “1964: o Brasil entre armas e livros”, que é colocado enquanto um discurso revisionista da História, apontaremos características que, ao contrário, lhe realocam enquanto produtor de uma narrativa negacionista. Destacamos como o documentário constrói narrativas que se aproximam, em caráter expositivo e construtivo, das narrativas históricas, trazendo coerência na produção narrativa e imagética, criando um *efeito de realidade e experiência histórica*. Tais observações endossam, nas percepções coletivas acerca do passado, o modelar do movimento aparentemente inédito de um objeto-fenômeno do tempo presente: o movimento recursivo da interpretação e recepção do passado que se desloca da estreita relação de rememoração e existência no tempo-passado em direção a projeção especulativa de um passado

(mítico, idealizado, fabricado ou experienciado) no tempo-futuro. As contradições e problemáticas desse movimento de deslocamento narrativo e interpretativo do/sobre o passado, seja a partir do espectro da História ou de outras narrativas, apontam distintos desafios para o historiador do tempo presente, ao passo que sua inteligibilidade caracteriza a evidência de uma nova forma de conexão dos homens às suas experiências de passado, presente e futuro.

PALAVRAS-CHAVE: História do Tempo Presente, Memória, Filosofia da História.

IN THE VACUUM OF PRESENT TIME: THE BRAZIL'S PAST AMONG NARRATIVES

ABSTRACT: This chapter proposes the realization and problematization of conceptual and theoretical discussions about the narratives of the past in the present time and their tension related to the historical past. Based on preliminary inferences about the constitutive elements of the documentary “1964: Brazil between weapons and books”, which is placed as a revisionist discourse of History, we will point out characteristics that, on the contrary, reallocate it as a producer of a negationist narrative. We highlight how the documentary builds narratives that approach, in an expository and constructive character, the historical narratives, bringing coherence in the narrative and imagery production, creating an effect of reality and historical experience. Such observations endorse, in the collective perceptions about the past, the modeling of the apparently unprecedented movement of an object-phenomenon of the present time: the

recursive movement of the interpretation and reception of the past that moves away from the close relationship of remembrance and existence in the past-time in towards the speculative projection of a past (mythical, idealized, manufactured or experienced) in the future-time. The contradictions and problems of this movement of narrative and interpretative displacement of / about the past, whether from the spectrum of history or other narratives, point to different challenges for the historian of the present time, while its intelligibility characterizes the evidence of a new way of connecting men to their experiences of past, present and future.

KEYWORDS: History of the Present Time, Memory, Philosophy of History.

INTRODUÇÃO

As considerações que hão de vir, ainda que esboçadas em uma dimensão provisória, requerem, mesmo que num momento aparentemente precoce, apresentar as considerações daquilo que Gumbrecht (2015) apresentou nas linhas introdutórias de seu texto “*Na senda de uma hipótese*”: seja qual for a nossa forma de encontro com as coisas-do-mundo, manifestam-se nelas dimensões de presença. Assim como o autor, não negligenciamos a existência de um campo interpretativo das práticas que dão sentido aos objetos, mas destacamos essa outra dimensão que, de uma forma ou outra, denota possibilidades alternativas de experiência e análise. Tal pretensão coaduna com a percepção de que entre as coisas-do-mundo e às experiências interpretativas de sentido – por mais distintas que sejam –, estabelecem-se “marcas”, “orientações” e “experiências” que (re)definem as ações humanas nos distintos contextos históricos. E na “corporeidade dessas coisas-do-mundo” e de suas “presenças no presente”, especialmente no contexto brasileiro atual, parece-nos obrigatório não negligenciar a presença do passado e das narrativas (historiográficas, mnêmicas, monumentais, rememorativas...) que buscam compô-lo e/ou representá-lo.

É notório que nos últimos anos, precisamente em nosso contexto dito cada vez mais globalizado e sem filtros na veiculação de informações, o passado tenha sido alvo dos mais distintos discursos e narrativas. O mais surpreendente, entretanto, parece a desqualificação do discurso historiográfico frente a outras formas ou fontes narrativas sobre o passado, como os orientados pelos espaços públicos e/ou instituições/figuras públicas, assim como os testemunhos mnêmicos. Inaugurações de monumentos, menções honrosas à figuras do passado, discursos revisionistas ou negacionistas... É o reflexo do diagnóstico de Huyssen (2014), que destaca a instrumentalização e uso global das políticas e ações afirmativas da cultura e das políticas da memória.

DESENVOLVIMENTO

Em 02 de abril de 2019 foi publicado na plataforma do *Youtube* o documentário “1964 – O Brasil entre armas e livros”, idealizado e produzido pelo grupo midiático *Brasil Paralelo*. Atuando com a produção de documentários e obras audiovisuais de cunho político, além da venda de (dis)discursos em rede online, a plataforma do Brasil Paralelo funciona desde 2016,

oferecendo diversos estudos em formatos de séries e documentários cinematográficos, possibilitando a aprendizagem de diversos assuntos, como economia, política internacional, entre outros temas. Com quase 7 milhões de visualizações no *Youtube*, a produção de 1964 propõe uma abordagem sobre o regime militar no Brasil, destacando “a verdade a partir dos novos documentos secretos que, agora, se fazem revelados”. Contando com depoimentos, relatos e testemunhos de figuras públicas/populares do Brasil, o documentário conta com mais de duas horas de duração, adotando uma construção narrativa sobre esse passado que, por exemplo, apresenta forte tom conspiratório, ignorando a crueldade e violência militar do período, desqualificando movimentos e condutas de resistência ao regime. É aqui, portanto, que encontramos algumas considerações acerca do tipo de narrativa sobre o passado, e como ela se apresenta para o público, no contexto onde as “presenças” incomodam, mas que também passam a ser “modeladas”, “ressignificadas” nos discursos que as expressam.

Algumas críticas mais gerais acerca do documentário, expressas por canais de informação online no pós-lançamento¹, tenderam a classificar a produção como revisionista, articulando sua análise sob outros prismas, mais contextualizados em relação à época. Entretanto, essa mera caracterização parece superficial, ao passo do jogo narrativo e imagético articulado na produção. O enredo da produção é cercado por orientações que mesclam imagens supostamente históricas, jornais da época, documentos diversos e trilha sonora dramática, utilizando-se desses elementos para construir uma narrativa sobre o passado que assemelha-se à narrativa histórica, trazendo coerência narrativo-imagética na configuração de um aparente efeito de realidade (BUZALAF, 2019).

A simplificação de uma análise revisionista, porém, também limita diversas interpretações da produção de 1964. Buzalaf (2019) aponta para dois elementos constitutivos do documento que, com efeito, visam alterar fatos do passado e manipular suas narrativas:

1. A utilização de imagens de Sebastião Salgado. Quando aparece a primeira imagem do fotógrafo brasileiro, do livro *Terra*, que contém textos de José Saramago e um CD com músicas de Chico Buarque, o locutor anuncia que “Em 1962, já se sabia da existência de pelo menos oito campos de treinamento das Ligas Camponesas. Essa foi a semente que mais tarde seria o MST”. Porém, a imagem é de 1997, mais de dez anos depois da formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). A segunda imagem de Sebastião Salgado menciona a Guerrilha do Araguaia (1967-1974) ao exibir uma foto feita em 1986, no garimpo de Serra Pelada, configurando o abuso de imagens para ilustrar uma narrativa coerente, porém historicamente manipuladas.
2. A localização de Antonio Gramsci na historiografia. O título do filme faz referência ao fato de que, segundo a narrativa construída, a esquerda teria deixado de lado as armas para atuar nos livros – ou seja, nas universidades

¹ Considerações do UOL. Disponível em <https://encurtador.com.br/qrX68>. Acesso: 15 Dezembro 2021.
Análise de Cabine Cultural. Disponível em <https://encurtador.com.br/qtAX2>. Acesso em 15 Dezembro 2021.

e meios de comunicação. Porém, Gramsci aparece em um momento impossível da história. Com imagens que aparentam ser dos anos 1960, o narrador aborda Maio de 1968, e alega que foi quando “o fundador do Partido Comunista italiano passa a escrever Os Cadernos do Cárcere”, apesar de Gramsci ter morrido em 1937 (BUZALAF, 2019, p. 05).

Estima-se aqui recorrer, ao menos em um caráter interpretativo e (re)contextualizado, as colocações de Rancière (2014) sobre a apresentação dos documentos e das narrativas sobre o passado. Em fato, não considerando o ofício do historiador, mas utilizando-se de uma de suas formas de produção narrativa sobre o passado, o documentário busca expressar certa legitimação acerca do que expressa sobre o passado. E não apenas expressa: traz à tona, testifica e legitima. Os ditos documentos secretos obtidos nos arquivos da StB vem para atestar um novo documento que permite a entrada de anônimos no universo dos falantes; as novas “descobertas” são, por si mesmas, expressas como o “próprio acontecimento”, constituintes de uma historicidade e memorialidade novas. Semelhante ao historiador descrito por Rancière (2014), são os entrevistados, os documentos, as imagens e as memórias que narram o passado que colocam-se em cena, expressando – em audiovisual – as novas narrativas que, segundo dizem, são bem mais do que narrativas: são o próprio passado, revisitado. Em uma (preocupante) releitura, o documentário apresenta o passado, pela força dos novos documentos e testemunhos que constituem uma “verdade” que são incapazes de, por si próprios, demonstrar: é a produção audiovisual de “1964: o Brasil entre armas e livros” que vai mostrá-la, colocando-a em cena numa narrativa coerente e, aparentemente, histórica.

Sobre os negacionismos e relativismos, que deslocam a narrativa do documentário de seu status revisionista, os exemplos são diversos:

- sobre a censura no período ditatorial no governo Médici, por Bernardo Kuster

“É engraçado porque as pessoas falam em regime militar, e da ditadura e da censura, mas a primeira coisa: todas as publicações da Teologia da Libertação foram feitas durante o regime militar. Por que ela surge durante os anos 70, fora do Brasil, escorre para todo Brasil e para as comunidades eclesiais de base durante os anos 70, pós-AI-5, contamina o Brasil inteiro e nada acontece? Que ditadura é essa? (...) Eu digo: que ditadura é essa, cara? Então, não há essa censura como se fosse uma censura geral.” (1964 -, 2019)

- sobre a relativização da censura nos espaços universitários, por Silvio Grimaldo

“Tinha repressão de vez em quando. A polícia entrava nas universidades, prendia um estudante ou um professor que estava ligado na guerrilha. Mas nunca houve um movimento de repressão violento nas universidades, de fecharem cursos, de proibirem publicação de livros etc. Isso nunca teve.” (1964 -, 2019)

- sobre um regime de “meia-ditadura”, por Lucas Berlanza

“Então existe uma força, embora ela não tenha o poder total, ela não exerça o poder

total, ela se sente no direito de obrar acima da Constituição. Então, você pode falar que há uma meio ditadura, vamos dizer assim, uma ditadura abstrata, uma ditadura eminente pairando sobre as regras. Então, essa ideia do terror da repressão era muito exagerada.” (1964 -, 2019)

Buzalaf (2019) argumenta que não existe argumento revisionista que se fundamente frente ao que propõe o documentário “1964: O Brasil entre armas e livros”. O filme mascara seu negacionismo, por exemplo, quando Olavo de Carvalho argumenta que o filme “dá voz a direita”, que não tinha espaço no âmbito cultural da Ditadura.

O filme histórico, segundo o historiador inglês Peter Burke, é um ato de interpretação. As imagens estão sempre ancoradas com o tempo de sua produção e, neste sentido, o filme 1964 – o Brasil entre armas e livros também reflete a necessidade de certos grupos alinhados a pensamentos conservadores registrarem narrativas que questionam e relativizam as atrocidades do período da ditadura brasileira, independentemente do rigor metodológico e científico que é constitutivo das abordagens historiográficas. É este o ponto que diferencia o revisionismo do negacionismo nas produções audiovisuais (BUZALAF, 2019, p. 10).

Para além do discurso mnêmico e/ou narrativo do passado que se impõe para o público que o assiste, reconhecendo a perspectiva de Rancière (2005, p. 57) acerca da potência do cinema documentário que se dedica ao “real”, assim como a força desse mecanismo na construção de um imaginário, os comentários públicos da mesma plataforma indicam a apropriação narrativa desse passado para a individualidade: o usuário “E. A.”, por exemplo, destaca que apenas hoje, aos seus setenta e sete anos de idade, observa um documentário que retrata com fidelidade tudo aquilo que ele mesmo viveu na época; “C. Z.” reflete que viveu tudo isso no período, e que hoje o Brasil está em boas mãos, visto seu atual presidente ter ligação com os militares e suas ideias; “M. S.”, dito acadêmico de História, também reflete seu apreço ao documentário, destacando que fará a exibição do mesmo para todos os seus alunos; “R. M.” aponta nunca ter aprendido História, apenas historiografia marxista; ou ainda, “L. N.”, que destaca a neutralidade e eficiência da narrativa, contemplando a informação do que realmente ocorreu no período militar, algo que nunca vai acontecer nas escolas². Em acréscimo, é nesse campo que inferimos análises que perpassam discussões teóricas: o documentário, enquanto construção narrativa de uma memória do passado, tal como as manifestações refletidas nos comentários públicos, podem representar a apropriação individual ou coletiva de um passado idealizado.

Nesse sentido, quais preocupações carregam tais usos, apropriações e (re) significações do passado para os historiadores e contexto atual? Em mesma medida, por que “alguns passados tendem a não passar”, resultando em constantes (re)visitações no tempo presente? Depois do destaque dado a receptividade e produção do documentário

2 Os nomes completos dos perfis dos usuários foram suprimidos. O destaque fica para a abordagem das ideias apresentadas por eles. Todos os comentários são públicos e foram extraídos do link oficial do documentário no youtube. Disponível em <https://encurtador.com.br/gyALV>. Acesso em 15 Dezembro 2021.

“1964: O Brasil entre armas e livros”, bem como em relação as inferências anteriores, esboçaremos algumas considerações acerca do fazer historiográfico, das narrativas do passado e das memórias e sua recepção no presente.

No campo historiográfico, são inegáveis as contribuições que as discussões teóricas e metodológicas alcançaram a partir da consideração da centralidade da memória e das narrativas sobre o passado nas discussões e debates, fomentando reflexões que, mais especificamente, foram configurando um campo específico dentro da historiografia contemporânea. Não que as discussões tenham – de alguma forma – saído do escopo das preocupações que circundaram as bases epistemológicas da ciência histórica de tempos idos, mas observa-se o destaque de um referencial mais robusto, em especial a produção ocidental, a partir de meados do século XX, quando muitas das estruturas e certezas (sociais e) humanas estavam abaladas pelo findar da Segunda Guerra Mundial e pelos terrores do holocausto. Esses eventos levantaram reflexões intensas, pautadas no (re) pensar sobre quais legados, individuais e coletivos, o passado impunha, sublinhando no homem contemporâneo a urgência de compreender a memória com fins de reconhecimento de identidades, semelhanças e diferenças, para compreender a si e ao outro. O interesse pelos traumas (e também ressentimentos) daquele contexto contribuíram para emergir a importante noção de que os nossos sentimentos – e interpretações – assinalavam posições (individual ou coletivamente construídas sobre o passado) perante e sobre o mundo contemporâneo (BENTIVOGLIO; DURAN, 2013). E é nesse espaço, intimamente pessoal da memória – embora (re)orientado pela experiência coletiva dos indivíduos – que a incorporação da análise do passado, pelo historiador, tende a desafiar e acrescentar. O historiador, hoje muito questionado e desprestigiado em contextos diversos, é o profissional capaz de munir-se, como idealizado por Duby (1993, p. 109-110), de todas as possíveis falas sobre o que não apenas o fato, mas também o seu advento, é capaz de suscitar.

Pois é nisto que o acidente factual pode nos interessar, a nós historiadores das estruturas. O fato explode. Seu choque repercute no mais profundo, e cabe esperar que venha à tona, emanando na penumbra onde costuma estar encoberta, uma quantidade de fenômenos que não falamos em voz alta no decorrer habitual da vida. Ora, enquanto falamos, do fato, em muito ao ruído que fez e à insólita inflação do discurso, faz-se alusão a que ali há certas coisas tão simples e banais que ninguém pensa em notá-las e que por esse motivo nos escapam, a nós historiadores. Além disso, quando o fato é importante, fala-se dele, e o que a seu respeito se diz vai sendo aos poucos transformado, no complexo jogo a memória e do esquecimento. Tais modificações ainda são reveladoras, para nós, dessas forças obscuras que atuam sobre a memória ao longo das gerações (DUBY, 1993, p. 110).

A objetificação da memória e das narrativas do passado, com efeito, levam o historiador a duas mínimas percepções (e, por conseguinte, preocupações): de um lado as experiências individuais dos homens, suas relações e experiências – culturais, sociais, econômicas e demais interações pessoais com o mundo exterior – pautadas

nas possibilidades e na historicidade de seu tempo e espaço; e de outro a complexa rede de estruturas discursivas externalistas ao próprio ser, que perpassam, compõem, selecionam e constroem a(s) realidade(s) histórico-cultural(is) da sociedade onde este indivíduo está inserido. Nesse sentido, inferir análises às condições estruturantes das narrativas (de memória) e dos discursos sobre o passado possibilitam o revelar de micro e macro manifestações sobre as relações dos homens e suas experiências no tempo, e, logo, da própria dimensão histórica. Entendemos que as micro manifestações, reveladas nas experiências individuais dos homens, em um sentido que ultrapassa as percepções de Duby acerca da memória que não se enquadra em um período histórico particular, são consideravelmente dotadas da *capacidade* de (re)criarem interpretações singulares das relações do indivíduo com seu tempo e, portanto, (res)significarem as próprias experiências com a História, tal como as macro manifestações que, em termos gerais, se evidenciam em uma narrativa historiográfica mais ou menos compactuada pelos pares e/ou referenciais epistemológicos. Tais percepções, todavia, não resolvem a problemática de suas instâncias, ao passo de que, do ponto de vista epistemológico, “o indivíduo puro” não pode ser perfeitamente isolado. É a dificuldade de estabelecer a fronteira clara entre o que classificamos e observamos como “indivíduos” porque, nos contextos, eles se confundem. É a clara consideração dos elementos de alteridade que nos colocam a pensá-los relacionalmente, o que implica na admissão de que um indivíduo não é apreensível sem o outro, e que, por fim, não existe sem o outro. Em mesma medida nos deparamos com a problemática da própria sociedade, ao tentar analisar uma dita totalidade que perfaça uma “unidade dotada de sentido”. Portanto, aos historiadores é necessário, ao mesmo tempo em que desafiador, inferir certo nível inteligível acerca do que, com efeito, existe além do(s) indivíduo(s) e do “eu”, ao passo de que é grande a dificuldade em compreender o que ele(s) é (são) e em que medida se separa de quem o(s) evoca(m), dado que as chaves conceituais e afetivas que as constituem são incrivelmente diversas ao longo da história humana. Ainda nesse sentido, apontaremos, a seguir, elementos que constituem ao fazer historiográfico, frente aos outros discursos sobre o passado, caminhos e possibilidades.

A distinção entre história e memória, para Paul Ricoeur, não finda - em si mesma - as possibilidades de investigação da ciência histórica tomando como objeto a memória e outros discursos sobre o passado/tempo, sendo possível – guardadas as devidas considerações – algumas inserções dialógicas. Para Ricoeur, a História deve ser capaz de apontar outra representação do passado, para além daquela proposta pela memória (individual ou coletiva). Ela deveria ser crítica para frisar, coordenar e sintetizar as considerações sobre o passado, equacionando os pesos carregados pela(s) memória(s) ao mesmo passo em que os mensura e corrige. Como um *médico ou sacerdote da memória*, a ciência histórica deve ser capaz de analisar criticamente as situações traumáticas, tendenciosas e limítrofes (RICOEUR, 2007; LORIGA, 2009; BENTIVOGLIO; DURAN, 2013).

Nos últimos meses da história do Brasil, mais especificamente após a eleição

presidencial de 2018, temos observado diversos discursos entoados por figuras públicas da política nacional, ou também em espaços de divulgação de jornais e mídias alternativas, que parecem evocar determinadas memórias e colocações sobre o passado brasileiro que, em aspectos gerais, divergem ou minimizam o caráter científico e de validação das principais correntes historiográficas nacionais acerca da nossa própria história. Tais memórias, que se transferem para determinada coletividade por meio destas formas de discurso – principalmente do eleitorado, do porta-voz e/ou canal de informação –, contribuem para que seletivas e incompletas, para não dizer subjetivas e meramente íntimas, versões sobre o passado possam, na receptividade das experiências individuais da população, inculcar ou reforçar o espectro das memórias coletivas, corroborando para os atuais processos de “revisonismo histórico” ou, o ainda mais perigoso e destrutivo, negacionismo histórico. O contexto brasileiro atual produz certos elementos que, em uma primeira instância, podem parecer insignificantes, mas as proporções relacionadas às apropriações desses elementos são preocupantes: são discursos políticos, narrativas filmicas, reducionismos factuais, simplificações estratégicas que buscam silenciar e desprezar as bases epistemológicas do olhar e do trabalho do historiador, colocando até mesmo em cheque seu espaço de formação acadêmica e a relevância das humanidades dentro do espaço universitário. E se o presente é “incomodado” pela presença das coisas-do-mundo, reconhecemos aqui uma dentre as possíveis visibilidades dessas “presenças no presente”:

Essa dimensão política da comemoração foi acompanhada, no Ocidente, por uma transição mais generalizada da crença dominante no futuro da modernização para um investimento muito difundido no passado, através de ondas de nostalgia e moda retrô (HUYSSSEN, 2014, p. 139).

Discursos sobre o passado, produzidos no contexto brasileiro atual, articulam sombras de um passado que parecem se projetar em torno de um novo horizonte: o presente que parece se alargar, em perspectiva alinhada a Gumbrecht (2015), relaciona-se também com o passado e o futuro, marcando e/ou construindo presenças que organizam novas formas de relações e interpretações dos homens com seu tempo. Tal constituição remete a um novo cronótopo da vida globalizada do século XXI.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925 – 2017) dedicou grande parte de suas contribuições teóricas na composição e caracterização do contexto histórico que denominou “modernidade líquida”. Tal denominação é simbólica, ao passo que – em sua análise – a queda do muro de Berlim representou o (início do) fim de muitas das “certezas” que, desde o seu forjar no longínquo século XV, garantiam a “solidez” estrutural do mundo. A desintegração desse antigo modelo “sólido” de composição social, cultural e econômica resultaram, pós-Guerra Fria, na ausência de modelos e sistemas com configurações universalmente válidas, impactando a vida das pessoas e, com efeito, das gerações vindouras. A “modernidade líquida”, portanto, carrega na simbologia da “liquidez” as incertezas pelas quais os homens (re)orientam suas vidas, em uma onda

extremamente veloz e impactante de transformações em todas as áreas. Com o findar do (aparente positivo) fluxo natural de desenvolvimento tecnológico e supremacia da razão (a exemplo das tecnologias envolvidas nas bombas atômicas da Segunda Guerra Mundial e da(s) crise(s) da democracia), as indefinições e inseguranças modelam o comportamento humano, e nenhuma esfera – orgânica e inorgânica – do espectro social parece se sustentar e garantir-se inflexível. E os exemplos são variados: economia, trabalho, relacionamentos, política, amor, tecnologia, religião – tudo é modelado no (e para o) presente, gerido com a(s) incerteza(s) do amanhã. A unanimidade do “viver o presente” fez-se característico na esfera social e pessoal, em uma primeira instância (BAUMAN, 1999, 2001, 2003, 2004, 2007).

“E se a memória mais não fosse um produto da imaginação?”. A citação de Le Goff (1992, p. 427) sobre *André Breton*, em passagem do *Manifesto do Surrealismo*, parece ser interessante aporte para nossa discussão. Pensar a constituição não apenas das memórias, mas também de outras formas de discurso e narrativas sobre o passado, é necessário para inferir acerca de intencionalidades ou interesses em relação às presenças de passado que marcam o presente. O saudosismo, o sentimento de vivência de bons tempos e as boas lembranças do “passado narrado”, “revisitado” ou “negado”, porém, se chocam com as gerações que coexistem no atual regime de temporalidade, que podem negar ou reforçar narrativas, sendo tomadas como legítimas tal como, se não mais, a historiografia. A problemática é maior quando reconhecemos que, com o passar do tempo e continuidade desse cenário, os discursos daqueles que vivenciaram ou escreveram sobre o passado, podem ser silenciados pela força simbólica constitutiva de outras histórias sobre o passado, carentes de referencial epistemológico. Esses novos discursos, em uma perspectiva teórica que necessita de continuidade de análise, dão espaço para uma discussão aparentemente inédita: produzem memórias e narrativas sobre o passado não meramente contextualizadas no campo do tempo passado, vivido, rememorado, mas constituem memórias e passados igualmente relevantes no presente e carregadas para (possíveis) interpretações e expectativas futuras. Essa discussão demanda certa operação reflexiva e de elementar inferência, no que tange a sua inteligibilidade. O contexto brasileiro dos últimos anos fomentou discussões acerca dos aspectos positivos e/ou negativos da intervenção militar, refletindo em posições contrárias ou favoráveis ao período militar, nas diversas esferas. O período da Ditadura Militar é, recorrendo à perspectiva de Gumbrecht (2015), uma presença que marca e (re)orienta o presente. A seleção e divulgação pública de um seletivo passado por meio do documentário “1964: o Brasil entre armas e livros” também condiz com a atual conjuntura política e social do Brasil, que viu a eleição presidencial de um candidato conservador, com passado e ligações particularmente fortes com o exército e com formas de militarismo, evocando um elo com passado que se justificava ao presente e que se projetou como possibilidade futura. Com efeito, o princípio de legitimidade da utilidade e valoração do passado “revisado e/ou negado” no

presente nos leva ao (mínimo) levantamento hipotético de que o mesmo é organizando a partir de uma noção de expectativa, onde o presente não se justifica no mero diálogo interpretativo do passado coletivo, mas sim em sua ruptura, razão pela qual vislumbramos a consideração de estendê-lo também ao “advir” – conceitualmente situado no tempo futuro. É o pensar da memória em uma abordagem relacional e psicanalítica, conforme Gondar (2008), que pressupõe que o passado mnêmico, seja individual ou coletivizado, pode ser tanto evidentemente recordado quanto eficazmente reinventado. Isso nos levaria para um deslocamento, em primeira instância, do princípio dialógico do tempo para um passado que se presentifica, enquanto referencial de análise, e que também pode se especular como retorno, na projeção do futuro. Aí se apresenta o ineditismo: memória(s) e discurso(s) do passado que não se limita(m) apenas ao tempo vivido, recordado, enquadrado em um momento “que já se fora”; é uma construção sobre o tempo passado, que se presentifica e atribui valor de expectativa na modelagem do futuro, pautado em referenciais ou (re) construções acerca do passado.

A observação das presenças do passado que (re)orientam o presente também operam, em caráter dialógico, com as teorias baumanianas a partir da tradução póstuma – em língua portuguesa – da obra *Retrotopia* (2017). Ao apontar para a *volta ao passado na era da nostalgia*, Bauman destaca como a liquidez característica de nosso tempo histórico distanciou as relações entre o poder e a política, resultando em um modelo social pautado na ausência de referenciais e esperanças na felicidade vindoura, anteriormente estabelecidas em um futuro a ser construído e/ou alcançado. É o distanciamento da projeção de felicidade em um lugar idealizado no tempo futuro – como na utópica ilha de Thomas More – que contribui para a glorificação de tempos, práticas e projetos do tempo passado. É também nesse espectro de ideias e ideais do passado que os extremismos, como os nacionalismos exacerbados e o fechamento de fronteiras, recuperam espaços e se fixam nos referenciais coletivos (BAUMAN, 2017). Embora não trate especificamente das narrativas e memórias sobre o passado – ou de suas relações com as visões historiográficas –, as contribuições baumanianas em *Retrotopia* acrescem à nossa discussão, ao passo de que exemplificam de que forma os discursos, visões e narrativas do passado podem interpelar nas projeções humanas do próprio passado no tempo presente e futuro, corroborando para a percepção da resignificação e do deslocamento conceitual da(s) memória(s) – individual e coletiva – e narrativas sobre o passado no tempo presente.

Para os historiadores e para a historiografia, manifestamos a relevância do pensar nessa articulação de proposta de análise histórica, que ultrapassa a abordagem fenomenológica da mera narrativa do passado ao presente, partindo do pressuposto de que a recepção dessas memórias e narrativas reorientam a relação do indivíduo com o passado, problematizando o presente e deslocando a relação tempo-passado – muito característica das discussões historiográficas – para uma projeção de expectativa retornável no tempo-futuro. Em inferência, cabe-nos analisar a sua plausibilidade a partir da consideração de

que nenhum elemento recursivo das construções narrativas ou mnêmicas do passado – seja ela coletiva ou individual – é carregado de inocência ou neutralidade. Pelo contrário, é a partir da imparcialidade recursiva do indivíduo e do coletivo que endossamos as discussões desta pesquisa, que visa esboçar a existência de configurações inteligíveis. É o movimento, esboçado nos referenciais teóricos de Certeau (2012, p. 45), que leva a historiografia a lutar contra as fabulações, os mitos e as lendas da memória, mas que – acrescentamos – levam-nos a (re)visitar as (re)configurações do próprio objeto conceitual que é o passado. Ainda que memórias ou narrativas não reflitam contextos e determinismos históricos, cabe-nos, nesse sentido, considerar e problematizar a essência e os valores daquilo que Gagnebin (2006, p. 44) chama de “rastros”, ou seja: aquilo que, dentro da superficialidade e imparcialidade da receptividade dos homens e de suas memórias, reflete de tensão entre a presença e a ausência da História e do passado. Relação de presença e ausência que permeia unicamente os indivíduos no que tange sua(s) ações/reações, agregando reflexões no campo da ciência histórica.

Porque a memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente. Riqueza da memória, certamente, mas também fragilidade da memória e do rastro (GAGNEBIN, 2006, p. 44).

CONCLUSÕES

Discussões complementares fazem-se necessárias, com efeito, no analisar do possível deslocamento mítico, infundado, idealizado que tende a ser recursivamente característico da receptividade das narrativas sobre o passado, ao passo de que as experiências dos indivíduos no tempo, conceitualmente fragilizadas e carregadas de rastros individuais e/ou coletivos, não expressam a exatidão dos tempos idos: seja pelo campo sensível das experiências humanas, ou pelo princípio de historicidade dos homens, o passado pode projetar-se enquanto uma ilusão, não refletindo a exatidão das experiências e dos contextos históricos vividos e/ou existentes. (Quase como uma) Natural consequência, o deslocamento do passado projetado como expectativa de retorno no tempo-futuro gera uma dupla ilusão: a da rememoração do passado, que é (res)significado na experiência humana a partir de um referencial questionável de História e de historicidade; e a própria expectativa de retorno no tempo-futuro, que não se idealizará em nenhum alcançável (e possível) presente pois, ao pertencer ao tempo-passado fragilizado (e por que não fabricado?) do indivíduo, não se concretizará. É, em certa medida, o diálogo filosófico acerca da idealização da experiência do passado com aquilo que Badiou (2017) trata de “real-real” e de “real-imposição/imaginário”, a partir da experiência humana.

A angústia dos homens, tratada na base psicanalista, desvenda-se a partir do tratamento/enfrentamento do real (BADIOU, 2017, p. 14). E no cenário do tempo presente,

onde as angústias e incertezas se mostram aterrorizantes aos homens do tempo presente, os indivíduos idealizam (ou mais passivamente recebem) um imaginário sobre o passado, no qual estabelecem um “porto seguro”. A resignificação do passado, por consequência, também carrega as mesmas seguranças que podem deslocá-la para o tempo-futuro. Aqui a necessidade de novas inferências, frente a idealização de um passado-no-futuro que nunca se concretizará.

Para Badiou (2017, p. 22), o real se revela na ruína do semblante, do aparente... E se o presente ou futuro parecem agressivos, o passado se fortalece: para não significar o real – ou seja, a historicidade do tempo presente ou a visão do passado *tal como ele foi* – o passado se idealiza no regresso ao conforto do *útero*³, onde o ser humano se torna invencível e tomada por vida.

Outra inferência na abordagem diz respeito as dificuldades, e por vezes ausências de intencionalidades, do ato de rememoração e projeção do passado. Tal inteligibilidade, por sua vez, tende a exigir do historiador, dada a dimensão humana de experiência e de relação com o passado histórico. Badiou (2017), ao dialogar sobre as distinções entre o real e o semblante (significado aparente/idealizado do real), aponta elementos discutíveis que aqui se somam a nossa análise.

Através desses zigue-zagues, chegamos ao seguinte importante enunciado: todo acesso ao real é também sua divisão. Não existe o real que se trataria de depurar do que não é ele, e de maneira necessária, uma divisão, não apenas do real e do semblante, mas também do próprio real, visto que há um real do semblante (BADIOU, 2017, p. 24).

Ora, no movimento de rememoração ou recepção do passado encontramos a fugacidade das incertezas, dividindo espaço entre “o que é História” e o que é “construção”, ao passo de que a narrativa do passado se configura como um “elemento indissociavelmente real” para o indivíduo. É o reconhecimento de que “a máscara do passado”, pela qual interpreto o tempo-presente e projeto o tempo-futuro (tanto a mim, como ao outro), se constitui como um *real* originalmente individual, reforçando as seguranças e resultando em maior dificuldade de rompê-lo ou enxergá-lo (como *aparente*, como *semblante*, como *construção*).

Aqui crescemos e manifestamos a necessidade do ofício reflexivo do historiador que objetiva as narrativas do passado do/no tempo presente a partir de dois pressupostos – igualmente relevantes: “o real, nesse caso, é o que vem assombrar o semblante” (BADIOU, 2017, p. 22), tornando possível que a máxima, a lógica e a reflexão teórico-historigráfica questione tanto as narrativas sobre o passado como suas (res)significações; em mesma medida que sua investigação histórica compreende que “o real é sempre aquilo que se descobre ao preço de que, o semblante que nos subjugua, seja arrancado” (BADIOU, 2017, p. 27) nesse árduo processo de inferências e análises históricas dos pesquisadores que não

3 O termo *útero* faz parte da discussão de Bauman (2017), que cria a analogia do útero para representar um espaço de segurança e conforto, onde as responsabilidades e o encarar da realidade, pelo homem moderno, inexistem.

podem negar as resistências e o lugar estabelecido das novas formas de imposição narrativa sobre o passado. É também no campo multidisciplinar do historiador do tempo presente que a relação dialógica com as formas das artes, das composições e conceituações do campo da memória, das narrativas legitimadoras das ciências humanas, que as múltiplas (divergentes, convergentes ou inéditas) considerações sobre um mesmo objeto comum rendem frutos: o (re)pensar sobre os homens e suas relações (individuais e coletivas) com o passado e o tempo. E a advertência, aos desavisados historiadores que trabalham no campo do presente, é igualmente desafiadora: é em nosso mundo, afinal, que observamos a ampliação das formas de narrativa sobre o passado; é também em nosso mundo que “o semblante adquiriu tamanho vigor que cada um de nós pode viver, e desejar viver, como se estivesse a salvo de tudo aquilo que poderia ser um efeito real” (BADIOU, 2017, p. 44) na História, inferiorizando nossas responsabilidades e posicionamentos enquanto agentes sociais de transformação.

Ainda que nos debrucemos em uma perspectiva neoplatônica (eventualmente julgada como ambiciosa), a perspectiva de Badiou nos inscreve em discussões centradas em torno das outras narrativas sobre o passado que, com efeito, entrelaçam-nos à espaços pertinentes ao campo teórico e filosófico da própria História, na medida em que nosso “fazer historiográfico” reside no questionamento e no cruzamento dos objetos, fontes, e outras variáveis existentes nas relações entre os homens e o tempo. É, também, uma discussão especulativa de valor político, em torno da compreensão e contribuição da História, frente a outros discursos e saberes científicos da contemporaneidade.

O regime da atividade do historiador, ainda que inserido em uma performatividade da linguagem, deve reconhecer sua relação tênue e crítica com o “real”, na medida em que articula-se em expedientes precários e parciais. Produzimos, nesse contexto, relações a partir de conceitos de universalidade circunstanciais e instáveis, mas inegavelmente envolvidos em uma abordagem crítica e de inferências ao que, mesmo precariamente, se torna possível vislumbrar desse “real”. A diferença entre o discurso que o historiador profissional produz e aqueles que operam no regime de narrativas ou memórias do passado é que, para o primeiro, existe a obrigação profissional e metodológica de cruzar, ainda que de forma mais ou menos bruta, implicações autocríticas acerca dos próprios valores universais do sujeito com valores de outros sujeitos e de outras fontes inteligíveis, que se mostrem diferentes. Ainda que “não necessariamente falsos”, os discursos narrativos ou mnêmicos sobre o passado podem revelar o acesso a um “semblante” configurado em experiências radicalmente diferentes do conhecimento histórico. É por isso que elas precisam ser “contextualizadas” e costuradas em uma série documental rigorosamente inferida, visto que ilustram aspectos diferentes de um conjunto de experiências cuja pessoalidade se desloca do contexto histórico. Em uma perspectiva benjaminiana, não se trata de tentar reconstruir a história e o passado tal como eles foram, mas de reconhecer a responsabilidade ética com o passado e a função política e científica atrelada ao fazer historiográfico.

REFERÊNCIAS

BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido**. Tradução de Fernando Scheibe. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BENTIVOGLIO, Julio; DURAN, Maria Renata da Cruz. Paul Ricoeur e o lugar da memória na historiografia contemporânea. **Dimensões**, n. 30, p. 213-244, 2013.

BUZALAF, Márcia Neme. Revisionismo ou negacionismo? A Ditadura Civil-Militar no Filme “1964: O Brasil entre armas e livros (2019)”. In. 42º Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação. Belém/PA, 2019. **Anais do 42º Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação**. Belém: Intercom, 2019. p. 1 – 12.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise**: entre ciência e ficção. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

DUBY, Georges. **A história continua**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro. Zahar/UFRJ, 1993.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 7, n. 13, 2008.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente**: o tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Unesp, 2015.

HUYSSSEN, Andreas. A cultura da memória em um impasse: memoriais em Berlim e Nova York. In. HUYSSSEN, Andreas; RIBEIRO, Vera. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, práticas da memória. Contraponto, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996.

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In. GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso. **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da História**: ensaio de poética do saber. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Filme

BRASIL PARALELO. **1964**: O Brasil entre armas e livros. Produção: Brasil Paralelo. Brasil, 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg> . Acesso em: 15 Dezembro 2021 .

CAPÍTULO 14

O BANCO MEDICI NA ERA DE COSIMO, O VELHO, COMO INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DO PODER POLÍTICO-ECONÔMICO: A PERSPECTIVA DE MAQUIAVEL E GUICCIARDINI

Data de aceite: 01/02/2022

Bianca Coradin Benedeti

Mestranda na Universidade Paulista Júlio de
Mesquita Filho
Franca/SP
<http://lattes.cnpq.br/7368994837919096>

RESUMO: A cidade de Florença, situada na península italiana, é uma exceção frente as diversas cidades europeias do final da Idade Média. Dentro de um território fragmentado politicamente em cidades independentes, se desenvolveu como uma república autônoma e sem domínios exteriores sob si, desde o século XIII. Todavia, o modo com o qual a cidade era de fato governada era um jogo de poder de algumas famílias ricas e influentes da cidade.¹ Dentre essas, a família Medici, passou a dominar e governar Florença desde o século XIV, a partir de um poder político-econômico proveniente da produção têxtil e principalmente do Banco Medici, fundado no século XIV. Este, um domínio que perdurou por séculos, reconstituiu e determinou seus caminhos no jogo político e econômico da Itália e em alguns aspectos da Europa. De modo que, a cidade de Florença, se tornou um dos mais importantes centros de difusão do Renascimento. O objetivo aqui é compreender o estabelecimento e o domínio do Banco Medici em conjunto com a família, na cidade de Florença.² Para tanto, utilizaremos o livro História de Florença de Maquiavel e História de Florença

de Guicciardini.

PALAVRAS-CHAVE: Cosimo; Medici; Banco; Florença.

THE BANCO MEDICI IN THE ERA OF COSIMO, THE ELDER, AS AN INSTRUMENT FOR THE CONSOLIDATION OF POLITICAL AND ECONOMIC POWER: THE PERSPECTIVE OF MACHIAVELLI AND GUICCIARDINI

ABSTRACT: The city of Florence, located on the Italian peninsula, is an exception to the various European cities of the late Middle Ages. Within a territory politically fragmented into independent cities, it has developed as an autonomous republic with no external domains under it, since the 13th century. However, the way in which the city was actually run was a power play by some of the city's wealthy and influential families. Among these, the Medici family, came to dominate and govern Florence since the 14th century, from a political-economic power arising from the textile production and mainly from the Medici Bank, founded in the 14th century. This, a domain that lasted for centuries, reconstituted and determined its paths in the political and economic game of Italy and in some aspects of Europe. So, the city of Florence became one of the most important centers of diffusion of the Renaissance. The aim here is to understand the establishment and ownership of Banco Medici together with the family in the city of Florence. For that, we will use the book History of Florence by Machiavelli and History of Florence by Guicciardini.

¹ Cf. Tenenti, 1973, pp.12-17

² Ibid. pp.48-52

KEYWORDS: Cosimo; Medici; Banco; Florença.

A Europa dos séculos XIV e XV passou por um movimento que conhecemos como Renascimento. Segundo Burckhardt, esse movimento se iniciou na Itália e posteriormente se espalhou para o mundo. O momento de renascimento do indivíduo, que retorna aos conhecimentos da antiguidade, como um guia, para resolver problemas práticos. No qual buscavam a solução de desafios³ que tinham por objetivo a expansão da cristandade e crescente necessidade de matéria prima, após o conjunto de dificuldades que se abateu sobre a Europa entre 1320-1450, como epidemias, mortalidades e necessidade de metais preciosos.⁴

A Itália era um forte centro de efervescência cultural pois era um cenário com representações muito presentes da antiguidade. O lugar onde “[...] pela primeira vez, o espírito do Estado europeu moderno manifesta-se livremente, entregue a seus próprios impulsos.” (Burckhardt, 1983, p.37).⁵

A cidade de Florença foi declarada uma República independente desde 1293.⁶ Segundo Burkhardt,

A mais elevada consciência política, a maior riqueza e modalidades de desenvolvimento humano encontram-se reunidas na história de Florença, que, nesse sentido, por certo merece o título de primeiro estado moderno do mundo. Ali, é todo um povo que se dedica aquilo que, nos Estados principescos, constitui um assunto de família. O maravilhoso espírito Florentino, dotado igualmente de um aguçado caráter racional e artístico, transforma incessantemente as condições políticas e sociais, descrevendo-as e julgando-as com igual frequência. Florença tornou-se, assim, o berço das doutrinas políticas e teóricas, dos experimentos e saltos adiante. (1983, p.98)

No decorrer do século XIV e XV a família Medici, sob a liderança de Giovanni di Bicci de Medici, começou a enriquecer e adentrar o ramo dirigente da cidade de Florença. Após a fundação seu próprio banco em 1397, datada como a fundação do Banco Medici.⁷

Sob sua administração o Banco foi moldado, iniciando e instaurando os primeiros métodos de negócios que iria utilizar⁸, resultando na primeira expansão, durante sua administração e estabelecimento de filiais em Roma, Veneza e Gênova⁹. Além disso, se tornou o banco responsável pela Cúria, ou seja, responsável pela administração do dinheiro do papado¹⁰. A igreja usava os serviços bancários em virtude do perigo de transferência de fundos pela Europa, coisa que o Banco realizava com impressionante eficiência. Cabe

3 Houve a criação e construção de diversas estradas que foram extremamente importantes para o comércio em toda a Europa. (DELUMEAU, 1984, p.151)

4 Cf. Delumeau, 1984, pp.41-74

5 Cf. Burckhardt, 1983, pp.30-39

6 Cf. Hibbert, 1993, p.23

7 Cf. Roover, 1963, pp.2-4

8 O método aqui citado é a Letra de Câmbio. Semelhante a um título de crédito moderno. (ROOVER, 1963, pp.289-297)

9 Cf. Hibbert, 1993, p.29

10 Concedido pelo papa Martinho V (HIBBERT, 1993, p.29)

ressaltar que o Banco Medici não podia cobrar juros da igreja, pelo pecado da usura, e muitos dos artigos de luxo como sedas e joias eram vendidos ao papado com valores elevados¹¹. Em contrapartida, os Medici usavam a influência que tinham na Cúria, para indicação de bispos.¹²

É importante ressaltar que esse não foi o primeiro Banco a conduzir negócios na Europa, mas foi extremamente eficiente. Como destacado por Hoover em “[...] their success was mainly due to the efficient use of existing methods and proven techniques. (ROOVER, 1963, p.6)

Sua estrutura de administração era feita a partir de uma combinação de parcerias com os gerentes das filiais. Segundo Hoover, cada filial era composta por um gerente¹³ escolhido pelo Giovanni e a partir de 1429 por Cosimo, e funcionavam de forma independente. O controle das subsidiárias, ou filiais, era feito a partir do investimento da maior parte do capital inicial, ou seja, o montante de giro inicial que era necessário para seu estabelecimento. Além disso, os Medici ainda garantiam seu direito de inspecionar e supervisionar o andamento das filiais. E cada uma delas era um *ragione*, ou seja, uma entidade legal completamente separada das outras.¹⁴ Sendo esse método organizacional de negócios a grande inovação estabelecida pelo Banco Medici.

Sob a astuta capacidade de liderança e complexa visão de negócios de Cosimo, que assumiu os negócios após o falecimento de seu pai, o Banco Medici prosperou e abriu filiais em Milão, Genebra (que em 1466 mudou-se para Lyon), Bruges, Londres e Avignon. Entre os clientes¹⁵ do banco se encontravam, príncipes, governantes, comerciantes respeitáveis e o papado¹⁶. O *catasto* de 1457, um tipo de imposto florentino baseado na fortuna, mostrou que a família Medici era mais rica que qualquer outra da cidade e pagava o mais alto imposto.¹⁷

Os Medici possuíam também estabelecimentos comerciais de seda e lã em Florença. E assim como no setor bancário, o sucesso dependia da eficiência do gerente escolhido. Uma parte dos lucros obtidos na produção têxtil era destinado ao Banco, que também eram responsáveis pela venda e distribuição dos produtos.¹⁸

Apesar de sempre ter tentado não usufruir publicamente de privilégios políticos, Cosimo chegou a ocupar três vezes o cargo de *golfalonieri* da Justiça¹⁹, foi diversas vezes

11 Cf. Hoover, 1963, pp.196-201

12 Ibid. pp.210-217

13 Segundo Hoover “[...] gerentes locais, usualmente não eram empregados, mas parceiros. Todo gerente, em vez de receber um salário, era remunerado por participar nos lucros de seu banco.” (1963, apud Hoover, Raymond, p.47)

14 Cf. Hoover, 1963, pp.81-82

15 Alguns exemplos são, Philippe de Commines, senhor d’Argenton (diplomata francês), Conde de Campo Basso, Guillaume Bische (membro do tribunal da Borgonha), Francesco Sforza (duque de Milão). (ROOVER, 1963, pp.103-105)

16 Segundo Hoover, “[...] a Igreja e os clérigos estavam entre os melhores clientes de banqueiros internacionais como os Medici e não podiam prescindir de seus serviços.” (ROOVER, 1963, p.116)

17 Cf. Hoover, 1963, pp.27-28

18 Cf. Hoover, 1963, pp. 182-190

19 Era o mais alto cargo do Estado florentino. Sendo assim, era o chefe da república por um breve período e responsável por guardar o estandarte da cidade. (RUBINSTEIN, 1969, pp.34-35)

oficial da dívida pública, foi incumbido diversas vezes de missões diplomáticas²⁰ e sob o aspecto de liberdade, governou nos bastidores, sendo que nenhuma grande decisão de Estado era tomada sem consultar o *Palazzo Medici*.²¹

Dado o cenário italiano e da Europa no Renascimento, em que o Banco Medici se desenvolveu, vale reiterar que no século XV, ainda havia profundas marcas da antiga ordem, ou seja, a nobreza medieval.²² Florença foi uma cidade que tinha no comércio seu poder e dele surgiram os Medici. Uma família sem sangue nobre que ascendeu²³ por meio do poder econômico que o Banco Medici proveu.²⁴ Tal processo de crescimento e ascensão foi registrado em diversas fontes, entre elas, os livros de Maquiavel e Guicciardini, intitulados História de Florença.

Nicolau Maquiavel (1469-1527), historiador e filósofo florentino do século XV, não integrava a nobreza e os mais ricos.²⁵ Foi funcionário público da República florentina, além de um estudioso humanista. Em contrapartida, Francesco Guicciardini (1483-1540), também um historiador do mesmo período, foi um político, e, descendia de uma família rica que era associada aos Medici, política e economicamente, há mais de duas gerações, portanto era um profundo defensor e partidário dos Medici. Vale ressaltar aqui as diferenças de classes sociais dos dois escritores, pois isso se refletiu no seu modo de concepção da história e na escrita da história florentina. Enquanto Maquiavel acreditava que a força propulsora da política era a história, Guicciardini defendia que era a experiência imediata.²⁶ Ademais, os dois livros foram encomendados pelos Medici, portanto, tinham de ser escritos para favorecê-los na história.

No livro de Guicciardini, os Medici são exaltados. Sendo assim, a história é contada por meio dos eventos políticos que ocorreram. A partir do início do estabelecimento da família no ramo dirigente da cidade, desde o enriquecimento de Giovanni di Bicci.²⁷ Ao tratar da consolidação do poderio Medici, afirma que Cosimo se estabeleceu, política e economicamente, por meio de sua habilidade e riqueza, que provinha do Banco Medici. Como é dito em,

Cosme fue una persona sumamente hábil; era más rico que cualquier otro ciudadano privado conocido en aquel tiempo; fue muy generoso, principalmente en cuanto a construcciones, que eran dignas de un rey y no de un simple ciudadano. [...] por su habilidad, sus riquezas y su esplendidez

20 Cf. Maquiavel, 1998, p.396

21 Cf. Hoover, 1963, p.75

22 "No político, esta continuidade se expressou pela sobrevivência de uma forma de governo profundamente oligárquica, e, em suas relações exteriores, de um sistema de equilíbrio que assegurava a Florença o estatuto de grande potência independente da Itália." (1969, apud Rubinstein, Nicolai, p.42)

23 Cosimo casou-se com uma nobre. (HIBBERT, 1993, p.33)

24 "Florença dominou a vida econômica do ocidente nos séculos XIV e XV com as suas três gerações de grandes companhias mercantis, testemunhas renovadas da prosperidade da cidade." (1983, apud Burckhardt, Jacob. p.219)

25 Sua família tinha poucas posses. (GARCÍA, 1990, p.17(prólogo))

26 Cf. García, 1990, p.17 (prólogo)

27 Cf. Guicciardini, 1990, p. 73-75

obteve tanta fama como tal vez ningún ciudadano privado había tenido, desde el ocaso de Roma hasta su tiempo. Y en medio de tanto esplendor, vivía en su casa como simple particular, con modestia, cuidando al mismo tiempo sus propiedades, que eran muchísimas, y sus negocios, en los cuales tuvo tanto éxito que no hubo persona que se relacionara con él como socio o administrador que no se enriqueciera (1990, p.81)

Em contrapartida, Maquiavel, em *História de Florença*, exalta os Medici, mas subjetiva as críticas pois o trabalho havia sido encomendado por eles.²⁸ É possível perceber isso ao estudar os demais trabalhos deixados por Maquiavel, em que mostra que as leis em Florença têm menos poder que os homens num regime que a liberdade foi suprimida, portanto, criticando a supressão ao poder pelos Medici.²⁹ A liberdade é uma liberdade negativa,

Cosimo era homem de grande prudência, de aparência austera e agradável, liberal e humano; nunca tentou coisa alguma contra o Partido nem contra o estado, mas dedicava-se a beneficiar a todos e, com sua liberalidade, a fazer de muitos cidadãos seus partidários. (MAQUIAVEL, 1998, p.262)

Sobre o estabelecimento da família no poder, principalmente, na era de Cosimo, por meio do poder econômico promovido pelo Banco Medici, destaca que o mesmo obteve isso, principalmente, por meios privados, que seria o uso do dinheiro, na ajuda de cidadãos, doações públicas e o beneficiamento daqueles que se relacionava e, em decorrência do primeiro, por meios públicos³⁰, ajudando a república com a indicação de amigos e partidários aos conselhos e cargos públicos.³¹ Além disso, evidencia as habilidades e a inteligência de Cosimo como primordiais para o sucesso do Banco Medici a ampliação de seu poder político-econômico.

Dos estados dos príncipes e governos civis de seu tempo, nenhum se lhe equiparou em inteligência, e foi por essa razão que ele, em meio a tanta variedade de fortuna, em cidade tão instável e com cidadãos tão volúveis, conseguiu manter o estado durante trinta e um anos. (MAQUIAVEL, 1998, p.431)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a discussão e resultados obtidos por meio das fontes e dos estudos

28 Vale ressaltar que ele era florentino e seus escritos se deram no momento de florescimento da historiografia municipal, portanto, prezava a história cívica e sua importância para o desenvolvimento da política. (RUBINSTEIN, 1969, p.41)

29 Para Maquiavel a política era um produto da atividade humana que possuía vícios e virtudes. (RUBINSTEIN, 1969, p.1)

30 Utilizou o Banco Medici para controle, como mostrado no caso da guerra de Florença contra Veneza e Nápoles no início do século XV. “Venezianos, que quando se ligaram a Afonso contra a república de Florença, Cosimo, com o crédito de que gozava, privou Nápoles e Veneza de dinheiro, de tal modo que eles foram obrigados a aceitar aquela paz que os outros quiseram conceder-lhes. Portanto, as dificuldades que Cosimo enfrentou dentro e fora da cidade tiveram fim glorioso para ele e danoso para os inimigos; por essa razão, as discórdias civis sempre lhe aumentaram o estado em Florença, enquanto as guerras externas lhe deram mais poder e reputação: assim, ao império de sua república ele somou Borgo a San Sepolcro, Montedoglio, Casentino e Val di Bagno. Desse modo, com sua virtude e fortuna eliminou todos os seus inimigos e exaltou os inimigos.” (1998, apud Maquiavel, Nicolau, p.431)

31 Cf. Maquiavel, 1998, p.422

é possível observar como o Banco Medici e o enriquecimento da família foi a base para sua ascensão, dentro de uma sociedade que ainda tinha profundas marcas da ordem e da importância do sangue nobre, chegando até o ramo dirigente da cidade de Florença por mais de quatro gerações e deste modo, se tornando uma das famílias mais ricas e importantes da Europa entre os séculos XV e XVI.

Ademais, como foi observado, essa ascensão por meio do Banco Medici se deu por uma gama de fatores essenciais. Entre eles, o estabelecimento dos Medici como banqueiros papais da Cúria romana, que proveu um capital extremamente elevado, abastecendo outras filiais do banco, além disso, permitiu um grau de influência com a Igreja que ainda era uma das bases mais poderosas da Europa. Todavia, vale ressaltar que tudo isso foi possível devido à alta capacidade de organização dos negócios, com o uso das letras de câmbio e a participação em negócios estratégicos no comércio. Deste modo, o Banco Medici pode expandir e realizar a transferência de fundos por todo o continente com uma grande eficiência, provendo uma maior seguridade dos negócios que podiam ser conduzidos entre os países, para a Igreja, comerciantes e nobres. Permitindo a família Medici que desfrutasse do poder obtido na administração de Florença, com uma grande reputação junto ao povo, casamentos estratégicos com a alta nobreza europeia e um *status* cada vez mais alto, com as gerações posteriores a Cosimo, como seu neto Lorenzo, o Magnífico, que era considerado quase um príncipe em Florença e tido em consideração, assim como seu avô, por diversos governantes.³²

REFERÊNCIAS

Fontes

GUICCIARDINI, Francesco. **Historia de Florencia: 1378 – 1509**. México, Fondo de Cultura Económica, 1990.

MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. São Paulo: Musa Editora, 1998.

Estudos

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do renascimento**. Lisboa: Editorial Estampa, Lda, 1983.

DELUMEAU, Jean. **A civilização do renascimento – I**. Lisboa: Editorial Estampa, Lda, 1984.

DELUMEAU, Jean. **A civilização do renascimento – II**. Lisboa: Editorial Estampa, Lda, 1984.

HAY, Denys (org.). **La Época del Renacimiento: el amanecer de la Edad Moderna**. Barcelona: Editorial Labor, S.A., 1969.

HIBBERT, Christopher. **Ascensão e queda da casa dos Medici**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

32 Segundo Maquiavel, “Deixou a seus descendentes um legado que lhes permitiu equiparar-se a ele em virtú e superá-lo em fortuna, bem como obter a autoridade que Cosimo teve em Florença, mas não só nesta cidade, e sim em toda cristandade.” (1998, apud Maquiavel, Nicolau, p.434)

LAKATOS, Eva M.; Marconi, Marina A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4 ed, São Paulo: Atlas, 1993.

ROOVER, Raymond de. **The rise and decline of the Medici Bank**. Nova York: Norton & Company, INC, 1966.

ROOVER, Raymond de. **Money, Banking and Credit in Medieval Bruges**. Massachusetts: Cambridge, 1948.

ROOVER, Raymond de. **The Medici Bank Organization and Management**. The Journal of Economic History, Vol. 6, No. 1 (maio, 1946), pp. 24-52. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2112995?seq=1&cid=pdfreference#metadata_info_tab_contents> Acesso em: 18/10/2019.

ROOVER, Raymond de. **Cosimo de' Medici come banchiere e mercante**. Archivio Storico Italiano, Vol. 123, No. 4 (448) (1965), pp. 467-479. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26252696>> Acesso em: 21/04/2020.

ROOVER, Raymond de. **I libri segreti del Banco de' Medici**. Archivio Storico Italiano, Vol. 107, No. 2 (395) (1949), pp. 236-240. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/45092773>> Acesso em: 10/04/2020.

ROOVER, Raymond de. **The Medici Bank Financial and Commercial Operations**. The Journal of Economic History, Vol. 6, No. 2 (Nov., 1946), pp. 153-172. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2113081>> Acesso em 17/03/2020.

TENENTI, Alberto. **Florença na época dos Medici**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

CAPÍTULO 15

O TRABALHISMO VARGUISTA ENTRE AS TRINCHEIRAS DA OPOSIÇÃO (1943-1945)

Data de aceite: 01/02/2022

Juliana Martins Alves

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), campus Amajari; Doutora pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP)

Versão modificada e ampliada de texto publicado, anteriormente, nos anais da XXXIV Semana de História do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, outubro de 2018.

RESUMO: Este texto objetiva refletir sobre o processo de oposição ao governo Vargas, com enfoque sobre as relações entre Estado e trabalhadores no período 1943-1945. Ele se concentra sobre os aspectos da política social e sindical, definidos pelo trabalhismo, e a forma como foram situados conjuntura de crise política nos anos finais do Estado Novo. Tendo por objeto da análise o discurso antigovernamental, situa a imprensa como *locus estratégico* para o desenvolvimento da oposição, que levou ao fim o primeiro governo Vargas.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhismo, Estado Novo, Imprensa, oposição.

THE VARGAS LABOUR IN THE TRENCHES OF THE OPPOSITION (1943-1945)

ABSTRACT: This text aims at reflecting upon the process of opposition to the Vargas government, especially the relation between the State and the labour forces during the period 1943-1945. The text concentrates on aspects of the social and unionist politics as defined by labourism and the way they were viewed during the final years of the New State (Estado Novo). The text has as its object of analysis the antigovernmental discourse as it sees the press as the *strategic locus* for the growth of the opposition which led to the end of the first Vargas governments.

KEYWORDS: Labourism, Estado Novo, Press, opposition.

INTRODUÇÃO

Este texto é uma releitura das ideias e fontes documentais de minha Dissertação de Mestrado, defendida na Universidade de São Paulo (USP).¹ Passados vários anos, o tema da oposição ao trabalhismo – envolvendo conceitos que, em sua historicidade, desde os anos finais do Estado Novo nortearam projetos, práticas sociais e político-institucionais de diferentes sujeitos históricos – afigura-se bastante atual. Sobretudo, em uma época na qual, em nome da suposta “modernização” do Estado, o neoconservadorismo, travestido

¹ ALVES, 2002. Dissertação de Mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação da Profa. Dra. Suely Robles Reis de Queiroz. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP.

de ultraneoliberalismo, investe ferozmente no desmonte dos direitos sociais do trabalho (não “outorgados”, “doados”, por Getúlio Vargas, mas historicamente conquistados pelas lutas dos trabalhadores), no fim da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas, de 1943) e na desregulamentação e precarização das relações trabalho (LACERDA, 2019; BRAVO, MATOS e FREIRE, 2020) – legados do período varguista.

Jornais e publicações das associações de classe do Rio de Janeiro e São Paulo, selecionados por sua maior representatividade entre seguimentos populares e intraelites, constituíram a base fundamental da pesquisa. Essa escolha deveu-se à hipótese de que, com o arrefecimento da censura a partir de 1943, a imprensa converteu-se em um *locus* estratégico, ou seja, espaço da intermediação e articulação de interesses e forças sociais que por ela e através dela (imprensa) são expressos, como também redimensionados. Ressalta-se, assim, a importância da imprensa como fonte documental, principalmente quando se tratou de investigar as posições de alinhamento ou confronto à política estatal, definida pelo trabalhismo, ao final do Estado Novo.

Nos últimos anos, diversos autores assinalaram o reconhecimento cada vez maior da imprensa e seu lugar de destaque nos estudos históricos. Segundo Marcos Morel: “A renovação das abordagens políticas e culturais redimensionou a importância da imprensa, que passou a ser considerada como fonte documental (na medida em que enuncia discursos, expressões de protagonistas”, atores sociais) e “também como agente histórico que intervém” e interage com os processos sociais e influi nos acontecimentos. (MOREL, 2005, p. 2; ABREU e LATMAN-WELTMAN, 2006; KLEM, PEREIRA, ARAÚJO, 2020).

Por seu turno, o processo de oposição à política estatal, que culminou no golpe de 1945 e na deposição de Getúlio Vargas em outubro daquele ano – exatamente em uma época em que a luta pela distribuição de benefícios econômicos e sociais se associava às disputas em torno da democracia e do que esta representava para os diferentes grupos – foi, tradicionalmente, explicado pelas teorias do populismo e pela contradição “fascismo/ democracia”, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a vitória das potências democráticas na Europa, incidindo no país na questão do “poder pessoal” de Vargas. (WEFFORT, 1979, p. 15).

Dessa forma, a “relativa autonomia do poder” *pessoal* do presidente – com a liberdade de inclinar-se, ora sobre o moralismo burguês, ora sobre o moralismo popular – em um contexto de “crise de hegemonia” (“incapacidade” das elites em conferir legitimidade ao Estado); e os perigos de uma “quinada à esquerda”, representados pela “política de massas” (a exemplo da suposta adesão do governo ao MUT, Movimento Unificador dos Trabalhadores, da Campanha Queremista, o “Queremos Getúlio”, etc) traçaram um modelo e roteiro explicativo da crise de 1945, aplicado a conjunturas históricas diversas. (WEFFORT, 1978; DULCI, 1986; BOITO, 1982).

A teoria de “radicalização” governamental, voltada para as classes populares (que não encontra base real nas medidas, nem na orientação do governo) justificou a “aversão

das elites em geral” e o paradeiro posto ao populismo, com as intervenções militares de 1945, 1954, cujos desdobramentos alcançariam o Golpe Militar de 1964 – estando João Goulart (considerado herdeiro do populismo varguista) na presidência da República.

Tomando por empréstimo a proposição de Francisco Carlos Palomanes Martinho, parafraseando Castoriades: seja interpretado como “manipulação”, “demagogia”, controle/ameaça de descontrole das massas trabalhadoras pelo Estado; “latente ameaça” à ordem e à hierarquia do poder econômico (que, a rigor, representaria) o populismo converteu-se em “uma instituição imaginária da sociedade brasileira”. (MARTINHO, 1996, p. 30).

A esse respeito, entendo que utilizar o populismo (seja como instrumental teórico-metodológico ou categoria política de inspiração em Getúlio Vargas) como fator explicativo da crise e do processo oposição à política estatal, é dizer muito pouco. A meu ver, situar genericamente a oposição em torno do caráter “populista” do Estado e da “ameaça” representada pelo getulismo – sem considerar os elementos concretos e específicos da política varguista, as forças sociais atuantes na conjuntura de crise ao fim do Estado Novo e as raízes de seus conflitos e divergências dirigidos à política estatal – incorremos na tentação de acreditar que o tema da oposição ao governo Vargas é autojustificável por si mesmo. E nessa direção, incorremos no risco de simplificar os vários aspectos da política estatal de reconhecimento das demandas das classes trabalhadoras e o próprio processo de oposição, que culminou no golpe político de 1945.

Nesse sentido, a análise das fontes revela muito mais. A partir de 1943, com o arrefecimento da censura, “é através da imprensa”, como lembra Maria Celina D’arújo (1992), que as insatisfações e divergências dos grupos dominantes ganham ressonância, transformando os jornais da época em núcleos poderosos da resistência ao governo”.

CRISE E POLÍTICA TRABALHISTA. COM A PALAVRA, AS “OPOSIÇÕES COLIGADAS”

Teria o nosso apoio o governo, se procurasse harmonizar as classes sociais, em vez de jogar uma contra as outras... não teremos outro remédio senão o de nos manter na trincheira oposicionista, para a qual o próprio governo nos empurrou.

(*O Estado de S. Paulo*, 04 de janeiro de 1945).

A paixão política deve deixar em paz a Legislação Social brasileira. Ela dignificou o trabalho humano e reconheceu os direitos do operariado nacional.

(Discurso do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, na Rádio Mauá. *O Radical*. Rio de Janeiro, 04/07/1945).

Nos anos finais do Estado Novo, dois projetos estavam em disputa: o liberalismo excludente das “oposições coligadas” (como se autodenominavam), recalcitrante aos direitos sociais e avesso à participação dos trabalhadores no processo político; e o trabalhismo, enquanto projeto político estatal, construído no período estado-novista e a

sua outra face – o corporativismo – aos quais seriam reincorporados os direitos políticos durante a democratização de 1945.

Face à reordenação política interna do regime, Virgílio de Mello Franco, um dos próceres da oposição, assinala que naquele momento: Vargas “surpreenderia o país com a mesma manobra de 1937, porém pelo avesso: no sentido da democracia”. (MELLO FRANCO, 1946, p. 12-13). Todavia, apesar da importância da Guerra e das pressões diplomáticas exteriores no processo de democratização, desde 1942, quando da entrada do país no conflito mundial, o *Boletim do Ministério do Trabalho* afirmava que o liberalismo dos EUA “conflitava com a práxis corporativista e sindical” do trabalhismo brasileiro.²

Nesse ponto, cabe aqui uma definição. Além de uma proposta política – que expressou uma dada concepção de Estado corporativo, um corpo de ideias relativas à ordenação e organização do mundo capital/trabalho e das relações de produção, subordinados aos ideais de progresso e desenvolvimento econômico – o trabalhismo foi, a meu ver, um amálgama de normas e princípios articulados, que se traduziu em um conjunto empiricamente identificável de estruturas (institucionais) e práticas (governamentais). Todos, histórica e socialmente referentes. Inscrita na estrutura material (corporativa) do Estado brasileiro após 1930, permanentemente associada ao arcabouço jurídico-estatal, aos marcos institucionais que lhe deram sustentação e aos mecanismos incumbidos de sua *operacionalização* – é da progressiva institucionalização que a proposta trabalhista extraiu o seu elemento principal, atualizando-se, inclusive, no segundo governo Vargas. (ALVES, 2010; 2018).

No contexto da chamada “democratização pelo alto” ou controlada, (COHN, 1968), em que era promulgada a CLT (1943) e a sorte do Estado Novo parecia vinculada aos resultados da Segunda Guerra, a orientação governamental far-se-ia em torno de dois objetivos centrais. Primeiro, demonstrar, na prática, os resultados da “democracia substantiva” (econômica, corporativa, social e sindical), a “cidadania corporativista”, obtida pelos trabalhadores a partir de 1930, comprovados empiricamente.³ Segundo, a reafirmação dos marcos do edifício jurídico-institucional construído e da estrutura sindical-corporativa de organização da classe trabalhadora. Estrutura que não obstante conformar-se à criação de um partido político (o PTB, e lhe servir de base) permaneceu definida como forma

2 *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, julho de 1942; maio de 1943. Em fevereiro de 1945, Vargas recebeu o secretário de Estado norte-americano Edward Stettinius para tratar de assuntos como a necessidade de restabelecer a liberdade de imprensa e o lugar que o Brasil teria na Conferência de São Francisco, como um dos países fundadores da ONU. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 27/02/1945, p. 1. Neste mesmo dia, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) comunicava à imprensa que estava “permitida a livre crítica”; divulgava também que Marcondes Filho (acumulando os Ministérios do Trabalho e da Justiça) fora encarregado de elaborar uma exposição de motivos para a regulamentação das eleições, através de um Ato Complementar à Constituição de 1937.

3 Sobre o “Panorama Trabalhista” traçado para o pós Guerra e a “ação pedagógica” do Titular da Pasta do Trabalho, Marcondes Filho – constituída de mais de 200 palestras pronunciadas de janeiro de 1942 a outubro de 1945, tendo em vista o lançamento de um livro – consultar GOMES, 1988, p. 327-328; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10/11/1944, p. 3 e “O Brasil começa honrosamente a Nova Época que se abre diante de nós”. Discurso de Marcondes Filho na “Hora do Brasil”. Reproduzido por *O Radical*. Rio de Janeiro, 11/05/1945, p. 1. Acerca da atualização do trabalhismo, ver ALVES, 2010.

“legítima” de participação.⁴ O que significou tanto a canalização dos esforços investidos pelo Estado na organização corporativa dos trabalhadores, como a garantia dos direitos sociais por eles adquiridos. Esse elemento estava no cerne da Campanha Queremista (o “Queremos Getúlio”) em 1945.⁵

Dessa forma, ressalta-se a compatibilidade entre o corporativismo estatal e as outras formas de representação político-partidárias, após a instituição da Lei Eleitoral de 28 de maio de 1945, que restabeleceu os partidos políticos.⁶ Nas palavras do ministro Alexandre Marcondes Filho – articulador político chave do projeto trabalhista – “O MUNDO DO APÓS-GUERRA PERTENCE AO HOMEM DO TRABALHO” [sic], de acordo com a “inspirada diretriz que a política trabalhista” vinha traçando para o após-Guerra.⁷

A esse respeito, afirmava o jornal *Diário Carioca*: “há sete anos, o povo brasileiro” aprendeu “o que é ‘democracia econômica’, ‘orgânica’, ‘sindical’, ‘corporativa’, ou qualquer outro adjetivo, destinado a mascarar uma ditadura”. Assim, definia a “democracia social”, tão preconizada pelo governo, como própria de um regime, que suprime “as garantias dos cidadãos, a pretexto de satisfazer-lhes as necessidades materiais”. A isto, acrescentava o *Correio da Manhã*, que ao “dar o Golpe de 1937, um dos propósitos do Sr. Getúlio Vargas” foi reduzir as classes trabalhadoras – que ele sempre considerou “incômodas, pretensiosas e exigentes” – ao “cativeiro ideológico” da política estatal. Por isso, Vargas “estabeleceu logo a subordinação integral dos sindicatos ao Ministério do Trabalho” para que o operário “fosse reduzido à simples categoria de escravo. Foi à escravidão a que [o governo]” tentou reduzir os trabalhadores, além de transformar os “sindicatos em agências do Ministério do Trabalho”. De onde conclui: “O que o operariado conseguiu foi no tempo em que havia, entre nós, um pouco de democracia”.⁸

Por seu turno, dando ampla divulgação aos movimentos dos trabalhadores, distinguia *O Radical*, diário de tendência getulista, o que significava a “democracia das oposições” e a “democracia do governo”, esta última assentada na “justiça social” e nos direitos coletivos do trabalho: “Democracia – o nome está ensinando – é o regime do povo”. No Brasil, outro “conceito não queremos conhecer da democracia. Quem seria capaz de injuriar a democracia, chamando de democrata aquela granfinagem [*societas sceleris*] da

4 Embora Vargas não negasse, evidentemente, a participação dos trabalhadores no PTB, partido por ele fundado, chegando a proclamá-los em várias ocasiões, o sindicato permanece definido como instância primeira e “legítima” de organização e expressão das demandas do operariado.

5 CARDOSO e LAGE, 2007. Naturalmente, sem deixar de reconhecer o forte papel do sistema legislado nas relações trabalhistas no Brasil, pesquisas recentes apontaram a formação de uma “cultura de direitos” dos trabalhadores no período democrático, entre 1946-64, que não se confunde com ideias de “manipulação populista” ou trabalhadores “dependentes” do Estado. Essas pesquisas mostraram que, conscientes dos direitos conquistados, os trabalhadores acionaram a Legislação Social e a Justiça do Trabalho (desvinculada do Ministério do Trabalho e do Executivo federal, integrada ao Poder Judiciário pela Constituição de 1946), em proveito próprio. Sobre a atuação do movimento operário e sindical e as ações de trabalhadores na Justiça do Trabalho, superando, por diversas vezes, os limites impostos pelo corporativismo estatal, consultar SILVA, 2016, além de CORRÊA, 2016.

6 Acerca das vinculações entre o sistema político-partidário, construído em 1945, e o Estado Novo o trabalho pioneiro de Maria do Carmo Campello de Souza permanece referência obrigatória. (SOUZA, 1983).

7 *O Radical*. Rio de Janeiro, 04/07/1945, p. 1, 2.

8 *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 04/03/1945, p.1; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 08/05/1945, p. 2.

tribuna social do Jôquei Clube?”⁹

A democracia aqui definida baseava-se na própria política estatal de reconhecimento das classes trabalhadoras e na garantia dos direitos por elas conquistados. Essa questão estava entre os pontos centrais do discurso antigovernamental nos anos finais do Estado Novo.

Na tentativa de descaracterização da “democracia social” e dos benefícios obtidos pelo operariado, afirmava o jornal *O Globo*, dirigindo-se ao trabalhador e aos partidários do Movimento Queremista, em 1945:

Em que democracia brasileira você foi recebido no Palácio do Catete ?... . Você escreveu uma carta ao Presidente e obteve uma resposta pronta? Você se ombeou nas ruas com o Presidente da República e teve a honra de apertar-lhe a mão ? Você recebeu em casa ou no leito de um hospital a visita do Presidente da República, na pessoa de seu oficial de gabinete ?... Você teve o prazer de ver o Presidente da República tomar em seus braços o seu filho querido, pobre, mas tão brasileiro como o filho dos ‘democratas’ [do governo]? Você escreveu ao Presidente da República pedindo-lhe uma perna, um braço mecânico, para amenizar o defeito físico que, por acaso, você tenha e recebeu em sua casa este benefício ?.¹⁰

Asse respeito, rebatia o jornal *O Radical*: “Queiram ou não os adversários do governo” as classes trabalhadoras “sentem-se garantidas em seus direitos” e compreendem que os que combatem a política estatal “nada fizeram em seu benefício”. Muito pelo contrário. Esses “paladinos do passadismo”, “censores” da política trabalhista, são os primeiros a fomentar “a discórdia nacional” por um lado; e por outro, “acumulando fortunas nababescas que, bem estudadas suas origens, dariam causa a muito trabalho aos meirinhos da nossa justiça”. Dessa forma, justificava a campanha dos “meios conservadores” que se arvoravam em “donos da verdade democrática”, batendo-se: 1º.) “contra os Institutos de Aposentadorias” e contra o “reajustamento [das pensões] pelos salários” – “Abono, abono, dizem eles”; 2º.) contra a “Lei de Férias ! Para que isto ? Não seria melhor o trabalhador receber uma gratificação?” e 3º.) contra a “estabilidade”, que seria “prejudicial aos trabalhadores”, por tirar-lhes “o estímulo”. Em face disso, conclui que as classes trabalhadoras, aderindo ao governo, caminhavam para a democracia. Mas a “democracia”, bem entendido: “que atenda aos postulados do bem-estar social de todos, garantindo direitos e impondo deveres, sem exclusão dos que tanto contribuem para o enriquecimento da nação, os trabalhadores”.¹¹

Em outros termos, o que estava em disputa era a política estatal de reconhecimento dos trabalhadores e os rumos da orientação econômico-social (industrialização, intervencionismo, direitos trabalhistas) traçados pelo governo.

Ao fim do Estado Novo, as questões debatidas por segmentos das elites – as chamadas “classes produtoras” ou “interessadas” – pela imprensa e publicações de órgãos

9 *O Radical*. Rio de Janeiro, 04/07/1945, p. 1, 2; Idem, 19/08/1945.

10 *O Globo*. Rio de Janeiro, 04/10/1945, p. 3.

11 *O Radical*. Rio de Janeiro, 30/06/1945, p. 1, 5.

de classe não aparecem reduzidas à oposição a um modelo político, representado por Vargas. Mas elas envolveram demandas, interesses frente à política estatal, disputas intra elites, fissuras no bloco que se constituiu junto ao poder com o governo Vargas, além de interesses e questões não somente políticos, mas também econômicos e sociais.

Em fins de 1944, a imprensa inicia uma série de matérias explanando sobre o significado das “*Doutrinas Fascistas*”, centradas na intervenção estatal nos terrenos econômico e social. Em face delas, é que se colocaria para as forças contrárias ao governo a imperiosa “necessidade de desmascarar seus regougos ditatoriais” e os “supostos benefícios concedidos ao proletariado”. Isto porque, de acordo com os “preceitos democráticos”, então definidos pela oposição: “governar não é entupir de leis os caminhos pelos quais deveria circular a riqueza nacional”.¹²

A CLT E AS “CLASSES INTERESSADAS” NOS ANOS FINAIS DO ESTADO NOVO

Durante as greves de 1945, os opositores da política trabalhista passaram a defender a tese de que a Legislação Social “estava superada”, uma vez que era “incapaz de evitar as greves” e eliminar os “antagonismos” de classes. Nesse ponto, cabe observar que, na busca de seus próprios objetivos, o governo, através do Ministério do Trabalho, colocava-se mais disposto a tolerar um nível maior de agressividade do movimento operário e sindical, que nos primeiros anos do regime estado-novista seria impensável. Contudo, a fim de julgar as demandas, greves e reivindicações das classes trabalhadoras, o Ministério e a Justiça do Trabalho eram chamados a intervir, na condição de árbitros dos conflitos capital/trabalho.

Defendendo a legislação trabalhista e sindical de seus detratores, o jornal pró-getulista *O Radical* iniciou uma campanha, com o fim de demonstrar o quanto as “*Leis são boas*”. Conforme suas palavras:

Os que atacam e golpeiam, por sadismo congênito, a admirável obra administrativa do eminente presidente Getúlio Vargas vivem no ‘mundo da lua’, inteiramente alheios à nossa realidade. Não conhecem a nossa organização sindical, nunca se inscreveram nos respectivos sindicatos ou não são trabalhadores. Fazem perigosa demagogia, porque ignoram a evolução que, a partir da Revolução Brasileira [de 1930], processou-se pacificamente nos meios trabalhistas. O operário, hoje em dia, é um homem esclarecido e consciente de suas enormes responsabilidades morais e cívicas. Não se deixa conduzir pelo canto das sereias. Ainda que essas sereias sejam muito boas de bico.¹³

Em outra matéria, visando a colocar a questão nos seus devidos termos, publica o periódico, em letras garrafais: “OS DISSÍDIOS COLETIVOS SÃO CLARAMENTE ADMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA” (sic).¹⁴ Cabe observar que, embora

¹² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 05/11/1944, 04/05/1945. Consultar também “Clamoroso atentado contra a Propriedade Particular”; “Bulimia de poder”, “Sovietização”, “Democracia, marxismo e italianismo”; “O dilema do ditador”, *Correio da Manhã*, 03/05/1945, 23/06/1945, 03/05/1945, 30/05/1945, 06/10/1945.

¹³ *O Radical*. Rio de Janeiro, 22/07/1945, p. 3.

¹⁴ Idem, 03 e 08/08/1945. Resposta de *O Radical* à matéria publicada pelo *Correio da Manhã* “O Processo do Dis-

admitindo os dissídios, a legislação definia alguns entraves ao movimento sindical. Em fevereiro de 1945, foi suspenso o requisito de que o Ministério do Trabalho fosse ouvido previamente quando da apresentação de dissídios pelos sindicatos. Esse entrave à manifestação das demandas dos trabalhadores foi estabelecido em 1943, em nome da Guerra e da “batalha pela produção”, então definida pela política estatal. (ALVES, 2002).¹⁵

Quanto às divergências manifestas pelos setores industriais estas podem ser identificadas em torno de dois pontos principais: 1º.) os aspectos “redistributivos” da política trabalhista; e 2º.) a questão da ação reguladora do Estado, no tocante a medidas de ordem econômica e social.

Embora amplamente beneficiados pelas medidas de favorecimento do governo e francamente adeptos do formato sindical-corporativo como forma de controle das reivindicações dos trabalhadores, os industriais se mostrariam recalcitrantes à promulgação da CLT. Questões como a aplicação da Lei de Acidentes do Trabalho e a generalização do direito à indenização nos casos de dispensa do trabalhador foram objeto de duras críticas, por “elevar os custos da demissão” e prejudicar a “autoridade do empregador” dentro da empresa. Conforme o discurso empresarial, os diversos pontos da legislação que regulavam as relações de trabalho contribuiriam para agravar “a disposição litigante” dos trabalhadores, bem como sua “intransigência” e “indisciplina” nas fábricas. (ALVES, 2002, p. 134; CORSI, 1996).

De igual modo, eram colocadas as críticas à Justiça do Trabalho. Embora entendida como instrumento adequado para a “pacificação” das relações entre patrões e empregados, sua atuação no sentido de rever medidas disciplinares dos empregadores e arbitrar os conflitos decorrentes do processo de acumulação, foi alvo de permanentes críticas. Afora disso, a instabilidade da cena política, tornando-se mais permeável à presença política do operariado e às suas demandas, acentuaram as divergências desses grupos ao Executivo federal.¹⁶

Em 1945, o rechaçamento a propostas como a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, as críticas ao Sistema Previdenciário e ao seu “impacto inflacionário” sobre a economia (embora sem questionar seu caráter público) marcaram o discurso dos industriais na conjuntura que culminou com a derrubada do governo estado-novista. Isto, na mesma medida em que a questão dos benefícios sociais e da legislação previdenciária

sídio Coletivo”, 01/08/1945, p. 1.

¹⁵ Sobre a greve dos comerciários, que vinha se arrastando no período, pronunciava-se a equipe governamental: “Antes de julgar o dissídio entre comerciários e empregadores, a Justiça do Trabalho deve ver a prosperidade do comércio à luz das estatísticas”. *O Radical*. Rio de Janeiro, 04/08/1945.

¹⁶ *Boletim da Associação Comercial do Estado de São Paulo. Órgão de informações econômicas e jurídicas*. São Paulo, maio de 1943. A esse respeito, consultar também as seguintes matérias publicadas pelo jornal *Correio da Manhã*: “A nova lei de acidentes do trabalho”, 24/11/1944; “A VOCAÇÃO SACERDOTAL DO POBRE” [sic], 09/01/1945; “As novas Leis” – “O Sr. Getúlio Vargas ‘meteorologista da previsão do tempo’”, 01/02/1945; “O SR. GETÚLIO VARGAS E AS CLASSES TRABALHADORAS” [sic], 08/05/1945; “A CARTA ECONÔMICA DO BRASIL” [sic], 11/05/1945; “DISCURSO PROFERIDO PELO DR. EUVALDO LODI, PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, POR OCASIÃO DO ENCERRAMENTO DA CONFERÊNCIA DE TERESÓPOLIS” [sic], 11/05/1945 e “A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA” [sic], 11/05/1945.

passaram a ser capitalizados politicamente pelo governo.

No auge de tais debates, noticiava o jornal *O Radical*: “Minha tese não é comunista”, ao reproduzir as palavras de Ildelfonso Albano, escritor, poeta, e funcionário do Ministério do Trabalho, quando da apresentação da proposta de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas no *I Congresso Nacional de Economia* – que se recusou a discuti-la, sob a alegação de que era “comunista”. Em maio de 1945, o periódico noticia ainda em destaque: “Trabalhadores devem participar dos lucros das empresas” e conclui, em face da questão, que: “Os interesses dos trabalhadores são inconciliáveis com os interesses da burguesia”.¹⁷

Por seu turno, nos anos finais do Estado Novo, as propostas de extensão das leis sociais ao campo agigantaram os debates das classes rurais, principalmente através da *Revista Rural Brasileira* e do jornal *O estado de S. Paulo*, que se apresentava como defensor da chamada “civilização agrária” do país. No contexto de promulgação da CLT e das medidas que a ela se seguiram, foram objeto de intensas discussões: o Anteprojeto do Código Rural, cuja iniciativa estava a cargo do Ministério do Trabalho, através de duas comissões interministeriais, sob a direção de Marcondes Filho, e a Lei de Sindicalização dos Trabalhadores Rurais.

A esse respeito, as entidades de classe rurais solicitaram a “exclusão da agricultura dos vários dispositivos do Anteprojeto”, batendo-se contra o “regime de imposições múltiplas” ao homem do campo.¹⁸ Especificamente, os debates das classes rurais sobre a Consolidação das Leis do Trabalho desenvolveram-se em torno de questões como a Lei de Férias e a instituição do Salário Mínimo para os trabalhadores rurais. Medidas consideradas “extravagantes”, uma vez que “o maior mandachuva do interior do país não [poderia], em sua fazenda, fazer parar a chuva e levantar o sol para aproveitar melhor o trabalho de seus operários agrícolas”; que, nesse caso, receberiam dias inteiros de salários, “vendo chover”. O que tornaria “economicamente impossível a retribuição de um trabalho hipotético”.¹⁹ E além destas, a falta de competência da Justiça do Trabalho para apreciar os casos ocorridos entre proprietários e trabalhadores rurais, bem como a própria “inaplicabilidade” das leis ao “mundo rural”.

Por sua vez, a Lei de 10 novembro de 1944, que concede direito de Sindicalização aos Trabalhadores Rurais, dentro da perspectiva de reforço ao sindicalismo estatal e formação de um mercado de consumo no campo, com trabalhadores assalariados, foi considerada um “contrassenso”, “uma verdadeira monstruosidade sistemática”.²⁰ Conforme a *Revista Rural Brasileira*:

Esse proletariado não está suficientemente amadurecido para compreensão dos direitos políticos que lhe querem outorgar (...). Quando se fala em sindicalismo tem-se a ideia logo de socialismo. São ideias irmãs que nasceram juntas: Marx pregou a revolução social, através da obra de um sindicalismo

17 *O Radical*. Rio de Janeiro, 05/06/1945; maio de 1945.

18 *Revista Rural Brasileira*, março de 1943, p. 40.

19 *Idem*, junho de 1943, p. 17.

20 *Revista Rural Brasileira*, 1944 (sem ref. de pág.).

revolucionário (...).

D'aí uma certa aversão por parte das classes agrícolas ao sindicalismo. Não é que elas sejam contra ao associativismo sadio, livre e consciente, com as suas atividades limitadas na defesa da economia agrícola. A sociedade [rural] é a favor do sindicalismo, desde que este esteja limitado à defesa da economia agrícola e não à supressão dela.²¹

Embora tenha permanecido letra morta, devido aos argumentos sobre a sua “improcedência” e “inexequibilidade”, a Lei 7.038, de Sindicalização dos Trabalhadores Rurais, foi revogada cinco dias antes do golpe de 29 de outubro de 1945, pelo decreto 8.127, de 24/10/1945.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto, pode-se concluir que as posições político-ideológicas defendidas por esses grupos, além dos interesses específicos de classe, tiveram clara presença no “arranjo de forças” contrárias ao governo Vargas. Quanto às formulações ideológicas contidas nesse discurso, cabe recordar a proposição de Roger Chartier: “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico” da realidade histórica e social “são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 18).

Na iminência do golpe articulado pelas oposições, quatro dias antes da deposição de Vargas, Loureiro da Silva, um dos diretores do Banco do Brasil, denunciava o que denominava como “impatriótico militarismo”: segmentos do Exército transformarem-se em “forças políticas, tutelando o pensamento da nação e impondo situações não aceitas pelo povo”. Segundo ele, o militarismo é a “competição de milhares de homens armados contra milhões de civis desarmados. Confrange saber que listas percorrem os quartéis, angariando assinaturas para forçar pronunciamentos políticos”.²² Nessa direção, em 26/10/1945, o periódico *O Radical* publica com grande destaque uma entrevista do Ministro da Guerra, general Góes Monteiro, denunciando os grupos que “querem lançar o país na luta civil, o mais hediondo crime que se poderia praticar contra a pátria”, uma vez que era “visível o intuito da oposição no sentido de atrair as corporações militares... para os embates da política partidária”.²³ Já em 30/10/1945, estampava o *Correio da Manhã*: “Deposto o Sr. Getúlio Vargas. As Forças Armadas, num magnífico movimento cívico, obrigaram o ditador a entregar o governo ao Judiciário”.²⁴

Por fim, entre as medidas imediatas que se seguiram à deposição de Vargas, cabe destacar a ocupação da sede do Ministério do Trabalho pelo Exército, justificada pelas

21 *Revista Rural Brasileira*, maio de 1945, sem ref. de página (grafia atualizada); consultar também *O estado de S. Paulo*, 30/10/1945, 1.

22 *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25/10/1945, p. 3.

23 *O Radical*. Rio de Janeiro, 26/10/1945, p. 1.

24 *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30/10/1945, p. 1.

oposições como “medida de Segurança Pública”.²⁵

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de e LATMAN-WELTMAN, Fernando. “Uma instituição ausente nos estudos de transição, a mídia brasileira”. In ABREU, Alzira Alves de (org.). **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ALVES, Juliana Martins. A “reinvenção do trabalhismo”: leis sociais e sindicais em revista no segundo Governo Vargas (1951-1954). In ROCHA, Elaine P., SILVA, Leonardo Rabelo de Matos e REIS, Thiago de Souza. (Orgs). **Mundos do trabalho e dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018, p. 345-368.

_____. **Trabalhismo e oposição no Segundo Governo Vargas (1950-1954)**. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

_____. **Entre as trincheiras da oposição: o trabalhismo varguista (1943-1945)**. Dissertação de mestrado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

BRAVO, Maria Inês; MATOS, Maurílio C. e FREIRE, Silene de M. **Políticas Sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando, 2020.

BOITO Jr, Armando. **O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo**. São Paulo: Ática, 1980.

CARDOSO, Adalberto e LAGE, Telma. **As normas e os fatos: desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: Difel, 1990.

CORSI, F. L. “O fim do Estado Novo e as disputas em torno da política econômica”. *Revista de Sociologia e política*, UFPR, n. 6 e 7, 1996.

COHN, Gabriel. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo: DIFEL, 1968.

CORRÊA, Larissa Rosa. “O corporativismo dos trabalhadores: leis e direitos na Justiça do Trabalho entre os regimes democrático e ditatorial militar no Brasil (1953-1978)”. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 42, n. 2, maio-agosto 2016, p. 500-526.

D'ARAÚJO, Maria Celina S. **O Segundo Governo Vargas (1951-1954)**. São Paulo: Ática, 1992.

DULCI, Octavio S. **A UDN e o antipopulismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.

²⁵ *O Radical*. Rio de Janeiro, 01/11/1945, p. 1; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31/10/1945, p. 3; *O estado de S. Paulo*, 01/11/1945, p. 1.

KLEM, Bruna, PEREIRA, Mateus, ARAÚJO, Mateus. (Orgs.). **Do Fake ao Fato des(atualizando) Bolsonaro**. Editora Milfontes: Vitória, 2020.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. "O populismo sindical: um conceito em questão". In REIS, Elisa *et alii* (orgs.). **Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOREL, Marco. **A imprensa periódica no século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Rede da Memória Virtual: <http://catálogos.bn.br>, 2005.

MELLO FRANCO, Virgílio de. **A campanha da UDN**. Rio de Janeiro: Valverde, 1946.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores no tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964**. São Paulo: Alameda, 2016.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930- 1964)**. 2ª. edição, São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

WEFFORT, Francisco C. *Democracia e Movimento Operário: algumas questões para a história do período 1945-1964*. (Parte II). **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo, CEDEC, n. 2, 1979.

_____. **O Populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FONTES DOCUMENTAIS

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1943-1945.

Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo. Órgão de informações econômicas e financeiras, São Paulo, 1943.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1943-1945.

Diário Carioca. Rio de Janeiro, 1945.

O Estado de S. Paulo, 1945.

O Jornal. Rio de Janeiro, 1945.

O Globo. Rio de Janeiro, 1945.

O Radical. Rio de Janeiro, 1943 -1945.

Revista Rural Brasileira. Publicação Mensal sob os auspícios da Sociedade Rural Brasileira. São Paulo, 1943-1945.

CAPÍTULO 16

OS PENSAMENTOS POLÍTICOS DE MICHEL FOUCAULT E NORBERTO BOBBIO ACERCA DA FUNÇÃO SOCIAL DOS INTELLECTUAIS

Data de aceite: 01/02/2022

Rodrigo Davi Almeida

Professor Associado II da área de História Moderna e Contemporânea. Pós-doutor em História Contemporânea pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, Paris/France. Bolsista CAPES. Estágio Supervisionado por Michael Löwy (CNRS/EHESS/Paris) Universidade Federal de Mato Grosso – Departamento de História Cuiabá/MT
<http://lattes.cnpq.br/9524251326442540>

RESUMO: O objetivo é definir os conceitos de intelectuais e as suas funções sociais de acordo com os pensamentos políticos de Michel Foucault e de Norberto Bobbio, procurando estabelecer as possíveis relações, aproximações e distanciamentos entre eles. O filósofo francês diferencia os “intelectuais universais”, que têm a pretensão de formar e despertar a consciência das massas e que se engajam nas suas mais variadas lutas sociais e políticas e os “intelectuais específicos”, que, sem essa pretensão, objetivam, no entanto, lutar contra as formas de poder exatamente onde o próprio intelectual é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento, tanto na ordem do saber, da verdade, da consciência e do próprio discurso. Por sua vez, o filósofo político italiano elabora a distinção entre “ideólogos”, isto é, os intelectuais que têm o papel de realizar o consenso entre ideias divergentes, aqueles que oferecem guias de ação, princípios-guia, valores, ideais ou mesmo concepções de mundo, e os

“expertos”, a saber, os intelectuais que fornecem conhecimentos técnicos úteis ao poder ou às instituições políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Michel Foucault, Norberto Bobbio, Pensamentos políticos, Intelectuais, Social Function.

THE POLITICAL THOUGHTS OF MICHEL FOUCAULT AND NORBERTO BOBBIO ABOUT THE SOCIAL FUNCTION OF INTELLECTUALS

ABSTRACT: The main objective is to define conceptions of intellectuals and their social functions according to the political thoughts of Michel Foucault and Norberto Bobbio, seeking to establish the possible relations, approximations and gaps between them. The French philosopher distinguishes the “universal intellectuals” which have the objective of forming and awaking the mass consciousness, engaging in your most varied social and political struggles, and the “specific intellectuals” that, without the same intention, aspire however fighting against the forms of power, exactly where the intellectual itself is, at the same time, the object and instrument, as in the order of knowledge, of truth, of consciousness, as the speech itself. On his turn, the Italian political philosopher elaborates the distinction between “ideologists”, that is, the intellectuals that have the function of achieving consensus amongst different ideas, those who offer guides of action, guiding principles, values, ideals, or even conceptions of world, and the “experts”, namely, the intellectuals that provides technical knowledges useful to power or the

political institutions.

KEYWORDS: Michel Foucault, Norberto Bobbio, Political thoughts, Intellectuals, Social Function.

1 | INTRODUÇÃO

Na história do pensamento ocidental, a problemática acerca dos intelectuais ocupa importante espaço nos intensos debates sociais, políticos, culturais e ideológicos promovidos na própria academia, mas também realizados fora dela, na “ágora”. Historiadores, cientistas políticos, mas sobretudo filósofos e sociólogos são os que têm mais se dedicado, a partir de abordagens teórico-metodológicas e políticas distintas, estabelecer as possíveis relações entre os intelectuais e a sociedade.

Nessa esteira, dispomos de um amplo arco de definições e de caracterizações dos intelectuais – “*clerics*” (Benda), “intelectuais livremente flutuantes” (Mannheim), “intelectuais orgânicos e tradicionais” (Gramsci), “técnicos do saber prático e intelectuais” (Sartre), “intelectuais universais e específicos” (Foucault), “ideólogos e expertos” (Bobbio), “legisladores e intérpretes” (Baumann), “*outsiders*” (Said) – que nos permite a realização de um profícuo debate e uma necessária reflexão sobre as suas origens, seus modos de constituição e as suas funções sociais. No entanto, para efeito deste trabalho, escolhemos somente dois filósofos cujos pensamentos políticos, indubitavelmente, podem contribuir para o início de uma importante discussão sobre o que e quem são e o que fazem os intelectuais na sociedade: Michel Foucault, que questiona a autonomia dos intelectuais face aos (micro)poderes estabelecidos e Norberto Bobbio, um dos principais estudiosos do estudo do tema.

2 | OS “INTELECTUAIS UNIVERSAIS” E OS “INTELECTUAIS ESPECÍFICOS” DE ACORDO COM MICHEL FOUCAULT

Michel Foucault (1926-1984), filósofo francês cujo pensamento influenciou movimentos de renovação em várias áreas do conhecimento, desenvolveu sua filosofia e sua concepção de intelectual no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sobretudo nas décadas de 1960 e 1970. Dedicou-se à análise de situações, condições e instituições de privação da liberdade como os presídios e os hospitais psiquiátricos. No entanto, o escopo deste trabalho consiste em apresentar a discussão que Foucault empreende acerca dos intelectuais.

Diferenciando “intelectuais universais” e “intelectuais específicos”, ele se posicionou em defesa dos intelectuais específicos. O intelectual específico não tem, necessariamente, uma ligação orgânica com uma classe social, portanto, não está vinculado aos seus interesses e não precisa assumir compromissos alheios ao seu campo de pesquisa e atuação. Esse intelectual não tem a preocupação de “formar consciências” pois acredita que

as massas já têm consciência de sua condição. Os intelectuais não devem, arrogantemente, dar conselhos ou dizer o que deve ser feito a elas, mas pode contribuir para que as massas possam mudar os regimes de verdade¹ das sociedades.

Foucault (1986) considerou que o tempo dos intelectuais universais, que opinavam e se engajavam o tempo todo sobre os mais variados temas e problemas, que assinavam manifestos e petições, e que se consideravam os porta-vozes das aspirações dos grupos dominados, já havia passado. Jean-Paul Sartre (1905-1980) teria sido o último exemplo de intelectual universal ao qual Foucault se contrapôs, tanto no campo teórico como no campo da ação política.

O “intelectual universal” derivou de uma figura histórica bem particular: “o homem da justiça, o homem da lei, aquele que opõe a universalidade da justiça e a equidade de uma lei ideal ao poder, ao despotismo, ao abuso, à arrogância da riqueza” (FOUCAULT, 1986, p.10). Na perspectiva foucaultiana, o intelectual universal concebe a prática como aplicação da teoria ou como algo que deveria inspirar a teoria, ou seja, a relação entre teoria e prática teria um sentido de totalização. Este tipo de intelectual perdeu gradativamente seu espaço de atuação para um novo tipo de intelectual, por ele denominado como “intelectual específico”, ou ainda, o “novo intelectual”.

Wolff (2006) esclarece este processo:

Assim à vaidade dessa pretensão totalizante à *la* Sartre, Foucault opõe a modéstia do “intelectual específico” que não se engaja “em todas as direções”, mas somente no domínio que é o seu, que fala a partir do lugar que ocupa e não em lugar dos outros, e que aproveita sua situação de especialista para extrair informação da instituição na qual se encontra, apoiando-se na experiência de todos. Segundo Foucault, essa nova figura é a de “um intelectual que não trabalha mais no ‘universal’, no ‘exemplar’, no ‘justo-e-verdadeiro-para-todos’, mas em setores determinados, em pontos precisos e situados, seja por condições profissionais, seja por condições de vida (a moradia, o hospital, o asilo, o laboratório, a universidade, as relações familiares)”. É preciso engajar-se, mostra Foucault contra Sartre, no domínio do que é seu (...) (FOUCAULT *apud* WOLFF, 2006, pp. 62-63, grifos do autor).

Como e quando surgiu esse novo intelectual? Quais seriam as atribuições e os riscos do intelectual específico? Por que os intelectuais específicos ganharam força no meio acadêmico contemporâneo? Pensemos essas questões à luz do texto de Foucault (1986), no qual ele afirma que o intelectual específico se desenvolveu no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial e que o físico Oppenheimer² pode ser considerado como o articulador entre o “intelectual universal” e o “intelectual específico”. Em que medida este físico fez isso?

Ao mesmo tempo em que Oppenheimer tinha uma relação local com uma determinada

1 Na obra de Foucault, o conceito de regime de verdade é muito importante e refere-se, sinteticamente, ao tipo de discurso que uma sociedade acolhe e aplica como verdadeiro (FOUCAULT, 1986, pp. 12-13).

2 O físico Julius Robert Oppenheimer nasceu em Nova Iorque em 22 de abril de 1904 e faleceu em Princeton, em 18 de fevereiro de 1967. De origem judaica, militou contra o nazifascismo. Foi dirigente do Projeto Manhattan cujo objetivo era o desenvolvimento da energia nuclear para fins militares.

instituição e com um saber científico específico, ele também tinha um discurso que tratava de um tema que dizia respeito a todo o gênero humano, portanto, um problema universal, qual seja, a ameaça atômica. Sob esse aspecto, tornou-se um intelectual específico, na concepção de Foucault. Portanto, se o intelectual universal foi uma figura derivada do jurista-notável, o intelectual específico deriva do cientista-perito: “(...) a biologia e a física foram, de maneira privilegiada, as zonas de formação deste novo personagem, o intelectual específico” (FOUCAULT, 1986, p.11).

Muito embora Foucault e Sartre tivessem inúmeras divergências, inclusive em suas concepções acerca do intelectual, encontramos entre eles uma aproximação no que tange ao papel dos intelectuais na sociedade. De acordo com Sartre (1994), um físico que faz uma pesquisa atômica é apenas um físico (um técnico do saber prático), porém, um físico que questiona o uso da energia atômica para fins militares torna-se um intelectual, pois, transcendeu seu universo particular de pesquisa laboratorial em favor de uma discussão de teor universal que concerne à preservação das mais variadas formas de vida existentes no planeta.

Para Foucault (1986), Oppenheimer pode ser considerado o primeiro intelectual específico, pois, refletiu sobre uma questão de amplitude universal, mantendo sua condição de físico. Uma mesma prática pode criar o intelectual na visão de Foucault e de Sartre, contudo, a forma de atuação do intelectual deve ser distinta, segundo o pensamento destes filósofos. No pensamento de Foucault, o físico que passou a questionar os efeitos da bomba atômica continua a atuar em seu campo específico das ciências, portanto, se coloca como um intelectual específico. Para Sartre, esse mesmo físico, que transcende seu campo específico e se engaja na luta pelos valores universais, tornou-se um intelectual ao “contestar o conjunto das verdades e das condutas que nelas se inspiram, em nome de uma concepção global do homem e da sociedade” (SARTRE, 1994, pp. 14-15). Portanto, para Sartre, necessariamente o intelectual é universalista.

A primeira característica do intelectual específico, de acordo com Foucault (1986), é que este não se propõe a “despertar as consciências”, como fora o papel do intelectual universal (na perspectiva sartreana). Esse não é o papel do intelectual, pois, as massas não necessitam dos intelectuais para saber de sua condição: “(...) elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem” (FOUCAULT, 1986, p. 71). No entanto, se as massas sabem de sua condição, por que não atuam sobre ela para transformá-la como faziam os intelectuais universais que se propunham a “despertar a consciência” das massas para transformar a realidade? Segundo Foucault (1986) a ação das massas é obstaculizada não porque não tenham consciência de sua condição, mas, porque “(...) existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber” (p.71). Esse poder não estaria apenas nas instâncias superiores da censura, mas, em toda a trama da sociedade. Foucault tem uma concepção bastante peculiar de poder ao entendê-lo como uma força imanente ao domínio em que ela é exercida.

Ao tratar desse sistema que obstaculiza a ação das massas, agora consciente de sua condição, Foucault (1986) afirma que os “(...) os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da ‘consciência’ e dos discursos também fazem parte desse sistema” (p.71, grifos do autor). Qual seria então o papel do novo intelectual?

O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco a frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso (FOUCAULT, 1986, p. 71, grifos do autor).

A segunda característica do intelectual específico revela-se na relação estabelecida entre a teoria e a prática. Enquanto a relação entre teoria e prática para o intelectual universal tem um sentido de totalização, para o intelectual específico as “(...) relações entre teoria e prática são muito mais parciais e fragmentárias” (FOUCAULT, 1986, p. 69) e isso se deve a dois fatores:

Por um lado, uma teoria é sempre local, relativa a um pequeno domínio e pode se aplicar a um outro domínio, mais ou menos afastado. (...) Por outro lado, desde que uma teoria penetre em seu próprio domínio encontra obstáculos que tornam necessário que seja revezada por outro tipo de discurso (FOUCAULT, 1986, p. 69).

Nessa esteira, para Foucault (1986), a prática e a teoria estão em constante revezamento, engendrando-se mutuamente. Portanto, se há uma nova relação entre teoria e prática é imprescindível que haja um novo intelectual; se há um novo tipo de intelectual é imprescindível que haja uma nova relação entre teoria e prática. Esse tipo de relação entre teoria e prática foi efetivada por Foucault nas atividades do Grupo de Informação sobre as Prisões (GPI). Por meio desse grupo, Foucault deu voz às pessoas que estavam nas prisões para que estas falassem por si mesmas. Não “aplicou” nenhuma teoria sobre elas e nem formulou uma teoria sobre o sistema prisional. Esse é um exemplo de revezamento entre teoria e prática, conforme afirmou Deleuze referindo-se ao trabalho de Foucault no GPI: “não havia aplicação, nem projeto de reforma, nem de pesquisa no sentido tradicional. Havia uma coisa totalmente diferente: um sistema de revezamentos em um conjunto, em uma multiplicidade de componentes ao mesmo tempo teóricos e práticos” (FOUCAULT, 1986, p. 70).

E quais seriam os riscos e perigos que o intelectual específico corre na sociedade contemporânea? Foucault (1986) afirma que o intelectual específico está sujeito ao:

perigo de se limitar a lutas de conjuntura, a reivindicações setoriais. Risco de se deixar manipular por partidos políticos ou por aparelhos sindicais que dirigem estas lutas sociais. Risco principalmente de não poder desenvolver estas lutas pela falta de uma estratégia global e de apoios externos. Risco de não ser seguido ou de o ser somente por grupos muito limitados (FOUCAULT, 1986, p. 12).

Foucault (1986) alerta ainda que, cada vez mais, o intelectual específico será chamado a assumir seu papel político, sob o risco de desqualificação caso fique limitado à especificidade de sua pesquisa, de seu saber local. Se o intelectual universal perdeu força pois suas bandeiras de luta foram consideradas muito genéricas num mundo marcado pelas especificações de funções, o intelectual específico também corre o mesmo risco, mas, pelo caminho inverso: por tratar de questões muito pontuais, muito específicas, perde a noção da totalidade.

Para Foucault (1986), o novo intelectual não pode perder de vista que, apesar de possuir uma posição específica, tal especificidade está ligada aos regimes de verdade das sociedades e tais regimes têm funções gerais. Assim sendo, o intelectual particular tem uma tripla especificidade:

A especificidade de sua posição de classe (...); a especificidade de suas condições de vida e de trabalho (...); a especificidade da política de verdade nas sociedades contemporâneas. É então que sua posição pode adquirir uma significação geral, que seu combate local ou específico acarreta efeitos, tem implicações que não são somente profissionais ou setoriais. Ele funciona ou luta ao nível geral deste regime de verdade, que é tão essencial para as estruturas e para o funcionamento de nossa sociedade (FOUCAULT, 1986, p. 13).

Portanto, mais que mudar as consciências, os intelectuais devem atuar para mudar os regimes de verdade vigentes nas sociedades humanas, pois estão profundamente imbuídos, seja no sentido sartreano, gramsciano ou no foucaultiano, da crença

no poder global e geral (...) que dá ao intelectual o papel de ser um interveniente geral e um oponente global [Sartre]; (...) por acreditar nos micropoderes específicos e disseminados em todo o corpo social que (...) o papel do intelectual é estar disseminado em todo corpo social, conduzindo cada vez mais uma luta específica [Foucault] (WOLFF, 2006, p. 63).

3 | OS “INTELECTUAIS IDEÓLOGOS” E OS “INTELECTUAIS EXPERTOS” SEGUNDO NORBERTO BOBBIO

Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea (1997) de Norberto Bobbio (1909-2004) é uma compilação de artigos e de seminários proferidos (e posteriormente publicada em revistas especializadas) ao longo das décadas de 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990. Podemos notar nos textos desse livro uma temática comum, a despeito dos contextos históricos diferentes: os problemas relacionados às atividades dos intelectuais, particularmente, às discussões realizadas pela “Sociedade Europeia de Cultura” que “nascera da convicção de que era preciso salvaguardar a unidade espiritual da Europa contra a política dos dois blocos. Unidade da Europa e política da cultura eram problemas estreitamente vinculados” (BOBBIO, 1997, p. 169). A sociedade reuniu intelectuais de vários países e pretendeu constituir-se numa espécie de “terceiro

caminho” entre o comunismo e o capitalismo, entre a política e a cultura, de acordo com Bobbio.

Os textos publicados ao longo de praticamente toda a trajetória intelectual e política de Norberto Bobbio nos permite a observação de como se dá o processo de reflexão e amadurecimento de determinadas ideias bem como a opção e a rejeição de algumas delas por parte do filósofo e cientista político, mesmo que o “fio da meada” permaneça e que Bobbio, em suas teses centrais, continue bastante coerente. É nítida a preferência da noção “homens de cultura” em relação à utilização do conceito de “intelectuais”, muito embora Bobbio, invariavelmente, utilize uma e outra. Não que a opção por “homens de cultura” deixe de ser genérica e menos problemática que o conceito de intelectuais.

Para Bobbio, quando se pensa em intelectuais se faz o que os intelectuais fazem: escrever, refletir e criticar. O autor chama a atenção para os termos pejorativos que constantemente são utilizados para depreciar, ou mesmo rejeitar e negar a existência dos intelectuais na sociedade. Diversos rótulos são empregados ao longo da história dos intelectuais: “falência”, “derrocada”, “eclipse” (Dosse), crepúsculo, desconforto, transformismo, metamorfose, desaparecimento, extinção, fim dos intelectuais” (BOBBIO, 1997, p. 9). No entanto, de acordo com Bobbio, não é possível negar, mesmo nas sociedades e democracias modernas que são sociedades pluralistas e que supõem, portanto, a fragmentação do poder ideológico, que o poder dos intelectuais seja menor e menos importante, uma vez que o meio principal desse poder é, justamente, “a palavra e com ela a imagem”. Mas nem por isso, o poder dos intelectuais tem aumentado, conclui Bobbio.

A grande questão para ele consiste em estabelecer o “nexo” entre poder ideológico e poder político operado pelos intelectuais. Para tanto, Bobbio introduz duas categoriais, não totalmente originais, mas que esclarecem uma de suas ideias centrais: os “intelectuais ideológicos” e os “intelectuais expertos” (os técnicos do saber humano prático, tal como na expressão de Sartre). Trata-se de um meio termo entre uma acepção ampla demais (que compreenderia todo trabalho intelectual em oposição a todo trabalho manual) e uma acepção restrita demais (que consideraria apenas os “grandes intelectuais”).

Para Bobbio, “ideólogos” são os intelectuais que têm o papel de realizar o consenso entre ideias divergentes, aqueles que oferecem guias de ação, “princípios-guia”, “valores”, “ideais” ou mesmo “concepções de mundo”. Têm uma “ética da convicção”. “Expertos” são os intelectuais que “fornecem conhecimentos-meio,” (BOBBIO, 1997, p. 73), ou ainda, conhecimentos técnicos que auxiliam o “príncipe” ou seus inimigos. Bobbio recorrerá, para fundamentar sua distinção, ao conceito de “ação social” de Weber para enfatizar que toda a ação política tem necessidade de “ideias gerais sobre os objetivos a perseguir”, bem como de conhecimentos técnicos que servem à política ordinária. Uma ação social com respeito a valores é típica dos “ideólogos”, e uma ação racional com respeito a um fim, ou objetivo, é típica dos “expertos”. Estes têm uma “ética da responsabilidade”.

Sem negar a responsabilidade dos intelectuais, Bobbio propõe um modelo ideal de conduta aos intelectuais que devem “participar das lutas políticas e sociais do seu tempo”, mas sem deixarem-se alienar e, “ao mesmo tempo, por aquela distância crítica que o impeça de se identificar completamente com uma parte até ficar ligado por inteiro a uma palavra de ordem.” (BOBBIO, 1997, p. 79) Bobbio enfatiza que a primeira tarefa do intelectual é impedir o monopólio da verdade (BOBBIO, 1997, p. 81).

Bobbio aborda o problema dos intelectuais tanto do ponto de vista descritivo, isto é, “quem são os intelectuais”, quanto fenomenológico (e aqui deixa claro a influência recebida de Husserl), a saber, “quantos são os tipos de intelectuais?” Nessa discussão recorre às tipologias de Geiger, Coser e Aron. Para estudar sociologicamente o problema entre os intelectuais e a classe política, lança mão das teorias clássicas de Julien Benda, Karl Mannheim, Benedetto Croce e Antonio Gramsci. Finalmente, para tratar o problema do ponto de vista prescritivo e optativo (“qual é o meu ideal de intelectual?”), recorre às suas próprias reflexões filosófico-morais. Não esconde seu ideal de intelectual, isto é, o “mediador” “cujo método de ação é o diálogo racional e cuja virtude é a tolerância”, daí sua desconfiança em relação ao engajamento e dos manifestos dos “homens de cultura” que buscam reunir seus pares “para que expressem unilateralmente conselhos e opiniões endereçados a interlocutores que não escutam” (BOBBIO, 1997, p. 16).

Bobbio faz uma avaliação crítica à expressão mais típica do engajamento político dos intelectuais: seus manifestos. Descreve-os em relação à quantidade e, sobretudo, à qualidade, isto é, em relação aos temas, como opressão e guerra, por exemplo. Somente daí se atém ao problema que considera mais interessante: os manifestos dirigidos às autoridades políticas, pois, neles, se expressam a tensão entre política e cultura. Este tipo de manifesto mostra os intelectuais como “guias morais da nação, ou mesmo da humanidade”, já que pressupõe que “aquilo que os intelectuais pensam e dizem tem um valor exemplar, e como tal, diretivo” (BOBBIO, 1997, p. 62).

A crítica de Bobbio aos manifestos dirigidos às autoridades políticas consiste no fato de que os discursos dos “homens de cultura” ali contidos deixam de fora a “comunhão de valores ou a aceitação dos valores alheios” (BOBBIO, 1997, p. 63). Neste ponto, é colocada a questão da antinomia Estado *versus* indivíduo uma vez que o “homem de cultura” se deixa guiar unicamente pela razão e o homem político pela razão de Estado, portanto, em clara distinção e antagonismo. A desconsideração da diferença entre a “ética da convicção” – importa o agir conforme o dever sem maior consideração para com as consequências – adotada pelo intelectual e a “ética da responsabilidade” – toda ação deve ter em conta as consequências, adotada pelo político – resulta na incompreensão dos motivos pelos quais os diálogos entre um (Estado) e outros (indivíduos/intelectuais) se torna tão difícil, e o que é pior: o protesto dos intelectuais resulta em nada, sobretudo se não são acompanhados de “uma ameaça de sanção, como poderia ser, por exemplo, a desobediência civil” (BOBBIO, 1997, p. 64). Afinal,

contra o Estado, que é a encarnação da potência, somente podem ser empregadas duas linguagens: a da pura potência ou a da pura impotência (o profeta desarmado). A única linguagem inadequada é a da potência impotente, ou seja, a do profeta que acredita estar armado e não está (BOBBIO, 1997, p. 64).

No entanto, mesmo ao reconhecer a potência do Estado (democrático ou absoluto), Bobbio prevê uma margem de autonomia ao indivíduo, seja para se rebelar ou para se conformar a determinada situação, como podemos notar na seguinte afirmação: “não existe regime tão absoluto que possa impedir a rebeldia de uma consciência honesta, nem existe regime tão democrático que possa evitar o conformismo dos ânimos servis” (BOBBIO, 1997, p. 28). Do mesmo modo, não é possível desconsiderar as relações – conflitivas – entre intelectuais e a classe política dirigente. Isto, portanto, deve ocupar um lugar significativo em qualquer trabalho que aborde o problema. Bobbio mostra como a relação entre os intelectuais e classe política foi pensada em diversos países como a França, a Espanha, a Alemanha e a Itália e as diferentes proposições as quais chegaram os intelectuais que sobre ela se debruçaram. Assim as sintetiza: para Julien Benda “o intelectual não tem uma tarefa política, mas uma tarefa eminentemente espiritual”, para Mannheim “a tarefa do intelectual é teórica mas também mediatamente política, pois a ele compete elaborar a síntese das várias ideologias que dão passagem a novas orientações políticas”, para Ortega “a tarefa do intelectual é teórica mas também imediatamente política, pois apenas a ele compete a função de educar as massas” e, finalmente, para Croce “a tarefa do intelectual também é política, mas a sua política não é a ordinária dos governantes, mas a da cultura, e é uma política extraordinária, adaptada aos tempos de crise” (BOBBIO, 1997, p. 34). Essa última é a definição defendida por Bobbio.

Sem negar a “responsabilidade” dos intelectuais diante dos embates políticos, sociais e culturais de sua época, e preferindo aquele termo ao “engajamento”, Bobbio enfatiza que o engajamento “jamais conseguiu dar uma resposta” sobre a pergunta: “engajar em qual partido?” Pois, para ele, engajamento “quer dizer pura e simplesmente tomar partido” (BOBBIO, 1997, p. 99). Penso, no entanto, que tomar partido não implica necessariamente em entrar para um partido, mas adotar posições políticas. Parece que Bobbio tem uma visão unilateral de engajamento. Prefere o termo “responsabilidade” uma vez que “é sempre moral e juridicamente, um fato subjetivo e individual, sobretudo para o intelectual”, já que “intelectual e massa são dois termos incompatíveis” (Idem, ibidem). Bobbio quer dizer com isso que o intelectual é o único responsável pelas suas ideias e cujo princípio de trabalho deve ser expresso pela fórmula: “política da cultura”. Não o apolitismo da cultura, mas a cultura com sua política própria, que pressupõe uma dinâmica específica.

O objetivo da “política da cultura”, segundo Bobbio, é tornar possível a realização da síntese política, ou, encontrar um meio termo entre a política ordinária e a cultura. Imbuídos de valores morais é que o homem de cultura poderia se ver livre das paixões

partidárias. Podemos depreender disso que, para Bobbio, a militância político-partidária é um mal se “se torna escravo delas” e que a moral por si só é capaz de blindar o intelectual, o “homem de cultura”. A resolução para a antinomia apontada, portanto, é almejada no campo filosófico, particularmente, no campo ético-moral. Desta forma Bobbio proclama sua solidariedade para com os inocentes e oprimidos do mundo ameaçados pelo progresso técnico-científico que, em determinadas situações, levou o homem à utilização da bomba atômica. Somente a “força moral”, defende Bobbio, é capaz de poder destruir ou salvar a humanidade de uma catástrofe.

A tarefa ou o ofício do intelectual deve ser o exercício da dúvida metódica (aliás, princípio máximo do método cartesiano), a reflexão e o distanciamento crítico (BOBBIO, 1997, p. 106). Desse modo, o intelectual pode contribuir para o advento de outra sociedade em que não tenha mais sentido a distinção entre intelectuais e não intelectuais. Se concordarmos que o advento de uma nova sociedade não resulta da crítica, nem muito menos da mudança de ideias, poderemos considerar as afirmações de Bobbio excessivamente filosóficas. Mas nem por isso o pensamento de Bobbio deixa de ser versátil, inteligente e provocativo, inclusive porque dialoga e traz as contribuições teórico-metodológicas importantes de sociólogos e filósofos para o debate sobre os intelectuais, como temos visto.

Por fim, cito mais um fragmento de texto de Bobbio, por nos convidar a uma necessária reflexão:

A história tende habitualmente a separar o conteúdo de uma doutrina dos seus efeitos, a não referir imediatamente os segundos ao primeiro. (...) Marx é responsável pelo “presente” estado dos países do assim chamado ‘socialismo real’ e pelos delitos (ou degenerações) de Stálin? Nietzsche é responsável pelo nazismo, pelas loucuras criminosas de Hitler? São questões que o historiador hesita em dar uma resposta segura (BOBBIO, 1997, p. 97, grifos meus).

4 | CONCLUSÃO

Muito embora professem “visões sociais de mundo” diferentes, Michel Foucault e Norberto Bobbio pensam que os intelectuais têm importante papel e função nas sociedades em que atuam. Os intelectuais, sejam os “universais” e os “específicos” ou os “ideólogos” e “expertos”, como vimos, podem contribuir para a manutenção da ordem social vigente, capitalista e burguesa. Ou não. Os intelectuais também podem lutar para a construção de uma sociedade verdadeiramente livre, fraterna e igualitária – democrática – querida por todos nós.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

NOVAES, Adauto (org.) **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. Trad. Sérgio Góes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.

WOLFF, Francis. *Dilemas dos intelectuais*. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CAPÍTULO 17

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E AVALIAÇÃO: POLÍTICAS DE ESTADO OU POLÍTICAS DE GOVERNO?

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 05/11/2021

Rafael Ângelo Bunhi Pinto

Universidade de Sorocaba – Uniso – Programa de Pós-Graduação em Educação Sorocaba/SP
<http://lattes.cnpq.br/6506198701015988>

Silvana Maria Gabaldo Xavier

Universidade de Sorocaba – Uniso – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Inovação Sorocaba/SP
<http://lattes.cnpq.br/5020211572860919>

Giane Aparecida Sales da Silva Mota

Prefeitura Municipal de Sorocaba – PMS – Professora da Secretaria Municipal de Educação Sorocaba/SP
<http://lattes.cnpq.br/8005333462320715>

RESUMO: Este capítulo destaca os aspectos fundamentais ao entendimento da formação e constituição do Estado, em especial do Estado brasileiro, e da vida em sociedade, bem como das formas de poder e governo ligadas a essas temáticas. Essas questões são importantes ao bom entendimento do tema políticas públicas e sua interferência na educação brasileira, principalmente às voltadas à avaliação da educação superior.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Educação. Políticas Públicas. Políticas Educacionais. Avaliação.

PUBLIC POLICIES IN EDUCATION AND EVALUATION: STATE POLICIES OR GOVERNMENT POLICIES?

ABSTRACT: This chapter stands out the fundamental aspects to the understanding of the formation and constitution of the State and aspects of life in society, especially the Brazilian State, as well as the forms of power and government linked to these themes. These issues are important to the good understanding of the theme of public policies and their interference in Brazilian education, mainly to policies aimed at the evaluation of higher education.

KEYWORDS: State. Education. Public Policy. Education Policies. Evaluation.

1 | INTRODUÇÃO

Estado, em uma breve definição, pode ser entendido como o ordenamento jurídico composto de um conjunto de pessoas em um determinado território, sob um poder de comando (BOBBIO, 1987).

Pode-se afirmar que o nascimento do Estado se dá a partir da passagem dos tempos mais primitivos para a era civilizada, surgindo o conceito de sociedade civil, ou seja, um agrupamento de pessoas “civilizadas” vivendo em um determinado território, sob a regência de um poder, respeitando um conjunto de regras e normas.

As leis definidas para e pelo Estado são aplicadas em um território delimitado, sob o domínio de um poder que governa, o qual toma

decisões e distribui ordens e instruções para aqueles que vivem nesse território. As leis em um território se consolidam por meio de uma Carta Magna, uma Constituição, a qual define os limites do poder político, tanto no que se refere à sua força e influência quanto à sua extensão, para regulamentar as ações dos grupos sociais (englobando os direitos sociais, direitos políticos, entre outros) e dos indivíduos (que incluem os direitos individuais, direito de liberdade, direito de religião, entre outros) em um determinado território, dando, portanto, autoridade e limites ao Estado.

O Estado não se desvincula da sociedade e das relações sociais que podem surgir, devendo, portanto, servir a essa sociedade e, ao mesmo tempo, ditar as regras para a convivência em sociedade. Na visão weberiana, segundo Bobbio (1987, p. 69), o Estado Moderno é “definido mediante dois elementos constitutivos: a presença de um aparato administrativo com a função de prover a prestação de serviços públicos e o monopólio legítimo da força”.

No que tange ao estudo do Estado e ao aspecto referente à parte de quem governa e de quem é governado, observa-se que em ambas a questão do poder sempre está imbricada. Do ponto de vista de quem governa, verificam-se características como as várias formas de governo e as diversas funções do Estado. Isso é constatado tanto no governo federal, como nos governos estaduais, distrital e municipais, cujas atribuições e limites de atuação estão descritos, principalmente, na Constituição. Da parte de quem é governado, destacam-se questões como a vivência em sociedade, a liberdade e bem-estar dos cidadãos, seus direitos e deveres, a articulação e a organização política, a utilização de serviços e de políticas públicas, entre outros.

Nesse contexto, este capítulo propõe apresentar um panorama sobre políticas públicas e discutir as questões voltadas à essas políticas públicas no âmbito educacional, principalmente no que tange à avaliação da Educação Superior no Brasil.

2 | POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

Do ponto de vista conceitual, as políticas públicas podem ser entendidas como uma resposta dos governantes a uma demanda ou problema que apresenta um impacto público. São soluções de problemas de interesse coletivo que atingem a sociedade ou parte dela. Isso pode ser constatado na visão de Amabile (2012, p. 390), que afirma que políticas públicas “são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla que visam à satisfação do interesse da coletividade”.

Também influenciam e são influenciadas por valores, costumes e ideias que formam a base da relação Estado e sociedade, além do contexto histórico-social do país, dos estados e dos municípios em que serão adotadas.

Enquanto nos Estados Unidos as políticas públicas ganharam maior impulso nos anos 50, por meio do estudo e da implementação do que veio a ser denominado de ciência

política ou *policy science*, na Europa a preocupação com políticas consideradas públicas cresce a partir da década de 1970 (FREY, 2000).

No Brasil, essa questão tem um histórico mais recente, ganhando mais força e destaque no contexto político-social do país na década de 1990, em razão da influência da globalização, da lógica neoliberal no país e da distância entre os mais ricos e os mais pobres, acentuando a exclusão e injustiça social, conforme demonstra Dourado (2002). Também na década de 1990,

[...] entre outros processos, as políticas públicas passam a serem orientadas por uma reforma de Estado, que engendra alterações substantivas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando as formas de gestão e, conseqüentemente, as políticas públicas, particularmente, as políticas educacionais. Tais políticas passam por alterações importantes no mundo e no Brasil.

No caso brasileiro, houve mudança na lógica das políticas educacionais e nos diversos espaços de decisão e efetivação. Houve mudanças políticas e ideológicas no campo da educação básica e superior, requerendo alterações de ordem jurídico-institucional nos processos de regulação e avaliação (BRASIL, 2015, p. 05).

Belloni, Magalhães e Sousa (2001, p. 33), ao tratarem de política pública, afirmam que ela “desempenha distintos papéis, dependendo do setor, grupo social ou atores ao qual se destina e do tipo de relação que estabelece com as demais políticas”. Nesse contexto, verifica-se que sua existência deve se justificar pela demanda e para grupos pré-definidos de uma sociedade, bem como por sua possível inter-relação com outras ações governamentais necessárias para a sua efetivação e eficácia.

No que se refere às demandas, Rua (1998) aponta que alguns aspectos devem ser considerados, sendo que existem três tipos: as *novas*, as *recorrentes* e as *reprimidas*. As *demandas novas* são aquelas que resultam do surgimento de novos problemas, atores políticos ou grupos sociais. Nesse contexto, que os novos problemas se relacionam às demandas que surgem no contexto econômico, social, político, educacional, da saúde etc., que não existiam anteriormente ou que, mesmo existindo, ainda não careciam de maiores cuidados ou urgência por parte de atores ou grupos sociais. Já os novos atores se referem a pessoas que já existiam, mas que não eram organizados em um grupo social, sendo que a partir do momento em que se agrupam com uma demanda ou problema específico, passam a exercer influência e a pressionar o sistema político. *Demandas recorrentes* se referem àquelas em que os problemas existentes não foram resolvidos ou, quando foram objeto de alguma política, esta não foi efetiva, permitindo que essas demandas sempre voltem a aparecer no contexto político e nas propostas governamentais. Por sua vez, as *demandas reprimidas* são aquelas em que foram detectadas necessidades, mas não foram tomadas decisões a seu respeito, sendo sua discussão e decisão sobre a política a ser adotada postergadas.

As políticas públicas também podem ser distinguidas de acordo com seu caráter *distributivo, redistributivo, regulatório e constitutivo*.

Para Oliveira (2010, p. 95), *políticas distributivas* devem focar “ações cotidianas que todo e qualquer governo precisa fazer”, sendo financiada pela sociedade por meio de um orçamento público de um Estado, por exemplo. Para Souza (2014, p. 633), essas políticas “implicam decisões sobre desoneração fiscal ou sobre aplicação de recursos financeiros, privilegiando determinados grupos, setores ou regiões”. Nesse sentido, englobam o oferecimento de serviços públicos e de equipamentos para demandas específicas e delimitadas, sofrendo, geralmente, pressão de determinados grupos da sociedade. Para Frey (2000, p. 223), essas políticas têm “baixo grau de conflito nos processos políticos”, caracterizando-se mais pelo consenso dos atores políticos envolvidos e pela distribuição de vantagens a todos. Como exemplo, pode-se mencionar a reforma de uma pré-escola ou a implementação de uma política de educação ambiental em uma escola.

Políticas redistributivas, segundo Azevedo (2003 apud OLIVEIRA, 2010, p. 95), englobam aquelas voltadas para a redistribuição de “renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos”. Já para Souza (2014, p. 633), elas “preveem o atendimento a grupos sociais menos privilegiados, impondo perdas concretas a alguns (que são obrigados a contribuir para a ação, geralmente por meio de impostos) e ganhos incertos a outros (que deveriam se beneficiar da política)”. Pela sua própria denominação, em um contexto social trabalha-se com a premissa de que esse tipo de política deveria ser financiado por aqueles setores, camadas sociais ou atores sociais que possuem maior renda, bens e poder aquisitivo, por meio de uma realocação de recursos financeiros, de forma que as desigualdades sociais possam efetivamente diminuir e a igualdade acontecer. Mas, na prática, não é exatamente isso que ocorre, sendo que essas políticas acabam sendo financiadas pelo governo federal, pelos estados ou pelos municípios, em razão das disputas de poder e das divergências que acontecem nos processos de negociação. Nesse contexto, ao contrário das políticas distributivas, esse tipo é mais propício ao conflito, pois há o beneficiamento de determinados grupos sociais menos favorecidos por meio do financiamento de outros grupos mais favorecidos, que geralmente não concordam com esse tipo de subsídio. Pode-se citar, como exemplo dessas políticas, aquelas voltadas para o custeio e financiamento da educação superior, como bolsa do “Programa Universidade para Todos” – ProUni e do Financiamento Estudantil – FIES, e as de distribuição de renda para pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza, como o bolsa Família.

Por sua vez, *políticas regulatórias* se referem à legislação que regulamenta aquilo que os governos federal, estaduais, do distrito federal e municipais podem ou não fazer a respeito de uma política pública distributiva ou redistributiva. De acordo com Oliveira (2010, p. 96), “se estas duas implicam no campo de ação do poder executivo, a política pública regulatória é, essencialmente, campo de ação do poder legislativo”. Na visão de

Souza (2014, p. 633), essas políticas “estabelecem regras, procedimentos ou formas de atuação, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse”. Verifica-se que nesse tipo de política os conflitos, as coalizões e o consenso são desenvolvidos conforme as necessidades e interesses dos entes e atores envolvidos na elaboração da legislação que a regulamenta. Além das leis, essas políticas podem ser regulamentadas por meio de decretos, portarias, resoluções, instruções normativas, etc.

Já as *políticas constitutivas*, ou políticas estruturadoras, são aquelas que transformam ou modificam alguma situação, regra ou norma existente. Elas dizem respeito à própria esfera da política e suas instituições condicionantes, ou seja, às estruturas de poder e de governabilidade, fazendo com que as modificações que possam ocorrer por meio delas tenham impacto nos processos políticos e no sistema político-administrativo, afetando muito pouco a esfera pública social. Para Frey (2000, p. 224), essas políticas “determinam as regras do jogo e com isso a estrutura dos processos e conflitos políticos, isto é, as condições gerais sob as quais vêm sendo negociadas as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias”. Já para Souza (2014, p. 633), as políticas constitutivas são “voltadas à consolidação do próprio governo por meio de relatório, prestação de contas ou propaganda”.

Independente das demandas atendidas e do caráter que a política pública assume, para mensurar e analisar a sua qualidade, efetividade e resultados, tanto qualitativos quanto quantitativos, importante se faz a realização de uma avaliação. Afonso (2000, p. 50), ao trabalhar com a questão da avaliação das políticas públicas, afirma que ela:

[...] é mais visível em momentos em que há incertezas ou dúvidas sobre a recepção ou consecução de determinadas políticas públicas. Neste caso, a administração estatal pode solicitar a avaliação para reforçar a credibilidade da sua ação, utilizando-a como instrumento de legitimação da burocracia.

Na América Latina, a implementação de sistemas de avaliação de políticas públicas se deu pela “necessidade de ‘modernização’ da gestão pública, bem como para justificar aquilo que funcionava e aquilo que não funcionava no Estado, como uma prestação de contas, para seu real achatamento e sua realocação de serviços e possível transferência de sua execução pela iniciativa privada. Isso fez com que as políticas públicas fossem analisadas e medidas por meio da eficiência e da eficácia de seus resultados, da prestação de contas (*accountability*) por parte dos agentes estatais e do controle social sobre o Estado e da satisfação de seus usuários.

A avaliação de políticas públicas também pode se tornar instrumento político-eleitoral, por meio da interação político-partidária e acomodação de interesses em países com uma democracia que permite a existência de vários partidos políticos, como é o caso do Brasil, em que existem partidos que compõem a base de sustentação governamental ou partidos de situação, e aqueles que possuem um viés contrário aos rumos e decisões tomadas, ou partidos de oposição. De acordo com Bairros (2013, p. 103):

As relações de poder entre os entes federados, a relação partidária estabelecida na federação, os jogos de interesses das siglas partidárias, o predomínio de interesses de determinados grupos nos diferentes municípios, os atores envolvidos na política, secretários de educação, professores, funcionários, pais, alunos e comunidade em geral determinam o resultado da política.

Nesse contexto, merece destaque o estudo referente à dualidade existente entre duas posições assumidas pelas políticas públicas: as *políticas de Estado* e as *políticas de Governo*. Almeida (2013) trabalha com definições e distinções importantes entre os conceitos de Políticas de Governo e de Políticas de Estado. Ao tratar de Políticas de Governo, o autor afirma que:

Políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo bem mais elementar de formulação e implementação de determinadas medidas para responder às demandas colocadas na própria agenda política interna – pela dinâmica econômica ou política-parlamentar, por exemplo – ou vindos de fora, como resultado de eventos internacionais com impacto doméstico. Elas podem até envolver escolhas complexas, mas pode-se dizer que o caminho entre a apresentação do problema e a definição de uma política determinada (de governo) é bem mais curto e simples, ficando geralmente no plano administrativo, ou na competência dos próprios ministérios setoriais.

Em contrapartida, ao tratar de Políticas de Estado, Almeida (2013) trabalha com a premissa de que:

Políticas de Estado, por sua vez, são aquelas que envolvem as burocracias de mais de uma agência do Estado, justamente, e acabam passando pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, depois que sua tramitação dentro de uma esfera (ou mais de uma) da máquina do Estado envolveu estudos técnicos, simulações, análises de impacto horizontal e vertical, efeitos econômicos ou orçamentários, quando não um cálculo de custo-benefício levando em conta a trajetória completa da política que se pretende implementar. O trabalho da burocracia pode levar meses, bem como o eventual exame e discussão no Parlamento, pois políticas de Estado, que respondem efetivamente a essa designação, geralmente envolvem mudanças de outras normas ou disposições pré-existentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade.

Pode-se compreender, assim, que as Políticas de Estado estão inseridas em um ambiente ou em um contexto macro, que envolvem problemas sistêmicos e estruturais e mais do que apenas as decisões do poder executivo e dos ministérios e secretarias estaduais e municipais. Envolve problemas cujas ações são legitimadas e regulamentadas pelo poder legislativo da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios. Essas políticas geralmente envolvem demandas ou problemas complexos da sociedade, necessitando de um corpo técnico especializado para sua concepção, formulação e execução, sendo, portanto, mais de caráter conceitual e, também, permanente. Nesse tipo de política há a previsão de continuidade de ações, independente do partido político que está no poder ou na oposição, ou seja, as eleições podem até trazer um novo cenário político partidário e

ocorrer a troca no poder executivo do país, dos estados, do distrito federal ou dos municípios, bem como na lógica de partidos de oposição e de situação, mas as políticas aprovadas em determinado tempo continuam e as ações são desencadeadas naturalmente.

As Políticas de Governo, em sua maioria, são criadas e executadas de forma mais rápida, fazendo parte das agendas governamentais do poder executivo, atendendo às demandas que necessitem de rápido apoio e/ou que são temporais ou surgem em razão de determinada situação econômica, social, cultural ou educacional, por exemplo, do país, de um estado ou de um determinado município. São, portanto, políticas de caráter mais reativo e operacional. Também podem ser criadas em razão de demandas e pressões externas, como a política econômica mundial ou aquelas advindas de organismos internacionais. Assim, essas políticas foram criadas para atendimento de setores e demandas específicas, limitadas no tempo, sem, contudo, fazerem parte de um projeto maior de desenvolvimento econômico e social (FREY, 2000).

3 I A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA

Tratando das políticas educacionais no âmbito da dualidade existente entre Políticas de Estado e Políticas de Governo, Ganzeli (2013, p. 46) afirma que:

Os propositores da 'política de Estado' buscam a institucionalização de normativas que destinam em comum acordo a responsabilidades de cada ente federado para a garantia do direito à educação. Já os propositores da 'política de Governo' defendem a preponderância da elaboração de agendas governamentais que atendam à área da educação.

Trabalhando com essas questões no contexto brasileiro, pode-se verificar que na década de 1990 ocorreu uma reforma educacional, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, instituída por meio da Lei Federal Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A LDBEN, aprovada no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) – PSDB, dentre outros aspectos, traz os princípios norteadores da educação no país, a sua forma de organização, o compartilhamento de direitos, deveres e responsabilidades entre os entes federados, os níveis e modalidades de ensino, bem como o aporte e a forma de distribuição dos recursos financeiros públicos destinados para a Educação. Essa Lei continuou vigente nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff – PT, partido que sempre manteve oposição ao PSDB, dando, portanto, continuidade ao projeto de educação do país lançado em 1996, por meio da Lei supracitada. Também se manteve vigente no governo de Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro – MDB e no governo do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, sem partido. Mesmo com algumas alterações em alguns de seus dispositivos ao longo desses 25 anos, constata-se que a Lei de Diretrizes e Bases se consolida como uma política regulatória de Estado, independente do partido

político que está no poder.

Ao mesmo tempo, no entanto, para regulamentar e executar a LDBEN, decretos foram publicados e políticas foram implementadas pelo poder executivo, caracterizando políticas de governo e marcas daqueles que estavam à frente do Ministério da Educação na época de sua promulgação.

No que tange à educação superior, por exemplo, a reforma proposta e definida na LDBEN desencadeia em um crescimento das Instituições de Ensino Superior credenciadas e mantidas pela iniciativa privada. Sobre este aspecto, Bittar (2001, p. 34-35) afirma que:

Percebe-se um enorme crescimento quantitativo sem, contudo, resultar em melhoria qualitativa, pois a preocupação do setor privado está vinculada quase que exclusivamente ao 'atendimento da demanda por ensino'; a exceção pode ser constatada pela presença de 'algumas universidades católicas que se propõem, enquanto uma alternativa confessional às universidades públicas'.

A expansão da iniciativa privada na educação superior também culminou com uma reformulação dos processos de avaliação e de regulação da educação superior. Tratando-se desta questão, enquanto política pública de Estado de medição e aferição de qualidade, a nova LDBEN e os decretos que foram promulgados para sua regulamentação demonstram uma concepção de avaliação voltada para o controle de qualidade da educação superior. Isso é confirmado por Dias Sobrinho (2003, p. 75) nos seguintes termos:

A avaliação como estratégica de governo se fortalece sobretudo em virtude da adesão dos governos brasileiros ao neoliberalismo, desde 1990, e ganhou plena legalidade nos textos da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e no caudaloso conjunto de documentos legais, normas e práticas que decorrem dela.

Dentro desse conjunto de documentos legais, na época do governo FHC, se destaca a Medida Provisória Nº 1.018/95, que originou a Lei Nº 9.131/95, a qual, dentre outros aspectos, estabelecia que as avaliações das instituições de ensino superior e de seus cursos incluiriam, a cada ano, exames nacionais, com base nos conteúdos mínimos estabelecidos para cada curso, previamente divulgados e destinados a aferir os conhecimentos e competências adquiridos pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação. Para regulamentar a Lei, foi publicado, primeiramente, o Decreto Nº 2.026/96, que mais claramente estabelecia uma política de governo a ser desenhada e que marcou o governo FHC especificamente no que se refere à educação superior, em que a avaliação no país seria realizada por meio do Exame Nacional de Cursos – ENC, que ficou mais conhecido como “Provão”, e da Avaliação das Condições de Oferta – ACO, a qual, posteriormente, passou a denominar-se Avaliação das Condições de Ensino – ACE. Outro instrumento, o Decreto Nº 3.860/2001, que acabou revogando o Decreto Nº 2.026/96, foi publicado posteriormente, dispondo sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, mantendo-se o foco no Provão e na Avaliação das Condições de Ensino – ACE.

O Provão foi um exame anual obrigatório para os alunos formandos em determinados cursos escolhidos pelo Ministério da Educação, com o objetivo de avaliar as competências e habilidades e o nível de aprendizagem realizada e alcançada pelos estudantes. Procurava também ter, no final do processo avaliativo, uma visão geral do curso avaliado pelo resultado do desempenho dos alunos. Uma das críticas maiores ao Exame se referia à possibilidade de se estabelecer, após a divulgação do Provão, anualmente, um ranqueamento com os conceitos de todos os cursos de graduação e suas respectivas Instituições de Educação Superior. Os conceitos do Provão para cada curso variavam de uma escala de “A” a “E”, correspondentes ao melhor e ao pior conceito, respectivamente. Outra crítica estava relacionada à ideia de o Exame ter um peso muito significativo para a concepção de qualidade de um curso, sendo, no final da existência do Provão, praticamente o único instrumento usado para definir essa qualidade.

Já a Avaliação das Condições de Oferta/Ensino, avaliação externa *in loco* realizada pelo Ministério da Educação, tinha como objetivo verificar aspectos relacionados à organização didático-pedagógica, ao corpo social (docente e técnico-administrativo, basicamente) e às instalações de determinado curso, devendo ser atribuídos, para cada dimensão avaliada, os seguintes conceitos: CMB (Condições Muito Boas), CB (Condições Boas), CR (Condições Regulares) e CI (Condições Insuficientes). Essa avaliação ocorria, em um primeiro momento, para autorização de cursos em Instituições sem autonomia universitária, e, posteriormente, para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, tanto para as Instituições com autonomia quanto para as sem autonomia. Essa avaliação também era aplicada para cursos que tinham desempenho insatisfatório no Provão (conceitos D e E) em três edições consecutivas do Exame.

O Provão e a Avaliação das Condições de Oferta/Ensino, permaneceram como instrumentos de avaliação até o ano de 2003, quando assume o governo federal o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - PT. Muda-se, a partir de então, a política de avaliação, regulação e supervisão da Educação Superior existente, primeiramente por uma nova política de governo, instituída por meio da Medida Provisória N° 147, de 15 de dezembro de 2003, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior e dispunha sobre a avaliação do ensino superior. Posteriormente, por meio da aprovação de Lei N° 10.861, de 14 de abril de 2004, cria-se no país o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que se torna uma política de Estado existente até os dias atuais.

O SINAES foi criado em consonância com o previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, também, na Lei N° 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que instituiu o primeiro Plano Nacional de Educação – PNE e frisou, em seu Art. 4º, que a União deveria instituir o Sistema Nacional de Avaliação.

A implementação do SINAES também veio atender a uma das Propostas de Governo de Lula para a educação superior, enquanto candidato à Presidência da República, que assim declarava:

Proposta 12:

Rever o atual sistema de avaliação que inclui o Exame Nacional de Cursos – ENC ou Provão – e implantar um sistema nacional de avaliação institucional a partir, entre outras, da experiência do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) (RISTOFF; GIOLO, 2006, p. 194).

Para a regulamentação do Sistema, o Decreto Nº 3.860/2001 foi revogado pelo Decreto Nº 5.773/2006, o qual dispunha sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Esse decreto se manteve vigente no governo de Dilma Rousseff, comprovando-se a sua lógica de continuidade relacionada ao Partido que está no poder, sendo revogado apenas em 2017, já no governo de Michel Temer, do MDB, por meio do Decreto Nº 9.235/2017, o qual se mantém vigente até os dias atuais. Também foi publicada a Portaria Normativa Nº 40/2007, do Ministério da Educação, alterada posteriormente pela Portaria Normativa Nº 23/2010, que instituiu o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores, e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – BASis e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE e outras disposições. Essa Portaria também se manteve vigente durante todo o governo do PT, sendo revogada em 2017, por meio da Portaria MEC Nº 23/2017.

Com a implantação do SINAES, a avaliação passa a ser estruturada a partir de três pilares: 1. Avaliação Institucional; 2. Avaliação de Cursos de Graduação; 3. Avaliação dos Estudantes (BRASIL, 2004), contrariamente à avaliação existente até aquele momento, em que pesava muito a avaliação estudantil, realizada por meio do Provão. Para promover as avaliações e os pilares do SINAES, a Lei Nº 10.861/2004, determina que sejam assegurados:

I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações (BRASIL, 2004).

A avaliação externa de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes é desenvolvida pelo Ministério da Educação, especificamente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” – INEP, por meio de ciclos/calendários

previamente definidos e normas estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, responsável pelo gerenciamento do SINAES. A avaliação externa de instituições deve levar em consideração as dez dimensões previstas na Lei do SINAES:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (BRASIL, 2004).

Mais recentemente, essas dimensões foram agrupadas em cinco eixos, os quais norteiam o novo instrumento de avaliação institucional: 1) Planejamento e Avaliação Institucional; 2) Desenvolvimento Institucional; 3) Políticas Acadêmicas; 4) Políticas de Gestão; e 5) Infraestrutura Física.

A avaliação de cursos mantém a avaliação externa baseada em três dimensões: 1) organização didático-pedagógica; 2) corpo docente e tutorial; e 3) instalações físicas, basicamente como ocorria na época da Avaliação das Condições de Oferta/Ensino.

A avaliação de desempenho estudantil ocorre agora por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, aplicado aos cursos de graduação dentro de ciclos avaliativos com duração de três anos, diferente da avaliação prevista no Provão, que ocorria anualmente para todos os cursos avaliados. Outra novidade dessa política é que a avaliação do desempenho dos estudantes começa a ser aplicada aos estudantes de

primeiro e de último ano dos cursos de graduação, com o intuito de se verificar também a evolução do conhecimento ensinado nos cursos e aprendido pelos estudantes. No entanto, com o passar dos anos, os alunos ingressantes deixaram de fazer o Exame, passando o ENADE a ser aplicado apenas para os alunos em final de curso, sendo considerado, para os ingressantes, o desempenho obtido por eles no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Já a avaliação interna é realizada por meio da Comissão Própria de Avaliação – CPA, que deve existir em cada Instituição, composta por membros representativos do corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo e da sociedade civil organizada. Após a realização das avaliações externas e internas, compete aos gestores das Instituições e de seus Cursos, a reflexão sobre aquilo que foi avaliado e a análise dos resultados, o que é feito por meio da meta-avaliação. Essa avaliação interna ganha peso nessa nova política pública de avaliação, lembrando que na sistemática aplicada anteriormente, na época do governo FHC, ela não era obrigatória.

Assim, é importante destacar que, enquanto política educacional, mesmo sendo considerada atualmente uma política pública de Estado, em razão de sua aprovação, normatização e regulamentação pelo poder legislativo, bem como discussão por meio da sociedade civil por meio de audiências públicas, a implantação do SINAES se origina de uma política de governo, levantada e gestada no âmbito do poder executivo, em um primeiro momento, por meio de uma medida provisória.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, verifica-se que várias transformações ocorreram nos sistemas e formas de governo. No âmbito de atuação dos governos e das formas de poder, sempre se constatou o conflito existente entre partidos políticos, havendo aqueles de situação aos governos e aqueles de oposição, o que é uma das características mais fortes dos sistemas democráticos. A democracia e seu governo para todos também traz embutida as ideias da política do Estado do Bem-Estar Social, permeando a construção de uma ideologia nacional que consiga dar conta de atender a diversidade. Para isso, os governos trabalham, principalmente, com políticas públicas.

As políticas públicas podem ser entendidas como as respostas dos governantes a uma demanda ou problema que apresenta um impacto público e social, visando atender ao interesse da coletividade. Elas são influenciadas por demandas, valores, costumes e ideias que formam a base da relação Estado e sociedade.

Essas políticas, em sua estrutura, acabam assumindo duas vertentes. De um lado, as Políticas de Governo, encabeçadas pelas decisões do poder executivo tomadas diante de determinadas demandas mais imediatistas que surgem na própria agenda política e administrativa interna ou de eventos que ocorrem em âmbito externo ao país e, até mesmo,

por força de mecanismos internacionais. Essas políticas geralmente agem no curto prazo e são executadas e administradas por meio de ministérios e secretarias, por exemplo. De outro lado, encontram-se as Políticas de Estado, que envolvem problemas que geram demandas maiores do país, dos estados ou municípios e vários ministérios ou secretarias na sua execução, sendo aprovadas no âmbito do poder legislativo, geralmente após processo de audiências públicas com a sociedade. As Políticas de Estado podem surgir de novos problemas ou serem reformuladas a partir da ineficácia de políticas adotadas anteriormente que, muitas vezes, acabam por mudar normas e leis pré-existentes. Assim, essas políticas atuam mais a longo prazo.

Ao observar as políticas públicas de avaliação da Educação Superior, constata-se que a ação de avaliar se manteve, garantindo a manutenção da política de Estado, o que cria a sensação de continuidade das ações propostas para este fim. No entanto, embora a avaliação tenha permanecido, independente do partido político que assumiu o poder, as ações desta política pública foram modificadas por meio de Medidas Provisória, Lei, Decretos e Portarias apresentadas pelos governos subsequentes a FHC, criando-se um Sistema Nacional de Avaliação. Logo, as políticas de Estado recebem as marcas das políticas de governo e são por elas alteradas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2000.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Sobre políticas de governo e políticas de Estado: distinções necessárias.** 2013. Disponível em: <<http://www.imil.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. Políticas públicas. In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de et al. (Orgs.). **Dicionário de políticas públicas.** Barbacena, MG: EdUEMG, 2012.

BAIROS, Mariângela. Políticas públicas educativas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática docente. **Revista Exitus**, Santarém (PA), v. 3, n. 1, p. 101-113, jan./jun. 2013.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BITTAR, Mariluce. O ensino superior privado no Brasil e a formação do segmento das universidades comunitárias. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, SP, v. 6, n. 2, p. 33-42, jun. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei N° 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP N° 02, de 09 de junho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jun. 2015.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, n. 21, jun. 2000.

GANZELI, Pedro. Regime de colaboração e Plano Nacional de Educação: política de estado ou política de governo. In: MARTINS, Angela Maria et al. (Orgs). **Políticas e gestão da educação**: desafios em tempos de mudanças. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão F. de Oliveira; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. **Fronteiras da educação**: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiânia: PUC Goiás, 2010.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O Sinaes como Sistema. **Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG)**, Brasília, v. 3, n. 6, 2006.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Isabel V. (Org.). **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SOUZA, Valdinei Costa. Política de formação de professores para a educação básica: a questão da igualdade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 58, p. 629-653, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782014000800006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 abr. 2018.

CAPÍTULO 18

RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA NA PRESERVAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE ACERVOS: OS ACERVOS TEATRAIS ALOCADOS NA SALA ANTÔNIO MANOEL DE SOUZA GUERRA CEDOC/ UFSJ

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 02/12/2021

Berilo Luigi Deiró Nosella

Docente do Departamento de Artes Cênicas
Universidade Federal de São João del-Rei
São João del-Rei-MG
<http://lattes.cnpq.br/2696544764397266>
<https://orcid.org/0000-0002-3009-9836>

Fabiana Siqueira Fontana

Docente do Departamento de Artes Cênicas
Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria-RS
<http://lattes.cnpq.br/5182148167386952>

Isabela Francisconi

Graduanda em Teatro
Universidade Federal de São João del-Rei
Bolsista de Iniciação Científica-CNPq
São João del-Rei-MG
<http://lattes.cnpq.br/4339939151897931>

O presente artigo é resultado da pesquisa de Iniciação Científica “Ordenando e descrevendo os arquivos que compõem o acervo doGPAC-UFSJ: capítulos de uma história cultural do teatro brasileiro em Minas Gerais” desenvolvida pela discente em Teatro da UFSJIsabela Francisconi com bolsa do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, foi apresentado como comunicação, em versão reduzida, no VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG em 2019 sob o título “Relatos de uma experiência na preservação e organização de um acervo e percepções sobre a utilização do patrimônio documental na pesquisa academia”.

RESUMO: O presente artigo tem como finalidade apresentar o trabalho desenvolvido, por dois anos, nos acervos do Clube Teatral Artur Azevedo e do amador Antônio Guerra, sob guarda do Grupo de Pesquisa em Artes Cênicas-GPAC (CNPq)/CEDOC-UFSJ. Desta forma, uma vez que todos os conjuntos ali presentes compõem capítulos da história cultural do teatro brasileiro em São João del Rei-MG, a importância da conservação e da organização de tal conjunto documental deve ser frisada, enfatizando a necessidade da prática de preservação de documentos sob guarda de uma Instituição de Ensino Superior Federal, assim com suas dificuldades, esforços e conquistas. Pretende-se, também, apresentar aspectos do debate acerca da importância do acesso ao patrimônio documental como exercício de pesquisa acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: História e historiografia do teatro, preservação da memória do teatro, acervo teatral, acesso ao patrimônio documental.

REPORTS OF AN EXPERIENCE IN THE PRESERVATION AND ORGANIZATION OF A COLLECTION: THE THEATRICAL COLLECTIONS HOUSED IN THE ROOM ANTÔNIO MANOEL DE SOUZA GUERRA CEDOC/UFSJ

ABSTRACT: The present article aims to present the work developed, for two years, in the collections of Clube Teatral Artur Azevedo and of the amateur theater director Antônio Guerra, under the custody of the Scenic Arts Research Group-GPAC (CNPq)/CEDOC-UFSJ. Thus, since all the sets present therein compose chapters

of the cultural history of the Brazilian theater in São João del-Rei-MG, the importance of conservation and organization of such a documental set must be emphasized, emphasizing the need for the practice of preservation of documents under the custody of a Federal Higher Education Institution, as well as its difficulties, efforts and achievements. It is also intended to present aspects of the debate about the importance of access to documentary heritage as an exercise of academic research.

KEYWORDS: History and historiography of theater, preservation of theater memory, theater collections, access to documentary heritage.

Empreenderemos aqui um relato sobre os acervos documentais teatrais sob custódia do Grupo de Pesquisa em Artes Cênicas-GPAC da Universidade Federal de São João del-Rei, atualmente alocados na sala “Antonio Manoel de Souza Guerra, que integra o Centro de Referência de Pesquisa Documental – CEDOC¹ da UFSJ.

O CEDOC compõe-se de um prédio, localizado no Campus Dom Bosco, que sob a égide da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, guarda e promove a pesquisa em acervos de documentos e itens de destacado valor histórico e social das áreas das Artes, Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas. Atualmente conjuga 9 (nove) projetos com diferentes acervos instalados, além de estrutura especial para restauro, salvaguarda e preservação dos documentos. Dos projetos citados, no campo das artes cênicas há a referida sala “Antonio Manoel de Souza Guerra”, onde se encontram dois grandes acervos documentais ligados ao amador que lhe dá o nome, conhecido como Antonio Guerra, o primeiro seu acervo pessoal e segundo o do Clube Teatral Artur Azevedo, fundado por ele e atuante em São João del-Rei por quase todo século XX. Além destes dois há alguns outros acervos menores, dos quais se destaca o acervo pessoal da atriz Lysia de Araújo.

O referido acervo de artes cênicas, remonta a própria fundação do GPAC, em 1992, com a vinda da professora Maria de Lurdes Rabetti (Beti Rabetti) à UFSJ, na época ainda FUNREI, como professora visitante. Na época,

“...a instituição negociou a transferência do material disponível para um espaço onde pudesse ser organizado e catalogado a fim de posteriormente aberto ao público. Assim, desde 1992, o acervo do Clube Teatral Artur Azevedo passou a estar sob a guarda da FUNREI” (Rocha Junior, 2003, 34)

Posteriormente, outros acervos documentais foram sendo somados à guarda da UFSJ, sob os cuidados do GPAC, atualmente sob coordenação do professor Alberto Ferreira da Rocha Jr (Alberto Tibaji), junto ao CEDOC.

Focaremos o relato no trabalho de conservação e mudança definitiva do mesmo para sua sala de destino, no CEDOC. Este trabalho empreendeu-se numa parceria entre o GPAC e o GPHPC – Grupo de Pesquisa em História, Política e Cena². Neste sentido, o presente trabalho congregou uma equipe formada pelos professores Alberto Ferreira da Rocha Jr

¹ cedoc@ufsj.edu.br

² www.ufsj.edu.br/gphpc

(Alberto Tibaji), coordenador do GPAC, Berilo L D Nosella, Coordenador do GPHPC, e Fabiana Siqueira Fontana, pesquisadora do GPHPC. O relato que aqui apresentaremos é resultado de uma etapa fundamental do trabalho, realizado pela bolsista de Iniciação Científica (CNPq) Isabela Francisconi, sob orientação de Berilo Nosella e coorientação de Fabiana Fontana.

Para início deste relato é preciso conhecer a história que os documentos evocam, para isso apresentamos primeiramente Antonio Manuel de Souza Guerra (1892–1985); Guerra teve ao longo de sua vida várias ocupações, por exemplo, foi gerente da fábrica de máquinas de costura Singer, o que o levou a morar temporadas em diversas cidades mineiras (Rocha Junior, 2012), mas as de nosso interesse foram as dedicadas ao teatro, e neste campo, amadoras, foram as de “[...] ator, ensaiador, ponto, um dos fundadores, em 1905, do Grupo Dramático 15 de Novembro [...]” (LIMA, 2012, p.10). Guerra também é autor do livro *Pequena História de Teatro, Circo, Música e Variedades em São João del-Rei - 1917 a 1967*.

Também o Clube Teatral Artur Azevedo, que surgiu em São João del-Rei no ano de 1905, tendo primeiramente o nome de Grupo Dramático 15 de Novembro. O referido clube destaca-se, dentre outras razões, por sua extensa duração, ainda que marcada por uma série de interrupções, tendo seu fechamento apenas em meados de 1985, quando Antonio Guerra veio a falecer. (LIMA, 2012)

Esse *Clube Teatral* teve importância tão grande na história da cidade que construiu, através de doações, sua sede própria: um teatro de dimensão bastante significativa (1.000 lugares), com uma biblioteca de, aproximadamente, 8.000 volumes sobre os mais variados assuntos, desde contabilidade e geografia até literatura e teatro. (Rocha Junior, 2006, 71).

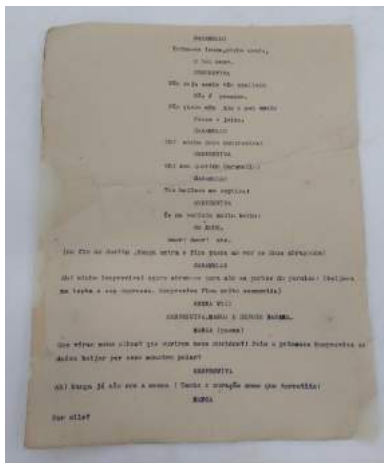
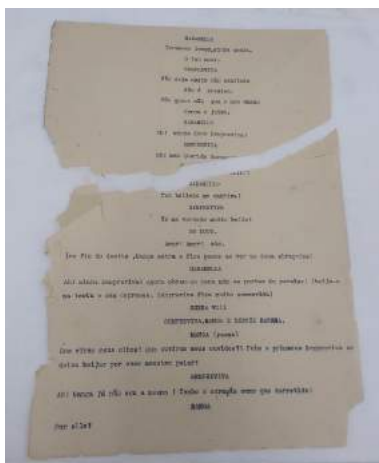
Além dos conjuntos documentais derivados desses dois “personagens” aqui apresentados, no referido acervo também se encontram registros referentes a outras personalidades: Dr. Ribeiro da Silva, presidente do Clube Teatral Arthur Azevedo no ano de 1918; Inacio Bassi, dramaturgo mineiro; e o arquivo pessoal da artista Maria Lysia Corrêa de Araújo (1921 – 2012). Desta destacamos:

Atriz e escritora mineira [...] produziu uma literatura diversificada, apresentando um conjunto de composição literária em variados gêneros como a crítica teatral, a crônica, o romance e o conto. [...] como atriz, esteve presente em montagens expressivas à época, sendo premiada pela Escola de Arte Dramática de São Paulo. Em sua vida artística, itinerou por várias cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte, participando de grupos teatrais importantes como o Arena, o Oficina, a Cia Maria-Della Costa, a Cia. Tônia-Autran, entre outras. Trabalhou com diretores como José Celso Martinez, Augusto Boal, Alfredo Mesquita [...] (MOURA, 2015, p. 8)

MUDANÇA E CONSERVAÇÃO

O trabalho desenvolvido no âmbito do GPHPC, surgiu da necessidade de mudança física do acervo, antes localizado no prédio da biblioteca do campus Dom Bosco da UFSJ em São João del-Rei-MG, para o prédio do CEDOC da UFSJ, no mesmo campus. Antes de alojar-se em seu posto definitivo, era preciso submeter os documentos há um diagnóstico e a procedimentos de conservação, consistindo num: “[...]conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento).” (CASSARES, 2000, p. 12).

Enquanto encaixotávamos os documentos, separamos os que necessitavam de restauração e novos acondicionamentos, além de retirar todos os grampos e bailarinas presentes, intervindo com pequenos reparos em algumas peças de estado mais crítico.



Antes e depois de um texto restaurado com papel japonês

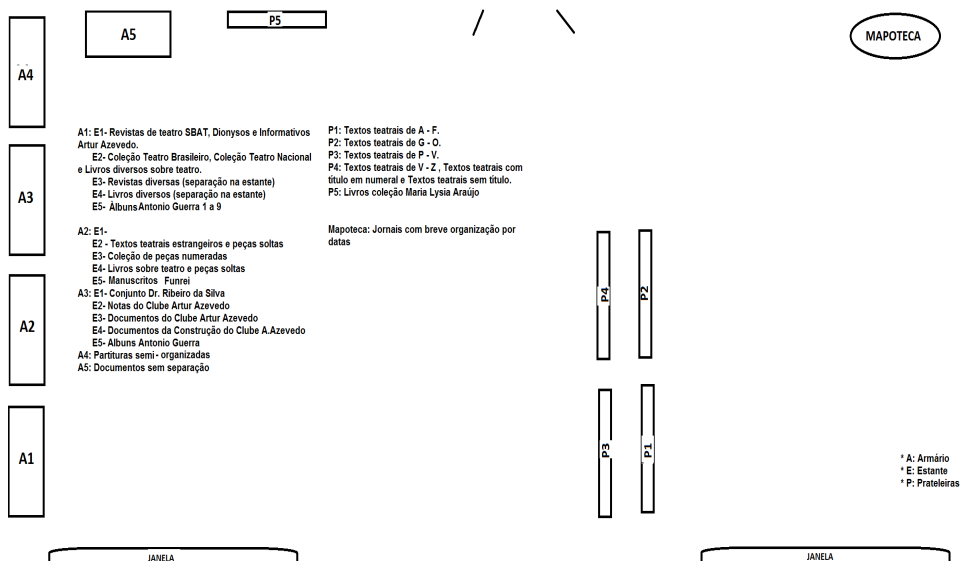
Já no novo prédio, no LABDOC – Laboratório de Conservação e pesquisa Documental da UFSJ, com auxílio do técnico Saul Ferdinando Carvalho, foi realizada a desinfestação de agentes biológicos, utilizando o método de congelamento. Esse processo compõe uma etapa preliminar de cuidados e preparações para o futuro acondicionamento, manipulação e disponibilização dos documentos, segurança indispensável tanto para o material quanto para quem o guarda e consulta. Finda esta etapa, iniciou-se o processo de organização dos documentos pelo espaço.

ORGANIZAÇÃO E MAPEAMENTO

Primeiramente, os documentos foram separados em algumas categorias amplas

de classificação, como por exemplo: revistas, jornais, textos teatrais, entre outros. Isso facilitou uma posterior subdivisão: as revistas foram separadas por títulos e organizadas por número de edição, os textos teatrais estão organizados por ordem alfabética e, assim, aconteceu com a maioria do Acervo, uma vez que nem todo documento tinha sua espécie e/ou contexto facilmente identificados num instante mais imediato.

Depois deste processo, um mapa foi criado para facilitar a localização dos registros para futuros preservadores e pesquisadores que vierem a ter contato com o Acervo do Clube Teatral Artur Azevedo e de Antônio Guerra. Abaixo reproduzimos o referido mapa:



Mapa da sala Antonio Guerra

DOCUMENTOS QUE PODEM SER ENCONTRADOS NO ACERVO DO CLUBE TEATRAL ARTUR AZEVEDO E DE ANTÔNIO GUERRA:

Revistas

Podemos encontrar um grande volume de revistas, com temáticas diversas. Consideramos importante destacar alguns títulos relevantes para as artes e o teatro, produzidos no século XX. Nesse sentido, há uma grande coleção de revistas da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), que inclui a edição N° 428 de Março/Abril de 1979 na qual há uma matéria sobre o Teatro em São João del-Rei. Edições da Revista *Dionysios*, *Filmelândia* e do *Anuário da Casa do Artistas*, são exemplos de títulos encontrados; no mais, são revistas que tratam de assuntos como cinema, museus, teatro, música, mágica e algumas relacionadas a outros assuntos. A maioria das revistas encontram-se em ótimo estado de conservação, considerando tratar-se de documentos mais recentes que os

demais presentes neste acervo.

Peças Teatrais, cadernos de direção, etc

O maior volume do acervo se enquadra nesta categoria. Estima-se mais de 500 títulos entre nacionais e estrangeiros, e se encontram nas mais diversas formas: manuscritos, livros, cópias datiloscritas, etc.

Os datilografados e manuscritos estão, em sua maioria, alocados em invólucros específicos e ordenados em ordem alfabética. Neles encontramos vários indícios de como se davam as montagens dos espetáculos, no contexto em que o grupo estava inserido. Os textos apresentam “rabiscos” que denotam marcações de palco, marcações de contrarregragem e organização de cenários.

As versões impressas estão organizadas em maior parte pelas coleções as quais pertencem. Encontramos diversos números da *Coleção Teatro Brasileiro* e da *Coleção Teatro Nacional*, mas que compreende textos em português e em espanhol.

O estado de conservação destes é bom, em sua maior parte, tendo alguns desses documentos passados por restauração na primeira etapa, já referenciada neste relatório.

Livros

Dentro o conjunto pertencente ao acervo, podemos destacar diversos livros com a temática artística e teatral, como vários títulos de Martins Pena. Além de títulos relacionados à História geral e do Brasil, e ainda volumes de relevância para as Letras. Os livros abrangem um grande período, indo de volumes mais antigos e em estado mais precário de conservação, até números mais “recentes”. É variada tanto a temática quanto os períodos de edição dos livros que compõe a coleção.

Partituras

Assim como os textos teatrais, o conjunto de documentos dessa espécie é bem volumoso, o que se justifica pelo fato do Grupo ter sua trajetória estabelecida, em grande parte, em expressivos momentos do teatro musicado na primeira metade do século XX.

Essa parte do acervo, ainda pouco explorada, está em parte acondicionada em invólucros específicos, organizados em ordem alfabética. O restante ainda não foi objeto de tratamento técnico. As partituras, no geral, são partes de revistas, publicadas enquanto impressos, ou foram encontradas no formato de cadernos. Há também alguns documentos manuscritos que se configuram como páginas soltas.

Logo, o estado de conservação das partituras, no geral, é bom, mas encontramos documentos em estado precário ou necessitando de reparos.

Jornais

Com um recorte temporal que se inicia nos anos 40, até por volta dos anos 80, de diversas cidades e regiões do país, e alguns internacionais. Alguns possuem diversas edições, o que indica uma possível assinatura do periódico, é o que ocorre com os títulos “*Movimento*” e “*Ponte da Cadeia*”. Eles estão ordenados apenas por ano e título,

e encontram-se num estado de conservação surpreendente para documentação desta natureza.

Documentos referentes ao Clube Artur Azevedo

De diversos tipos e oriundos de diferentes setores, como o administrativo, estes são registros da trajetória do clube; trata-se em sua maioria de relatórios e notas fiscais da época em que o Clube possuía um cinema. A maioria destes documentos são referentes a aluguéis de filmes que foram reproduzidos nesse local.

O Clube funcionou com um número de sócios, o que nos possibilita também encontrar certificados de sociedade, mesmo que em branco, e boletins informativos que eram enviados para divulgar as ações do Clube. Há um grande número de réplicas da edição comemorativa de 50 anos do Clube.

Quanto a estrutura da sede do Clube, encontramos plantas do interior e da fachada, documentos de cartório referentes a doação do terreno, memorial com as informações da construção e fotografias do processo. Além de algumas correspondências e folhetos de divulgação de peças.

Os documentos se encontram em um ótimo estado de conservação, porém sem organização.

Documentos pessoais de Antônio Guerra

O grande foco aqui é, sem dúvida, os álbuns escritos por Guerra. Estes são constituídos, majoritariamente, por recortes de jornais e programas dos espetáculos relacionados às atividades realizadas pelo Clube. Além disso, encontramos neles registros das atividades culturais de São João del-Rei e região, além de fotografias. Foi a partir deles que Antonio Guerra escreve seu livro.

Esse material passou por um trabalho de descrição e acondicionamento, realizado em outros projetos dentro do acervo. Graças a esse cuidado anterior com os álbuns, eles se encontram em um bom estado de conservação, precisando apenas de alguns reparos.

É possível também, encontrar correspondência e documentos de outros membros da família Guerra, como alguns pertencentes a Duílio Guerra.

Não Organizados

Há ainda muitos documentos que não foram organizados, isso se deu pelo tempo da pesquisa, necessidade da mudança e por não conhecermos previamente como, exatamente, aqueles documentos foram acumulados, informações importantes para as atividades de preservação, como as de identificação e classificação. Tal trabalho deverá ser feito em continuidade, senão por esta equipe, por outra, certamente. São eles pedaços de jornais e impressos diversos, folhetos de missa, cartas sem remetentes ou destinatários, mapas, calendários, fotos, coleção de selos, cadernos e diversos outros achados. O estado desses registros varia muito.

CONCLUSÃO

Durante todo o trabalho, descobertas significativas foram feitas, nos deparamos com exemplos de textos que ilustram como o fazer teatral ocorria no passado, permitindo-nos compreender melhor questões centrais abordadas na bibliografia de história teatral. Também, podemos destacar, a partir desta percepção, a riqueza e importância deste conjunto documental, portanto, de sua guarda e disponibilização, para a escrita historiográfica da nossa história cultural e do teatro. Sendo assim, o presente acervo deve ser difundido e deve ser incentivada a pesquisa neste espaço, assim como devem ser permanentes os cuidados a serem tomados junto a ele. Acreditamos ser indispensável a atenção ao patrimônio documental das artes no Brasil, pois habita ali os potenciais de histórias a serem contatadas sobre a produção cultural de nosso país.

O acervo Antonio Manuel de Souza Guerra, neste sentido, é rico em registros sobre a memória, a história e as tradições do teatro brasileiro, enquanto práticas realizadas, na maior parte dos casos, na circunscrição da região de São João del-Rei (MG). Preservando um acervo de relevância histórico-cultural no âmbito das artes cênicas, preserva-se também a memória através da salvaguarda de documentos únicos, de diversos tipos e, portanto, insubstituíveis.

REFERÊNCIAS

CASSARES, Norma Cianflone. **Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

LIMA, Maria Tereza Gomes de Almeida. **A Narrativa memorialística dos álbuns de Antonio Guerra**. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós- Graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MOURA, Heleniara Amorim. **Passagens da memória**: ensaio biográfico sobre a artista Lysia de Araújo. 2015. 270 f. Tese Doutorado em Letras – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. MG

ROCHA JUNIOR, Alberto Ferreira da (Alberto Tibaji). Exemplo de base de dados para textos teatrais: criação, estágio atual e perspectivas futuras. **Anais da 2ª Reunião Científica da ABRACE**. Salvador: ABRACE, 2003.

ROCHA JUNIOR, Alberto Ferreira da (Alberto Tibaji). Arquivos Teatrais: letra e voz. **Anais do IV Congresso da ABRACE**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

ROCHA JUNIOR, Alberto Ferreira da (Alberto Tibaji). Biografia de Antônio Guerra: uma aventura no tempo e na escrita. In SOUZA, Eneida M. de; TOLENTINO, Eliana da C; MARTINS, Anderson B. (orgs.). **O futuro do presente**: arquivo, gênero e discurso. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 06/11/2021

Raul Claudio Lima Falcão

Mestre em Antropologia Sociocultural pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Sociocultural (UFGD); e Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Cuiabá-MT
<http://lattes.cnpq.br/3766477136863999>

Resumo apresentado como requisito para inscrição na modalidade *participante* no II Seminário Internacional Etnologia Guarani: redes de conhecimentos e colaborações, promovido pelo CEStA (Centro de Estudos Ameríndios) – FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Departamentos de Antropologia e História) da Universidade de São Paulo – USP (2019).

RESUMO: As definições acadêmicas que atribuem significado e sentido ao espaço geográfico que é habitado pelos Kaiowa, residentes no município de Dourados, Mato Grosso do Sul, assim como em outras cidades, é denominado, como *tekoha*. Para os Kaiowa é o território onde habitam, e que faz parte de sua cosmologia, conectada ao sagrado; lugar onde residem as divindades e que faz parte de seu corpo e sua alma. Na perspectiva histórica, o *tekoha* é um lugar privilegiado, de uma memória dinâmica, que traz consigo, as tradições,

costumes e enlaces sociais de um povo, que nele, interagem e dinamizam suas práticas, mediante rituais e manifestações culturais diversas. A condição de existência do *tekoha* concretiza o sentimento dos Kaiowa em resistir e não deixar morrer um bem precioso e que conecta sua ação a prática: a sua *palavra* que caminha “viva” no *tekoha*.

PALAVRAS-CHAVE: Tekoha. Kaiowa. Resistência. Cosmologia. Memória.

TEKOHA: PLACE OF MEMORY AND LIFE

ABSTRACT: The academic definitions that attribute meaning and sense to the geographical space that is inhabited by the Kaiowa, residing in the municipality of Dourados, Mato Grosso do Sul, as well as in other cities, is called *tekoha*. For the Kaiowa it is the territory they inhabit, and that is part of their cosmology, connected to the sacred; place where the deities reside and which is part of your body and soul. From a historical perspective, *tekoha* is a privileged place, with a dynamic memory, which brings with it the traditions, customs and social bonds of a people, who interact and dynamize their practices in it, through rituals and different cultural manifestations. The *tekoha* condition of existence embodies the Kaiowa feeling of resisting and not letting die a precious asset that connects their action to practice: their word that walks “alive” in *tekoha*.

KEYWORDS: Tekoha. Kaiowa. Resistance. Cosmology. Memory.

1 | INTRODUÇÃO

A construção deste artigo é pensada em consonância ao nosso trabalho de pesquisa de tese de doutoramento, que trata sobre a ação e prática dos novos agentes históricos da Reserva Indígena de Dourados (RID), em um recorte temporal compreendido entre os anos de 2009 a 2017: a primeira data, condizente com o ano de inauguração do anel viário que passa ao lado do território habitado por povos indígenas, entre eles os Kaiowa; já o segundo ano, marca os cem anos da criação da Reserva Indígena de Dourados.

O estudo dessa temática tão importante e necessária à perpetuação e conservação das tradições dos povos indígenas, como os Kaiowa, esse povo tão lutador que resiste as mazelas impostas pela sociedade *não indígena*, atingida também pelos desordenamentos organizacionais, políticos, culturais, religiosos, entre outros, vivenciados pela sua comunidade, desde muitos séculos até os tempos atuais, devidos a fatores internos e externos, traz à tona uma discussão que é realizada por estudiosos do campo etnológico, sobre as condições em que a nação indígena em geral, que habitam, por muitas vezes, em espaços longe de serem dignos das condições humanas, e que de longe exibem o que seria ideal aos povos indígenas a desenvolverem o seu pleno modo de ser e de viver, com suas tradições e heranças culturais, desenvolvendo suas práticas com dignidade e como foi repassada pelos antigos habitantes de seu espaço.

Soma-se a esta pesquisa, nossa participação no II Seminário Internacional de Etnologia Guarani - diálogos e contribuições, realizado no ano de 2016, no município de Dourados-MS, com a gerência da FCH e FAIND da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), onde experimentamos importantes conceitos e experiências compartilhadas sobre as demandas dos povos Guarani, trazendo à luz da crítica acadêmica e aos indígenas que ali se encontravam: situações, necessidades, problemáticas, questionamentos importantes e condizentes com a grandeza do evento.

A fala de um dos palestrantes, Bartomeu Meliá, me chamou muito a atenção, quando o mesmo apontava, com tamanha emoção e propriedade, para a importância vital para todos os indígenas, e especial, os Guarani / Kaiowa, do bem viver de seu *tekoha* e da comunhão deste com a boa palavra que o conjuga, e que sem *ele* e *ela*, caminhando *em perfeitas condições de ser e existir* não haveria Guarani / Kaiowa e que sem Guarani / Kaiowa, não existe *tekoha*. Em suas palavras o etnólogo Guarani nos explica que “a palavra está na terra e não suspensa, viajando sem objetivo. Os pés estão na terra também. Essa raiz que é a palavra está na terra e sem ela, não há futuro, não há ramagens, não há árvore”. (MELIÁ, 2016).

Sua conceituação caminha na direção de explicar o inexplicável a nossa consciência e nossa lógica de como que um perfeito movimento harmônico é capaz de unir “corpo e lugar” – embebido de simbologias, sentimentos, práticas, sacralidade, dinamicidades sociais – em um só elemento em que fosse identificado como lugar de pertencimento,

trazendo ao presente um passado distante de quem nele constitui sua cultura como sendo parte constitutiva do lugar onde reside.

O mesmo solo que recebe e faz brotar a semente é o ambiente perfeito onde acontecem às manifestações da religiosidade e espiritualidade Kaiowa, fazendo assim, o sincretismo alimentar do corpo e da alma, unindo as dimensões binárias do sagrado e profano em uma coletividade harmônica.

Unindo esse pensamento ele conecta a palavra Guarani / Kaiowa e seu forte simbolismo entre prática e existência; nesse sentido a palavra se interliga ao espaço vivido e faz sentido a constituição de práticas para que sua ordem não seja maculada. Sua condição de vida é preterida pelo modo como se vive essa vida em seu território, o que não é bem interpretado pelos não índios que exploram a natureza desenfreadamente pensando que esta, não sente os efeitos dessa exploração exacerbada.

2 | A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO TEKOKHA

A terminologia do espaço habitado e dinamizado pelos Kaiowa é denominado *tekoha*. Para o grupo étnico em questão, sua dimensão conceitual e significativa, abrange muito mais do que conceitos geográficos e sociais, entre outros, dos quais costumamos “dar nomes complicados”, como os nossos irmãos nos indicam em suas falas, nas *aty guassu*, grandes assembleias, realizadas periodicamente em seu território.

Os primeiros textos que descrevem o termo e problematizam os seus significados como espaço cultural onde são realizados os ritos e danças Guarani, datam do século XVI / XVII, escritos por Barzana em 1594 e por um jesuíta anônimo (indica-se aqui que o texto tenha sido redigido provavelmente pelo Padre Marciel de Lorenzana), que indicam elementos pertencentes ao sistema simbólico do qual se constitui o território Kaiowa.¹

Existem vários significados para identificar o termo *tekoha*, como o encontrado no Dicionário Guarani - Espanhol, que denomina o seu significado como sendo o “lugar, ou morada, onde se executa o verdadeiro modo de ser”. (CANESE & ALCARAZ, 2015, p.23,105).

Nas palavras de SANGALLI *et al* (2017) o *tekoha* é um verdadeiro universo de saberes tradicionais onde reúnem-se em um complexo e perfeito sistema “o universo cosmológico e a Terra no espaço; energia e transformações no ambiente; meio ambiente, sustentabilidade e comunidades indígenas; os seres humanos e o meio ambiente; diversidade e identidade dos seres vivos; origens e evolução da vida, em uma sequência que prioriza a compreensão da organização do universo em sua dimensão macro até a menor das partículas participantes dessa formação (dimensão micro).” (SANGALLI *et al*, 2017, p.10).

Segundo Bartomeu Meliá, o *tekoha* – a comunidade, “es ‘el lugar en que vivimos

¹ Bartomeu Meliá: *El “modo de ser” Guarani en la primera documentación jesuítica (1594-1639)*, Revista de Antropología, vol. 24, 1981.

según nuestras costumbres', es la comunidad semi-autónoma de los Guaraní... El *tekoha* es una institución divina creada por Ñande *Ru – nosso Pa*" (MELIÁ, GRUNBERG, F. & GRUNBERG, G., p. 218).

Para PEREIRA (2004) o *tekoha* é mais do que um simples lugar onde reúne habitações, ele perfaz sua condição em um ambiente onde são construídas redes de alianças entre parentelas e que possuem implicações profundas com os sistemas de residência, produção, política e religião e que transpõem necessidade de harmonia, como em uma engrenagem perfeita. Ainda segundo o antropólogo:

O espaço sócio-político resulta da interação dinâmica da população com o espaço geográfico, conectada ao sistema cosmológico, fonte de inspiração e orientação para a conduta humana. A grande ênfase no *tekoha* enquanto espaço físico, presente na etnografia guarani atual e mesmo na fala dos líderes indígenas kaiowá, faz sentido quando se considera a dramática situação histórica atual de disputa pela terra com os fazendeiros. A indisponibilidade de terras se tornou hoje o principal fator limitante para a produção e reprodução social das comunidades kaiowá. (PEREIRA, 2004, p.170).

A dimensão simbólica do *tekoha* nos transmite muito mais do que sua disposição geográfica e quem nele habita, sabe a importância de sua manutenção e do cuidado que deve ser dispensado para que sua identidade seja preservada e repassada às gerações que hão de vir. O respeito às tradições, aos períodos de colheita e processos rituais, as festividades, devem ser observados e mantidos em profunda simetria com sua experiência de vida.

O caminhar nas veredas do *bem viver* em seu *tekoha* não é fácil, muito pelas condições de vida na atualidade do povo Guarani / Kaiowa; as próprias dimensões geográficas limítrofes de seu território não condizem com o que se faz como elementar em sua constituição tradicional, porém é necessário alcançar o *teko porã*, que é a condição de subsistência para o grupo étnico. O pensamento do explorador não índio é consonante com o da máquina estatal, que nesse sentido, é formado e fomentado por uma máquina de opressão e destruição que não projetam as consequências de seus atos e quando projetam, fingem não saber de nada que aconteceu, quando suas ações "saem do controle". As configurações territoriais Guarani formam um conceito, uma noção de caracterizar a nação Guarani / Kaiowa.

A dualidade, divino e profano – entre outras e que possuem sentido real no *tekoha*, como por exemplo, harmonia e desarmonia, paz e violência, fartura e miséria, dependente de como as coisas seguem entre os "homens x divindades", como já nos relataram rezadores experientes – se encontram em um dispositivo dinâmico que invoca o mistério mítico e cosmológico que é contido na configuração concreta e imagética do espaço figurado nas ações de seus sujeitos que modelam o território delimitado como "seu"² por meio de suas

2 Neste caso deve ser observada a cosmologia do grupo étnico que diz que a terra não pertence a eles sim aos *Jara*, divindades, incumbidas pelo Deus criador de serem as criaturas protetoras dos elementos constituintes dos elementos que compõem a vida Kaiowa, por exemplo, *Jakaira*, dono do solo agrícola e de tudo o que é produzido sob sua tutela.

regras e conceitos, que novamente indico, ultrapassam nossa lógica. O mesmo lugar é capaz de sustentar o corpo físico e espiritual, conforme sua sujeição e habilitação redigida por meio dos processos rituais que nele são realizados.

Conflitos e violências causadas pela desarmonia evidenciada nos *tekooha* divergem de causas e efeitos, trazendo consigo, mazelas capazes de construir ou destruir arranjos sociais e políticos; paz e guerra são seladas no mesmo ambiente em que povos de diferentes etnias e pensamentos convivem, mostrando que no *lugar de memória*, reside também um lugar de respeito, que resiste ao tempo, e que mantém em ordem as condicionantes inerentes à disposição no espaço geográfico habitado fisicamente pelo real e imagético.

3 I **TEKOHA: LUGAR DE VIDA – CORPORAL E ESPIRITUAL**

Analisando a organização política e social, por meio de um viés que segue a dimensão cosmológica Kaiowá, que considera a palavra como sagrada e esta, diretamente conecta-se a terra onde caminham melodiosamente os seus versos sacros direcionados as divindades, podemos dizer que esta simetria entre ação e prática é necessária ao desenvolvimento pleno do ñande reko, nosso modo de ser, dos Kaiowa; este solo condiz no “fundamento da palavra Guarani”³ e por ela é dinamizado.

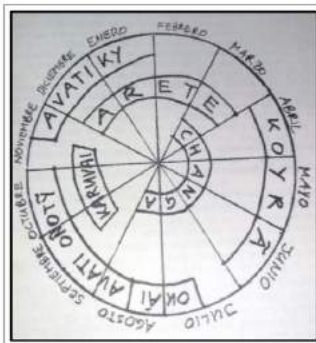
O que é invocado nos cantos rituais desse povo que caminha⁴ sobre a terra em desenvolvimento de sua madurez, em busca da terra sem males⁵, *yvy araguyje*, é que as divindades os conduzam àquela terra prometida, para fins de não mais sofrerem não mãos dos que querem a sua destruição e ou a sua perdição.

Para exemplificar minimamente o cuidado com que os Kaiowa tradicionais possuíam com sua terra, relacionada a atividade agrícola, apresentamos a seguir uma ilustração elaborada mediante pesquisas realizadas por Meliá e os irmãos Grünberg, na década de 1970, demonstrando como são organizados e devidamente explicados os períodos em que os indígenas trabalham a sua terra. Indica-se aqui que sempre houve o devido respeito a cada tempo e aos eventos conectados aos períodos distribuídos:

3 A busca da “Terra sem mal”, seria o motivo fundamental e a razão explicativa da migração dos Guarani tradicionais e na migração estaria incorporada a especificidade da economia Guarani, ou economia da reciprocidade. MELIÁ, Bartomeu. *La tierra-sin-mal de los Guaraníes: Economía y profecía*, 1990, p.17.

4 Cf. MELIÁ, Bartomeu. *El Guaraní: Experiencia religiosa*, 1991, p.14.

5 Expressão registrada por Montoya desde 1639 e problematizada por Bartomeu Meliá e Graciela Chamorro, *Terra madura – Yvy Araguyje: fundamento da palavra Guarani*, 2008.



"Depois do período das geadas (ro'yguasu) começa o ano novo (ombopyahujevy ñande yvy); em agosto (tajyipotyha) os Kaiowa plantam o *avati moroti* (milho branco), dando início ao ciclo agrícola. Outubro é o mês da penúria (*karuvali*) e se estende até a colheita do milho branco (*avatiky*) a partir da segunda quinzena de novembro. A época do *avatiky* é tempo festivo (*arete*) com o *avatikyry* e convites, que facilita a extensão da vida social (*ñombory*, *mitäka'u*, *aty*, etc) e as viagens. A partir de abril começam os trabalhos de derrubadas e preparação dos novos roçados (*koyrá*). Até finais de julho ou em agosto, segundo o tempo e a direção do vento, colocam fogo no roçado (*ohapy kóy*). Os meses de março a agosto são também os meses de oferta de trabalho (*changa*) por parte dos patrões da região." (Meliá, Grünberg & Grünberg, 1976, p. 207-208).

Ilustração nº 01: Calendário agrícola Kaiowa⁶

Devemos explicitar que alguns dos períodos e eventos que são demonstrados no calendário acima como atividades que ocorrem no *tekoha* e que foram descritos por Meliá e os irmãos Grünberg na década de 1970, são praticamente impraticáveis na atualidade, por diversas razões, entre elas podemos citar: as mudanças climáticas e condições desfavoráveis para a realização do plantio e a colheita (falta de insumos agrícolas e de outros auxílios); diversas dificuldades na realização dos eventos coletivos, como a importante festa da colheita do milho, que antes era realizada em um mês e que agora, quando é realizada – pois não é realizada em todas as Terras Indígenas onde habitam os Kaiowa, devido a inúmeros fatores, como o apoio interno e externo para sua execução – é realizada em períodos mais curtos, em três, dois ou um dia; o trabalho remunerado e os estudos acadêmicos na zona urbana – ambos realizados no exterior da comunidade – com suas cargas horárias divergentes do tempo cronológico Kaiowa; a mudança da consciência de muitos jovens Kaiowa que por meio dos contatos multiétnicos, não consideram como necessárias algumas atividades, antes denominadas como essenciais ao seu modo de ser e existir.

Todos esses fatores são elementos que interferem diretamente na condição de alguns indígenas que não conseguem seguir fielmente os tempos rituais e sociais conduzidos pelos grupos tradicionais. Outra condição que interfere pontualmente na periodicidade das atividades ligadas ao solo, são caracterizadas por motivos econômicos e ou mesmo de apoio por parte de iniciativas governamentais.

Alterações estas que possuem um multiplano variado de causas e consequências, implicando às mudanças cotidianas de decisões em âmbito individual e coletivo. Segundo PEREIRA (2004) essas alterações no calendário Kaiowa, que surgem consequentemente nas suas vidas, se dão principalmente pelo "confinamento e sobreposição de um grande

6 O Calendário agrícola acima exposto – da forma como está desenhado e descrito – foi elaborado por Bartomeu Meliá e pelos irmãos Georg e Friedl Grünberg mediante suas pesquisas entre os Guaraní e os Kaiowa do Paraguai, também denominados *Pái Taviterã* e que traduz perfeitamente o conjunto temporal que engloba o ciclo do milho, como elemento central.

número de parentelas no pequeno espaço das reservas demarcadas”. (PEREIRA, 2004, p.169).

A conexão que os Kaiowa possuem com a terra é algo que transcende nossa consciência, tendo em vista que é o lugar onde nascem, dinamizam suas experiências, criam laços e arranjos sociais, e onde descansam os seus entes queridos, os quais partilham o mesmo solo sagrado onde habitam as divindades.

Como bem nos indica IORIS *et al* (2019), sobre as características do povo que luta pela garantia da harmonia em seu território tradicional, quando algo mancha a experiência vivida e dinamizada em seu território, sua identidade é afetada no mais profundo sentimento; essa ação pode os levarem a entristecer-se de maneira a causar traumas irreversíveis em sua alma.

O trabalho minucioso com o solo, realizado com perfeição para que o ciclo agrícola seja respeitado e se torne produtivo, as práticas rituais, coletivas e individuais, a participação ativa nas assembleias, *aty guassu* – o que por vezes não ocorre, por causa de conflitos pessoais, entre outras causas – interferem diretamente na vida cotidiana da comunidade e a sua condição de estar organizado conforme as tradições Kaiowa.

4 | O TEKOKHA E A ECONOMIA DA RECIPROCIDADE

Um dos fatores primordiais para compreendermos como vive a sociedade em questão e como são pré-definidas e realizadas suas práticas, nos diversos contextos em que vivem e agem como sujeitos históricos e onde são estabelecidos seus princípios normativos, é o econômico.

A economia Kaiowa, diferente de outros sistemas econômicos, tem sua essência funcional na reciprocidade harmônica, sendo que, seu perfeito funcionamento está condicionado a execução de práticas – principalmente ligadas a religiosidade do grupo e a plenitude coletiva apresentada por meio dos processos rituais dos quais participam – que exprimem valores vitais e necessários para sua constituição e perpetuação como conjunto social. (FALCÃO, 2018, p.59).

Esse importante vetor central da sociedade kaiowa é entrelaçado por uma complexa rede que conecta vários elementos e conjugados, dos quais, são carregados de significações e simbologias, capazes de reger, harmonizar, modificar e até mesmo, engessar posições sociais, comportamentos e funções componentes do coletivo.

No que diz respeito aos elementos que compõem esse sistema, podemos identificar a ligação que os indígenas têm com a terra como sendo de singular significado e importância para o entendimento do grupo unificado e também como coletivo social e político identificado pelas suas práticas e pelo seu discurso mítico e histórico; neste sentido o solo não apenas é condicionado a suas características geográficas e ou sendo necessário em primazia para realização do trabalho agrícola.

Para os Kaiowa a relação do humano com a terra é intrínseca ao seu modo de ser e para que ela esteja em perfeita harmonia e possa dar os frutos esperados, o modo de ser daqueles devem ser praticados plenamente e de maneira que não agrida sua composição e realidade natural.

O que é fomentado pela caracterização do misticismo histórico evidenciado na práxis habitual deve ser e conter a essência Kaiowa, pois acima de qualquer aspecto, este povo é condizente de ser classificado como sujeitos históricos capazes de viverem mediante suas normas, costumes e tradições em contextos históricos multifacetados e mesmo assim, se adaptarem as transformações e resistirem criando sua própria história.

Neste viés, o ambiente geográfico onde habitam e desenvolvem seu modo de vida – e de onde tiram maior parte dos alimentos que os sustentam fisicamente e de onde praticam suas relações sociais e culturais, das quais, impulsiona a sua vida política – também faz parte dessa importante malha de símbolos e significados conectados e imbricados em sistemas maiores e mais complexos.

O princípio do sistema econômico dos índios Kaiowa herdado de seus antepassados é primordialmente baseado na agricultura familiar de subsistência, na pesca comunitária, na coleta de frutos e outros alimentos silvestres, na caça – mesmo que quase inexistente pelas condições naturais atuais, que vivenciam um grande desequilíbrio ecológico devido a fatores diversos, como a exploração desenfreada de lavouras de soja, utilização de agrotóxicos, queimadas e uso desregulado do solo – e em alguns casos isolados, em arrendamento da terra para cultivo de outras culturas como, por exemplo, a soja e o milho.

Adicionam-se a esses meios de obter condições para seu sustento e de sua parentela, como fora dito anteriormente, novas práticas de arrecadação financeira como o trabalho auxiliar nas fazendas e na produção fabril nas usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar – muito comum na região da Grande Dourados e adjacências –, a construção civil, empregos diversos de contrato e carteira assinada e a carreira no magistério – não apenas nas aldeias com as séries iniciais, mas também, no ensino médio em escolas estaduais e mesmo no ensino universitário.

Apesar de toda esta diversidade de meios produtivos inerentes ao sistema econômico Kaiowa, este é centralizado no princípio do que MELIÁ (2008) conceitua como de *princípio da reciprocidade de dons*.

Diferentemente de outros modelos apresentados por outros grupos étnicos diferentes do grupo Guarani, este princípio não é executado exclusivamente por indivíduos da alta hierarquia (como líderes e chefes), mas, é atinente a todos os indivíduos e sua prática é bem comum entre eles e com outros de sua etnia.

Os Kaiowa inserem este modelo em todas as suas práticas, principalmente na religiosa, onde o indígena vive plenamente seus princípios quando é recíproco e procura o bem-estar coletivo, com os humanos e com as divindades.

A reciprocidade de dons tão evidenciada por MELIÁ caracteriza-se por um modelo

dual que não tem por desejo o retorno de algo de valores em troca e o tempo para receber algo, não é considerado como fator imperante. Esta relação condiz na observância de se fazer um verdadeiro *Kaiowa* em sua total plenitude e deixar conduzir-se por meio de uma experiência que passa ao outro a condição da retribuição, não como obrigação, mas, no sentido de tentar promover um laço permanente e fraterno que o elevará a condição desejada.

No contexto sociopolítico Kaiowa, a complementaridade da relação dessa reciprocidade é apresentada também por ocasião dos convites sociais, o *areté*, que são realizados constantemente em eventos de cunho coletivo e em períodos especiais em que exigem a união de indivíduos, como em assembleias gerais, *aty Guassu*, processos de retomada e em outros eventos que promovem discussões sobre procedimentos e práticas a serem adotados pelos moradores do *tekoha* e da etnia como um todo. Nela se concentra também a responsabilidade da comunidade em estar sempre vigilante e apta a praticá-la, e dessa maneira, manter vivo o sentimento da esperança em alcançar o bem viver. (FALCÃO, 2018, p.64).

5 | **TEKOHA: LUGAR DE MEMÓRIA**

No mesmo lugar onde as práticas agrícolas são realizadas, as manifestações culturais que caracterizam a identidade do grupo étnico e que são elementos componentes da organização sociopolítica, dinamizadas pelas ações dos sujeitos históricos que conduzem sua vida, mediatizadas pelo seu modo de ser e estar no mundo, são realizadas e por vezes condicionadas pelas lembranças e memórias de acontecimentos que ocorreram em lugares que para sempre serão palcos de rememoração de práticas executadas.

Importando conceitos inerentes a temática sócio temporal, problematizados por Paul Ricoeur, podemos expor com maior precisão nosso entendimento sobre as condicionantes que são incorporadas no *tekoha* transpõe na vivência dos povos que o habitam e se identificam com sua disposição geopolítica, social e simbólica.

Nesse sentido estar em um *lugar de memória*⁷ (como o *tekoha*) que pulsa ritualisticamente, socialmente, politicamente, a ação e práticas de pessoas que nos antecederam e que deixaram seus legados, tradições, conselhos, performances, conceitos, *impressos* no solo, nos indica que os Kaiowa tradicionais que fizeram parte de uma história alocada no tempo e que consegue transpor suas práticas à outros tempos, fazem parte de um conjunto onde está a memória, esta que nos auxilia a viver e conduzir ao tão desejado objetivo de alcançar algo, no caso Kaiowa, o *aguyjé*, a plena madurez, pois quando nos lembramos de algo, “não nos lembramos somente de nós, vendo, experimentando, aprendendo, mas das situações do mundo, nas quais vivimos, experimentamos, aprendemos. Tais situações implicam o próprio corpo e o corpo dos outros, o espaço onde se viveu, enfim,

7 RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*, 2007, p.77.

o horizonte do mundo e dos mundos, sob o qual alguma coisa aconteceu”. (RICOUER, 2007, p.53)

6 I CONSIDERAÇÕES FINAIS: A RESISTÊNCIA KAIOWA CONSTITUÍDA NO TEKOKHA

O fundamento do modo de ser Kaiowa – como no modo Guarani, como um todo – está pautado na boa palavra e na constante utilização de elementos religiosos e ritualísticos, que englobam o sistema sociopolítico coletivo desse povo e que em junção com sua experiência de vida tradicional, herdada ao longo dos anos, dinamizada e revitalizada, meio a sua ação prática em diferentes contextos, os auxilia a resistirem e reagirem às mazelas diversas que se apresentam em sua caminhada pela terra sem males, desde os tempos coloniais até a atualidade.⁸

Condicionado e formado pela experiência vivida do povo que o habita, somada as práticas sociais, religiosas, políticas, rituais, entre outras, o *tekoha* constitui-se em uma parte elementar e fundamental ao sentimento e a necessidade de resistência dos Kaiowa na atualidade e pelo qual é respeitado como elemento sagrado, constituinte de seu corpo físico e espiritual.

A necessidade de apresentar sua identidade fortificada aos habitantes que nele se dispõem e aos não indígenas que no espaço geográfico habitado e dinamizado, como este, enxerga por muitas vezes, uma fonte de riqueza, por um lado, e por outro, uma grande ameaça às suas práticas e pensamentos coloniais, que visam apenas o lucro; o território multiétnico é composto por objetos e performances herdadas dos primeiros ancestrais dos Kaiowa que ali pisaram e que marcaram o solo com sua religiosidade, suas palavras e cantos sagrados, e mesmo por sangue.

Sua forte coesão social sempre foi evidenciada pelos pesquisadores da temática Guarani e sobressai a ideia de alguns desconhecidos que dizem ou pensam que os Kaiowa são povos dispersos, desunidos e que vivem em um espaço reduzido sem normas e controles sociais; a organização do *tekoha* é pensada no bem estar e viver da comunidade e sua divisão estrutural, ainda que diferente das que encontramos nas descrições de diversos autores, como as realizadas por Meliá, Grünberg G. & Grünberg F., por exemplo, demonstram a resistência do povo em viver dignamente e conforme suas tradições e costumes.⁹

Os kaiowa com sua singular atividade agrícola, repleta de conhecimentos sobre os elementos constituintes da natureza que sempre estavam e estão ao seu redor, cuidando dos frágeis homens e mulheres e a eles dando o sustento necessário, seja ele

8 MELIÁ, Bartomeu. *El Guaraní conquistado e reducido: ensaios de ethnohistoria*. (1997, p.38)

9 Nas definições apresentadas pelos autores mencionados acima, o *tekoha*, como organização sociopolítica possui uma liderança religiosa própria, *tekoaruvixa* (em alguns casos denominados como pa'i, ñanderu ou ñandesy, estas duas denominações ainda permanecem nos moldes atuais), um líder político, *mburuvixa*, *yvyra'ija* (atualmente denominado apenas de liderança ou mesmo capitão).

físico ou espiritual, atribuído pela união de sua parentela e dinamizado pela economia da reciprocidade, que é capaz de atribuir símbolos permanentes, significando o lugar em um lugar de complementaridade orgânica, que une diversidades e práticas em busca de objetivos comunais, também compartilha a resistência a um sistema que visa apenas ao lucro desenfreado e que não respeita o modo de ser e viver daqueles que divergem com seu pensamento e experiência.

A presença dos Kaiowa residentes na RID nunca foi totalmente bem aceita pela sociedade urbana local; os registros nos apontam para embates e situações que tentam de várias maneiras atribuir o sentido de “invasores” aos indígenas e que eles não precisavam estar residindo naquele espaço.

As discriminações e hostilidades institucionais em desfavor dos Kaiowa / Guarani são demonstradas em registros realizados por diversos pesquisadores que denunciam o descaso por parte do Estado em relação aos indígenas e ao seu modo de ser e viver, conforme suas tradições.¹⁰

Os registros realizados por WATSON (1952) nos demonstram essa verdade e aponta para o fato de que as relações entre a sociedade urbana douradense e os Kaiowa / Guarani, nunca foi amistosa, a ponto de ocorrerem agressões verbais e físicas, por diversos motivos e com a finalidade principal de diminuir a importância dos verdadeiros “donos da terra”, situação esta que persevera desde a criação da Reserva em 1917.

Estereótipos criados e multiplicados pela sociedade não indígena, em desfavor dos Kaiowa, já eram denunciados desde muito tempo, como as agressões apresentadas na citação abaixo:

The attitudes of local settlers toward the Indians, often expressed openly, and, in any case, obvious in their behavior toward the Cayui, is one of tacit superiority. The Indians “are not really people” (*gente*); they are merely “forest creatures,” “children” (“*bichos do mato*,” “*crianças*”). And often, when not cheated or threatened, they are treated with an attitude of amused contempt. (WATSON, 1952, p. 59)

Os choques entre agropecuaristas e indígenas Kaiowa / Guarani em especial nas cidades que compõem a região sul do estado Mato Grosso do Sul, está se tornando algo preocupante e vem se tornando uma prática recorrente, acendendo o alerta para a questão da violência física e psicológica, no campo, em desfavor da causa dos indígenas, que rodeados pelo medo e pelas ameaças externas a seus *tekoha*, tentam sobreviver em meio a discursos inflamados de grupos ligados ao “lucrativo” setor do agronegócio.

Estes tentam de várias formas demonstrarem sua força para fins de conseguirem seu objetivo principal que é aumentar sua área produtiva e conseqüentemente seus lucros, mesmo que para isso, tenham que invadir terras demarcadas e ou tentar inventar mentiras sobre práticas e ações realizadas por grupos étnicos tradicionais a centenas de anos em

¹⁰ Para corroborar essa afirmativa ver VELASQUEZ, Capítulo III – *la independencia, un gran divisor In Una periodizacion de la historia paraguaya*. (1989, p. 9).

seus territórios.

A ameaça recorrente das invasões as Terras Indígenas, os casos de práticas racistas evidenciadas nas regiões em torno dos territórios tradicionais e as violações dos direitos humanos se tornam um inimigo invisível¹¹, porém, eficaz, em alguns momentos, que sua pressão simbólica, produz um rastro visível de violência e consequências devastadoras nos povos étnicos que sofrem suas ações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ellen Cristina de. **O associativismo na Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa/ Dourados (RID) – MS e as redes de parcerias**. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Sociocultural) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

BRAND A. & PICOLI R. Mortalidade Infantil entre os Kaiowá e Guarani. *In. Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

BRAND, Antônio. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. *In. Revista Tellus*, Campo Grande, a. 4. n. 6, p. 137-150, 2004.

_____. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani**: os difíceis caminhos da Palavra. 1997. Tese (Doutorado em Educação), UCDB, Campo Grande, 1997.

BREZZO, Liliana M. La historiografía paraguaya: del aislamiento a la superación de la mediterraneidad. *In. Revista Diálogos*, DHI/UEM, v. 7. p. 157-175, 2003.

CANESE, Natalia Krivoshein de. FELICIANO, Acosta Alcaraz. *Ñe'eryru* – Dicionario Guaraní – Espanhol. Colección Ñemity. Assunção, Paraguai: Instituto Superior de Lenguas-Universidad Nacional de Asunción, 2015.

CHAMORRO, Graciela. **Kurusu Ñe'engatu**: palavras que la historia no podria olvidar. Assunção, Paraguai: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”, 1995.

_____. **Terra madura – Yvy Araguayje**: fundamento da palavra Guarani. Dourados: Editora da UFGD, 2008.

_____. **História Kaiowa**: das origens aos desafios contemporâneos. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2015.

FALCÃO, Raul Claudio Lima. **Avatikyry**: Ritual de batismo do milho Saboró entre os Kaiowa de Panambizinho (Dourados-MS). 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Sociocultural) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

MELIÁ, Bartomeu. A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia. Tradução de Roberto E. Zwetsoh. *In. Revista de Antropologia da USP*, São Paulo, v.33. p. 1-14, 1990.

¹¹ Sobre os traumatismos coletivos e as feridas da memória ver RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*, 2007, p.92-93,95,98,101.

IORIS, Antonio A. R. BENITES, Tonico. GOETTERT, Jones D. Challenges and contribution of indigenous geography: Learning with and for the Kaiowa-Guarani of South America. **Elsevier**. LTD. Geoforum: Orlando-USA, p. 137-141, 2019.

MELIÁ, Bartomeu. TEMPLE, Dominique. **El Don, la venganza: y otras formas de economía Guaraní**. Assunção, Paraguai: Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch, 2004.

MELIÁ, Bartomeu. Cap. 4. La comprensión guarani de la Vida Buena; e Cap. 5.2. El concepto fundamental de la economía guarani: Areté. *In*. Ñande reko: La comprensión guarani de la Vida Buena. Javier Medina (Org.). La Paz, Bolivia: Editorial Quatro Hnos, 2008.

_____. **El Guaraní: experiência religiosa**. Biblioteca Paraguaya de Antropología, v. XIII. Asunción, Paraguai: Centro de Estudios Antropologicos de la Universidad Católica-CEADUC-CEPAG, 1991.

_____. El “modo de ser” Guaraní en la primera documentación Jesuítica (1594-1963). *In*. **Revista de Antropología da USP**, São Paulo, v. 24. p. 1-24, 1981.

_____. **Mesa redonda: saberes e práticas na produção e recuperação do território**. Anfiteatro da Reitoria – Unidade I da Universidade Federal da Grande Dourados: Dourados, 2016.

PEREIRA, Levi. **Imagem Kaiowá do sistema social e seu entorno**. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PEREIRA, Levi Marques. SILVESTRE, Célia Foster. CARIAGA, Diógenes Egídio. (org.). **Saberes, sociabilidades, formas organizacionais e territorialidades entre os Kaiowá e Guaraní em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Ed. UFGD, 2018.

PUSINERI, Adelina e ZALAZAR, Raquel. Cap III - El periodo prehispánico. *In* TELESKA, Ignacio (coord.). **Historia del Paraguay**. Assunção, Paraguai: Taurus Historia, 2010.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François (et al.). Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SANGALLI, Andréia. LADEIA, Eláine da Silva. BENITES, Eliel. PEREIRA, Zefa Valdivina. (org.). **Tekoha Ka'aguy: Diálogos entre saberes Guaraní e Kaiowá e o ensino de Ciências da Natureza**. Jundiá: Paco Editorial, 2017.

WATSON, Virgínia. Cayuá culture change. *In*. The history of Cayua contact with representatives of european culture. **Revista American Anthropologist**, 1952.

VELAQUEZ, Rafael Eladio. *Una periodización de la historia paraguaya*. 3ª Edición. Assunção, Paraguai: Centro de publicaciones de la Universidad Católica (CEPUC), 1989.

UMA ANÁLISE SOBRE A (NÃO) PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE TOMBAMENTO

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 10/11/2021

Priscila Angelo Tarabossi

Universidade Federal de Juiz de Fora,
Faculdade de Direito
Juiz de Fora – MG
<http://lattes.cnpq.br/3328962321922352>

RESUMO: O presente trabalho se dedica à análise da participação popular no processo de tombamento, tratando-se de pesquisa empírica, que tem por objeto atas de reuniões realizadas com a comunidade afetada no processo de tombamento do conjunto paisagístico do bairro do Poço Rico – uma informal, de iniciativa da FUNALFA, e outra realizada na Câmara de Juiz de Fora -, anexadas ao processo físico. Mais especificamente, o trabalho se desdobra sobre a análise do discurso presente nesses documentos, tendo por marco teórico a Análise Crítica do Discurso (ACD). O objetivo geral do trabalho consiste na verificação do discurso empregado nestas reuniões, de forma a averiguar se o mesmo contribui ou não para a efetivação da preservação do patrimônio, incentivando e garantindo o direito à memória desta comunidade com relação ao objeto da ação de tombamento. Possui, ainda, como objetivo específico, analisar a participação da comunidade no processo de tombamento, perpassando: a) pela identificação do conhecimento dessa comunidade com relação ao processo, seus direitos e deveres; b)

pela verificação de sua compreensão do que seja o instituto do tombamento e em que o mesmo implica para o patrimônio tombado e, c) pela análise das consequências dessa participação, ou não-participação, para a efetiva proteção do patrimônio local. Para o embasamento teórico, utilizou-se a teoria de Norman Fairclough, principal nome da ACD, e do conceito de patrimônio trazido por François Choay, além de outros autores do campo jurídico e do campo do patrimônio. De acordo com o estudo desenvolvido, é possível perceber a importância da educação patrimonial a fim de que se dê a efetiva participação popular dentro do processo de tombamento, de modo a assegurar a preservação do patrimônio nacional e local.

PALAVRAS-CHAVE: Tombamento. Educação patrimonial. Participação popular. Análise Crítica do Discurso. Proteção patrimonial.

AN ANALYSIS ABOUT THE (NON) PARTICIPATION OF THE CITIZENS IN A PROCESS OF ESTABLISHING A HERITAGE SITE

ABSTRACT: The present work dedicates itself to the analysis of popular participation in the process of establishing a site as a heritage site, corresponding to an empirical research, of which the object of analysis consists in a public hearing and an informal meeting involving the neighborhood community of Poço Rico. More specifically, this work focus on the discourse analysis present in these documents, having as theoretical framework the Critical Discourse Analysis (CDA). The general objective of this work consists in checking the discourse used in

these meetings in a way to verify if they contributed or not to the protection of heritage site, stimulating and ensuring the right to memory of this community with the object of the legal action. The work has yet, as a specific objective, the analysis of popular participation in the legal process of establishing heritage site, which involves: a) the identification of the degree of knowledge of this community about that process, their rights and duties; b) verifying their comprehension about this institution of heritage site and in what that implicates for the site itself and, c) the analysis of the consequences of this participation, or non-participation, to the effectiveness of the preservation of the local heritage site. For theoretical framework it made use of Norman Fairclough's theory, main name of the CDA, and of the concept of historical patrimony brought by François Choay, and other authors in law and patrimonial fields. Accordingly to the study developed, it is possible to notice the importance of heritage education in order to perceive effective popular participation in the process of establishing heritage site, in a way to enable the protection of heritage site in a local and national aspect. **KEYWORDS:** Heritage site. Heritage education. Popular participation. Critical Discourse Analysis. Heritage preservation.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho se dedica a análise da participação popular dentro do processo de tombamento, tratando-se de pesquisa empírica, que tem por objeto atas de reuniões realizadas com a comunidade afetada no processo de tombamento do conjunto paisagístico do bairro do Poço Rico. Mais especificamente, o trabalho se desdobra sobre a análise do discurso presente nesses documentos, tendo por marco teórico a Análise Crítica do Discurso (ADC).

A escolha pelo tema local se justifica na medida em que se verifica na cidade de Juiz de Fora, centro urbano de grande importância na história da industrialização brasileira, uma proteção não efetiva dos patrimônios tombados, de forma que vários desses patrimônios se encontram em um estado devastador de conservação. O caso em análise torna-se ainda mais importante quando constata-se que é o primeiro caso de tombamento coletivo na cidade.

O direito fundamental de proteção ao patrimônio cultural está assegurado pela Constituição no art. 5º, inciso LXXXIII, e no art. 216, sendo o tombamento o principal instrumento de proteção ao patrimônio cultural no ordenamento brasileiro, com relação aos bens imóveis. A proteção do patrimônio cultural se encontra regida pelos seguintes princípios: a) pluralismo cultural; b) participação popular; c) atuação estatal como suporte logístico; d) respeito à memória coletiva. O presente trabalho delimitou sua análise quanto ao princípio da participação popular dentro de um processo de tombamento. Será que essa participação efetivamente ocorre?

Para responder a essa pergunta, precisamos analisar a participação da comunidade no processo de tombamento, perpassando: a) pela identificação do conhecimento dessa comunidade com relação ao processo, seus direitos e deveres; b) pela verificação de sua

compreensão do que seja o instituto do tombamento e em que o mesmo implica para o patrimônio tombado e, c) pela análise das consequências dessa participação, ou não-participação, para a efetiva proteção do patrimônio local.

Para o embasamento teórico, utilizou-se a teoria de Norman Fairclough, principal nome da Análise Crítica do Discurso (ACD), e do conceito de patrimônio trazido por François Choay. Em breve síntese, a ACD, representada pelos estudos de Norman Fairclough, é uma abordagem científica transdisciplinar para estudos críticos da linguagem como prática social, que analisa, entre outros, a relação de poder que se estabelece pelo discurso, suas consequências e efeitos sociais, políticos, cognitivos, morais e materiais. A ACD analisa as relações dialéticas entre o discurso e as práticas sociais e defende o papel essencial do discurso nas mudanças sociais. Dessa forma, através da ACD, será possível verificar de que forma os discursos empregados nas reuniões contribuem, ou não, para a concretização do princípio da participação popular na proteção do patrimônio cultural.

2 | PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA

O patrimônio cultural é um direito cultural, ou seja, faz parte do conjunto de direitos que “asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão de opções referentes ao futuro” (CUNHA FILHO, 2000, p. 34). Sua proteção encontra-se prevista no art. 216 da Constituição Federal e sua importância e caracterização encontram-se intimamente ligadas ao conceito de memória social.

François Choay (1999) demonstra que a palavra patrimônio, quando usada como conceito, dispõe de uma natureza nômade, que não a limita sincronicamente, mas ao contrário, lhe atribui a capacidade de deslocar-se através do tempo para vários ramos do conhecimento, imprimindo sentidos novos durante a história.

Assim, se a ideia de patrimônio foi vinculada originalmente a uma ideia estática “requalificada por diversos adjetivos (genérico, natural, histórico e etc.) [...]”, tais adjetivos “(...) fizeram dela um conceito nômade (CHOAY, 1999, p. 11)

Em 1931, a Sociedade de Nações promoveu a Conferência de Atenas, resultando na Carta de Atenas. Nesta, o patrimônio é trazido como um bem que possui, por si só, um valor intrínseco, que o torna merecedor de proteção. Assim, nesta dimensão o patrimônio cultural não era algo construído, mas algo a ser decodificado. (AZEVEDO; JABOUR JÚNIOR, 2012, p. 21)

Entretanto, a política de patrimônio cultural nunca esteve apartada da situação política nacional, o patrimônio é construído e deve ser visto inserido num contexto de dimensão humanizadora do desenvolvimento de afirmação de uma identidade cultural plural, profundamente ligado com a democracia (AZEVEDO; JABOUR JÚNIOR, 2012, p. 21-23)

Não se trata, desta maneira, de decodificação do patrimônio cultural, mas sim da criação e construção coletiva do mesmo, de forma plural, numa perspectiva democrática. Isto porque, inserido no contexto político, o patrimônio reflete a demarcação das relações sociais, assim como também atua de forma ativa nessa demarcação.

Portanto, a construção de uma política de preservação patrimonial inclusiva pressupõe uma delimitação democrática do que é importante para a cultura local e nacional, de forma a não se olvidar das construções que representam um caráter contra majoritário. Para tanto, é necessário que haja participação da população de forma ampla e consciente.

2.1 Tombamento: principal mecanismo de proteção do patrimônio cultural

O tombamento pode ser definido como a inscrição de um bem cultural em um livro de tomo, com a finalidade de estabelecer sobre o bem prerrogativas legais de proteção (CUNHA FILHO, 2000, p. 114). Trata-se de um dos mecanismos voltados à proteção do patrimônio cultural. Encontra-se regulado pelo Decreto-Lei n.º 25/37, com a alteração determinada pela Lei n.º 6.292/75, quanto à constituição, que prevê três tipos de tombamento: a) de ofício; b) voluntário e c) compulsório; e quanto à eficácia, em: a) provisório e b) definitivo.

O tombamento pode ser requerido por qualquer cidadão, proprietário, órgão público ou privado, organização não governamental ou por iniciativa da própria Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Pode se dar de forma voluntária, quando requerido pelo próprio proprietário, ou com sua anuência, ou compulsório, quando não há essa anuência. Para o tombamento compulsório, o Decreto-Lei 25/37, em seu art. 9º, estabelece o seguinte processo: a) a notificação do proprietário pelo órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para que este, no prazo de quinze dias, apresente a anuência ou impugnação; b) remessa ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para decisão, da qual não caberá recurso. Em Juiz de Fora, o órgão competente é o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (COMPPAC).

Esse instrumento provoca uma restrição sobre a propriedade privada dos bens tutelados, podendo essa se dar somente em partes do bem, como é o caso da proteção da fachada ou da volumetria. Essa restrição à propriedade privada encontra-se prevista pela Constituição de 1988, configurando-se em uma forma de efetivação da função social da propriedade. Assim, qualquer modificação do bem tombado, seja definitiva ou provisoriamente, deve antes passar por aprovação do órgão competente. O instituto também prevê benesses, a serem determinadas por cada localidade. No caso de Juiz de Fora, os bens tombados usufruem de isenção do IPTU e direito de transferência do potencial construtivo.

Apesar de a legislação pátria prever diversos outros mecanismos voltados à proteção do patrimônio cultural, como, por exemplo, inventários, registros, vigilância e desapropriação, a marca da proteção do patrimônio cultural no Brasil tem sido o instituto

do tombamento, “tanto que já superou seu conceito jurídico se tornando um sinônimo de proteção, de afirmação axiológica do bem como cultural e significativo.” (AZEVEDO; BOTELHO, 2005, p. 34)

O município de Juiz de Fora, no ano de 2016, possuía um conjunto de 186 imóveis tombados (TRIBUNA DE MINAS, 2017). Entretanto, verifica-se, em alguns desses imóveis, precariedade, na medida em que se encontram em ruínas ou estado severo de degradação. Em alguns casos, percebe-se degradação provocada pelos próprios proprietários dos imóveis tombados, como foi o caso do Palacete Fellet, localizado na região central da cidade (FERNANDES, 2016). De outro modo, verifica-se um movimento crescente de resistência a novos tombamentos locais, como foi o caso do Colégio Magister.

O Colégio Magister, situado na Rua Braz Bernardino 151, região central de Juiz de Fora, configurava como um importante exemplar da arquitetura modernista: projetado por Arthur Arcuri, incluindo também painéis de sua autoria e um painel de autoria de Guimarães Vieira, o Guima, jornalista e renomado artista plástico da cidade. Anteriormente já catalogado pelo Inventário do Patrimônio Cultural de Juiz de Fora, realizado em 1996. O primeiro pedido de tombamento do imóvel foi realizado em 2002, votado pela Comissão antecessora da COMPPAC, no sentido do tombamento, para o qual o prefeito emitiu ordem de retorno do processo, sob alegações de problemas processuais com a delimitação do objeto. Em 2003 foi aberto novo processo de proposta de tombamento, mas a votação somente veio a ocorrer em novembro de 2004, já sob vigência da Lei municipal nº 10.777/04, pelo COMPPAC. Nesta votação o tombamento não foi aprovado. Outros mecanismos, como, por exemplo, o mandado de segurança, foram impetrados na tentativa de impedir a demolição do Colégio Magister, mas este foi ao chão no dia 23 de julho de 2005.

Inicialmente, sobressai a percepção de que ordinariamente as decisões do Prefeito acerca do tombamento seguem o parecer do COMPPAC, demonstrando assim a prevalência da lógica argumentativa, ou seja, a via comunicativa não é negligenciada, principalmente quando institucionalizada. Por outro lado, também é nítido que a ação comunicativa perde espaço frente a casos extremos em que fortes interesses de mercado entram em cena (AZEVEDO; JABOUR JÚNIOR, 2012, p. 53).

2.2 A participação popular no processo de tombamento

O patrimônio cultural nacional encontra-se regido pelos princípios do pluralismo cultural, da atuação estatal como suporte logístico, do respeito à memória coletiva e da participação popular (CUNHA FILHO, 2000, p. 44). Ainda são considerados princípios que regem essa proteção: a construção da memória plural, a diversidade de instrumentos de preservação, a municipalização da política patrimonial e a multiplicidade de sujeitos/atores na defesa do patrimônio cultural (FERNANDES, 2011, p. 3).

Pode-se aferir destes últimos princípios que a chave para a efetiva proteção do patrimônio cultural encontra-se na democracia, ou seja, na efetiva participação popular na

construção e proteção desses patrimônios. Assim o é, já que a sociedade configura como um dos titulares desse direito ao patrimônio cultural (CUNHA FILHO, 2000, p. 130).

Entretanto, não há previsão legal expressa de como essa participação deve se dar no quesito tombamento. No âmbito local, a Lei nº 10.777, que estabeleceu o COMPPAC, não prevê como as reuniões devem ser realizadas, se abertas ou fechadas para ouvintes, ou se é possível manifestação da população nas mesmas.

Pode-se dizer, no entanto, que não há como haver qualquer participação popular efetiva sem que haja educação patrimonial. Inclusive,

Podemos também acrescentar aos direitos culturais, anteriormente explicitados, o direito à informação como condição básica ao exercício da cidadania e o direito à participação nas decisões públicas sobre políticas culturais (CHAUÍ, 2006, p. 136), por meio de conselhos e fóruns deliberativos, onde o cidadão possa, através de seus representantes, interferir nos rumos da política cultural a ser adotada, distanciada dos padrões do clientelismo, da tutela assistencialista e da descontinuidade que, geralmente, norteiam as políticas públicas de cultura no País (RUBIM, 2007). (FERNANDES, 2011, p.5)

Desta forma, a educação patrimonial torna-se um dos principais mecanismos de efetivação da participação democrática na proteção do patrimônio histórico-cultural brasileiro.

2.3 O discurso e o princípio da participação popular

A Análise do Discurso Crítica (ADC), ou Análise Crítica do Discurso (ACD), foi elaborada na segunda metade da década de 1980, na Inglaterra, tendo como principal teórico Norman Fairclough (1941). A ADC é uma abordagem científica transdisciplinar que parte das ideias de Bakhtin (1997) e tem base no Realismo Crítico (BAHSKAR, 1989).

A ADC analisa as relações dialéticas entre o discurso e as práticas sociais, estas que seriam,

(...) por um lado, uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturadas e, por outro, um domínio de ação social e interação que reproduz estruturas, podendo transformá-las (FAIRCLOUGH, 2005, p. 308).

A inter-relação dessas práticas constitui uma ordem social, cujo aspecto semiótico chamamos de discurso. Uma ordem de discurso é uma estruturação social da diferença semiótica, uma ordenação social particular das relações entre os vários modos de construir sentido, isto é, os diversos discursos e gêneros. (FAIRCLOUGH, 2005, p. 310)

Parte da rede de interconexões de que trata a ADC, a participação popular no processo de tombamento também está sujeita ao embate discursivo. Como dito anteriormente, a política de proteção ao patrimônio cultural não se encontra escusada da política de governo, ou mesmo das interferências de interesses de mercado.

3 | PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO PAISAGÍSTICO DO POÇO RICO

A cidade de Juiz de Fora, já no início do século XX, demonstrava uma forte expansão industrial: das doze indústrias que se localizavam na Zona da Mata na época, sete se encontravam no município; assim, possuía 8% do número total de estabelecimentos do estado, 22% do capital, 16% do número de operários e mais de ¼ do valor total da produção do estado (BARBOSA, 2017, p. 85 - 86). Assim, a cidade se configurou como o maior centro industrial do estado de Minas Gerais, o que lhe garantiu o título de “Manchester Mineira”.

Como consequência da intensa industrialização, verificou-se uma rápida expansão da urbanização na região, resultando, mais especificamente, na proliferação das vilas operárias.

Apesar de ter sido uma das primeiras regiões da cidade a ser habitada e ser, à época, a principal entrada da cidade, até o terreno ser adquirido pela Companhia Pantaleone Arcuri, a região do Poço Rico era pouco valorizada. Ali se concentrava o depósito de lixo, o matadouro municipal, curtumes, o asilo que hoje corresponde ao atual abrigo Santa Helena e uma fábrica de banha.

A companhia da família Arcuri adquiriu o terreno e iniciaram-se as obras de aterro e saneamento. Em 1910, a Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri & Spinelli ergueu a vila operária do Bairro do Poço Rico, na parte posterior do terreno da empresa. A vila era composta por dezessete habitações construídas no padrão de residências unifamiliares, todas com quintais, apesar da topografia bastante irregular com acentuado aclave. Esse tipo de residência era bastante comum das vilas operárias no século XX.

A Pantaleone Arcuri se destacava na cidade como a principal empresa do ramo da construção. Diversos imóveis hoje considerados marcos da história de Juiz de Fora foram construídos pela família Arcuri, dentre os quais podemos destacar: a Associação Comercial, o Banco de Crédito Real, Casa d'Itália, Castelinho dos Bracher, Cine-Teatro Central e Colégio Santa Catarina. Além disso, outro membro da família Arcuri teve papel de destaque na projeção arquitetônica e urbanística da cidade, trazendo o conceito da arquitetura moderna e inspirando-se em artistas como Oscar Niemeyer e Burle Marx: Arthur Arcuri.

O processo de tombamento do conjunto paisagístico do bairro Poço Rico teve início em outubro de 2015, impulsionado pelo pedido feito pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, representada pela assinatura do então diretor, Gustavo Francis Abdalla, pelo Centro de Conservação da Memória da UFJF, representada pela assinatura do Professor Marcos Olender e pela assinatura da presidente do Programa de Estudos e Revitalização da Memória Arquitetônica e Artística (PERMEAR), uma ONG de conscientização da preservação da cultura da cidade e da região.

No conjunto paisagístico incluem-se quarenta e sete imóveis de seis ruas do bairro

do Poço (Rua Dr. João Villaça, Rua da Bahia, Rua Pinto de Moura, Rua Herculano Pena, Rua Antônio Dias e Rua Espírito Santo), e a notificação de cento e quarenta famílias. Dentre as justificativas para o tombamento apresentam-se a diversidade arquitetônica e o padrão de ocupação do solo, com predominância de residências unifamiliares, características das construções típicas das vilas operárias no século XX na cidade de Juiz de Fora. Além disso, dentre os imóveis inseridos no conjunto paisagístico apresentavam-se construções realizadas por Arthur Arcuri, figura importante no plano paisagístico da cidade.

3.1 Os desafios de um processo de tombamento coletivo

Uma das maiores dificuldades do processo de tombamento em questão se deu com relação à notificação dos proprietários dos imóveis. A lei de tombamento não prevê uma forma específica ou diferenciada para a notificação em caso de tombamento de conjunto paisagístico. A problemática está no fato de que o imóvel só sofrerá os efeitos, ainda que provisórios, do tombamento após a devida notificação.

Ao ser consultada, a Corregedoria Geral do Município determinou que, seriam realizadas as notificações por carta registrada, como determina o referido Artigo, §1º, inciso I, concomitantemente com a publicação de edital no Diário Oficial, nos jornais de circulação local e ampla divulgação pela imprensa, assim determinado em maio de 2017. No entanto, as notificações se iniciaram apenas em setembro do mesmo ano, e o edital foi publicado somente em 12 de outubro de 2017.

O processo provocou fortes reações contrárias por parte dos proprietários afetados e de moradores do bairro, que apresentaram impugnações ao processo e se organizaram no Movimento SOS Poço Rico, cujo objetivo é impedir o prosseguimento do processo de tombamento.

3.2 A democracia através do embate discursivo: a primeira reunião

Durante a fase de notificação do processo de tombamento do conjunto paisagístico do Poço Rico, duas reuniões foram realizadas com os proprietários dos imóveis envolvidos. A primeira foi realizada pela FUNALFA, de maneira informal, no mês de outubro do ano de 2017, com o objetivo de esclarecer possíveis dúvidas quanto aos procedimentos do tombamento. A segunda foi uma audiência pública convocada na Câmara Municipal, requerida pelo Vereador Dr. Adriano Miranda, realizada no mês de dezembro do mesmo ano.

Em ambas as reuniões podemos perceber, através da aplicação do marco teórico, a forma como o discurso dos agentes envolvidos revela os desafios à efetiva participação popular dentro do processo de tombamento.

A FUNALFA convocou os proprietários já notificados dos imóveis envolvidos no processo de tombamento, na data de 24 de outubro de 2017, no intuito de esclarecer as possíveis dúvidas desses agentes quanto aos trâmites do processo de tombamento do

Poço Rico. A reunião foi presidida pelo Superintendente da FUNALFA, Rômulo Rodrigues Veiga e contou com a presença da Procuradora Municipal, Dra. Carla de Oliveira; com a Diretora da Divisão de Patrimônio Cultural da FUNALFA, Angélica Moreira Costa, e a Supervisora da mesma divisão. Não houve lista de presença ou qualquer outro dado que possibilitasse auferir quantos ou quais proprietários estiveram presentes na reunião.

Nesta reunião, o enfoque se coloca sob os discursos dos “participantes não-identificados”, ou seja, dos proprietários presentes, que apresentam suas reclamações quanto ao processo de tombamento. Essas reclamações e questionamentos desvendam os principais obstáculos para a efetiva participação popular no tombamento.

Dentre as queixas dos proprietários durante a reunião, destacam-se as afirmações de que não há interesse por parte dos mesmos quanto ao tombamento, tornando-o, ao seu ver, ilegítimo. Aqui já podemos evidenciar a falta de compreensão sobre o instituto do tombamento por parte da população envolvida no processo, já que o direito ao patrimônio é um direito de segunda dimensão, de caráter difuso, ou seja, é um direito que tem como titular a sociedade como um todo, não sendo um requisito a anuência ou interesse do proprietário para que seja válido. Isso porque o patrimônio deve ser construído de forma democrática e inclusiva, entretanto, em seu processo de construção, existe também o caráter contramajoritário, que implica na proteção ao bem de valor histórico ou arquitetônico para além de interesses de uma maioria, interesses esses que podem estar condicionados a outros fatores socioculturais e econômicos.

Outro fator responsável pela resistência dos proprietários ao processo está relacionado ao mercado imobiliário. Alguns proprietários levantaram o questionamento da perda do valor de mercado por conta do tombamento e quais seriam os ganhos financeiros que poderiam advir desse tombamento. O mercado imobiliário sempre ocupou um lugar de destaque nas questões do patrimônio cultural em Juiz de Fora, perceptível através dos exemplos do Palacete Fellet e do Colégio Magister. Contudo, há incentivos previstos para imóveis tombados, como o direito de venda do potencial construtivo e a isenção de IPTU.

Entretanto, o maior problema percebido através da análise dos discursos dos proprietários nessa reunião foi a associação entre “tombamento” e “ruínas”. No município são vários os casos de bens tombados que acabaram ruindo ou sendo demolidos, levando à judicialização da questão.

3.3 A democracia através do embate discursivo: a segunda reunião

O Vereador Dr. Adriano Miranda, com base no requerimento nº 4257/17, propôs uma audiência pública na Câmara Municipal para tratar o processo de tombamento do Poço Rico, que ocorreu no dia treze de dezembro de 2017. Na análise da ata desta reunião, o enfoque se estabeleceu sob o discurso político empregado e seu impacto na efetivação do princípio da participação popular no processo.

O Vereador Adriano apresentou a primeira fala da audiência e algumas de suas

afirmações precisam ser analisadas através do marco teórico. A primeira seria a de que o documento de notificação do processo de tombamento teria retirado a autonomia dos proprietários sobre suas residências. A notificação estabelece o tombamento provisório do bem, que passa a ter algumas restrições quanto a determinadas alterações em sua estrutura. Entretanto, o direito de propriedade não foi retirado, podendo-se realizar alterações desde que estas sejam aprovadas pelo órgão competente.

Em seu discurso, o político também afirma que “deseja que o Superintendente da FUNALFA garanta total melhoria ao bairro”. A FUNALFA é responsável pelo patrimônio cultural do município, não sendo competente para resolver todos os problemas urbanos relacionados à infraestrutura e políticas públicas. Esse tipo de ação, na verdade, seria de responsabilidade do Plano Diretor e mesmo da própria Câmara Municipal. Esse tipo de discurso acaba por contribuir para a desinformação quanto ao tombamento, criando ainda maior resistência popular a esse instrumento. Além disso, o vereador também incorre em erros técnicos ao requerer, por exemplo, o arquivamento do processo.

A manifestação dos proprietários nesta reunião enfatizou a exigência de um maior diálogo dentro do processo, criticando o modo como a intenção de preservar foi manifestada. Aqui novamente se abre espaço para questionar a falta de diálogo com a comunidade no processo de construção e reconhecimento do patrimônio cultural. Esse discurso também foi empregado por alguns políticos durante a reunião e por componentes da mesa. Novamente também se verificaram as alegações de falta de instrução do processo e a associação entre “tombamento” e “ruínas”.

4 | CONCLUSÃO

O princípio da participação popular na defesa do direito ao patrimônio cultural, mais especificamente, dentro do processo de tombamento, só pode se apresentar efetivo se há a compreensão do instituto por parte dessa população, sendo a educação patrimonial, portanto, a chave para essa efetividade. Através da análise dos discursos apresentados nas reuniões com a comunidade do bairro do Poço Rico, pode-se concluir o que se segue:

1. Existe um grande déficit de conhecimento sobre o processo de tombamento por parte da população, que se reflete em resistência ao instituto, impedindo que haja uma efetiva participação popular dentro do processo.
2. Esse déficit de informação é reforçado por discursos políticos e mercadológicos, que dissociam a proteção ao patrimônio cultural de desenvolvimento econômico e social. Percebe-se, então, a manipulação do discurso de forma desprivilegiar a proteção ao patrimônio, além da forte intervenção do mercado imobiliário nas questões patrimoniais.
3. A degradação e destruição intencional de bens tombados na cidade construiu a associação entre “tombamento” e “não preservação”, o que se coloca como um forte

fator de afastamento da população da preservação do patrimônio cultural

Todos esses fatores enfraquecem a participação popular no processo de construção e preservação do patrimônio cultural da cidade. Esse fato, aliado à ausência de políticas públicas de conscientização e de educação patrimonial, leva a um ciclo vicioso no qual o tombamento é solicitado a fim de preservar um bem, sem que sejam discutidas formas de participação da comunidade no processo, gerando resistência por parte dessa, resultando em um tombamento sem eficácia. Assim, é necessário que haja políticas públicas que promovam a educação patrimonial na comunidade local, além de formas de preservação construídas com essa comunidade, e que possam ir além do tombamento.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Nilo Lima de; BOTELHO, T.R. Gestão participativa e política de patrimônio no município de Belo Horizonte: realidade ou mito? **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, vol. 41, n. 1, p. 31-36, 2005.

AZEVEDO, Nilo Lima de; JABOUR JÚNIOR, Wilson Coury. **Reflexões e Olhares: O patrimônio cultural de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Funalfa, 2012.

BARBOSA, Yuri Amaral. **Pequena Geografia Histórica de Juiz de Fora: O processo urbano do Caminho Novo ao início do século XX**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

CHOAY, François. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP/Estação Liberdade, 1999.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical Discourse Analysis as a Method In Social Scientific Research. **Tradução de Iran Ferreira de Melo**. Methods in critical discourse analysis. Londres: Sage, 2ª ed., 2005. P. 121-138.

FERNANDES, Daniele Aparecida Carneiro. **A função social da propriedade cultural: um estudo sobre o caso 'Palacete Fellet'**. Juiz de Fora: UFJF, 2016.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **O direito à memória: análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1998-2010)**. Anais do II Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

MGTV. Moradores do Bairro Poço Rico manifestam contra tombamento de imóveis em Juiz de Fora. **G1**, Juiz de Fora, 14 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/moradores-do-bairro-poco-rico-manifestam-contratombamento-de-imoveis-em-juiz-de-fora.ghtml>>. Acesso em: 16/10/2018.

MORAIS, Mauro. Poço Rico: O que representa o processo de tombamento de um conjunto de casas? **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 10 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/10-12-2017/poco-rico-o-que-representa-o-processo-de-tombamento-de-um-conjunto-de-casas.html>>. Acesso em 16/10/2018.

MORAIS, Mauro. Em contraste com tombamento, Poço Rico sofre com abandono. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 16 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/16-09-2018/em-contraste-com-tombamento-poco-rico-sofre-com-abandono.html>>. Acesso em 17/09/2018.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

DENISE PEREIRA - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG), Especialista em História, Arte e Cultura, (UEPG), Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento (CENSUPEG); Especialista em Docência do Ensino Superior, Gestão e Tutoria EAD (FABRAS); Especialista em Gestão Educacional (IBRA), Graduada em História (UEPG) e Graduada em Pedagogia (IBRA). Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da UEPG, Professora Orientadora de TCC da UFRN, Coordenadora Geral Acadêmica da FASU.

KAREN FERNANDA BORTOLOTI - Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (2012), Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (2005), Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Estadual Paulista (2002). Atualmente é pesquisadora vinculada a Universidade Federal do Paraná.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arnaldo de Vilanova 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55

B

Brasil Império 1

C

Camboja 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64

Casamento gay 93

Cooperativização 56, 57, 62, 63, 64

Cultura escolar 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115

Cultura política 1

D

Direitos 38, 70, 74, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 121, 127, 134, 146, 148, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 190, 191, 192, 193, 194, 197, 199, 213, 218, 245, 247, 248, 249, 252, 257

Doutrina reformista 46, 47, 51, 54, 55

E

Educação 25, 26, 28, 29, 37, 39, 40, 67, 68, 69, 71, 74, 75, 76, 81, 91, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 132, 140, 145, 148, 151, 152, 154, 155, 157, 162, 163, 189, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 245, 247, 252, 256, 257, 259

Ensino integrado 67

Extensão 40, 60, 67, 83, 95, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 124, 197, 212, 213, 222

G

Garantias fundamentais 93, 95, 102

H

História 4, 10, 19, 25, 26, 27, 30, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 53, 54, 55, 56, 60, 65, 67, 68, 69, 70, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 91, 104, 107, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 118, 121, 125, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 151, 166, 167, 170, 171, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 189, 199, 200, 201, 202, 207, 210, 226, 227, 228, 231, 233, 234, 241, 242, 245, 246, 248, 249, 253, 259

História da arte 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 91

História indígena 134

Historiografia 60, 67, 68, 104, 107, 108, 115, 155, 169, 171, 172, 175, 176, 177, 180, 186, 226

Homossexuais 93, 94, 95, 97, 98, 100, 103

I

Identidade 17, 22, 71, 77, 93, 96, 99, 102, 108, 110, 111, 112, 134, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 150, 221, 236, 237, 240, 242, 243, 249

Igreja 17, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 103, 121, 183, 184, 187

Indissociabilidade entre ensino 104, 105, 107

K

Khmer vermelho 56, 57, 58, 62, 64, 65

L

Legislação 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 126, 131, 163, 191, 193, 195, 196, 215, 216, 250

Liberdade sexual 93, 102

M

Memória 17, 20, 42, 44, 55, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 134, 135, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 200, 222, 226, 233, 234, 238, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 253, 257

P

Partido Comunista do Kampuchea 56, 57, 58, 63

Pensamento mítico 80, 84, 85

Pernambuco 1, 2, 3, 6, 7, 9, 10, 34, 39, 41, 119, 120, 133, 134, 135, 137, 140, 145

Pesquisa 26, 27, 43, 45, 47, 67, 69, 74, 75, 77, 78, 80, 86, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 115, 125, 130, 140, 147, 149, 164, 177, 190, 202, 204, 205, 206, 212, 222, 226, 227, 229, 232, 233, 235, 247, 248

Política 1, 6, 13, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 59, 60, 61, 62, 63, 69, 70, 71, 72, 94, 110, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 131, 132, 135, 142, 145, 151, 152, 166, 169, 174, 175, 176, 179, 180, 183, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 203, 206, 207, 208, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 227, 237, 238, 241, 249, 250, 251, 252, 257

Pol Pot 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66

Povo Pankará 134, 145

Práticas educativas 104, 107

R

Racionalismo 80, 84, 89

Regência 1, 6, 7, 212

Resistência 9, 35, 67, 68, 69, 73, 120, 122, 123, 131, 134, 135, 139, 145, 169, 191, 234, 243, 244, 251, 255, 256, 257

S

Sociedade 6, 18, 22, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 39, 40, 51, 52, 54, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 74, 77, 82, 91, 93, 94, 95, 98, 101, 102, 106, 107, 109, 111, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 131, 144, 151, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 173, 187, 191, 198, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 232, 235, 240, 244, 249, 252, 255

Super Facto Adventus Antechristi 46

U

União estável 93, 94, 95, 97, 98, 100, 101

V





Vênus de Willendorf 80, 85, 86, 87, 88

História e Política:

Pensamentos
constitutivos
e críticos



2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2022

História e Política:

Pensamentos
constitutivos
e críticos



2

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br